

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO – CTC
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO, HISTÓRIA E
ARQUITETURA DA CIDADE**

Letícia Nardi

**CENTRO HISTÓRICO DE PARANAGUÁ-PR: USOS E SENTIDOS NA CIDADE
CONTEMPORÂNEA**

Florianópolis
2011

Letícia Nardi

**CENTRO HISTÓRICO DE PARANAGUÁ-PR: USOS E SENTIDOS NA CIDADE
CONTEMPORÂNEA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do grau de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

Orientadora: Prof. Dra. Alicia Norma González de Castells

Florianópolis

2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina

N223c Nardi, Leticia

Centro histórico de Paranaguá-PR [dissertação] : usos e sentidos na cidade contemporânea / Leticia Nardi ; orientadora, Alicia Norma González de Castells. - Florianópolis, SC, 2011.

226 p. : il., tabs., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

Inclui referências

1. Arquitetura. 2. Patrimônio histórico - Paranaguá (PR). 3. Sociologia urbana - Paranaguá (PR). 4. Cidades e vilas - Paranaguá (PR). I. Castells, Alicia Norma Gonzalez de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. III. Título.

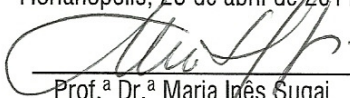
CDU 72

Letícia Nardi

**CENTRO HISTÓRICO DE PARANAGUÁ-PR: USOS E SENTIDOS NA CIDADE
CONTEMPORÂNEA**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

Florianópolis, 28 de abril de 2011.

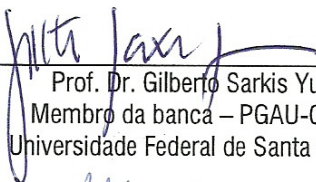


Prof.ª Dr.ª Maria Inês Sugai
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:



Prof.ª Dr.ª Alicia Norma González de Castells
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Gilberto Sarkis Yunes
Membro da banca – PEAU-Cidade
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.ª Dr.ª Margareth de Castro Afeche Pimenta
Membro da banca – PEAU-Cidade
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Rogerio Proença de Sousa Leite
Membro da banca - externo
Universidade Federal de Sergipe

Dedico este trabalho aos praticantes ordinários de Paranaguá e aos arquitetos ávidos pela preservação do patrimônio cultural e pela compreensão da cidade contemporânea.

Agradecimentos

Agradeço a todos que ajudaram e participaram desse processo.

À Alicia Norma González de Castells, minha orientadora, por instigar meu pensamento, não aceitando os discursos prontos e privilegiando a minha autonomia nas decisões. E por me apresentar esse novo mundo antropológico.

Aos membros da banca, Rogerio Proença de Sousa Leite, pela contribuição instigante nesta fase final. Margareth de Castro Afeche Pimenta e Gilberto Sarkis Yunes pelas contribuições importantes desde a banca de qualificação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade e a sua coordenadora Maria Inês Sugai. Aos professores por seus ensinamentos, especialmente, Eduardo Jorge Felix Castells, Nelson Popini Vaz, Almir Francisco Reis, Cesar Floriano dos Santos, Juan Antônio Zapatel Pereira de Araújo, Lino Fernando Bragança Peres, Thêmis da Cruz Fagundes. E à Adriana Cardoso Vieira pela paciência e resolução de todas as questões burocráticas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudo concedida durante os dois anos de realização da pesquisa, pois sem este auxílio certamente a dissertação seria outra.

Aos amigos do mestrado Elom, Gabriel, Guilherme, Jonatha e Sérgio, pela companhia e aprendizado conjunto. Especialmente, à Sônia e à Fernanda pelas longas conversas nos divertidos e difíceis momentos. E ao Humberto, pela troca de ideias durante as caronas para Curitiba e pelos dados imprescindíveis sobre o tombamento do centro histórico de Paranaguá.

Aos amigos do NAUI, Ana Cristina, Beatrice, Camila, Claudia, Dagoberto, Márcia, Mariela e Simone, pelas experiências compartilhadas. Ao Rafael e à Larissa pelas enriquecedoras orientações conjuntas.

À 10ª Superintendência Estadual do IPHAN, na pessoa do arquiteto José La Pastina Filho e à Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura e sua coordenadora Rosina Coeli Alice Parchen pelas entrevistas, materiais e dados disponibilizados. Aos dois também pelo incentivo e apoio em vários momentos da minha trajetória.

Ao arquiteto Luiz Marcelo Bertoli de Mattos, da Prefeitura Municipal de Paranaguá, pela entrevista emocionada, pelos dados e informações.

Ao Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, na pessoa do Sr. José Maria Faria de Freitas pela afável acolhida e pelas inúmeras e importantes referências fornecidas. Também ao Sr. Luiz A. Siqueira por seus registros audiovisuais que

foram de grande utilidade para a compreensão de aspectos da dinâmica parnaguara.

Ao Padre André Luiz Buchmann Andrade, da Reitoria de São Francisco das Chagas, pela entrevista esclarecedora.

A todos os interlocutores que no decorrer da pesquisa expuseram sua vivência em Paranaguá, respondendo, perguntando, caminhando, remando, comprando, rezando, enfim, praticando a sua cidade.

Ao Márcio Innocenti Ribeiro de Barros pela disponibilidade do material referente ao Inventário Nacional de Referências Culturais de Paranaguá e também por sua amizade e parceria durante muitos momentos da minha trajetória.

À Liliana, pela acolhida em Paranaguá, pela companhia gratificante e imprescindível em alguns momentos da pesquisa e pelas conversas despreziosas que resultaram em uma série de informações importantes. Ao Lucas, pela paciência e à Marina pelo empréstimo do quarto.

Ao Eduardo, pelo minucioso trabalho com o mapa de 1916.

À Anne e ao Dauto, pela amizade e incentivo imprescindível para retornar ao mundo acadêmico.

Ao Zé Caetano, pelo apoio e inspiração fundamentais para o ingresso no mestrado. Sem esse encontro o caminho certamente teria sido mais difícil.

À minha irmã Mariane e ao Cesar, pelo carinho, incentivo e inspiração. Ao Pedro e ao Francisco, pela alegria e esperança no futuro. Mesmo longe, vocês estão sempre comigo.

Especialmente, aos meus pais, Neli Nardi e Lizete Luiza Nardi, pelo apoio incondicional de sempre e a cada um pela participação efetiva no desenvolvimento da dissertação. À mãe, pela revisão minuciosa do texto, por sua força e perseverança; ao pai, pela companhia entusiasmada em alguns dias da pesquisa de campo, por seu olhar generoso e criativo para com o outro, certamente suas narrações e estórias inspiraram esta pesquisa.

Por fim, referencio Deus, do qual faz parte esse universo de encontros e desencontros que possibilitaram esse momento reflexivo materializado na dissertação, e assim, *entrego, confio, aceito e agradeço*.

Nosso mundo-da-vida cotidiana consiste em “fenômenos” concretos. Compõe-se de pessoas, animais, flores, árvores e florestas, pedra, terra, madeira e água, cidades, ruas e casas, portas, janelas e mobílias. E consiste no sol, na lua e nas estrelas, na passagem das nuvens, na noite e no dia, e na mudança das estações. Mas também compreende fenômenos menos tangíveis, como os sentimentos.

[Christian Norberg-Schulz, 1976]

RESUMO

A pesquisa apresentada tem como objetivo compreender de maneira mais ampla o centro histórico no contexto das cidades contemporâneas, através da relação entre os valores a ele atribuídos pela visão *própria* do campo do patrimônio e os valores construídos no interior desse espaço urbano *praticado* por seus usuários. Partindo do campo patrimonial, que considera os centros históricos como *os testemunhos mais tangíveis da diversidade cultural, religiosa e social da humanidade*, a pesquisa agrega conceitos da arquitetura e urbanismo e da antropologia urbana com o intuito de imprimir ao objeto uma visão abrangente e interdisciplinar que auxilie na compreensão da relação entre os aspectos materiais e subjetivos inerentes ao patrimônio urbano. Enfocando a realidade brasileira, é analisado o contexto de Paranaguá, cidade portuária no litoral do estado do Paraná, que tem o seu centro histórico protegido pela legislação municipal de zoneamento e pelas legislações estadual e federal de tombamento. Discutindo o caráter sacralizado atribuído pelas instituições patrimonialistas, busca-se situar o centro histórico no ponto de encontro entre duas trajetórias dinâmicas, construídas temporalmente: uma que corresponde à das definições conceituais e políticas que envolvem a preservação do patrimônio urbano e cultural; e outra que corresponde à dinâmica própria da cidade, com expansões e estagnações do território, transformações culturais, econômicas e sociais. A análise da dinâmica urbana se deu a partir dos usos do centro histórico, pois, compreende-se que eles costuram conexões com outras partes da cidade, com outras realidades e com outras temporalidades, materializam relações de poder que dão ao espaço um caráter político e permitem a compreensão da relação entre os componentes materiais e subjetivos do espaço urbano. Tais usos foram investigados a partir da realidade atual, através de observações *in loco*, interlocuções com os *praticantes ordinários* da cidade, entrevistas qualitativas, documentos e registros audiovisuais; mas também considerando uma dinâmica de permanências e transformações referenciada em dados históricos, geográficos, iconográficos e jurídicos, focando três temas: a relação da cidade com o Rio Itiberê, as trocas comerciais e a religiosidade. Analisando a relação dual foi possível detectar uma desconexão entre as duas visões, sobre a qual a compreensão mais ampla do centro histórico poderia subsidiar as decisões patrimoniais em uma perspectiva mais mediadora.

Palavras-chave: centro histórico; dinâmica urbana; usos da cidade

ABSTRACT

The research presented aims to understand more fully the historical center in the context of contemporary cities, through the relationship between values passed under the viewpoint of the heritage field of study and those assigned by users in relation to the city historical center. Based on the field sheet, which considers the historical centers such as the most tangible evidence of cultural, religious and social humanity, the search adds the concepts of urban anthropology to architecture and urbanism in order to print a comprehensive and interdisciplinary overview to the object what assists in understanding the relationship between material and subjective aspects inherent in the urban heritage. Focusing on the Brazilian reality, it studies the context of Paranaguá, a port city on the coast of Paraná state, which has its historical center, protected by municipal zoning laws and state and federal heritage laws. Discussing the character assigned sacralized by patrimonial institutions, we seek to situate the historical center at the meeting point between two dynamical trajectories, temporally constructed: one that corresponds to the conceptual definitions and policies that involve the preservation of cultural and urban heritage, and another that corresponds to the dynamics of the city, with expansion and stagnation of the territory; cultural, economic and social changes. The analysis of urban dynamics was made from the uses of the historical center, therefore it is understandable that they knit connections with other parts of the city, to other realities and other temporalities, embody power relations that give the area a political character and opportunity for understanding the relationship between material and subjective components of urban space. Such uses were investigated from the current reality, through in situ observations, dialogues with practitioners of ordinary city, qualitative interviews, documents and audiovisual recordings, but also considering a dynamic continuities and transformations referenced on historical, geographic, iconographic and legal data, focusing on three themes: the city relationship with Itiberê River, trade and religion. Analyzing the dual relationship, a disconnection between the two views could be detected, on which a broader understanding of the historic center could support the decisions in an equity perspective mediator.

Keywords: historic center, urban dynamics, uses of the city

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização de Paranaguá na região litorânea do Paraná	27
Figura 2	Rio Itiberê e casario da Rua General Carneiro	60
Figura 3	Rio Itiberê e casario da Rua General Carneiro - 2008	60
Figura 4	Mapa – Perímetros de tombamento	65
Figura 5	Procissão de Nossa Senhora do Rocio – Ida	70
Figura 6	Procissão de Nossa Senhora do Rocio – Volta	70
Figura 7	Paisagem da Rua General Carneiro	80
Figura 8	Área do Aterro	93
Figura 9	Intervenções recentes em edifícios do centro histórico	95
Figura 10	Mapa de Macrozoneamento do município de Paranaguá	105
Figura 11	Local de embarque/desembarque dos barcos de linha	118
Figura 12	Mapa – Fluxos no centro histórico de Paranaguá	121
Figura 13	Refúgios – Margem do Rio Itiberê e Praça Fernando Amaro	123
Figura 14	Dormitórios improvisados	126
Figura 15	Mapa da região da Baía de Paranaguá em 1653	130
Figura 16	Escravas lavando roupas	133
Figura 17	Mapa de Paranaguá em 1916	135
Figura 18	Rio Itiberê em frente ao Colégio dos Jesuítas	137
Figura 19	Ida e vinda da Ilha dos Valadares	140
Figura 20	Praia – atracadouro das embarcações particulares	142
Figura 21	Mapa – Relação com o Rio Itiberê	145
Figura 22	Antigo Porto de Paranaguá	149
Figura 23	Comércio parnanguara no início do século XX	151
Figura 24	Feira em frente ao Mercado Público	152
Figura 25	Circulação de mercadorias às margens do Rio Itiberê	153
Figura 26	Centro comercial	158
Figura 27	Comércio com as “ilhas”	161
Figura 28	Mapa – Trocas comerciais	165
Figura 29	Mapas de Paranaguá – Final do século XVIII e 1895	169
Figura 30	Procissão na Rua Quinze de Novembro – 1897	170
Figura 31	Procissão em homenagem à Nossa Senhora do Rocio	172
Figura 32	Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário	175
Figura 33	Festa de São Francisco das Chagas	182
Figura 34	Homenagens à Nossa Senhora do Rosário	184
Figura 35	Procissão Marítima em homenagem à Nossa Senhora do Rocio	185

Figura 36	Procissão Festiva da Mãe do Rocio	186
Figura 37	Mapa – Religiosidade	189
Figura 38	Mapa – Dinâmica de Permanências e Transformações	193

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Relação de bens tombados no âmbito estadual em Paranaguá-PR	55
----------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CECI	Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada
CECRE	Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos
CEPHA	Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
COPEDOC	Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)
CPC	Coordenadoria do Patrimônio Cultural
CSDPC	Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural Paranaense
DER	Departamento de Estradas e Rodagem - Paraná
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITUC/AL	<i>Integrated Territorial and Urban Conservation</i> /América Latina
MAE	Museu de Arqueologia e Etnologia (UFPR)
MinC	Ministério da Cultura
OEA	Organização dos Estados Americanos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDITS-LP	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Litoral Paranaense
PMP	Prefeitura Municipal de Paranaguá
SEEC	Secretaria de Estado da Cultura do Paraná
SNPC	Sistema Nacional do Patrimônio Cultural
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEP	Unidade Executora de Projetos (Programa Monumenta)
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 A VISÃO PRESERVACIONISTA DO CENTRO HISTÓRICO	37
2.1 O SENTIDO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	38
2.2 TOMBAMENTO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DE ÁREAS URBANAS	44
2.2.1 O contexto internacional de preservação do patrimônio urbano	46
2.2.2 O olhar brasileiro na construção de seu acervo patrimonial	49
2.2.3 A preservação do patrimônio cultural paranaense	53
2.3 MATERIALIDADE E SUBJETIVIDADE: A AMPLIAÇÃO DOS CONCEITOS PRESERVACIONISTAS	68
2.3.1 A subjetividade como bem patrimonial	71
2.3.2 A paisagem como bem patrimonial	78
2.4 INTERVENÇÕES E PROPOSTAS PARA OS CENTROS HISTÓRICOS: INTERESSES DIVERSOS E A MATERIALIZAÇÃO DA VISÃO PATRIMONIALISTA	83
2.4.1 As ações do IPHAN para a preservação do patrimônio urbano	90
2.4.2 As intervenções no patrimônio edificado e urbano de Paranaguá	92
3 A VISÃO DINÂMICA DO CENTRO HISTÓRICO	99
3.1 CIDADES CONTEMPORÂNEAS E SOCIEDADES COMPLEXAS: A DINÂMICA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ	101
3.2 AS PRÁTICAS URBANAS: OS USOS DO CENTRO HISTÓRICO DE PARANAGUÁ	108
3.2.1 A compreensão conceitual das práticas ordinárias	109
3.2.2 Os usos do centro histórico de Paranaguá: a generalidade das práticas urbanas	117
3.2.2.1 Fluxos: a conectividade do centro histórico	117
3.2.2.2 Usos: a dinâmica cotidiana do centro histórico	123
4 CENTRO HISTÓRICO DE PARANAGUÁ: A DINÂMICA DE PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES	127
4.1 RELAÇÕES COM O RIO ITIBERÊ: O USO DA PAISAGEM HISTÓRICA	128
4.1.1 Configurações temporais: o ato de moldar e ser moldado ao território	128
4.1.2 O uso contemporâneo do rio e a relação com a paisagem histórica	138
4.1.2.1 Margens do Rio Itiberê: interseção entre o rural e o urbano	138
4.1.2.2 A circulação de mercadorias para as 'ilhas'	141
4.1.2.3 A naturalidade de ir e vir através do Rio Itiberê	143
4.2 TROCAS COMERCIAIS: CONFIGURAÇÕES DA CENTRALIDADE URBANA	147
4.2.1 O porto e o comércio varejista: os propulsores da economia paranguara	147
4.2.2 A vivacidade cotidiana do atual centro histórico	154
4.2.2.1 A propulsão do comércio de rua	155

4.2.2.2 O jogo das formalidades e informalidades do espaço público do centro histórico	156
4.2.2.3 A negociação do espaço público pelos consumidores	157
4.2.2.4 A Rua da Praia: a vivência da paisagem tombada entre a atividade turística e o comércio ilhéu	159
4.2.2.5 As transformações dos atuais mercados públicos	162
4.2.2.6 Festa de Nossa Senhora do Rocio: entre as manifestações religiosas e os interesses comerciais	164
<hr/>	
4.3 RELIGIOSIDADE: A MANIFESTAÇÃO DA FÉ NO AMBIENTE URBANO	167
4.3.1 Do Estado católico ao ambiente urbano laico	167
4.3.2 A religiosidade como bem patrimonial na cidade contemporânea	174
4.3.2.1 Os templos católicos e as práticas religiosas: referências culturais e bens patrimoniais	174
4.3.2.2 A diversidade religiosa no centro histórico	178
4.3.2.3 Os eventos religiosos: a manifestação pública da fé	179
4.3.2.4 Procissões e festas: a religiosidade nas ruas do centro histórico	181
<hr/>	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
<hr/>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	203
<hr/>	
ANEXO I	215
<hr/>	

1 INTRODUÇÃO

Nesse ponto se inicia o texto dissertativo, que não simboliza o ponto de partida do trabalho, nem mesmo o de chegada. Ele é fruto de um processo maior de pensamentos e experiências dinâmico: ora mais linear, ora mais *rizomático*¹ (DELEUZE; GUATARRI, 1995, p. 11-37), ora impactado por outros pensamentos e experiências, ora estagnado. Um processo que se desenvolve no presente, mas traz conexões com o passado, com pensamentos e experiências de outras épocas, de outras realidades; e que procura para onde se está indo, o que se quer.

Essa construção remete a um pensamento incessantemente repetido, dito de várias formas, com palavras semelhantes: *compreender o passado, para entender o presente e construir o futuro*. Esta frase, que sustenta o estudo da história e a compreensão da memória humana, soa, desde os tempos dos estudos de História do Brasil e História Geral, paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que parece simples, auto-explicativa, pronta, gera questões que fazem refletir sobre o domínio desse passado. E, ao aproximar tal pensamento da cidade que em última instância é o objeto deste estudo, suscita algumas questões. Que elementos são necessários para uma compreensão mais ampla do passado e conseqüentemente do presente e do futuro? Objetos, documentos e dados oficiais são suficientes? Existem versões diferentes, oficiais e não-oficiais, que precisam ser consideradas? Qual a amplitude desse passado? De que forma a versão dos cidadãos comuns contribui para a conformação da história, da memória coletiva e da cidade? Que histórias vivenciadas por esses cidadãos são contadas e quais são negligenciadas, esquecidas? Qual a importância desse passado para o uso atual e para o futuro das cidades e dos cidadãos?

No contexto contemporâneo, a compreensão do passado se depara com transformações sociais, econômicas e culturais cada vez mais aceleradas, que geram uma sobrecarga de informações e percepções de difícil digestão para a sociedade. Não saber lidar com as constantes transformações e com os processos globalizantes é motivo atribuído por autores como Choay (2001 [1992]), Huyssen (2000) e Jeudy (2005) para o crescente interesse pelas questões preservacionistas, configurando um

¹ Refiro-me a uma estrutura de pensamento que cria um *agenciamento* de *multiplicidades*. Para Deleuze e Guatarri (1995 [1980]), o rizoma é um modelo de realização das multiplicidades, por oposição ao modelo da árvore, estruturado, que fixa um ponto e uma ordem. *Um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas* (DELEUZE; GUATARRI, 1995 [1980], p. 11-37).

processo reativo, que instiga uma busca desenfreada pela preservação de vestígios de épocas passadas. Conforme Huysse,

Quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global, que não nos inspira confiança, mais forte é o nosso desejo de ir mais devagar e mais nos voltamos para a memória em busca de conforto. (HUYSSEN, 2000, p.32)

Há várias evidências dessa situação, sobre as quais é necessário refletir. Aqui, a reflexão estará centrada no campo da preservação do patrimônio cultural, enfocando o passado e sua preservação no âmbito da cidade. Campo esse que possui delimitações próprias em torno de conceitos como patrimônio material, imaterial, industrial, subaquático, paisagem cultural, entre outros; e que cada vez mais envolve profissionais de diversas áreas, incorporando suas definições em tratados de organizações internacionais e em legislações e políticas públicas em diversos níveis de governo.

No meu caso, o caminho traçado nesse campo profissional foi, inicialmente, um tanto inconsciente e ao acaso; ao longo do tempo, proporcionou experienciar conhecimentos, informações, práticas profissionais que contribuíram para a construção de um acervo cognitivo que torna possível esse momento de reflexão acadêmica. Um marco desse processo se dá no início dos trabalhos, como estagiária, na Coordenadoria do Patrimônio Cultural (CPC), da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (SEEC), em 1998. Neste momento, passo a vivenciar questões que envolvem a preservação do patrimônio cultural e, no papel de arquiteta e urbanista, o enfoque dos trabalhos naturalmente se detém sobre o patrimônio arquitetônico e urbano. Ali naquele ambiente e em outros trabalhos realizados, posteriormente, na Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Curitiba, na Fundação Cultural de Ponta Grossa, no Escritório Técnico do IPHAN em São Francisco do Sul e em consultorias e projetos diversos, foi sendo apreendido o ofício da salvaguarda de edifícios e áreas urbanas preservados.

Em meio a essa prática profissional é necessário destacar um momento de reflexão, o Curso de Especialização em Gestão do Patrimônio Cultural integrado ao Planejamento Urbano da América Latina pelo Programa ITUC/AL do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI/UFPE), em 2002. Nesse estudo foram compreendidas a noção de gestão e a relação entre preservação e planejamento urbano. Por um lado, o enfoque

sobre a gestão consolidou o entendimento de que o controle sobre espaço urbano vai muito além das práticas de planejamento e o desenvolvimento de projetos, sendo imprescindível a mediação cotidiana de interesses e normas que são intrínsecos ao ambiente urbano. Por outro lado, ao relacionar preservação e planejamento urbano, ressaltou-se a noção de que preservação, desenvolvimento e organização territorial fazem parte da cidade, e precisam ser amplamente considerados nas ações de planejamento e gestão.

Nessa trajetória fora evidenciada a ideia de que no ofício da preservação do patrimônio cultural a hegemonia das ações e decisões pertence ao poder público, no caso brasileiro, configurado em instituições nas esferas federal, estadual e, por vezes, municipal. Dentro dessa esfera pública, outra hegemonia constatada é a histórica presença de arquitetos capitaneando tais decisões, a partir de uma visão que priorizou, ao longo dos anos, as ações sobre o patrimônio arquitetônico, urbano e paisagístico, definidos como material e tangível. Essas especificidades geraram um olhar *próprio*² (CERTEAU, 2009 [1980]) sobre a arquitetura e a cidade preservadas. Olhar de arquiteto, que, por sua formação, tende a ser técnico, visual, artístico e estético; muitas vezes complementado por uma visão histórica e oficial. Visão que, na maioria das vezes, contrasta com o olhar do usuário que vivencia a arquitetura e a cidade, um agente que *assume papel* [cada vez mais] *decisivo na preservação e gestão do patrimônio cultural por ser aquele que, em última análise, utiliza-o mais intimamente, legitimando-o ou não de acordo com uma série de interesses mais ou menos claros e compartilhados.* (SCHWERZ, 2008, p. 3)

Essas diferentes visões geram, nas práticas de preservação do patrimônio arquitetônico e urbano, processos de negociação complexos, frequentemente conflituosos, nos quais imperam discussões em torno do direito de propriedade; da incompreensão sobre o que está sendo preservado e por que motivo; da utilização da área para fins de atração de investimentos econômicos, sendo, para tais usuários, difícil reconhecer os valores tão caros aos gestores patrimonialistas. Evidenciam-se aí duas visões sobre um mesmo objeto, o espaço urbano preservado: a visão do gestor, aqui configurada pelo olhar do arquiteto, e a visão do usuário que *prática* (CERTEAU, 2009 [1980], p.93) esse lugar. Essas duas visões configuram dois mundos que delineiam este trabalho.

² Para Certeau, o próprio corresponde a algo *suscetível de ser circunscrito*, uma base de onde se podem gerir uma relação com a exterioridade. (CERTEAU, 2009 [1980], p.93)

Nas últimas décadas, constata-se avanços conceituais no campo do patrimônio, em âmbito internacional e nacional; e também nas propostas participativas em diversos níveis, na formação de conselhos consultivos e deliberativos, audiências públicas e na eleição dos bens culturais a serem protegidos, conforme apregoado no Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial³ e na configuração da chancela de Paisagem Cultural⁴. Mesmo assim, a predominância do olhar técnico e das decisões políticas ainda é evidente e mais usual. Essa postura faz transparecer uma assimilação restrita desses novos preceitos patrimonialistas, mais democráticos, a qual certamente é processual, mas que por enquanto continua gerando desgaste nas relações entre instituições e proprietários/usuários dos bens culturais e distorções nos processos de gestão e intervenção, principalmente quando envolvem relações de consumo cultural. No momento dessas ações, interesses diversos se materializam como será discutido no Item 2.4.

Essa postura restrita, que gera desgaste e distorções, influencia uma ação intrínseca à preservação do patrimônio cultural, a atribuição de valores aos objetos a serem preservados. É através dessa ação que se decide o que conservar ou não, a partir dos interesses dos órgãos oficiais, da comunidade envolvida ou de outros agentes sociais. Na trajetória da preservação do patrimônio cultural tal atribuição de valores foi tomando formas específicas que priorizaram certas características no âmbito da cidade – artísticas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, paisagísticas. No momento atual, o que se percebe é que existe, conforme Castriota,

[...] a necessidade cada vez mais presente de se explicitar essa operação de atribuição de valores, explicitação que se torna necessária na medida em que o próprio campo do patrimônio se complexifica, tanto pela exponencial ampliação e deslocamento desse conceito, quanto pela introdução de novos atores em cena. (CASTRIOTA, 2009, p. 95)

Assim, é necessário cada vez mais esclarecer por que aquele objeto patrimonial é referencial e para quem ele é importante. Com essa nova realidade vão sendo evidenciados outros valores – por exemplo, de ordem sociológica e antropológica, não somente aqueles que historicamente

³ Decreto-lei 3.551 do IPHAN, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro. Cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

⁴ Portaria 127 do IPHAN, de 30 de abril de 2009. Regulamenta o conceito de Paisagem Cultural.

fundamentam as práticas preservacionistas. Entende-se, portanto, que uma compreensão mais ampla do objeto a ser preservado pode permitir o entendimento de quais valores são mais pertinentes ao interesse de preservar naquele momento, naquele contexto, abrandando a postura de imposição de uma visão ou dos interesses de alguns, em detrimento de outras visões e interesses.

Esta dissertação tem como **objeto** principal as áreas urbanas preservadas, os denominados centros históricos⁵, categorizados, no âmbito nacional, através de legislação própria e considerados, no âmbito internacional, *através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade (Carta de Nairóbi, 1976)*⁶, cujos valores a serem preservados são:

[...] o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e imateriais que expressam sua imagem, em particular:

- a) a forma urbana definida pelo traçado e pelo parcelamento;
- b) as relações entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços abertos e espaços verdes;
- c) a forma e o aspecto das edificações (interior e exterior), tais como são definidos por sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração;
- d) as relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem;
- e) as diversas vocações da cidade, adquiridas ao longo de sua história. (Carta de Washington, 1986)⁷

⁵ A denominação centro histórico será utilizada ao longo do texto de maneira geral para as áreas urbanas protegidas por legislações federais, estaduais ou municipais que se refiram à preservação do patrimônio arquitetônico e urbano. Esta denominação não será utilizada quando houver uma nomenclatura oficial diferenciada, como Setor Histórico, Conjunto Urbano, entre outras.

⁶ Definição da Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Conferência Geral da UNESCO - 19ª sessão – Nairóbi, 1976. No documento, 'conjunto histórico ou tradicional' é *todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural.* (IPHAN, 2004, p. 217)

⁷ Carta internacional para a salvaguarda das cidades históricas. ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, Washington, 1986. (IPHAN, 2004, p. 281)

Fica evidente que nessas definições oficiais do campo do patrimônio, os valores a serem preservados estão imbricados em um olhar focado, prioritariamente, em características materiais, palpáveis e visualizáveis, exaltando a imagem do espaço urbano preservado. Um foco importante para o patrimônio cultural, mas que pode se tornar mais íntegro à medida que é complementado pela visão do que acontece nesse espaço urbano.

Observando a realidade brasileira, será analisado o centro histórico de Paranaguá, cidade do litoral do Paraná que figura entre as primeiras ocupações européias pós-descobrimiento do Brasil, considerada em discursos intelectuais e populares “berço da civilização paranaense”. Conformada inicialmente a partir da mistura entre a população indígena ali instalada e os aventureiros provindos do litoral sul paulista em busca de ouro, a cidade perpassou os diversos ciclos econômicos empreendidos pelo Estado figurando entre as principais vias portuárias para o escoamento de ouro, erva-mate, madeira, café. A vocação portuária foi sendo consolidada e atualmente esta atividade é o mote da economia local, sendo seu impacto de grande importância para o estado do Paraná, gerando um movimento transnacional que repercute no mercado nacional, no qual se destaca através do setor graneleiro.

A cidade não parou, mas a conformação urbana induziu a expansão do território para determinadas áreas em detrimento de outras que mantiveram características urbanas e arquitetônicas, além de configurações sociais. Em meados da década de 1930, o porto foi definitivamente transferido para outra área da cidade, proporcionando a estagnação do local onde era o antigo atracadouro, às margens do Rio Itiberê, mas o que acontece nesse espaço urbano hoje - o ir e vir dos barcos, que promovem conexões geográficas e interpessoais, além de trocas comerciais e manifestações religiosas (como será descrito no Item 4), é fruto de uma dinâmica de permanências e transformações que remete ao que acontecia outrora. Assim, a área territorial de 806km² e os estimados 140.450 habitantes (IBGE, 2010) convivem com a permanência e a evidência de diversos tempos na cidade, o que concilia a evocação do passado, o cotidiano presente e as possibilidades futuras em um único lugar.



Figura 1 - Localização do município de Paranaguá na região litorânea do Paraná

Em Paranaguá, essas marcas do passado, materializadas em componentes arquitetônicos e urbanos como as igrejas de São Benedito e de São Francisco das Chagas ou a Rua da Praia e seus casarões, foram adquirindo cada vez mais valor no âmbito das categorias patrimoniais, sendo reconhecidas por instrumentos de preservação. Em um primeiro momento, através do tombamento de edifícios isolados em nível federal e

posteriormente estadual. Ao final da década de 1960, as atenções se voltam também para o sítio histórico, no Plano de Desenvolvimento de Paranaguá, onde já havia a preocupação pela definição de uma área a ser protegida. Em 1990 ocorre o tombamento estadual do sítio histórico e, quase duas décadas depois, ao final de 2009, tal sítio é reconhecido pela instância federal como *Conjunto Histórico e Urbanístico da Cidade de Paranaguá*, por sua *importância histórica, [...] e não só daquela arquitetura, como também das características paisagísticas e urbanísticas da cidade*⁸. Ademais, no sentido de catalogar as referências culturais de natureza imaterial, está sendo aplicada no município a metodologia desenvolvida pelo IPHAN para realizar o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)⁹.

A escolha de Paranaguá para esta reflexão acadêmica se dá em um momento de efervescência das questões patrimoniais naquele ambiente urbano, sendo atualmente um dos focos principais das atenções da instituição federal no estado do Paraná. O interesse em acompanhar esse movimento se inicia quando passo a vivenciar profissionalmente parte da aplicação do INRC, na fase de Levantamento Preliminar, em 2008, sendo contratada pela empresa Traço Cultural – Arquitetura e Patrimônio Cultural para integrar a equipe técnica¹⁰. Esse contato com a metodologia e com a ‘natureza imaterial’ dos bens culturais de Paranaguá me fez refletir sobre as diferenças de abordagem com relação àquilo que era vivenciado na escolha e gestão dos bens ‘materiais’, fomentando diversas questões incluídas neste trabalho. Ademais, essa escolha pretende contribuir com reflexões sobre o patrimônio urbano do estado do Paraná, do qual me origino e que se mostrou interessante para a reflexão nesse momento.

A partir de uma perspectiva patrimonial mais abrangente, é traçado o **objetivo** de compreender de maneira mais ampla o centro histórico no contexto das cidades contemporâneas, através da relação dual entre os valores a ele atribuídos pela visão *própria* do campo do patrimônio e os valores construídos socialmente no interior desse espaço urbano *praticado* por seus usuários. Para tanto, a pesquisa enfocará a investigação de usos e sentidos atribuídos aos centros históricos, através de componentes vistos

⁸ Matéria publicada no informativo Lambrequim, da 10ª Superintendência Estadual do IPHAN, em dezembro de 2009 (10ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO IPHAN, Reportagem, 2009).

⁹ Tal metodologia está sendo aplicada desde 2008, quando a 10ª Superintendência Estadual do IPHAN contratou, através de um processo licitatório, a empresa Traço Cultural – Arquitetura e Patrimônio Cultural para realizar a primeira etapa do INRC, que se constitui no Levantamento Preliminar. Outras etapas foram e estão sendo desenvolvidas pela mesma empresa, cuja finalização dos trabalhos está prevista para este ano. Ver Item 2.3.

¹⁰ Participei da fase do Levantamento Preliminar, me desligando do trabalho nas demais etapas.

não somente de uma perspectiva técnica ou institucional, mas principalmente das relações e interações entre os aspectos materiais e subjetivos ali instituídos, configurados por seus atributos materiais (edifícios, estrutura urbana, elementos naturais, paisagem) e pelas relações sociais estabelecidas. Entende-se, porém que essa é uma das relações possíveis que se estabelece entre cidade e seus valores patrimoniais, mas que não se encerra nessa perspectiva, certamente abarcando outras.

A noção de *fato urbano* estipulada por Rossi entende a cidade de maneira autônoma, *como construção última de uma elaboração complexa* (ROSSI, 1995 [1966], p. 5) que agrega dados compreensíveis a diversas ciências. Este trabalho procura promover um diálogo entre os campos do patrimônio, da arquitetura e urbanismo e da antropologia urbana, recorrendo a conceitos que permitam uma noção abrangente do centro histórico como parte dessa concepção de *fato urbano*. Somar conceitos e discussões da disciplina de antropologia urbana aos campos da arquitetura e urbanismo e do patrimônio, já vivenciados por mim, revela a proposta de uma compreensão mais ampla, que considera a pluralidade de sentidos atribuídos ao objeto que está sendo analisado. Assim, a antropologia, que foi incorporada de maneira mais contundente ao pensamento patrimonial nas últimas décadas, aqui será abordada da perspectiva da cidade que pretende ser vista a partir de outros prismas. Nesse sentido, ressalta-se a ideia de Rossi, para quem

A arquitetura é a cena fixa das vicissitudes do homem, carregada de sentimentos e de gerações, de acontecimentos públicos, de tragédias privadas, de fatos novos e antigos. O elemento coletivo e o elemento privado, sociedade e indivíduo, contrapõem-se e confundem-se na cidade, que é feita de inúmeros pequenos seres que procuram uma acomodação e, junto com ela, formando um todo com ela, um seu pequeno ambiente mais adequado ao ambiente geral. (ROSSI, 1995 [1966], p. 5)

Apesar de fixa, a cena não é entendida como estática, pois transforma e é transformada cotidianamente por essas vicissitudes. Nesse contexto, subsistem os *praticantes ordinários da cidade*, que, na visão de Certeau, estabelecem uma relação visceral com ela, pois seu corpo

[...] obedece aos cheios e vazios de um “texto” urbano que escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se veem;

têm dele um conhecimento tão cego como no corpo a corpo amoroso (CERTEAU, 2009 [1980], p.159).

Um jogo que pode ser mais bem compreendido se vivenciado ou observado através de uma visão interior do ambiente, nunca somente de uma visão perspectiva ou totalizadora da cidade ou através de um filtro que, no caso das áreas urbanas preservadas, intensifica o olhar sobre as técnicas e estilos arquitetônicos antigos; a coerência e harmonia do conjunto paisagístico; e sua importância histórica.

Apesar da busca por um caráter abrangente da cidade, o conceito de centro histórico usualmente se detém em uma categoria patrimonial com definições próprias e especificidades institucionais. A ele muitas vezes é atribuído o encargo de guardião de marcas da identidade e da memória coletiva de um determinado grupo, sendo entendido como um espaço unívoco, delimitado, onde as ambigüidades procuram ser amenizadas, talvez eliminadas, conforme Gonçalves,

No processo de construção dessas instituições situadas entre a memória e a história (tais como o patrimônio, as coleções, os museus, os monumentos, os arquivos), opera-se um trabalho cuidadoso de eliminação das ambigüidades. Substituem-se categorias sensíveis, ambíguas e precárias (por exemplo, cheiro, paladar, tato, audição) por categorias abstratas e com fronteiras nitidamente delimitadas com a função de representar memórias e identidades. (Gonçalves, 2005, p.19-20)

Consciente dessa situação, a discussão pretende que o olhar sobre o centro histórico considere as diversidades, ambigüidades e conexões existentes. Em teoria, ele pode simbolizar o ponto primitivo do núcleo urbano, mas deve-se ter em mente que em algum momento, esse espaço ora delimitado significou a totalidade da cidade, *a síntese da diversidade que a caracteriza* (CARRIÓN, 2002, p.50). Assim, acaba por conformar uma superposição de camadas temporais e culturais heterogêneas, *convertendo-se em um palimpsesto do tempo* (CARRIÓN, 2002, p.48).

Seguindo esse pensamento, três pontos de vista são delineados: o **primeiro ponto de vista** situa o centro histórico no ponto de encontro entre duas trajetórias dinâmicas, construídas temporalmente: uma que corresponde à das definições conceituais e políticas que envolvem a preservação do patrimônio urbano e cultural; e outra que corresponde à dinâmica da cidade, com expansões e estagnações do território,

transformações culturais, econômicas e sociais. Essa perspectiva traduz a relação dual entre a visão patrimonialista e a visão dinâmica da cidade, por isso ela organiza a estrutura do texto, servindo de referência para a conformação dos pensamentos durante o desenvolvimento da dissertação.

Como ponto de encontro, o centro histórico incorpora os preceitos desses dois ambientes, relacionando-se às questões preservacionistas tanto quanto à evolução urbana. Com isso, revela a diversidade das práticas urbanas e culturais e busca o encaixe entre concepções e valores definidos pelo campo da preservação do patrimônio cultural e a dinâmica própria da cidade contemporânea, que constantemente institui novos usos e sentidos, que vão determinando novas conformações arquitetônicas e urbanas. Apesar do encontro, tais trajetórias não encerram um ponto final, apenas criam uma nova categoria - o centro histórico, que seguirá de maneira dinâmica sofrendo tantas transformações quanto às partes que o definem, permanecendo ou modificando-se à medida que novos conceitos, ações, legislações, usos e pensamentos são incorporados.

No **segundo ponto de vista**, o olhar sobre o centro histórico, que nos aspectos materiais transparece um conjunto relativamente coeso e consolidado, se atém a um espaço de múltiplas conexões, trazendo para o primeiro plano, como sugerem Gupta e Ferguson, *a distribuição espacial de relações de poder hierárquicas*, sendo possível *entender melhor o processo pelo qual um espaço adquire uma identidade distintiva como lugar* (GUPTA; FERGUSON, 2001, p.34). Assim, o entendimento do centro histórico como ponto inicial do desenvolvimento de um determinado grupo, composto de maneira autônoma, é substituído pela noção de um espaço historicamente interligado por conexões, sejam elas migratórias, comerciais, relações de soberania e exclusão, que contribuíram e seguem contribuindo para a formação da sociedade ali estabelecida, tanto quanto para a conformação da materialidade da cidade.

Nessa perspectiva da diversidade cultural, o **terceiro ponto de vista** ressalta uma proposta de José Reginaldo Santos Gonçalves, para quem

[...] os “patrimônios culturais” seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, etc. (GONÇALVES, 2005, p.16-17. Grifo no original)

Ao identificarmos o potencial mediador dos bens patrimoniais, reconhecemos que as negociações ocorridas no espaço urbano, conflituosas ou harmônicas, devem dar voz ampla à diversidade cultural existente naquele contexto. Certamente, o caráter abrangente do patrimônio urbano possibilita estabelecer vínculos importantes, desde que não seja compreendido somente como um espaço delimitado em um perímetro que contém os elementos mais representativos arquitetônicos, históricos e paisagísticos, e sim visto como um espaço interconectado com o restante da cidade e com outras realidades, ressaltando as diversidades culturais.

A apresentação desses três pontos de vista se mostra importante para refletir sobre a perspectiva estabelecida no interior das instituições preservacionistas. Ao analisarem-se marcos legais, institucionais e a gestão dos ambientes urbanos preservados no contexto brasileiro, percebe-se que, normalmente, ao ser categorizado como patrimônio cultural - histórico, artístico, paisagístico, é atribuído ao centro histórico, por técnicos e gestores preservacionistas, um caráter sacralizado e, ao encerrá-lo em um perímetro, destaca-se do restante da cidade, privilegiando a materialidade dos aspectos históricos, arquitetônicos e paisagísticos em detrimento das tramas relacionais estabelecidas ao longo do tempo, as quais envolvem diversos agentes sociais e criam um emaranhado de ações e interesses que exprimem características materiais e subjetivas heterogêneas.

Certamente, a delimitação espacial continuará existindo no âmbito legal, mas o centro histórico, como espaço urbano *praticado* por seus usuários, sempre será um ambiente física e culturalmente interconectado com outras áreas da cidade, com outras realidades. É essa perspectiva que se pretende demonstrar no desenvolvimento da dissertação, verificando as possibilidades que ela traz para os processos de planejamento e gestão patrimoniais, tendo o centro histórico como ponto de partida da análise.

Assim, para a reflexão proposta, tem-se como **hipótese** que a compreensão do centro histórico ultrapassa os limites estabelecidos pelas legislações e pela visão própria do campo patrimonial, as quais definem valores que fundamentam a trajetória da preservação de bens culturais urbanos. São necessários a uma compreensão mais ampla do centro histórico aspectos materiais e subjetivos que dizem respeito à dinâmica própria da cidade, que estabelece usos e sentidos ao espaço urbano que definem valores construídos socialmente. Tais usos e sentidos são os aspectos que costuram conexões com outras partes da cidade, com outras realidades e com outras temporalidades; materializam relações de poder que dão ao espaço um caráter político (onde se estabelecem discussões); e

permitem a compreensão da relação entre os componentes materiais e subjetivos do espaço urbano.

O fio condutor desse processo será a interatividade entre materialidade e subjetividade, contida essencialmente nas relações urbanas e nas categorias patrimoniais. Ao considerar que o centro histórico reúne em si as duas dimensões, pode-se desmanchar a ideia excludente, que concebe o imaterial a partir daquilo que não é material e vice-versa. Serão sempre os dois, sempre haverá relações. Assim, o patrimônio cultural é entendido como um *conjunto único e coerente de manifestações múltiplas, complexas e profundamente interdependentes dos inúmeros componentes da cultura de um grupo social* (LÉVI-STRAUSS, 2003 *apud* CASTELLS *et al*, 2008, p. 84)¹¹.

As relações entre materialidade e subjetividade podem ser compreendidas em outros contextos, não somente dos bens culturais institucionalizados. Neste momento, serão analisadas a partir da cidade, mais precisamente do seu centro histórico, esse ambiente urbano, tangível e intangível, que é construído a partir dos usos e sentidos estabelecidos pelos personagens da vivência urbana.

Ao observar a dinâmica do centro histórico de Paranaguá e considerando os dados históricos e geográficos, além das referências do campo patrimonial, materiais e imateriais, foi possível delimitar três temáticas para o aprofundamento da pesquisa que são: *a relação da cidade com o Rio Itiberê*, *as trocas comerciais* e *a religiosidade*. A escolha dessas três temáticas demonstra, entre todos os aspectos de usos e atividades observados no centro histórico, aquelas que se mostraram substanciais, ocorrendo de maneira intensa (não só em termos de quantidade) e evidenciando a relação entre a materialidade e a subjetividade no ambiente urbano público. Os aspectos que envolvem as temáticas escolhidas foram observados muito mais no sentido dessa relação com os espaços públicos que buscando um entendimento circunscrito nas suas especificidades. É importante acrescentar que em muitos momentos foram observadas intersecções e tangências entre esses três aspectos, como as trocas

¹¹ LÉVI-STRAUSS, Laurent. Patrimônio Imaterial e Diversidade Cultural: o Novo Decreto para a Proteção dos Bens Imateriais. In: IPHAN. *Patrimônio Imaterial: o Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. 2ª Ed. Brasília: MinC/IPHAN, 2003 *apud* CASTELLS, Alicia N. G. A cor do lugar: O Sertão do Valongo como patrimônio cultural. In: CASTELLS, Alicia N. G. et al. *Ecos e Imagens do Patrimônio Imaterial: Inventário Nacional de Referências Culturais do Sertão do Valongo*. Florianópolis-SC: IPHAN/11ª SR, 2008.

comerciais que acontecem entre a cidade e as áreas insulares e riberinhas da Baía de Paranaguá, possibilitadas pelo fluxo diário através do Rio Itiberê; ou as manifestações religiosas que ocorrem no rio, como a Procissões Marítima de Nossa Senhora do Rocío.

Partindo desse contexto, os passos metodológicos descritos a seguir estruturam a dissertação, visando alcançar o objetivo traçado e demonstrar a hipótese apresentada, utilizando-se de recursos como: pesquisa em referências bibliográficas e em dados históricos, geográficos, iconográficos, jurídicos, jornalísticos e acadêmicos; entrevistas semi-estruturadas com os arquitetos responsáveis pela gestão da preservação do patrimônio cultural nas instituições federal, estadual e municipal e com o responsável pela Reitoria da Paróquia de São Francisco das Chagas; e observação realizada na área delimitada pela pesquisa durante os meses de setembro e novembro de 2010, englobando interlocuções com diversos agentes sociais, como será detalhado posteriormente.

Nesse momento, cabe fazer um parêntesis para exaltar a estrutura e a organização do atual arquivo de dados e da biblioteca da 10ª Superintendência Estadual do IPHAN, onde foi possível obter dados importantes para a pesquisa; e, por outro lado, para alertar sobre o estado de conservação do acervo bibliográfico e museográfico do Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá (IHGP), que não está em péssimo estado, mas sua conservação se mostra rudimentar, sendo aparente, por exemplo, a infestação significativa de objetos, vitrines e armários por insetos xilófagos. Apesar disso, é inegável a relevância dos dados obtidos nessa instituição, de maneira extremamente solícita e amistosa, através do Sr. José Maria Faria de Freitas e do Sr. Luiz A. Siqueira, pessoas apaixonadas pela memória, pela história e pela cultura paranguara e litorânea e que conservam, adquirem, digitalizam e difundem tal acervo. Nesse contexto, cabe outro alerta, com relação à baixa sustentabilidade e profissionalismo causados por esse tipo de relação, que gera uma falsa impressão de que documentos e objetos estarão eternamente em 'boas mãos', eximindo o poder público de responsabilidades sobre a conservação do acervo histórico e memorial do município.

Retomando a dissertação, a organização dos itens segue a trajetória que, segundo proposto anteriormente, conforma o centro histórico como ponto de encontro de duas trajetórias: a da preservação do patrimônio cultural e a da dinâmica própria da cidade, traduzindo a relação dual entre a visão patrimonialista e a visão dinâmica da cidade.

O Item 2 centrará as questões sobre a preservação do patrimônio cultural, enfocando o contexto Brasileiro e de Paranaguá e explicitando a construção de uma visão patrimonialista através da discussão de conceitos e ideias que buscam: entender o sentido dessa preservação do patrimônio cultural; discutir o papel do tombamento como principal instrumento de salvaguarda dos ambientes urbanos, assim como a prática de definição de perímetros de proteção dessas áreas; explicitar a ampliação dos conceitos preservacionistas; e discutir as proposições contemporâneas para os centros históricos, considerando as questões relativas ao turismo e aos processos de enobrecimento, com foco na realidade brasileira e de Paranaguá, mas considerando o contexto internacional.

Em seguida, o Item 3 irá ater-se à discussão sobre a dinâmica própria da cidade, expondo questões que circunscrevem o entendimento da cidade contemporânea e da vivência pelas sociedades complexas, a partir dos desdobramentos originados pelo hibridismo cultural e da configuração de uma centralidade urbana. Em um segundo momento, serão discutidos conceitos que situem o entendimento das práticas ordinárias, assim como serão apresentados, de maneira geral, usos atuais que os praticantes ordinários fazem do centro histórico de Paranaguá.

Expondo o 'ponto de encontro' entre as duas trajetórias propostas, o Item 4 analisará o centro histórico de Paranaguá através de seus usos, abrangendo não somente a perspectiva atual, mas englobando a dinâmica de permanências e transformações, pela qual perpassam escolhas de ordem geográfica e econômica; momentos históricos significativos; construções de elementos arquitetônicos e urbanos que configuram o território. Uma dinâmica que envolve as práticas cotidianas, as quais se apropriaram ou não, legitimaram ou não, mantiveram e transformaram esse território ao longo do tempo. Sem a pretensão de entender todos os processos, tal dinâmica foi analisada a partir de três temáticas: a relação com o Rio Itiberê, as trocas comerciais e a religiosidade.

Para finalizar, é empreendida uma análise que discute a relação dual entre a visão patrimonialista e a visão dinâmica, considerando possibilidades e restrições que se apresentaram a partir a dinâmica patrimonial e cotidiana de Paranaguá. Pressupondo que tal análise possibilita a compreensão mais ampla do centro histórico e entendendo que essa área urbana reúne aspectos que se constroem temporalmente, que fazem parte de uma rede complexa de relações históricas, geográficas, econômicas e sociais; mas também reúne aspectos cotidianos, que se modificam no dia a dia da vivência urbana.

[2 A VISÃO PRESERVACIONISTA DO CENTRO HISTÓRICO]

Ser apenas este ponto que vê, eis a ficção do saber
[Michel de Certeau, A Invenção do Cotidiano, 1980]

Este item discutirá a construção da visão patrimonialista que rege a preservação arquitetônica e urbana e gera as especificidades do conceito de centro histórico no âmbito institucional. A ênfase recairá sobre a estruturação dos conceitos patrimoniais ao longo dos anos, iniciando por um entendimento sobre o sentido da preservação do patrimônio cultural. Ao final do Item 2, a discussão centrará a compreensão de como essa visão patrimonialista tem se materializado em propostas e ações nas áreas urbanas preservadas, considerando as questões do turismo e das relações de consumo cultural.

A intenção, portanto, é tornar perceptível a diferença entre a amplitude conceitual, que permite um entendimento amplo de patrimônio, e as práticas preservacionistas, principalmente de ordem institucional, que orientam a utilização dos conceitos segundo critérios próprios. A discussão buscará compreender nuances conceituais e práticas, que envolvem escolhas e decisões institucionais, no âmbito da preservação urbana.

2.1 SENTIDO DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Existe muita história em Paranaguá, mas está guardada somente na memória de algumas pessoas. Precisamos fomentar isso. É um belíssimo trabalho, um sonho parnanguara ter catalogada nossa história, nossa cultura imaterial.¹²

O comentário de Alceu Claro Chaves, ex-presidente da Fundação Municipal de Cultura de Paranaguá, a respeito do desenvolvimento do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) no município reflete uma vontade, quem sabe uma necessidade de guardar a história, as memórias coletivas daquele povo. A necessidade de catalogar, de tudo guardar, de nada esquecer se tornou mundial e, especialmente, ocidental e contemporânea. Tais ações refletem um natural período de luto na assimilação do desaparecimento de algo que naturalmente se transforma, mas que hoje parece se perder mais intensamente com as rápidas transformações, com os processos globalizantes e com o caráter descartável das atuais produções humanas e relações sociais.

¹² Entrevista publicada em matéria intitulada: *IPHAN realiza inventário de referências culturais em Paranaguá*, no site oficial do município de Paranaguá, em 21 de setembro de 2009. No momento da entrevista, Alceu Claro Chaves era o Presidente da Fundação Municipal de Cultura de Paranaguá. Disponível em <http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias.php?noticia_id=905> Acesso em dez.2010 (Prefeitura Municipal de Paranaguá (PMP), Reportagem, 2009c)

Não obstante, o presente processo de conservação patrimonial parece querer prolongar esse momento justificável de pesar, saturando-o e causando distorções no sentido da memória e da rememoração individual ou coletiva. Para Jeudy, *a conservação patrimonial se encarrega do depósito das lembranças e nos libera do peso das responsabilidades infligidas à memória* (JEUDY, 2005, p.15). Lembranças depositadas que não interessam de quem sejam ou para quem estejam destinadas; que não importam se trazem à memória momentos felizes, como a bucólica vida campestre ou em uma cidade anterior à industrialização; ou momentos trágicos, como a Segunda Guerra Mundial e o holocausto ou os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. O importante é que rememoram.

Para a sociedade contemporânea é como se esse intento de rememorar transmitisse a idéia de tranqüilidade, de manutenção de uma ordem simbólica, buscando para si uma *auto-imagem forte e consistente*, refletida em um espelho para sua autocontemplação, sendo que *adição de cada novo fragmento de um passado longínquo, ou de um passado próximo que mal acaba de "esfriar", dá a essa figura narcisista mais solidez, precisão e autoridade, torna-a mais tranqüilizadora e capaz de conjurar a angústia e as incertezas do presente*. (CHOAY, 2001[1992], p.241. Grifo no original). É como se fosse possível pensar que

[...] cada objeto reencontrado e o lugar que ele encontra no conjunto nos recordam uma maneira de ser comum a muitas pessoas e, quando analisamos esse conjunto e lançamos nossa atenção a cada uma dessas partes, é como se dissecássemos um pensamento em que se confundem as contribuições de certa quantidade de grupos (HALBWACHS, 2006 [1968]).

Na época de Maurice Halbwachs, o primeiro quartel do século XIX, talvez isso fosse mais fácil. Mas será possível colecionar objetos, pensamentos e contribuições de tantos grupos, em um mundo globalizado e cada vez mais hibridizado e fragmentado, que se estabiliza e desestabiliza em velocidades cada vez maiores? Talvez fosse tarefa para um *arquivista maluco*, conforme argumenta Huyssen (2000, p.15), e será que os processos de conservação patrimonial atuais não refletem um pouco essa *maluquice*? Assim, a tarefa de escolher o que preservar ou não, que historicamente é capitaneada pelas instituições preservacionistas, pode refletir essas distorções no âmbito da memória coletiva. Ao pensar que tais organizações fazem parte de um corpo social o qual representam, entende-

se que suas ações devem ser constantemente repensadas e atualizadas para que essa representatividade aconteça de maneira democrática, legitimando um olhar amplo, que enxerga o todo, mas que também considera a realidade de cada grupo.

De fato, a conservação patrimonial que se refere às práticas empreendidas no âmbito do Estado é instituída *por meio de um complexo processo de atribuição de valor que ocorre no âmbito da esfera pública* (ARANTES, 2008, p.1) a partir de instituições e legislações específicas, que buscam identificar e proteger bens que representam simbolicamente a identidade de uma nação, de um estado e/ou de um município. Torna-se interessante delimitar diferenças entre esse patrimônio *oficial* e aquele de *caráter milenar e ampla distribuição geográfica* (GONÇALVES, 2005, p.17), que atinge as sociedades em geral, sobre o qual é possível afirmar que

Todo grupo humano atribui valor diferenciado às estruturas edificadas e aos elementos da natureza que constituem os marcos de tempo-espaço que balizam seus territórios e práticas sociais, assim como aos conhecimentos e técnicas que participam da construção de diferenças de gênero e de gerações. Conservam-se os artefatos que participam dos modos de estruturação das relações sociais e eventualmente os representam; aqueles em que se ancoram as visões de mundo, materializando lembranças e crenças compartilhadas; assim como os que celebram episódios marcantes da história. Celebram-se festas e perpetuam-se narrativas que, ao serem executadas, realimentam a cosmologia, a organização social e o sentimento de pertencer a um meio social determinado. (ARANTES, 2008, p.1)

Essas diferenças demonstram que a transmissão natural do legado cultural, que ocorre no interior dos grupos humanos, passa a ter outros significados, quando instituídas ações oficiais de preservação, reconhecidos principalmente no objetivo de identificar elementos distintivos de uma identidade coletiva, seja ela nacional, estadual, local. O que se apreende dessa experiência relativamente nova é que o objetivo de expressar essa identidade, nutrido pelas práticas preservacionistas, parece querer *se opor ao fenômeno da globalização, funcionando como uma defesa contra a perda das identidades culturais* (JEUDY, 2005, p.22). E não somente através dos processos globalizantes, mas também da velocidade das

mudanças, como sugerido anteriormente. Portanto, a legitimidade desse processo ganha mais consistência se houver consciência sobre o seu real sentido, sobre as versões escolhidas para serem transmitidas às futuras gerações, sobre quem rememora a partir dessas escolhas.

Apesar das boas intenções, certamente há limitações nesse processo, principalmente porque ele depende de escolhas que estão revestidas de uma visão *própria* que está internalizada nas práticas oficiais do campo patrimonial. No caso da preservação de edifícios e cidades, sob a lógica de valorização da materialidade e da autenticidade das características arquitetônicas e urbanísticas, pode-se pensar que tal patrimônio preservado esteja de uma maneira desequilibrada, satisfazendo mais aos anseios de arquitetos ávidos por técnicas construtivas originais e antigas ou de historiadores e arqueólogos em busca de vestígios que comprovem os fatos históricos; ou aos anseios de interesses técnicos e políticos na busca de uma estética que remeta a qualidade de vida urbana atribuída ao passado do que satisfazendo às lembranças daqueles que vivenciam e dão sentido ao lugar, cotidianamente.

Na realidade de Paranaguá, assumir a identidade de *berço da civilização paranaense*, rivalizar com os outros municípios litorâneos pela autoria do prato típico do Estado faz parte desse processo, tanto quanto os tombamentos do seu centro histórico e a elaboração do INRC. Instrumentos preservacionistas, dos quais participam uma gama cada vez mais variada de profissionais habilitados para distinguir e analisar os elementos a serem preservados e as formas de mantê-los, geram um campo especializado cuja postura mais corrente ainda procura ‘ensinar’ aos reais detentores do patrimônio como utilizá-lo e apreciá-lo, pela visão *própria* da instituição.

Inserções recentes de outras visões e disciplinas sobre o patrimônio, que se configurava prioritariamente histórico e artístico, resultam em uma ampliação dos conceitos e das categorias a ele relacionado, conforme será discutido adiante no Item 2.3. Tal ampliação, certamente, gera maneiras mais democráticas de abordagem, mas que ainda apresentam limitações na compreensão do objeto, dos conceitos e na realização das práticas preservacionistas.

Essas distorções e restrições de compreensão podem facilitar a introdução do patrimônio na lógica mercadológica a qual está inserida à cidade, configurando o chamado *mercado da memória* (HUYSEN, 2000), já bastante consolidado em algumas realidades internacionais e brasileiras. A inserção dos centros históricos nessa lógica parece de fácil compreensão nas decisões políticas, determinando para ele a função de anfitrião dos

visitantes, lugar onde se encontrará uma síntese da identidade local que poderá ser levada para casa através de fotografias, vídeos ou souvenirs.

Sem neste momento adentrar na discussão sobre a lógica de mercado que atinge o patrimônio urbano e que será analisada mais adiante no Item 2.4, mostra-se útil apresentar uma distinção conceitual proposta por Arantes (1999) para quem é possível, na economia simbólica do patrimônio, distinguir dois aspectos que podem estar presentes em um mesmo objeto patrimonial – o *patrimônio-referência* e o *patrimônio-recurso*. Esses sentidos revelam duas formas de se relacionar com os tais objetos, sustentando um vínculo *simbólico* ou *alegórico* respectivamente. Para Arantes, o aspecto de *patrimônio-referência* diz respeito aos *sentidos enraizados e subentendidos na ação social*, isto é, se refere aos *valores que para determinado grupo são consensuais ou amplamente compartilhados* (ARANTES, 1999; p. 129). Esse caráter *simbólico* pode ser comparado ao *patrimônio milenar* referenciado anteriormente, que faz parte da vivência dos grupos sociais, os quais inventam e reinventam, perdem e encontram tradições e costumes, flexibilizando seus sentidos. O autor argumenta que o caráter flexível relaciona-se com o patrimônio através de outro aspecto, o *alegórico*, podendo transformá-lo em *patrimônio-recurso*. Sob esse sentido, ao tomar parte das políticas de identidade e dos jogos de mercado, os bens culturais são utilizados como participantes obrigatórios de uma tradição regada pelos costumes ou *resultantes dos mais variados motivos como a preferência estética e o prazer lúdico* (ARANTES, 1999; p. 130). Em alusão ao sagrado (simbólico) e ao profano (alegórico), Arantes reflete que esses dois aspectos *convivem no interior de todos os bens culturais* e assim,

[...] permite, na formulação das políticas culturais, optar-se por favorecer, em maior ou menor grau, o caráter sagrado dos bens patrimoniais e monitorar a sua convivência – nem sempre pacífica – com as tendências do mercado e as transformações sociais. (ARANTES, 1999; p. 130)

Esse jogo decisório sobre as questões patrimoniais, que podem dar aos bens culturais um caráter *alegórico*, reaproxima o entendimento desse sentido do patrimônio cultural do pensamento de Choay (2001 [1992]), a qual dedica uma obra para tentar compreender o culto contemporâneo ao *patrimônio histórico* representado pelas edificações. Um culto oficial que para ela, a partir da década de 1960, se mostra *inflacionado* e que certamente atribui a esse patrimônio *uma estratégia política; comporta uma dimensão econômica; e se configura como uma reação contra a*

mediocridade da urbanização contemporânea (CHOAY, 2001 [1992]; p.17). Para a autora, essa *inflação* não se configura somente nesses aspectos, sendo seu extraordinário desenvolvimento intimamente vinculado à *função narcisista*, referenciada anteriormente, que cria uma imagem social forte e tranquilizadora. Apesar de aparentemente interessante em um primeiro momento, nessa função

[...] o culto do patrimônio só é justificável por um tempo: o tempo de interromper simbolicamente o curso da história, tempo de tomar fôlego na atualidade, tempo de confortar nossa identidade antropológica a fim de poder continuar sua construção, tempo de reassumir um destino e uma reflexão. Passado esse prazo, o espelho do patrimônio estaria nos precipitando na falsa consciência, na recusa do real e na repetição (CHOAY, 2001 [1992], p. 248).

E, ao retomar o destino, a reflexão e a construção de uma identidade antropológica, recuperando a *competência de articular espaços de vida*, a autora propõe *empreender a travessia concreta e prática do espelho patrimonial* e, segundo ela,

Essa travessia só pode ser tentada pela mediação do nosso corpo. Ela passa precisamente por um corpo-a-corpo: o do corpo humano com o corpo patrimonial. Ao primeiro, cabe mobilizar e por em alerta todos os seus sentidos, restabelecer a autoridade do tato, da cenestesia, da cinestesia, da audição e do próprio olfato e recusar ao mesmo tempo a hegemonia do olho e as seduções da imagem fotográfica ou digital. Ao segundo, caberia um papel propedêutico: fazer que sejam aprendidas ou reaprendidas as três dimensões do espaço humano, suas escalas, articulação, contextualização, na duração de travessias, incursões e percursos comparáveis ao *saber de cor* da memória orgânica [...] (CHOAY, 2001 [1992], p. 256-7).

Procurando decifrar a proposta, é possível compreender que a preservação do patrimônio cultural não deve representar um fim em si, mas abrir possibilidades de conhecimento e discussão sobre os grupos sociais que se estabelecem no ambiente urbano ou em outros contextos de

preservação. Possibilidades que não se restringem aos grupos, mas ampliam a compreensão do próprio ambiente urbano objeto de preservação, que sempre estará interconectado com outras realidades, com outras temporalidades, com outras experiências. E, nessa possibilidade de mediação e diálogo, cada pessoa se posiciona a partir das suas próprias experiências e relações memoriais, do seu próprio corpo com o corpo patrimonial, e não através de um olhar único, visual, imposto e difundido institucionalmente ou midiaticamente.

Esse entendimento de patrimônio deve ser uma construção social, que passa pelo viés institucional, democratizando a compreensão e o entendimento da cidade e de seus grupos sociais. Tal entendimento se mostra como uma possibilidade e na continuidade do Item 2 será possível verificar que a construção dos conceitos patrimoniais se estruturou na compreensão de uma herança comum, representada pelos aspectos materiais, principalmente arquitetônicos e urbanísticos.

2.2 TOMBAMENTO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DE ÁREAS URBANAS

O tombamento é um ato administrativo e legislativo do Poder Público e, no contexto brasileiro, ganhou importância vital nas ações de preservação das instituições preservacionistas. Ao longo das suas trajetórias, confunde-se o ato do tombamento com o próprio ato de preservar, preterindo outros instrumentos¹³ e visões existentes.

No contexto nacional, tal ato é uma herança do direito e da semântica portuguesa de inventariar, arrolar e registrar e também concilia-se com um significado de patrimônio iniciado, segundo Choay, (2001 [1992]), no século XVIII, com o advento da Revolução Francesa quando, ameaçados por confiscos e atos de destruição, os bens da realeza e da burguesia foram consagrados à categoria de monumento em nome de sua função histórica, portanto denominados Monumentos Históricos. Conceito, considerado de maneira isolada em um primeiro momento, foi imediatamente vinculado à

¹³ Conforme Kersten (2000), *o ato de preservar pode ser compreendido como todo aquele que visa à conservação de bens tidos, consensualmente, como referenciais*. Como exemplo, a autora utiliza a Lei Federal nº3.924, de 1961, que determina a proteção de bens históricos, artísticos ou numismáticos oriundos de descobertas fortuitas, mas não prevê seu tombamento (KERSTEN, 2000, p.51). A própria Constituição Federal de 1988 também prevê outros tipos de acatamento, como o inventário, ainda muito discutidos, tornando-se discutíveis em muitas instâncias oficiais, técnicas e jurídicas, nas quais o tombamento obtém posições mais unânimes.

construção de uma identidade nacional, característica que o tornou viável para diversos países e rapidamente apropriado.

Com essa perspectiva de guardar marcas do tempo em função de uma história nacional, surge o patrimônio urbano no âmbito europeu do final do século XIX, solidariamente às transformações urbanísticas modernizadoras daquela época. Tal patrimônio adquire sua identidade conceitual, conforme Choay, *tornando-se um obstáculo ao livre desdobramento de novas modalidades de organização do espaço urbano* (CHOAY, 2001 [1992], p.179). A preservação do patrimônio urbano não conseguiu deter a maioria das transformações urbanísticas ocorridas naquela época, mas lançou a semente de um conceito que perdura e evoluiu até o presente momento, repercutindo novas conotações, sob a égide de preservar espaços de memória e identidade.

Pensando o ato de tombamento como o de preservar, consolidou-se a permanência e evolução do conceito de patrimônio urbano, assim como de outros tipos de bens que se mostraram excepcionais na representação de uma identidade comum. É interessante pensar tal ato como um *ritual* (KERSTEN, 2000; LIMA FILHO, 2009) *que arranca o fato do cotidiano e o reveste de significações*, tornando-o *sacralizado* (KERSTEN, 2000, p.49). Assim,

Retirados de sua virtualidade e transformados em patrimônio visível e significativo, estes bens propiciam que uma determinada história seja recontada a partir de seus fragmentos, reafirmando seu valor testemunhal, dado por seu caráter monumental e/ou pelo tempo que a eles se incorporou (KERSTEN, 2000, p. 49).

No ato de tombamento, uma história passa a ser contada a partir de um ponto de vista específico, que pode atender apenas o interesse de representação oficial. A sacralização de um bem, fundamentada nesse ato, segue um ritual que é técnico, administrativo e jurídico e pode ser solicitado por qualquer cidadão comum e questionado pelos proprietários dos imóveis, mas cuja decisão final cabe aos conselhos formados por representantes da sociedade civil organizada, por intelectuais e técnicos que transformam o bem em símbolo de unicidade.

No caso da preservação do patrimônio urbano e da instituição dos centros históricos, outra peculiaridade reforça a sacralidade desses bens, a delimitação de perímetros ou poligonais, o que conforma as áreas a serem protegidas. Essa prática facilita e até mesmo possibilita a gestão patrimonial

desses ambientes urbanos e define-se em uma delimitação física que tem como ponto de vista a ótica totalizadora da planta baixa, inerente à visão *própria* do arquiteto e urbanista, mas, no contexto dinâmico da cidade, torna-se invisível aos olhos dos seus usuários.

Assim, reforça-se o caráter sagrado, destacando através de uma escolha meticulosa dos gestores patrimoniais, uma parte da cidade cujas características valorizam os aspectos arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos que remetem ao passado. Uma visão fragmentada de um espaço urbano permeado por outras vivências e visões.

2.2.1 O contexto internacional de preservação do patrimônio urbano

No âmbito internacional, muitos países em todos os continentes possuem legislações que abarcam a preservação de elementos referenciais para suas culturas e histórias, seguindo critérios diversos para catalogar e classificar bens de interesse de preservação. Tais parâmetros se integram a características próprias de cada nação, estado ou município, mas a grande maioria está pautada em princípios internacionais, regidos por documentos com diversos países signatários.

Apesar dessa profusão de princípios gerais instituídos nas cartas patrimoniais, é possível perceber, sem aprofundar a análise, algumas diferenças na apropriação de normas e diretrizes, como distinções culturais quanto àquilo que é considerado patrimônio e a forma de preservá-lo, especificamente com relação ao patrimônio arquitetônico e urbano: enquanto na França a legislação traduz um entendimento sobre o patrimônio que privilegia os interesses públicos¹⁴; nos Estados Unidos prevalece o direito de propriedade cuja *limitação do uso do patrimônio histórico privado é considerada um atentado contra a liberdade dos cidadãos* (CHOAY, 2001 [1992], p.17). No caso do Japão, conforme Jeudy, o vocábulo patrimônio é inexistente na sua língua. Naquela cultura, *o princípio de consagrar um local, de designá-lo como sagrado a fim de atribuir-lhe um valor patrimonial não teria sentido, uma vez que bom número de locais (e sobretudo os inumeráveis templos) já são sagrados*. O autor ainda deduz que *é sob pressão dos ocidentais que os japoneses são levados a pensar no seu patrimônio*¹⁵ (JEUDY, 2005, p.20).

¹⁴ Esse viés que pauta a mentalidade francesa se difunde na grande maioria dos países europeus e da América Latina, onde o interesse público e a função social da propriedade se sobrepõem aos interesses privados.

¹⁵ Jeudy cita o exemplo de um antigo prédio localizado na cidade de Osaka, provavelmente do início do século, o qual foi conservado em um estado um tanto decadente e se encontrava totalmente

Indutores desse pensamento ou induzidos por ele, os países encontram nas instituições internacionais de preservação, como a *Assembléia Geral da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Natural e Cultural*, no âmbito da UNESCO¹⁶, a possibilidade de discussão e reflexão em fóruns permanentes que possibilitam a valorização das suas culturas sob a égide de instâncias mundiais que inserem especificidades e problemáticas locais em um contexto global, segundo seus parâmetros de classificação. Esse constante jogo decisório abarca não apenas interesses culturais, mas também políticos e econômicos.

Nesse contexto internacional e deliberativo, os princípios da preservação arquitetônica e urbana nascem entre discussões modernistas e pós-modernistas no campo da arquitetura e urbanismo através de marcos importantes que influenciam o contexto mundial até os dias atuais. Dois deles se mostram imprescindíveis nesse momento de análise, a Carta de Atenas (IPHAN, 2004, p.13) e a Carta de Veneza (IPHAN, 2004, p.91). A primeira, de outubro de 1931, lançou os princípios da preservação arquitetônica e urbanística, servindo de base para a atuação de órgãos como o ICOM (Conselho Internacional de Museus) e o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), organismos institucionais vinculados à UNESCO, fontes das recomendações internacionais para a atuação em suas áreas. A segunda é decorrente do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, promovido pelo ICOMOS, ocorrido no ano de 1964 em Veneza.

Nesse momento, o conceito de monumento se amplia, partindo do entendimento do monumento isolado, passa a considerar *a idéia de espaço*, estendendo a preservação *ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que encerra* (Normas de Quito, 1967, II – Considerações Gerais)¹⁷. Apesar dessa ampliação significativa, a compreensão desse tipo de patrimônio se configurou em uma escala maior de ação a partir do mesmo sistema de valores utilizado para eleger e gerir os monumentos isolados.

revestido por uma tela verde que permitia entrevê-lo. Diz ele: *pode-se pensar que a decisão de conservar essa construção foi tomada já há um certo tempo, mas que persiste uma incerteza a respeito da sua restauração e de seu uso* (JEUDY, 2005, p.21).

¹⁶ *Assembléia Geral da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Natural e Cultural* é uma organização vinculada à UNESCO que gerencia as decisões dessa Convenção, da qual participam atualmente 187 países. Suas sessões ocorrem bianualmente e a última ocorreu em 2009, em Paris.

¹⁷ Normas de Quito – Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico. OEA – Organização dos Estados Americanos. Novembro/Dezembro de 1967 (IPHAN, 2004, p. 105)

Alguns conceitos como o de *ambiência* auxiliam o entendimento mais amplo do ambiente urbano preservado, descrito na Carta de Nairóbi (1976), onde é entendido como *o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais* (IPHAN, 2004, p. 220). Na mesma direção, a recente declaração de Xi'an (2005), dispõe sobre a conservação do *entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural*, cujo entorno se define como *o meio característico seja de natureza reduzida ou extensa, que forma parte de – ou contribui para – seu significado e caráter peculiar*, e complementando,

Mas, além dos aspectos físicos e visuais, o entorno supõe uma interação com o ambiente natural; práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criaram e formaram o espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômica. (UNESCO, Declaração de Xi'an, 2005)

Esse caráter dinâmico que vai incorporando uma amplitude na compreensão dos ambientes urbanos preservados é um elemento central na reflexão proposta, pois vai se consolidando no interior do pensamento preservacionista como é possível perceber ainda na *Declaration on the Conservation of Historic Urban Landscapes* na qual um dos seus princípios argumenta que,

Continuous changes in functional use, social structure, political context and economic development that manifest themselves in the form of structural interventions in the historic urban landscape may be acknowledged as part of the city's tradition, and require a vision of the city as a whole with forward-looking action on the part of decision-makers, and a dialogue with the other actors and stakeholders involved. (UNESCO, *Declaration on the Conservation of Historic Urban Landscapes*, 2005)¹⁸.

¹⁸Mudanças contínuas no uso funcional, na estrutura social, no contexto político e no desenvolvimento econômico que se manifestam sob a forma de intervenções estruturais na paisagem histórica da cidade podem ser reconhecidas como parte da tradição da cidade e requerem uma visão da cidade como um todo, um olhar prospectivo por parte dos gestores e um diálogo com

Percebe-se, assim, que no contexto internacional os documentos oficiais vão se solidarizando com uma visão mais ampla de patrimônio e cidade, criando bases para ações considerarem seu caráter dinâmico, sua imaterialidade, os contextos cultural, social e econômico, além dos diversos agentes envolvidos no processo. A direção está sendo apontada, mas ainda é necessário refletir e empreender ações dentro de cada contexto patrimonial. Portanto, a questão é: o que fazer para que essa visão ultrapasse os discursos e documentos oficiais e se efetive nas práticas de preservação, visto que, em muitos momentos, a noção de patrimônio utilizada ainda está restrita à valorização pura e simples de seus aspectos arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos e históricos?

2.2.2 O olhar brasileiro na construção do seu acervo patrimonial

O contexto nacional dialoga muito proximamente com o contexto internacional de preservação do patrimônio cultural, já que o Brasil é signatário dos diversos documentos supracitados. Apesar dessa proximidade, o contexto brasileiro possui peculiaridades que assentam a cultura da preservação na realidade nacional tanto em uma perspectiva histórica quanto atual.

Enfocando o contexto do patrimônio urbano e a visão ampla destacada no final do item anterior, destaca-se positivamente a definição da Carta de Petrópolis¹⁹ (IPHAN, 2004, p. 285) que, em 1987, já entendia o *sítio histórico urbano* como

[...] o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações. Esse sítio histórico urbano deve ser entendido em seu sentido operacional de área crítica, e não por oposição a espaços não-históricos da cidade, já que toda a cidade é um organismo histórico.

O sítio histórico urbano – SHU – é parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação, devendo os novos

os outros atores e partes envolvidas (Declaração sobre a Conservação de Paisagens Urbanas Históricas, 2005. Tradução livre da autora).

¹⁹ Documento conclusivo do 1º Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização de Centros Históricos. Petrópolis – RJ, 1987 (CURY, 2004, p. 285).

espaços urbanos ser entendidos na sua dimensão de testemunhos ambientais em formação (IPHAN, 2004, p. 285).

A partir dessa compreensão é possível perceber as potencialidades e limitações entre o entendimento e a aplicação dos conceitos ao longo do tempo, pois apesar de uma visão precocemente abrangente do ambiente urbano preservado, a construção do acervo patrimonial brasileiro também perpassou aquele afã político e social de criação de uma identidade nacional, obviamente com uma defasagem temporal com relação à realidade europeia, mas com não menos entusiasmo.

Desde 1930, no contexto do Estado Novo e sob a tutela de intelectuais modernistas, as definições conceituais e os marcos legais foram sendo pensados e instituídos, em um primeiro momento, com uma visão ampla de cultura²⁰ que abrangia a natureza material e imaterial dos bens a serem protegidos, perspectiva retomada somente em meados da década de 1970 e legitimada na Constituição de 1988²¹.

Vigente até hoje, o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, constituído pelo *conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico e etnográfico, bibliográfico ou artístico*²². Tal legislação cria o instituto do tombamento, no qual os bens eleitos²³ são inscritos em Livros do Tombo, categorizados como Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Histórico; das Belas-Artes; e das Artes Aplicadas.

Apesar da ampla gama de categorias abordadas nos Livros do Tombo e de importantes registros de preservação de bens naturais e

²⁰ Refiro-me ao anteprojeto para a criação de um serviço de federal de proteção ao patrimônio, elaborado por Mário de Andrade em 1936. Neste documento ele considera as manifestações eruditas e populares sob o conceito de arte, definindo oito categorias: arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras (FONSECA, 2005).

²¹ Principalmente, o descrito no Artigo 216 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

²² Definição contida no Artigo 1º do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (IPHAN, 1937)

²³ A eleição dos bens a serem protegidos em âmbito federal refere-se a um processo iniciado por qualquer pessoa, física ou jurídica, a partir do qual são reunidas informações sobre o bem; o processo passa por um trâmite interno no IPHAN, sendo finalizado com o juízo do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a sanção do Ministro da Cultura e a inscrição no respectivo Livro do Tombo. Ver Portaria Federal nº 11/1986 que dispõe as normas para a instauração dos processos de tombamento e a publicação Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1938-2009 (IPHAN, 2009).

arqueológicos, ao longo dos anos, perdeu uma política que priorizou a excepcionalidade e os fatos históricos memoráveis consolidados na preservação do patrimônio arquitetônico e urbano, considerando primeiro o acervo vinculado ao período da colonização. Posteriormente, foram sendo incorporadas contribuições de outras épocas, representantes preferencialmente de grupos hegemônicos, valorizando as questões históricas e artísticas.

Ademais das legislações, vão se consolidando instituições na atuação da *fiscalização, proteção, identificação, restauração, preservação e revitalização dos monumentos, sítios e bens móveis do país*²⁴, cujo campo de atuação envolve profissionais especializados, capitaneados prioritariamente por arquitetos e historiadores, responsáveis pelas decisões políticas tomadas sob a égide preservacionista.

Sem adentrar demasiadamente ao histórico e aos meandros institucionais, é interessante destacar como a inicial visão *holística* ou *acadêmica* (LIMA FILHO, 2009, p. 606) de Mário de Andrade foi preterida pela instituição do Decreto-Lei 25/1937, *mais restritivo na concepção de patrimônio, mais adequado, porém, às circunstâncias do momento* (FONSECA, 2005).

Esse momento, caracterizado pela presença marcante de Rodrigo de Melo Franco de Andrade como primeiro diretor do IPHAN, cujas *ações obstinadas pela proteção do patrimônio edificado* (LIMA FILHO, 2009, p. 607) deram o tom das políticas patrimoniais nacionais da época, às quais se juntava a influência teórica e intelectual de Lúcio Costa - arquiteto, urbanista e um dos mentores da “Academia SPHAN” (SANTOS, 1996). Ações que se configuraram em um dever cívico o qual tinha como intuito o *registro da nação, dando legitimidade ao significado social da idéia de patrimônio* (SANTOS, 1996, p. 78 e 94), sob um viés intelectual. Essa visão perdurou oficialmente até 1968, quando Rodrigo deixou a direção da instituição (um ano antes de sua morte), mas ainda deixa marcas no pensamento e nas ações empreendidas não só pelo órgão federal, mas também reproduzidas historicamente nos âmbitos estaduais e municipais ou no entendimento de patrimônio cultural difundido em vários grupos sociais, intelectuais ou não.

É interessante perceber, ainda dentro de uma abordagem institucional, como as inscrições nos Livros do Tombo também

²⁴ Ações institucionais descritas no site do IPHAN. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12138&retorno=paginalphan>> Acesso em dez. 2010.

representaram uma maneira de evidenciar aquilo que era mais valorizado. Em recente análise, Ribeiro (2007) compila dados dos processos de tombamento empreendidos pelo IPHAN e de autores consagrados para discutir a inserção da característica paisagística na preservação dos monumentos, atribuindo à criação do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico uma contribuição importante tanto para essa inserção, quanto para a consideração das obras *modestas*, conforme cita:

O Livro Histórico e o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico passaram a ser utilizados para a inscrição daqueles bens que não atingiam as exigências que eram colocadas para o Livro das Belas Artes, seja por não possuírem maior interesse estético, seja por estarem adulterados e/ou parcialmente destruídos. (RIBEIRO, 2007, p. 74)

Em 1938, Ouro Preto, Serro, Mariana, Tiradentes e São João Del Rei foram as primeiras áreas urbanas a serem protegidas pela legislação federal, primeiramente inscritas no Livro do Tombo das Belas Artes. A cidade de Ouro Preto já havia sido declarada Monumento Nacional em 1933, anos antes da publicação do Decreto-Lei nº 25/1937, provavelmente como resposta às preocupações externadas na Carta de Atenas (1931).

A valorização da qualidade estética dos bens deflagra a hegemonia da visão artística, que fundamentava o pensamento dos arquitetos, à época predominante nas decisões e ações da instituição federal. Mesmo incorporando a ambiência dos bens e considerando as obras “modestas”, a questão estética continuou sendo constitutiva dos bens preservados, pois, em última instância, a estética é inerente à paisagem, à arquitetura e à cidade. Portanto, o que se faz necessário compreender é o quanto a estética influenciou ou influencia as decisões preservacionistas; e sob a visão de quem ela está sendo considerada, pois diferentes visões imprimem valores diferenciados aos atributos estéticos.

Com essa abordagem, compreende-se que o conceito de patrimônio cultural estava vinculado a uma proteção legal rigorosa, condicionando a uma visão histórica e artística que, em um primeiro momento, considerou a monumentalidade de edifícios, posteriormente sua inserção em um contexto específico, evoluindo para a compreensão do próprio contexto urbano como monumento, mas sempre priorizando um olhar próprio, advindo de uma formação técnica, considerada intelectual.

Atualmente, são 94 áreas urbanas protegidas pela legislação federal de tombamento que estão sob a tutela do IPHAN²⁵, entre elas Paranaguá. E, apesar do desenvolvimento de outras formas de proteção do patrimônio cultural, o tombamento ainda é compreendido como um instrumento eficiente de salvaguarda desses ambientes urbanos, sendo que nos últimos dez anos houve um aumento significativo de áreas urbanas tombadas pelo IPHAN²⁶, justificado por um passivo institucional sobre o qual processos se arrastavam por vários anos (LA PASTINA FILHO, Entrevista, 2010). Além disso, a instituição passa a reconhecer, nos últimos anos, áreas que se relacionam aos ciclos econômicos, ao acervo ferroviário, aos ciclos migratórios, entre outras características que *evidenciam principalmente a importância de determinado bem na formação social e cultural do país* (IPHAN, Reportagem, 2010).

Nesse sentido, compreende-se que as escolhas patrimoniais continuam sendo feitas e levadas a cabo por esse viés institucional. Áreas são delimitadas em perímetros que, apesar de um entendimento mais amplo de patrimônio e cidade, referenciam prioritariamente exemplares arquitetônicos e urbanísticos significativos, como será percebido no caso de Paranaguá. Colocam-se as questões: Como será a gestão dessas áreas a partir dessas escolhas? Com que intuito e a partir de que visão elas estão sendo consideradas?

2.2.3 A preservação do patrimônio cultural paranaense

Através da criação e instalação do Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural Paranaense (CSDPC) mediante Lei nº 38/1935 iniciam-

²⁵ Neste momento foram consideradas 'áreas urbanas preservadas' aqueles bens arrolados na publicação Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1938 – 2009 (IPHAN, 2009) com as seguintes denominações: Acervo Natural, Paisagístico, Urbanístico e Arquitetônico; Cidade; Conjunto Arquitetônico e Paisagístico; Conjunto Arquitetônico e Urbanístico; Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico; Conjunto Arquitetônico da Praça...; Conjunto Arquitetônico da Avenida...; Conjunto de Edificações; Conjunto Histórico e Arquitetônico; Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico; Conjunto Histórico e Paisagístico; Conjunto Histórico e Urbanístico; Conjunto Paisagístico; Conjunto Urbano-Paisagístico; Município; Sítio Histórico; Sítio Histórico e Paisagístico. Nessa publicação foram contabilizadas 85 'áreas urbanas preservadas'. Foram contabilizadas mais 9 'áreas urbanas preservadas', cujo processo de tombamento ocorreu posteriormente à referida publicação, entre dezembro de 2009 e dezembro de 2010 (IPHAN, Reportagem, 2009a; IPHAN, Reportagem, 2009b; IPHAN, Reportagem, 2010), totalizando 94 áreas urbanas protegidas pela legislação federal de tombamento.

²⁶ No período entre 2000 e 2009 foram realizados 13 tombamentos de áreas urbanas (IPHAN, Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do IPHAN, 2009). No ano de 2010 ocorreram 7 tombamentos de tais áreas (IPHAN, Reportagem, 2010), somando 20 tombamentos na década.

se, de forma pioneira, as ações preservacionistas no Estado do Paraná (KERSTEN, 2000, p. 124). Apesar desse primeiro momento promissor, ao longo dos anos, o que se consolidou como marco legal paranaense para a salvaguarda do seu patrimônio cultural foi a Lei Estadual 1.211 de 16 de setembro de 1953, que dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná. Assim, como tantas outras instituídas no âmbito dos Estados brasileiros, a Lei Estadual paranaense segue de maneira muito próxima, até mesmo na composição textual, o Decreto-Lei 25/1937, difundindo os seus preceitos e aproximando a atribuição de valores a elementos inseridos nesses contextos mais específicos. Posteriormente, esse mesmo movimento é empreendido com relação aos municípios, fomentando a criação de legislações de preservação do patrimônio cultural nesse âmbito mais restrito.

A orquestração e a influência dos preceitos patrimonialistas nacionais e internacionais são evidentes, mesmo assim é possível traçar uma trajetória legal e institucional, com personagens e ações²⁷, que situa os resultados obtidos em uma configuração particular do Estado, que hoje conta com 167 bens tombados distribuídos em 44 municípios (CPC-SEEC, 2010), que estão sob a tutela da Coordenadoria do Patrimônio Cultural (CPC), da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (SEEC).

No que condiz ao patrimônio urbano, entre esses bens tombados estão o Setor Histórico da Lapa e o Setor Histórico de Paranaguá. Há ainda outras duas áreas urbanas preservadas, localizadas em Curitiba – a Paisagem Urbana da Rua XV de Novembro e o Conjunto Urbano da Rua Comendador Araújo. E há estudos para o tombamento estadual dos centros históricos de outras duas cidades - Morretes e Castro.

Dentro desse contexto, Paranaguá perpassa uma trajetória na configuração de seu acervo patrimonial que está vinculada aos primeiros tombamentos empreendidos pelo IPHAN. Já em 1938, são inscritos nos Livros do Tombo Histórico e das Belas Artes o Colégio dos Jesuítas (atual Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná) e a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, localizada na Ilha do Mel²⁸. Nessa

²⁷ O trabalho de Kersten (2000) se mostra imprescindível para compreensão de tal trajetória, abrangendo o período entre 1938 e 1990.

²⁸ Esses dois bens foram arrolados em uma lista, que continha seis bens de natureza arquitetônica, enviada em carta de David Carneiro (08/04/1937) para Rodrigo Melo de Franco Andrade. Tal carta respondia a uma consulta do diretor da instituição federal sobre *obras de architectura civil, religiosa e militar existentes no Paraná e que possam ser consideradas de excepcional valor artístico ou histórico*. (Carta de Rodrigo Melo de Franco Andrade, a David Carneiro em 05/04/1937 *apud*

perspectiva de proteção, que valorizava o caráter monumental dos edifícios e de sua história, foram tombadas ainda pela instituição federal as igrejas de São Benedito e da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, inscritas em 1967 no Livro do Tombo Histórico.

Com a Lei Estadual instituída no estado do Paraná em 1953, Paranaguá amplia seu acervo patrimonial para além dos bens tombados em nível federal, do qual passam a participar, além de edifícios, objetos de imaginária, obra bibliográfica e ambientes naturais, como pode ser visto na tabela a seguir:

Quadro 1 - Relação de bens tombados em nível estadual no município de Paranaguá-PR.

	Bem tombado em nível estadual - Paranaguá-PR	Ano de Tombamento	Livro do Tombo
1	Igreja da Irmandade de São Benedito	1962	Histórico
2	Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas	1962	Histórico
3	Fonte (localizada junto ao Rio Itiberê em Paranaguá – Fonte Velha)	1964	Histórico
4	Crucifixo Processional	1966	Histórico
5	Imagem de Nossa Senhora da Candelária	1966	Histórico
6	Imagem de Nossa Senhora do Rosário	1966	Histórico
7	Imagem de Santa Efigênia	1966	Histórico
8	Imagem de Santa Luzia	1966	Histórico
9	Imagem de São Benedito	1966	Histórico
10	Prédio da Prefeitura Municipal – Antigo Palácio Visconde de Nácar	1966	Histórico
11	Igreja de Nossa Senhora do Santíssimo (Matriz de Paranaguá)	1967	Histórico
12	Antigo Colégio dos Jesuítas	1972	Histórico
13	Casa onde moraram Brasília Itiberê e Monsenhor Celso	1972	Histórico
14	Casa sito à Praça Monsenhor Celso, 106	1972	Histórico
15	Fortaleza Nossa Senhora dos	1972	Histórico

KERSTEN, 2000, p.128). As obras eleitas por David Carneiro representavam, assim, o *Paraná português* (KERSTEN, 2000, p.129)

	Bem tombado em nível estadual - Paranaguá-PR	Ano de Tombamento	Livro do Tombo
	Prazeres (Fortaleza da Barra)		
16	Ilha do Mel	1975	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
17	Serra do Mar em Paranaguá	1986	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
18	Estação Ferroviária de Paranaguá	1990	Histórico
19	Setor Histórico de Paranaguá	1990	Histórico
20	Instituto de Educação Dr. Caetano Munhoz da Rocha	1991	Histórico
21	Jazigo da Família Correia	1991	Histórico
22	Antiga Alfândega de Paranaguá	1999	Histórico
23	Casa Elfrida Lobo	1999	Histórico
24	Originais da Obra Memória Histórica da Cidade	2003	Histórico

Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ (Paraná). *Bens tombados por município*. [on-line] Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/municipio.php>> Acesso em dez. 2010.

No Quadro 1, vê-se em destaque o Setor Histórico de Paranaguá, nome pelo qual foi designada a área urbana protegida no momento do tombamento estadual, ocorrido em 22 de dezembro de 1990. Apesar desse marco institucional, no estado do Paraná, e em Paranaguá, o conceito de patrimônio urbano passa a ser vivenciado um tempo antes, em 1967, quando se iniciam os trabalhos para a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento de Paranaguá, instituído pela Lei Municipal nº 773, de 12 de setembro de 1969, que trouxe uma contribuição legal importante para a preservação do patrimônio urbano do município, conforme documentos contidos no Processo de Tombamento:

Destacamos, com efeito, a preocupação constante no Plano quanto à preservação da paisagem urbana, em suas características principais, para o que são propostos: 1 – delimitação de um Centro Histórico; 2 – esquema para o trânsito na área; e, 3 – a preservação e a revitalização do local, notadamente com a exploração do turismo (CEPHA-SEEC, Processo de Tombamento, 1990, fls. 18).

Nesse momento, ficou definido na Lei de Zoneamento (Capítulo III), que o limite do Centro Histórico correspondia à Zona Comercial Principal (ZC1). Cabe destacar que são alterações posteriores definidas para essa lei, decorrentes de vontade política e pressão imobiliária que, ao ameaçar a integridade de tal patrimônio urbano, provocaram a instauração do processo de tombamento estadual.

Assim, torna-se importante conhecer o contexto desse tombamento, pois deflagra pensamentos e posicionamentos de agentes institucionais, sociais e políticos que ajudam na compreensão de um novo conceito patrimonialista que se instaurava no Estado.

O tombamento do Setor Histórico de Paranaguá ocorre um ano e meio após o tombamento do Setor Histórico da Lapa²⁹, em 1989. Os estudos para os tombamentos e a condução dos processos são parte da experiência de uma mesma equipe técnica fixada no âmbito da CPC-SEEC, formada principalmente por arquitetos especialistas na área do patrimônio³⁰ e com apoio técnico e institucional do então Escritório Técnico do IPHAN no Paraná³¹, que já possuía a intenção dos tombamentos das duas áreas. É interessante perceber que, além das decisões técnicas que se fundamentavam naquele momento, os estudos para os tombamentos dos dois sítios se configuraram em um momento de entusiasmo institucional sobre o tema do patrimônio urbano, através do qual foi possível mesclar experiências e evidenciar diferenças que condiziam com as duas realidades abarcadas, por um o olhar próprio que estava sendo construído no âmbito estadual. Esse momento também consolida uma parceria e cumplicidade institucional que se reflete até hoje entre a instância federal e estadual de preservação do patrimônio cultural.

Como referido anteriormente, no caso de Paranaguá, outros fatos corroboraram para a efetivação do tombamento: as alterações na Lei Municipal nº 773/1969, através da Lei 01/1990 de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que diminuiu significativamente a área preservada (Ver

²⁹ Cidade paranaense com remanescentes históricos e arquitetônicos que remetem ao período colonial, ao ciclo do tropeirismo e à Revolução Federalista. Se localiza no planalto de Curitiba, a aproximadamente 70Km da capital.

³⁰ Alguns arquitetos integrantes da equipe possuíam a formação no Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que possuía o apoio da UNESCO e do IPHAN. Essa formação era considerada, no círculo patrimonial, significativa e por vezes essencial para atuar na área de conservação e restauro do patrimônio arquitetônico e urbano, sendo o curso considerado um dos mais importantes dessa área no Brasil e na América Latina.

³¹ Atualmente 10ª Superintendência Estadual do IPHAN no Paraná.

Anexo I), dando poderes maiores de decisão sobre o tema a essa instância, que não estava comprometida com a preservação; e a demolição do edifício *Palais Royal*, (localizado na Rua Quinze de Novembro, em pomposo estilo eclético) que provocou uma reação popular, fazendo surgir um movimento denominado ‘SOS Paranaguá’ que colheu “milhares” de assinaturas em um abaixo-assinado em favor da preservação arquitetônica e urbana (CEPHA-SEEC, Processo de Tombamento, 1990, fls 86; MATTOS, Entrevista, 2010).

Apesar desse envolvimento popular deflagrado na construção do processo de tombamento, é interessante destacar a fala da arquiteta Rosina Coeli Alice Parchen³² para quem *foi mais fácil tombar Paranaguá do que a Lapa*, cujo processo foi marcado pela relação tumultuada e conflituosa entre os interesses das instituições preservacionistas e os interesses dos moradores e proprietários dos imóveis da área tombada. Tal facilidade é atribuída a uma forma diferente de se relacionar como o espaço urbano a ser preservado. Para ela, *a relação de quem mora ali é bem diferente do que quem mora na Lapa. Em Paranaguá pouquíssimo paranguara ainda estava morando no centro histórico. [...] Os que estão ali são comerciantes.* (PARCHEN, Entrevista, 2010).

As questões de pertencimento e apropriação do lugar, da cidade e de seus referenciais arquitetônicos e urbanos serão discutidas posteriormente, nos Itens 3 e 4, por ora é interessante perceber como os diferentes agentes se posicionam com relação ao ato do tombamento, como se relacionam entre si e que percepção possuem uns dos outros. Compreende-se que os referenciais ‘externos’ do campo do patrimônio criam reações diversas que dependem do contexto de cada cidade, sendo apropriados, rejeitados ou indiferentes aos agentes sociais, dependendo de suas expectativas e interesses com relação ao espaço urbano que vivenciam.

Dentre esses referenciais externos, próprios do campo do patrimônio, está a definição de um perímetro de tombamento, com delimitação precisa daquilo que está ou não protegido no município. Como citado anteriormente, em Paranaguá, a primeira delimitação oficial foi a do Plano Diretor de Desenvolvimento (através da Lei 773/1969 – Ver Anexo I), provavelmente definida por influência do trabalho do arquiteto Cyro Corrêa Lyra³³, participante da equipe técnica. Apesar das alterações sofridas na

³² Rosina Coeli Alice Parchen, arquiteta, especialista CECRE-UFBA, atual Coordenadora do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultural e Presidente do ICOMOS-Brasil. Participante da equipe de desenvolvimento dos processos de tombamento da Lapa e de Paranaguá.

³³ Cyro Ilídio Corrêa de Oliveira Lyra, arquiteto, doutor em História da Arte, trabalha a aproximadamente 30 anos no IPHAN. Fez diversos estudos e trabalhos importantes e pioneiros no

delimitação da área, que culminaram no tombamento estadual, hoje a Lei de Zoneamento vigente (constante do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá - Lei Complementar nº 60, de 23 de agosto de 2007) define a Zona de Interesse Patrimonial e Turístico e abrange três setores distintos – Setor Histórico, Setor de Área Envolvória e Setor de Proteção, conforme Figura 4.

No caso do tombamento estadual, a definição do perímetro (Ver Figura 4) seguiu o critério de somar as áreas que abrangiam os imóveis tombados individualmente no âmbito estadual e federal (PARCHEN, Entrevista, 2010). Esse parâmetro estabelecido deflagra um entendimento restrito por parte da instituição preservacionista sobre as questões relativas ao ambiente urbano onde esse perímetro estava inserido, atendo-se a uma visão que considerou o patrimônio urbano apenas como uma escala mais abrangente de gestão dos monumentos isolados, ‘ressacralizando-os’.

Além de abranger os monumentos isolados, o perímetro também englobou o casario localizado à margem do Rio Itiberê, que possuía valor histórico, arquitetônico e paisagístico; e também parte desse rio, deflagrando uma preocupação em manter a paisagem ‘intacta’, refutando, principalmente, a vontade política de gestores municipais de construir novos aterros³⁴ ou avenidas. Era necessário ter o controle sobre as mudanças.

estado do Paraná (principalmente em Curitiba e no Litoral, inclusive em Paranaguá) na área de preservação do patrimônio arquitetônico e urbano, incluindo diversos projetos de restauração de edifícios. Atualmente é o coordenador do Centro Regional de Formação para Gestão do Patrimônio (Centro Lúcio Costa), uma parceria entre o IPHAN e a UNESCO.

³⁴ A construção do aterro que configura a Praça 29 de Julho e a orla da Rua da Praia, e que se estende até o Estádio de futebol Gigante do Itiberê, o Ginásio de Esportes Albertina Salmon (“Ginásio do Aterro”) e o Palácio dos Carijós (Sede da Câmara Municipal) ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980, portanto anterior ao tombamento. Ver Figuras 4 e 38.



Figura 2 - Rio Itiberê e casario da Rua General Carneiro. Foto: Acervo IHGP.



Figura 3 - Rio Itiberê e casario da Rua General Carneiro. Foto: M. Innocenti, 2008
Nesse trecho da Rua General Carneiro (ou Rua da Praia) não houve mudanças significativas na relação entre o Rio Itiberê e o casario, diferentemente da área onde foi construído o aterro (Ver Figura 4).

Outra precaução materializada na definição do perímetro foi com relação à delimitação de uma área envoltória ao Setor Histórico (Ver Figura 4), que permitisse uma zona de transição entre aquilo que estaria protegido de maneira mais rigorosa e o restante da cidade, no que condiz às novas intervenções e edificações. Instrumento desnecessário no caso da Lapa, tornou-se imprescindível para a realidade de Paranaguá, que se mostrava mais dinâmica com relação às transformações urbanas.

Além disso, em Paranaguá foram detalhadas Normas de Uso e Ocupação do Setor Histórico (CEPHA, Processo de Tombamento, 1990, fls. 94), onde, entre outras regulamentações, são definidos graus de proteção diferenciados para cada edificação contida no perímetro tombado, dependendo do seu *valor*³⁵, sendo exaltadas características arquitetônicas e/ou históricas, além da autenticidade e integridade.

Ao se ater a essas definições e delimitações, constata-se que o processo de tombamento do Setor Histórico de Paranaguá assim como as medidas adotadas para a sua gestão se alinham estreitamente às práticas de preservação do patrimônio urbano vigentes à época, no contexto nacional e internacional, expondo uma visão *própria* da cidade e a partir de um único prisma que foca os remanescentes do passado. E, apesar de terem se passado dezenove anos e outros olhares sobre o patrimônio cultural terem se consolidado e legitimado, a efetivação do seu tombamento federal segue alguns princípios muito parecidos com os utilizados no tombamento estadual, como será exposto a seguir.

A primeira solicitação de tombamento do centro histórico de Paranaguá no âmbito federal ocorreu em 1983, através de um ofício encaminhado a 9ª Diretoria Regional DP SHAN – SP pela Sociedade Brasileira de Heráldica e Medalhística, que, com o apoio do prefeito e de diversas entidades, solicitava a declaração de Paranaguá como *CIDADE MONUMENTO NACIONAL*, considerando-a como “berço da civilização” do Paraná; e da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba como *MONUMENTO NACIONAL* (IPHAN, Processo de Tombamento, 2009, fls 1-7).

Nesse período, o arquiteto José La Pastina Filho, responsável pelo Escritório Técnico do IPHAN no Paraná, empreendia estudos sobre a evolução urbana da cidade, que acabaram incorporados aos estudos do processo de tombamento estadual e a outras publicações, visto que, no

³⁵ Os Graus de Proteção seguem os seguintes parâmetros: GP1, grau de proteção rigorosa que diz respeito aos edifícios com importância histórica e/ou arquitetônica relevantes para o conjunto urbano; GP2, grau de proteção rigorosa que diz respeito aos edifícios com importância histórica e/ou arquitetônica relevantes para o conjunto urbano, os quais, porém, sofreram, no decorrer do tempo, alterações de maior significação que os desfiguram, sendo passíveis de restauração que restitua a concepção original; GP3, unidade de acompanhamento, devendo ser mantida a sua volumetria, podendo receber intervenções interna ou externamente, de modo a harmonizá-los ao conjunto urbano; e GP4, unidades que poderão ser substituídos [sic] integralmente, obedecendo, para as novas edificações, as normas estabelecidas no decorrer do documento. (CEPHA-SEEC, Processo de Tombamento, fls. 99-100)

âmbito federal, o processo seguiu uma tramitação interna lenta³⁶, parando por várias vezes ao longo de 26 anos, sendo finalizado somente em 03 de dezembro de 2009, quando aprovado o tombamento do ‘Conjunto Histórico e Urbanístico da Cidade de Paranaguá’ pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Nessa última etapa, o tombamento federal foi retomado em 2007 no âmbito da 10ª Superintendência Estadual, por uma decisão de sua equipe técnica que acompanhava um movimento positivo para ampliação do acervo patrimonial brasileiro e a obtenção de recursos financeiros que viabilizassem tal ação. Foi contratada então, através de processo licitatório, a empresa Humberto Fogassa Arquitetura para reunir documentos e empreender os estudos exigidos pelas instâncias superiores do IPHAN, culminando na definição de um perímetro de tombamento.

Durante o longo período de tramitação do processo, além dos meandros institucionais internos, conforme La Pastina, alguns fatos de desrespeito com a conservação do patrimônio arquitetônico e urbano na cidade fizeram evidenciar que não havia um entendimento por parte da população e dos gestores locais sobre a preservação, ajudando a postergar o tombamento. No momento da retomada do processo, o entendimento da equipe técnica no Paraná era que o tombamento federal aconteceria como um reconhecimento do valor daquele bem, pois havia uma sequência de ações precedentes como o reconhecimento por parte da comunidade local daquele bem como seu; a existência na legislação municipal de parâmetros para a proteção do patrimônio cultural; e o tombamento estadual (LA PASTINA FILHO, Entrevista, 2010).

É interessante pensar o patrimônio urbano a partir dessa ‘gestão’ compartilhada, na qual todos são responsáveis pelo acontecimento desse reconhecimento e, ao mesmo tempo, pela sua salvaguarda. No âmbito nacional, a articulação do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC), cujo intuito é *propor formas de relação entre as esferas de governo que permitam estabelecer diálogos e articulações para gestão do patrimônio cultural*³⁷, aponta nessa direção e se mostra como um avanço, não tanto

³⁶ Esta tramitação está resumidamente descrita no *Parecer referente ao Processo de Tombamento n. 1.097-t-83*, da Conselheira relatora Rosina Coeli Alice Parchen (Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN), de 03 de dezembro de 2009. (Ver Anexo I)

³⁷ No site do IPHAN é possível obter dados sobre o histórico do SNPC; as iniciativas e discussões; os encontros e seminários ocorridos; sobre o Fórum Nacional de Patrimônio Cultural, o Grupo de Trabalho do Patrimônio Cultural e a Associação Brasileira de Cidades Históricas, que se configuram em grupos, entidades e redes que vão se formando a partir desse Sistema. Disponível em:

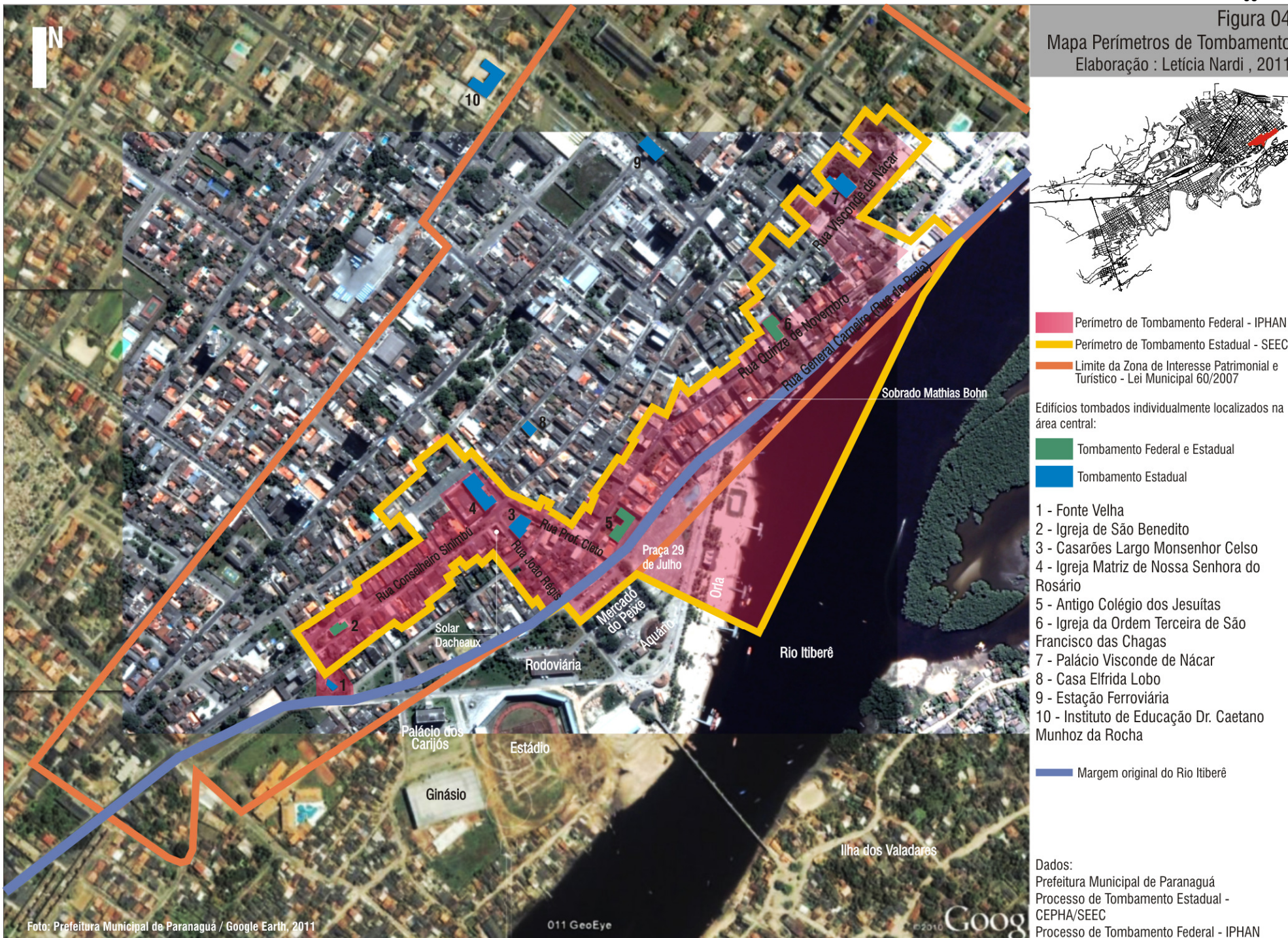
por integrar as esferas de governos em torno do tema do patrimônio, mas por promover e possibilitar um diálogo mais eficiente entre as esferas locais e a nacional. Apesar do avanço, o âmbito governamental concentra importantes agentes sociais, mas não sua totalidade; e apesar de ser possível focar as realidades locais como instrumentos de aprendizado, ainda é muito presente um ciclo de imposição de conceitos e formas de fazer a partir de um viés técnico que pode ser vinculado a interesses políticos diversos.

Voltando a Paranaguá e retomando seu processo de tombamento, fica evidente, na definição do seu perímetro de tombamento federal e na escolha das edificações tombadas, que, de certa forma, ele reflete esse movimento historicamente impositivo que agrega conceitos e formas de fazer próprios do campo do patrimônio.

Na Figura 4, verifica-se que o perímetro de tombamento federal se assemelha muito ao do tombamento estadual, em um formato mais exíguo, talvez mais preciso na abrangência dos monumentos individuais, agregando tão somente mais um deles, a Fonte Velha. O que procura proteger, conforme descrito no documento da Instrução do Processo de Tombamento do Setor Histórico de Paranaguá - PR, *é um conjunto edificado que seja capaz de representar com autenticidade os valores essenciais ainda percebidos no setor histórico*, para tanto foram enfatizados *os eixos visuais mais significativos, os principais edifícios e seu entorno imediato (zonas de ambiências)* (IPHAN, Processo de Tombamento, 2009)³⁸. Nesse sentido, destaca-se o parecer do arquiteto Luiz Fernando P. N. Branco, citado no processo de tombamento, que busca valorizar as qualidades do conjunto em detrimento dos valores individuais dos edifícios e, comparando o tombamento de Paranaguá ao de Laguna (SC), afirma que tais espaços urbanos *são verdadeiras estruturas especiais de ordem distinta e de complexidade superior à de seus limites físicos e que viriam depois a torná-la reconhecível como peculiaridade única, 'marca, impressão digital' de um lugar* (IPHAN, Processo de Tombamento, 2009, Fl. 135. Grifo no original).

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14330&retorno=paginalphan>>
Acesso em: dez/2010.

³⁸ Esse texto está contido no material elaborado pela empresa Humberto Fogassa Arquitetura, a partir do termo de referência do contrato com a 10ª Superintendência Estadual do IPHAN, denominado *Instrução do Processo de Tombamento do Setor Histórico de Paranaguá* (2007, p. 161), que serviu de embasamento para a efetivação do tombamento federal do Conjunto Histórico e Urbanístico de Paranaguá, ocorrido em 2009.



Porém, na representação da autenticidade dos valores essenciais do conjunto edificado ainda se pode destacar uma escolha minuciosa que diferencia, no interior do perímetro, *bens imóveis a serem incluídos na poligonal de tombamento*, daqueles a serem *excluídos*, portanto não tombados. Nesta categoria estão 105 edifícios, enquanto 150 são incluídos, totalizando 255 edificações envolvidas no processo. Além disso, dentre as edificação *incluídas* na poligonal de tombamento há uma valoração em graus de proteção, que segue parâmetros muito semelhantes à classificação contida no tombamento estadual, descrita anteriormente. O próprio documento alerta que essa classificação não possui valor no plano jurídico, no que diz respeito à lei federal, a qual entende que o grau de proteção é único. Consolida-se apenas em um recurso interno, muito difundido nas instituições preservacionistas, que guia técnicos para fins de intervenções nas edificações e acaba por evidenciar aquilo que é mais valorizado: a autenticidade e a integridade dos edifícios.

Apesar do esforço em um entendimento das *estruturas espaciais de ordem distinta* e de enfatizar eixos visuais significativos derivados do entendimento de um conjunto urbano, o que fica claro é que o tombamento federal evidencia a importância ou não de cada edificação para o conjunto, tornando-se quase um tombamento individual, refletindo a ideia de um grupo de edifícios e não de um ambiente urbano mais complexo.

É possível comprovar, ao pensar o perímetro como um instrumento de reconhecimento e gestão de preservação dos valores patrimoniais e considerando o contexto apresentado – internacional, nacional e local, que a sua definição reflete uma visão própria do campo do patrimônio, construída ao longo do tempo, não sendo fruto da decisão isolada de um profissional ou de uma equipe técnica. E mais, é possível verificar que é na delimitação do perímetro de tombamento em que se expõe com mais clareza a visão *própria* do arquiteto, que busca os elementos mais significativos em termos de estilo arquitetônico e técnicas construtivas, as melhores visuais e a harmonia do conjunto.

Considerando os contextos aqui apresentados, compreende-se que o tombamento de áreas urbanas cumpre, segundo critérios específicos, o objetivo de reconhecimento e proteção dos remanescentes materiais do passado, possibilitando uma mediação necessária entre o passado, o presente e o futuro da cidade, que pode ser didática, respeitosa, conflituosa, apática, dependendo da relação que se estabeleça entre esse patrimônio e os seus usuários. Nessa relação, são intrínsecos os valores arquitetônicos, estéticos, históricos e paisagísticos do ambiente urbano, mas há que se

entender que eles não são os únicos, nem são percebidos e vivenciados pelos usuários como são considerados por arquitetos e gestores patrimoniais. Portanto, pensar a ampliação dos conceitos preservacionistas, ocorrida nas últimas décadas, auxilia no entendimento de uma dimensão imaterial do patrimônio e em outras maneiras de entendê-lo e percebê-lo, através de outros olhares.

2.3 MATERIALIDADE E SUBJETIVIDADE: A AMPLIAÇÃO DOS CONCEITOS PRESERVACIONISTAS

O campo do patrimônio vivenciou, ao longo das últimas duas décadas, transformações conceituais que agregaram novos sentidos e abordagens com relação ao que era considerado patrimônio cultural. Um marco na ampliação desses conceitos foi a introdução da natureza imaterial à preservação de bens culturais, evidenciando seu caráter dinâmico e processual. Apesar de uma maior abrangência, essa introdução configurou, nas ações oficiais de salvaguarda, a imaterialidade como uma dimensão outra, diferente, separada, como se aquilo que é material não fosse imaterial e vice-versa. Nesse sentido torna-se importante a reflexão proposta por Gonçalves (2005), que entende como *curioso o uso dessa noção [imaterial] para classificar bens tão tangíveis e materiais quanto lugares, festas, espetáculos e alimentos*. O autor complementa:

De certo modo, essa noção expressa a moderna concepção antropológica de cultura, na qual a ênfase está nas relações sociais, ou nas relações simbólicas, mas não especificamente nos objetos materiais e nas técnicas. A categoria “intangibilidade” talvez esteja relacionada a esse caráter desmaterializado que assumiu a moderna noção antropológica de “cultura”. Ou mais precisamente, ao afastamento dessa disciplina, ao longo do século XX, em relação ao estudo de objetos materiais e técnicas (Gonçalves, 2005, p.21. Grifo no original).

Problematizando o pensamento, é interessante refletir como no campo patrimonial, ao longo dos anos, isso se deu de modo contrário, já que a cultura era valorizada e reconhecida somente, ou prioritariamente, pelos aspectos materiais dos bens considerados patrimônio – o edifício, as ruas, a árvore, a imagem, evidenciando uma *preponderância da expressão*

física (LIMA FILHO, 2009, p. 605). Daí quem sabe se justifique essa valorização, talvez compensatória, dos aspectos imateriais, das relações sociais, da visão antropológica, procurando *equilibrar as duas vertentes* (LIMA FILHO, 2009, p. 606) no âmbito do reconhecimento oficial.

Tentando compreender o patrimônio cultural de uma maneira mais ampla, oficial ou não, é interessante constatar como essas duas dimensões – material e imaterial - se diferenciam e ao mesmo tempo se integram na compreensão de um mesmo objeto, que contém uma parte tangível e mais perene e outra intangível e mais dinâmica. É através dessa relação que o olhar aqui proposto sobre a cidade e o patrimônio é construído, portanto, ela é utilizada como fio condutor para a compreensão mais ampla do centro histórico, em que os edifícios e a configuração urbana são os aspectos materiais e seus usos e seus sentidos representam os aspectos subjetivos.

Ao tentar aproximar a questão da realidade de Paranaguá, um exemplo se mostra pertinente, a configuração do mito em torno da procissão de Nossa Senhora do Rocio. Conta a lenda que, por volta de 1648, um pescador chamado Pai Berê, ao invocar a ajuda divina para auxiliar na pesca trouxe em sua rede uma imagem, que posteriormente foi denominada de Nossa Senhora do Rocio. Ele a recolheu em sua modesta casa, colocando-a em um oratório, onde as pessoas da comunidade se reuniram para rezar e agradecer o encontro da imagem. Logo após esse fato houve uma determinação dos padres de Paranaguá para que a imagem fosse levada para a Catedral, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, mas conforme o mito ela não permanecia ali, *era colocada no altar da igreja da catedral e no outro dia aparecia novamente na pequena igreja do Rocio*, após várias tentativas (IPHAN, INRC - Relatório Final – Vol I, 2009). Essa história explica a origem da procissão que acontece durante a Festa de Nossa Senhora do Rocio³⁹, e ainda hoje no dia 15 de Novembro milhares de pessoas seguem o cortejo que leva a imagem da santa do Rocio para a Catedral e no dia seguinte a imagem volta também em procissão para seu lugar de origem.

³⁹ Em 1977, Nossa Senhora do Rocio foi declarada padroeira do estado do Paraná e há alguns anos a sua festa se configura como a maior celebração religiosa do estado, reunindo milhares de pessoas em Paranaguá, inclusive de outras cidades e estados, durante o mês de novembro. Ver Figura 37 no Item 4, trajeto atual da procissão.



Figura 5 - Procissão de Nossa Senhora do Rocio - Ida. Foto: L. Nardi, 2010. Ao fundo é possível ver a torre da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, destino final da procissão nesse dia.



Figura 6 - Procissão de Nossa Senhora do Rocio - Volta. Foto: L. Nardi, 2010

O acontecimento da Festa de Nossa Senhora do Rocio envolve muitas outras questões culturais e patrimoniais, e será analisada no Item 4, juntamente com outras manifestações religiosas parnanguaras, por ora basta compreender que a encenação desse mito, através da procissão, representa sua corporificação. Poder-se-ia dizer que ela é uma 'materialidade da imaterialidade', que envolve aspectos subjetivos, como a

crença e a tradição religiosa, e aspectos materiais como a necessidade da presença da imagem, os dois templos envolvidos, as ruas e ambientes que perfazem o trajeto, entre outras coisas.

Para essa reflexão importa entender como esses espaços públicos ganham outros sentidos para as pessoas nesse momento de devoção, que são desmanchados tão logo termine a encenação, voltando ao fluxo cotidiano. Para tanto, se faz necessário compreender como esse evento se estabelece na cidade, que usos faz dela, que conexões possibilita com outros tempos, com outros lugares e com realidades diversas. Porém, cabe ressaltar que as relações entre materialidade e subjetividade podem ser entendidas em outros acontecimentos urbanos, muito mais cotidianos, menos evidentes e grandiosos, como foi pesquisado e analisado e será mostrado no decorrer do texto.

Na continuidade será enfatizada uma visão oficial de salvaguarda daquilo que se configurou como patrimônio imaterial, evidenciando os conceitos que estão sendo utilizados, buscando sua compreensão e o entendimento de como eles podem auxiliar em uma percepção mais abrangente do espaço urbano preservado.

2.3.1 A subjetividade como bem patrimonial

Oficialmente, as primeiras iniciativas de preservação do patrimônio imaterial ocorreram no âmbito da UNESCO, em função de reivindicações de países que não se sentiam representados na Lista do Patrimônio Mundial, que contemplava tão somente bens de natureza material. Tais reivindicações ocorreram após a Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 1972. A partir desse ponto inicial, várias articulações e programas foram sendo configurados em diversos países. Nesse momento inicial, destaca-se como documento, a *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, de 1989; e como programa, os denominados *Tesouros Humanos Vivos*, inspirado em uma experiência japonesa desenvolvida no pós-guerra que visava incentivar a transmissão de saberes, fazeres e expressões artísticas que eram parte da herança cultural do Japão (FONSECA, 2008, p.2).

Por outro lado, também é importante destacar que a adoção oficial dessa categoria distinta, mais *maleável e fluída*, permite, conforme Castells (2010), *abrigar o legítimar producciones culturales pertenecientes a sectores populares*, valorizando a diversidade cultural em vários níveis sociais. Nesse momento passam a serem consideradas as produções, por

exemplo, das culturas negras e indígenas, entre outras. Mas a autora alerta que, apesar dessa valorização, essa nova forma de proteção *continúa con vicios de las definiciones clásicas* (CASTELLS, 2010), sustentando algumas distorções pois,

[...] *se siguen priorizando extensas temporalidades como criterios de patrimonialización; se abordan las prácticas culturales separadas de sus productores y contextos, y (...) las definiciones presentan dificultades para comprender el patrimonio como construcción social y en tanto proceso.* (Rotman, 2008, p. 108 *apud* CASTELLS, 2010)⁴⁰.

Tentando compreender o patrimônio como construção social, ao pensar que muitos bens destacados oficialmente não são reconhecidos por parte da população, ou ao contrário, é possível entender que o patrimônio *não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado, nem (...) exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos*. Gonçalves aponta, em uma solução teórica pertinente, que *os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público* (GONÇALVES, 2005, p. 19. Grifo no original). O autor destaca a noção utilizada pelo historiador Stephen Greenblatt, para quem o conceito se refere:

[...] ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante (Greenblatt, 1991, p. 42-56 *apud* GONÇALVES, 2005, p.19)⁴¹.

⁴⁰ ROTMAN, M. B. Patrimonio cultural y prácticas artesanales: concepciones gubernamentales locales y definiciones institucionales internacionales. *Ilha - Revista de Antropologia*, Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - UFSC, V.8, nº 1, 2006 *apud* CASTELLS, A. N. G. La inmaterialidad del mundo de los sectores subalternos. In: HERNÁNDEZ, J. J.; ROTMAN, M. B.; CASTELLS, A. N. G. (Orgs.). *Patrimonio y cultura en América Latina: nuevas vinculaciones con el estado, el mercado y el turismo y sus perspectivas actuales*. Guadalajara, México: Universidade de Guadalajara, 2010.

⁴¹ GREENBLATT, Stephen. Resonance and wonder. In: KARP, I.; LAVINE, S. L. (Ed.). *Exhibiting cultures: the poetics and politics of museums display*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991. p. 42-56 *apud* GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

Uma reflexão importante para esta pesquisa passaria por entender de que forma o patrimônio urbano, delimitado oficialmente, encontra ressonância junto aos seus usuários. Em que grau esse patrimônio 'ressoa'? Aqui, novamente, seria necessário tomar por base a realidade cada vez mais fragmentada e hibridizada da cidade contemporânea. Será fácil aí reconhecer tal ressonância?

Voltando as definições oficiais, no Brasil, o conceito de patrimônio imaterial foi introduzido legalmente através do Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o registro dos *bens culturais de natureza imaterial*, que, por ora, podem ser categorizados e registrados nos seguintes livros: Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares⁴².

Pode-se considerar que essa legislação, que tem um caráter pioneiro se considerado o contexto internacional, é fruto da forma abrangente de pensar o patrimônio proposta por Mário de Andrade em seu anteprojeto, no início das ações preservacionistas no Brasil. Perspectiva retomada na década de 1970, quando surge no contexto patrimonialista brasileiro a figura de Aloísio Magalhães⁴³, que entre outros feitos, em 1975 funda Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em pleno regime ditatorial, demonstrando sua capacidade de articulação e interlocução com forças diversas, levando a cabo um projeto complexo e ambicioso.

A experiência do CNRC foi de extrema importância para a configuração de uma metodologia de trabalho que visava *apreender as referências culturais* brasileiras a partir daqueles bens que se encontravam à parte do escopo de interesse da instituição federal, por serem de difícil incorporação aos critérios celebrados no tombamento – histórico, artístico, excepcional. Tendo como objetivo *o traçado de um sistema referencial básico para a descrição e análise de dinâmica cultural brasileira*, a tarefa de apreender as referências culturais pressupunha *não apenas um trabalho de pesquisa, documentação e análise, como também a consciência de que possivelmente se produzirão leituras, versões do contexto cultural em*

⁴² No Artigo 1º, Parágrafo 3º está previsto que *outros livros de registro poderão ser abertos para inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros [já] definidos*. (Decreto 3.551/2000)

⁴³ Aloísio Barbosa Magalhães era advogado, designer e artista plástico. Nasceu em 1927, no Recife, onde foi um dos fundadores do ateliê O Gráfico Amador. É considerado pioneiro da comunicação visual no Brasil e realizou projetos para várias empresas e instituições. Em 1975, fundou o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e, em 1979, ocupou o cargo de secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Foi, ainda, o criador da Fundação Nacional Pró-Memória. Morreu em 1982, em uma viagem de trabalho em Veneza.

causa, diferenciadas e talvez até contraditórias – já que dificilmente se estará lidando com uma comunidade homogênea (FONSECA, 2000, p. 19).

Pensando o termo ‘referência’ como um ponto de apoio, de base, ou algo que possibilite a comunicação por explorar um universo de significações compartilhadas por determinado grupo, e aliando a isso as noções de cultura e preservação, entende-se que as *referências culturais não se constituem em objetos considerados em si mesmos, intrinsecamente [sic] valiosos*. Eles são objetos apropriados por grupos, que os consideram significativos, operando uma *ressemantização desses elementos e relacionando-os a uma representação coletiva, a que cada membro do grupo de algum modo se identifica* (FONSECA, 2000, p. 14).

No sentido da preservação das referências culturais, é interessante pensar conforme Fonseca, para quem a ação de apreendê-las pressupõe *não apenas a captação de determinadas representações simbólicas como também a elaboração de relações entre elas, e a construção de sistemas que “falem” daquele contexto cultural, no sentido de representá-lo* (FONSECA, 2000, p.14).

Devido a essa trajetória de ações e pensamentos que constituíram o CNRC; à anuência de uma perspectiva ampla de patrimônio cultural na Constituição Federal de 1988; e aos empreendimentos institucionais, principalmente àqueles relacionados ao Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial que o Decreto 3.551/2000 foi instituído. E a sua instituição não se deu somente na forma da lei, mas também na proposta de uma metodologia de apreensão das referências culturais, consolidada no Inventário Nacional Referências Culturais (INRC); e na criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Com essa nova perspectiva patrimonial, que reconhece outros tipos de bens culturais, trabalhos dessa ordem foram rapidamente replicados em todo o território nacional, partindo de uma demanda reprimida, sob a qual muitas pesquisas já haviam sido empreendidas, principalmente na esfera acadêmica e do Estado. Em um primeiro momento foram considerados patrimônios culturais brasileiros a arte gráfica e pintura corporal dos indígenas Wajápi do Amapá e o samba de roda do Recôncavo baiano, sendo declaradas posteriormente *Obras Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade*, no âmbito da UNESCO.

No Paraná, dentro dessa nova ordem estabelecida pela instituição federal⁴⁴, foram executados dois Inventários Nacionais de Referência

⁴⁴ No âmbito estadual, foram empreendidas diversas e importantes iniciativas de conhecimento e catalogação de manifestações culturais. Oficialmente, considerando as ações mais recentes,

Cultural, coordenados pela 10ª Superintendência Estadual do IPHAN – o da Lapa, finalizado em 2005; e o de Paranaguá, iniciado em 2008, ainda em desenvolvimento. Duas experiências bastante distintas, que vão demonstrando um entendimento e apreensão dos conceitos e da metodologia geral em um âmbito institucional mais restrito. No caso da Lapa, a metodologia do INRC foi aplicada através da eleição prévia da temática do tropeirismo, entendendo-o como *estruturador da cidade e referência cultural significativa na delimitação do lugar, do território e das identidades locais* (KERSTEN, 2006, p.10).

No caso de Paranaguá, a área a ser inventariada, o *sítio*⁴⁵, correspondia, conforme definição do IPHAN, a totalidade do município, englobando a área rural e as suas comunidades insulares e ribeirinhas. Portanto, a fase de Levantamento Preliminar⁴⁶ se caracterizou por um extensivo trabalho de pesquisa que envolveu pesquisa bibliográfica, entrevistas qualitativas e a aplicação de enquetes, resultando em uma listagem de mais de 120 bens passíveis de identificação e documentação.

Para o desenvolvimento da segunda etapa foram eleitos 25 bens para o aprofundamento dos trabalhos, segundo três critérios de seleção: a localização dentro do *sítio* nas seguintes *localidades*: Quadro Urbano; Colônia Maria Luiza, Colônia Pereira e Alexandra (área rural); e a Ilha do Mel; o calendário de ocorrência, cujo bem cultural a ser documentado deveria estar dentro do período de vigência do projeto; e o contexto relacional, em que foram criados eixos relacionais entre as categorias de bens a serem

destaca-se o projeto *Paraná da Gente: Terra História Memória*, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Cultura entre 1991 e 1994, que envolveu 120 municípios paranaenses.

⁴⁵ No contexto do INRC, a delimitação das áreas a serem inventariadas, denominadas *sítio*, passa pela compreensão de que tais áreas: não são categorias estritamente *espaciais*, no sentido físico do termo, mais correspondem à implantação de modos de vida, à percepção de fronteiras, à elaboração de regras de conduta e criação de valores; podem ser delimitadas em razão de critérios jurídicos (por exemplo, uma área tombada), sócio-políticos (o território associado a uma etnia) ou temáticos (a área onde se encontra disseminado determinado bem cultural); podem ser reconhecidas em diferentes escalas; podem ser contínuas ou comportar um conjunto de segmentos territoriais que, não obstante a descontinuidade física, compõem um todo indivisível do ponto de vista da vida social do grupo envolvido (exemplo: as territorialidades de diáspora de modo geral, o conjunto das aldeias e das Terras Indígenas dos Pataxó, no sul da Bahia); podem acarretar a necessidade de incluir localidades que se encontram no seu entorno, por força de sua relevância em termos das práticas a serem identificadas, seja como fornecedoras de bens e serviços à área focal, seja por serem consideradas modelo ou padrão para determinada prática ou por outras razões equivalentes. E ainda, para efeitos práticos, pode ser necessário dividir o *sítio* em *localidades* (IPHAN, INRC - Manual de Aplicação, 2000, p.33-34).

⁴⁶ A metodologia do INRC prevê a aplicação de três etapas: Levantamento Preliminar, Identificação e Documentação (IPHAN, INRC - Manual de Aplicação, 2000).

documentados. Os bens escolhidos foram: Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Festa de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de Nossa Senhora do Rocio, Festa Nossa de Senhora do Rocio, Igreja de São Benedito, Procissão de São Benedito, Terço Cantado, Festa dos Navegantes/ Ilha do Mel, Festa dos Navegantes/ Valadares, Boi de Mamão, Pau de Fita, Fandango, Instrumentos de Fandango, Miniaturas de Barcos, Lenda de Nossa Senhora do Rosário, Lenda da Caveirinha, Lenda da Fontinha, Lenda do Rocio, Lenda da Gruta das Encantadas, Barreado (culinária), Lambe-lambe (culinária), Ilha dos Valadares, Rocio, Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, Farol da Ilha do Mel (IPHAN, INRC – Relatório Final – Vol. I, 2009)⁴⁷.

Analisando a extensa listagem dos bens culturais acima, percebe-se que ela considera aspectos ligados à religiosidade, ao folclore, às relações ribeirinhas e marítimas, à culinária, à dança e à musicalidade, entre outros aspectos que são vivenciados eventualmente ou cotidianamente no contexto do município. Algumas dessas manifestações culturais foram acompanhadas durante a pesquisa dessa dissertação, muito menos com o interesse nas suas especificidades e circunscições, muito mais tentando compreendê-las como parte do cotidiano daquele ambiente urbano, observando as interações dos usuários com o espaço.

A relação acima demonstra a complexidade do contexto de Paranaguá, que bem justifica as escolhas técnicas e institucionais feitas no momento do desenvolvimento do trabalho. Sem elas, o trabalho poderia se tornar inviável ou deveras superficial. E, observando as duas experiências relacionadas ao INRC no Paraná, que participam de um contexto mais abrangente de entendimento sobre o patrimônio, pressupondo o envolvimento e o reconhecimento da comunidade no processo, corrobora-se a ideia de que as escolhas são inerentes aos processos de patrimonialização e necessárias para a sua efetivação. Mas ao tratá-las no âmbito oficial, tais escolhas devem ser claras e amplamente esclarecidas para os participantes do processo, seguindo critérios democráticos, que valorizem a diversidade cultural.

Ao aproximar as questões do patrimônio imaterial do objeto de pesquisa aqui analisado, se mostra imprescindível focar a categoria imaterial denominada *lugares*, na qual se considera que *toda atividade humana produz sentidos de lugar* e ainda que tais lugares sejam

⁴⁷ Informações contidas no material elaborado pela empresa Traço Cultural, conforme termo de referência do contrato com a 10ª Superintendência Estadual do IPHAN.

[...] espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas variadas (exemplo: trabalho, comércio, lazer, religião, política, etc.), tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais. Essa densidade diferenciada quanto a atividades e sentidos abrigados por esses lugares constitui a sua centralidade ou excepcionalidade para a cultura local, atributos que são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas. Do ponto de vista físico, arquitetônico e urbanístico, esses *lugares* podem ser identificados e delimitados pelos marcos e trajetos desenvolvidos pela população nas atividades que lhes são próprias. Eles podem ser conceituados como *lugares focais* da vida social de uma localidade (IPHAN, Manual de Aplicação do INRC, 2000, p. 32).

Evidenciando tal categoria imaterial, pela proximidade que ela apresenta com os propósitos da pesquisa, é possível identificar um diálogo entre os aspectos materiais do ambiente urbano e os aspectos subjetivos revelados pelos usos e atividades que abrigam.

Ao proporcionar essa aproximação com o centro histórico, a ideia, portanto, não é 'encaixá-lo' na categoria imaterial, mas utilizar o conceito para compreendê-lo também através de seus aspectos dinâmicos, considerando os usos e sentidos que ele abriga e não apenas os seus aspectos materiais. Assim, é possível pensar que no interior do perímetro tombado existirão diversos *lugares*, que terão sentidos diferenciados para usuários distintos ou em períodos de tempo distintos, conforme a cotidianidade ou excepcionalidade dos acontecimentos. Ainda nesse contexto, ressalta-se que provavelmente tais sentidos ultrapassarão a fronteira espacial do perímetro protegido, conectando-se com as demais áreas da cidade, com outras localidades e com outras realidades.

Outras abordagens sobre o conceito de *lugar* estão contidas no Item 3, investigando-o não somente do ponto de vista patrimonial, mas buscando compreendê-lo na dinâmica urbana, através de autores diversos.

2.3.2 A paisagem como bem patrimonial⁴⁸

Nessa mesma direção, é importante atentar para outro conceito recente do campo patrimonial, a paisagem cultural, cujas primeiras definições foram estipuladas também no âmbito da UNESCO, no início dos anos 1990⁴⁹, sendo fundamentada na legislação brasileira através da Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, que a define em seu Artigo 1º como *uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.*

Esse novo conceito patrimonial, apesar de possuir um amplo e consagrado histórico de investigação nos campos da geografia, das artes e da arquitetura, ainda possui poucas delimitações no contexto institucional brasileiro, optando por não utilizar as classificações instituídas no âmbito da UNESCO⁵⁰, reforçando seu caráter abrangente. Para tanto, no Brasil, sob a coordenação do próprio IPHAN, estão sendo realizados estudos para a declaração da primeira chancela da Paisagem Cultural em ambientes tão diferentes quanto à cidade do Rio de Janeiro, às regiões de imigração no sul e às regiões litorâneas e pesqueiras do nordeste. Tal amplitude de entendimentos fomenta ainda uma gestão compartilhada, prevista na legislação em seu artigo 4º, implicando o *estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada* (IPHAN, Portaria nº 127/2009, Art. 4º).

⁴⁸ As relações entre centro histórico e o conceito patrimonial de paisagem cultural foram anteriormente discutidas em trabalho apresentado no Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto: Desafios e Perspectivas, portanto algumas questões apresentadas fazem parte dessa discussão anterior. NARDI L.; CASTELLS, A. N. G. Contexto urbano como paisagem cultural: reflexões a partir do centro histórico de Paranaguá-PR. In: Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto: Desafios e Perspectivas, 1. 2010, Belo Horizonte. *Anais*. Belo Horizonte: IEDES, 2010.

⁴⁹ No âmbito da UNESCO, a construção dos conceitos preservacionistas traduziu, ao longo da história, um antagonismo entre bens considerados culturais e bens naturais. Assim, conforme Ribeiro, *a adoção da categoria de paisagem cultural da UNESCO, em 1992, se diferenciou dessas concepções anteriores, por adotar a própria paisagem como bem, valorizando todas as inter-relações que ali coexistem* (RIBEIRO, 2007, p. 40).

⁵⁰ No âmbito da UNESCO, as paisagens culturais possuem três critérios de classificação: Paisagem claramente definida (desenhadas e criadas intencionalmente, como os jardins); Paisagem evoluída organicamente (resultante de um imperativo inicial social, econômico, administrativo e/ou religioso e desenvolveu sua forma atual através da associação com o meio natural e em resposta ao mesmo); e Paisagem cultural associativa (seu valor está nas associações que são feitas acerca dela, mesmo que não haja manifestações materiais da intervenção humana) (RIBEIRO, 2007, p. 42-44)

Essas novas configurações se mostram particularmente interessantes para serem analisadas aqui, em um primeiro momento porque a paisagem foi considerada como atributo passível de preservação desde os primeiros momentos das ações patrimoniais no Brasil. Conforme Ribeiro (2007), no seu anteprojeto, Mario de Andrade a define no escopo da arte arqueológica e da arte ameríndia, e também a considera como arte popular, definindo-a como [...] *determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, como vilejos [sic] lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal grupamento de mocambos no Recife etc*⁵¹.

Apesar desse caráter amplo, ao longo dos anos valorizaram-se os aspectos arquitetônicos e urbanísticos através de uma estética própria, principalmente relacionada aos bens ligados à fase da colonização. Nesse contexto, pode-se dizer que a natureza foi considerada de duas formas na trajetória das ações preservacionistas: através do viés da preservação do natural, compreendendo-a de maneira desvinculada da ação do homem, sendo valorizada sua permanência intacta; e através de seu papel cenográfico, que emoldura bens patrimoniais considerados de maior relevância, configurados pelos edifícios, monumentos, conjuntos urbanos, em que a natureza conforma apenas seu entorno ou ambiência.

Essa segunda visão fez parte da criação de um dos quatro Livros do Tombo - o Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico e sob esse viés, muitos conjuntos urbanos foram tombados no âmbito federal com a denominação de 'Conjunto Arquitetônico e Paisagístico'; 'Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico'; 'Acervo Natural, Paisagístico, Urbanístico e Arquitetônico'; 'Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico'; 'Conjunto Histórico e Paisagístico'; e 'Sítio Histórico e Paisagístico' (Ver Nota 24).

No caso de Paranaguá, o parecer da relatora do Processo de Tombamento (IPHAN, Processo de Tombamento, 2009) sugere à *inscrição do bem, sob o título de "Conjunto Histórico e Paisagístico de Paranaguá-Paraná"* em dois Livros do Tombo, no *Histórico* e no *Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico* (Ver Anexo I). Mas, nesse momento, o entendimento do Conselho Consultivo do IPHAN foi de que ele deveria ser somente observado sob o viés histórico (PARCHEN, Entrevista, 2010), não sendo compreendida a paisagem como um atributo a ser considerado, nem

⁵¹ ANDRADE, Mário. Anteprojeto de lei criando o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: SPHAN/Pró-Memória. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1980. P. 90-106 apud RIBEIRO, R. W. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro:IPHAN/COPEDOC, 2007. p. 69-71

mesmo em sua função estética ou cenográfica. Característica que, em um primeiro momento, parece evidente.



Figura 7 - Paisagem da Rua General Carneiro com o Rio Itiberê e a Ilha da Cotinga ao fundo. Foto: C. Lück Júnior, 2007 (br.olhares.com/foto1196774.html)

Em uma segunda perspectiva de análise, o recente conceito de paisagem cultural também se mostra pertinente por evidenciar *o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica*, sendo que o instrumento da sua chancela busca possibilitar a convivência *com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis* (IPHAN, Portaria nº 127/2009, Art. 3º).

Nesse sentido, buscando aproximar o objeto dessa pesquisa da nova perspectiva patrimonial, portanto, analisando o centro histórico através do conceito de paisagem cultural, pode-se afirmar que, como parte da cidade, ele é conformado por uma construção social que depende de uma interação constante entre o homem e o meio ambiente. Assim, a cidade se conforma na intersecção entre as características culturais da população envolvida e as características naturais do sítio eleito para o desenvolvimento da cidade.

Conformação que remete às definições de George para *sítio e posição*. O autor define *sítio* como o *quadro topográfico no qual se enraizou a cidade, pelo menos em suas origens*; e *situação* como uma *noção de valor relativo expressa em função de fatores circunstanciais de urbanização e desenvolvimento urbano*. Sendo que, *as duas noções estão associadas na medida em que as vantagens do sítio permitem valorizar a*

posição (GEORGE, 1983, p. 36-37). Ao pensar a conformação inicial da cidade, o sítio escolhido para a sua implantação certamente apresentava características naturais que atraíram os primeiros povoadores. Considerando a bagagem cultural que traziam, tais características apresentavam atrativos que poderiam facilitar ou instigar sua instalação naquele local – uma nascente de água, a existência de recursos naturais comercialmente interessantes, a existência de áreas planas e protegidas, entre outras coisas. No caso de Paranaguá, a fonte de água potável, o ouro e a margem esquerda do Rio Itiberê.

Portanto, o entendimento da conformação do ponto inicial do desenvolvimento de um determinado grupo, estabelecido aparentemente de maneira autônoma, é substituído pela noção de um espaço historicamente interligado por conexões, carregado de referências culturais que denotam outras realidades, podendo abranger culturas diferentes, que ali se mesclam e possibilitam uma interação mais profunda com os elementos naturais, adaptando modos de vida a um novo sítio com características físicas e climáticas diferenciadas. Assim, o centro histórico, que participa da dinâmica própria da cidade (que consolida expansões e estagnações no território, transformações culturais, sociais e econômicas) tanto quanto é objeto das ações preservacionistas, é o lugar onde podem ser encontrados vestígios da interação inicial entre o homem e o meio ambiente, intrínseca à conformação da cidade. Vestígios que podem estar materializados tanto na morfologia urbana e nas edificações existentes, quanto nas relações sociais ali estabelecidas, nos hábitos e costumes cotidianos.

Por outro viés, na maioria das vezes, a paisagem do centro histórico conforma um panorama visual aparentemente coeso, consolidado e sustentável na sua relação entre o natural e construído, atraindo olhares externos (de turistas, gestores preservacionistas, etc.) que valorizam a estética que remete a um ambiente bucólico, que pode não ser condizente com a realidade vivenciada pelos usuários da cidade. Cabe ressaltar que o centro histórico, que é parte indissociável da cidade que o abriga e da natureza que o cerca, não pode ser compreendido somente ou prioritariamente como uma paisagem de contemplação. As ações preservacionistas devem considerar o caráter dinâmico e vivo desse ambiente urbano, que serve de referência histórica e visual para as pessoas que o vivenciam cotidianamente, abrigando usos tradicionais e constantemente se adaptando às novidades contemporâneas.

Assim, ao longo do Item 4, será explorada a dinâmica de Paranaguá e será possível visualizar como a interação entre o homem e a natureza foi

fundamental na configuração inicial da cidade e como isso é atualmente parte importante da vivência do ambiente, destacada na relação histórica e atual como o rio e a baía que a circunda, assim como, com a Serra do Mar, entre outros elementos naturais.

Por ora, entende-se, a partir da análise de conceitos patrimonialistas mais recentes, que fora ampliada a maneira de compreender e escolher aquilo que é passível de preservação, incluindo a contribuição de grupos diferenciados e outras ambiências, tornando a perspectiva mais abrangente e democrática. Um dos atributos mais importantes incorporados por esses conceitos ao campo do patrimônio foi o caráter dinâmico, que permite entender a construção processual do bem cultural; e aceitar com mais facilidade as mudanças e transformações que certamente ocorrerão ao longo do processo de preservação.

Apesar da ampliação conceitual ocorrida nesses dez anos da instituição do Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial, período que também consolidou o conceito de Paisagem Cultural no pensamento preservacionista, ainda uma questão parece pertinente, revelando a necessidade constante de reflexão:

Será que instituindo-se este novo conceito [de patrimônio imaterial] contribuímos para a superação da visão compartimentada que separa, parcializa e fragmenta as relações entre a Natureza e a Cultura, o Material e o Imaterial, o Tangível e o Intangível? (CORRÊA, 2001).

Ao analisar as ações preservacionistas que se estabeleceram ao longo desses anos, através de processos de intervenção e gestão do patrimônio cultural, são inegáveis os avanços, tanto em termos conceituais, quanto em termos de investimentos em recursos humanos, técnicos e financeiros. Certamente a visão se ampliou, problematizando as referências clássicas, mas ainda não houve a superação dessa visão compartimentada, referida por Corrêa, gerando ações distintas, sem a consolidação de um diálogo consistente, que permita proposições que transcendam o entendimento das relações dicotômicas entre o material e o imaterial, entre o cultural e o natural.

Assim, ao buscar compreender o centro histórico através dos conceitos de *lugar* e de *paisagem cultural*, evidencia-se a intenção do diálogo, ainda circunscrito em uma reflexão acadêmica, visto que, para se estender às ações e proposições, há que se percorrer um longo trajeto que passa pela conciliação ou pela negociação entre esse entendimento

conceitual amplo e outros interesses: técnicos, políticos, econômicos, etc. Como será visto a seguir, é no momento em que são propostas e empreendidas ações que se evidenciam as diferentes visões e interesses relacionados ao centro histórico e ao patrimônio.

2.4 INTERVENÇÕES E PROPOSTAS PARA OS CENTROS HISTÓRICOS: INTERESSES DIVERSOS E A MATERIALIZAÇÃO DA VISÃO PATRIMONIALISTA

As intervenções e propostas para áreas urbanas preservadas perpassam diversas escalas, que podem estar circunscritas em um único edifício ou abrangerem processos de planejamento urbano que procurem aproximar o objeto de preservação de uma realidade urbana mais complexa. Escalas que envolvam desde a mediação cotidiana entre, por exemplo, um proprietário de um edifício tombado que quer pintá-lo ou precisa substituir telhas; até o desenvolvimento de políticas públicas, nas esferas nacional e internacional ou grandes investimentos privados para a área. Em toda essa gama de escalas de intervenção é possível perceber que elas derivam de processos de negociação e de relações, conflituosas ou harmônicas, que evidenciam visões, pensamentos e interesses diferenciados, que dependem do papel de cada agente social envolvido no processo de preservação do patrimônio urbano, normalmente capitaneado pelas instituições preservacionistas federal, estadual e/ou municipal.

Assim, as intervenções sobre o patrimônio urbano são motivadas por diversos aspectos, principalmente quando o centro histórico sobrepõe uma função de centralidade urbana, como no caso de Paranaguá. Tais intervenções se definem a partir de olhares e pensamentos diferenciados sobre o patrimônio urbano, configurados ao longo do tempo. Choay (2001) organiza a evolução do pensamento sobre tais áreas em três momentos, que definem três funções: a *memorial*, a *histórica* e a *historial* (CHOAY, 2001, p. 180-203). Assim, a autora identifica uma perspectiva diferenciada e inovadora na obra de Gustavo Giovannoni (1873-1943), que atribui aos sítios históricos uma função *historial*. Sua abordagem consegue considerar simultaneamente, nos conjuntos urbanos antigos, o valor de uso e o valor museal, *integrando-os na concepção geral da organização do território* (CHOAY, 2001, p.194). Para Giovannoni, a integração das áreas urbanas antigas a vida presente deveria ocorrer a partir de um plano diretor local, regional e territorial, legitimando seu valor de uso em dois sentidos: *do ponto de vista técnico, por um trabalho de articulação com as grandes*

redes primárias de ordenação, e do ponto de vista humano, “pela manutenção do caráter social da população” (CHOAY, 2001 [1992], p. 200. Grifo no original).

Analisando intervenções sobre o patrimônio urbano em um enfoque da realidade brasileira, Castriota (2007) também deduz três modelos teóricos, que corresponderiam a três posturas diferenciadas em relação ao patrimônio desenvolvidas historicamente, os quais são designados pelos termos *preservação, conservação e reabilitação*. Segundo o autor, tais posturas envolvem aspectos que as distinguem, pois cada modelo parte de uma determinada concepção de patrimônio; estabelece um determinado tipo de objeto; pressupõe um determinado marco legal; envolve de forma diferenciada os diversos agentes, pressupondo também tipos diferenciados de ações para cada um deles; e envolve tipos específicos de profissionais (CASTRIOTA, 2007, p. 11).

Dentro dos modelos descritos por Castriota, a concepção de patrimônio circunscrita no modelo *preservação* é restrita e limitada, protegendo basicamente edificações, estruturas e outros artefatos individualmente, valorizados pela sua excepcionalidade. Seu caráter imobilista prima pela limitação da mudança, restringindo-se à manutenção do bem e quanto muito preocupando-se com seu entorno. As ações têm como protagonista incontestemente e quase exclusivo o Estado, dentro de um campo estreito no qual os peritos têm um grande poder de decisão sobre a eleição e a intervenção sobre o bem, que pela sua própria natureza e pela concepção da ação que se deveria exercer sobre eles, arquitetos e historiadores são, majoritariamente, os profissionais envolvidos nessas políticas. Para o autor, esse modelo, que tem como marco legal o tombamento, é dominante nas políticas patrimoniais brasileiras desde a década de 1930, sendo muito utilizado até os dias de hoje.

O segundo modelo descrito por Castriota se baseia em uma ampliação da concepção de patrimônio que tem como marco de transformação a Segunda Guerra Mundial. Nesse momento, o desenvolvimento de conceitos e abordagens sobre a preservação urbana aconteceu devido às destruições impostas às cidades pelo evento bélico, principalmente no âmbito europeu. A partir desse momento, a busca pela reconstrução foi desencadeada e, conforme Jokilehto, *as soluções variaram da reconstrução das edificações históricas, na forma que elas tinham antes da guerra, como em Varsóvia, ao uso de formas modernas de construção, como nos arredores de St. Paul, em Londres* (JOKILEHTO, 2002, p.14).

Para Castriota, esse modelo passa a focar uma concepção mais abrangente de patrimônio cultural, incluindo conjuntos arquitetônicos inteiros, a área rural, a arquitetura vernacular, além de estilos arquitetônicos anteriormente desprezados como o eclético e o *Art Nouveau*. Ademais, nesse momento, a cultura deixa de ser relacionada tão somente ao erudito, abrangendo também as manifestações populares e a moderna cultura de massa. Com relação ao patrimônio urbano, o objeto a ser protegido muda, passando do monumento isolado a grupos de edificações históricas, à paisagem urbana e aos espaços públicos.

Nesse sentido mais amplo de patrimônio, que se refere ao modelo *conservação*, a evolução do pensamento visando à salvaguarda do patrimônio urbano conduziu a práticas de planejamento embasadas na Conservação Integrada. Este conceito, originado no urbanismo progressista italiano dos anos 70, surgiu com o intuito de conservar áreas históricas, utilizando-se técnicas de restauração sensíveis, procurando adotar funções apropriadas com um espírito de justiça social (JOKILEHTO, 2002, p.16).

Posteriormente, definido e divulgado na Carta Européia da Herança Arquitetônica e na Declaração de Amsterdã⁵², o conceito difunde alguns princípios, como: a igualdade de condições entre os monumentos mais importantes e o grupo de edifícios menos importantes; a necessidade da conservação do patrimônio arquitetônico constituir um dos objetivos maiores do planejamento das áreas urbanas e do planejamento físico territorial; a responsabilidade primordial das municipalidades sobre a conservação, com medidas legislativas e administrativas eficazes e com o desenvolvimento de um sistema de fundos públicos, buscando cooperações inclusive com organizações privadas; a valorização do patrimônio como riqueza social, cuja manutenção é uma responsabilidade coletiva; a compreensão de que a recuperação das áreas urbanas degradadas devem ocorrer sem modificações substanciais da composição social dos residentes da área; a necessidade da inclusão de temas sobre a conservação do patrimônio construído em programas de educação; e o encorajamento à construção de obras arquitetônicas de alta qualidade, que configurarão o patrimônio de hoje para o futuro (Declaração de Amsterdã, Conselho da Europa, 1975).

Ao longo do tempo o espírito de justiça social foi perdendo espaço e a Conservação Integrada pode ser considerada como uma proposta de

⁵² Documentos de setembro e outubro de 1975 – Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico (IPHAN, 2004, p.199-216).

planejamento que decorre do esgotamento do processo de expansão continuada do espaço urbano e se consolida na cultura da transformação qualitativa do ambiente. Atualmente, este conceito se foca na seguinte discussão: como a ação pública planejada pode contrapor-se aos processos homogeneizantes do território sem impedir o processo de inovação, considerando a herança cultural e natural deste território (LAPA; ZANCHETI, 2002, p.31-36). O progresso gradual das questões abordadas passa a tratar o patrimônio cultural urbano de maneira multidimensional (econômica, política, cultural, ambiental e físico-espacial), integrando-o aos processos mais gerais do planejamento e gestão das cidades e territórios.

No contexto italiano, muitas iniciativas foram promovidas a partir da década de 1950, envolvendo a conservação do patrimônio em planos diretores, como em Assisi (1952) e Urbino (1960). Alguns planos foram estratégicos para a consolidação dos conceitos e princípios da conservação do patrimônio urbano e para a difusão do conceito de centro histórico, entre eles o Plano de Bolonha, de 1969, elaborado por Pier Luigi Cervellati, Roberto Scannavini e Carlo de Angelis. Os primeiros anos de implantação do plano foram bem-sucedidos, os bairros recuperados permaneceram residenciais até os anos 1980, mas

[...] a grande expansão do terciário sofisticado da cidade, nos anos 80 e 90, e a expansão da universidade, ocupando os grandes '*contenitores*', provocaram um aumento considerável no preço dos imóveis. As residências populares foram transformadas em residências estudantis ou de professores da universidade. As áreas térreas foram ocupadas por restaurantes, bares, livrarias, clubes de música, galerias de arte e por tipos de comércio e serviços ligados à vida intelectual da universidade. O centro histórico de Bolonha, um dos mais sofisticados da Itália, expandiu-se fortemente nas duas décadas finais do século, avançando sobre a área recuperada de residência popular, reforçando o processo de *gentrificação* (LAPA; ZANCHETI, 2002, p.33. Grifo no original).

É possível verificar, portanto, que as ações do Estado começam a inserir em seu escopo de trabalho propostas de intervenção para as áreas preservadas. Mesmo assim, Castriota afirma que tais ações ainda são restritas, sendo priorizadas ações de controle e normatizações das formas

de atuação das diversas forças que atuam nos centros urbanos (CASTRIOTA, 2007, p. 19).

Assim, o terceiro modelo descrito por Castriota, o da *reabilitação*, parece estabelecer uma relação mais empreendedora com as áreas preservadas, visto que explicita a preocupação com o seu desenvolvimento sócio-econômico. As Normas de Quito⁵³, de 1967, tornaram-se um documento basilar para o desenvolvimento de políticas que integrassem preservação e desenvolvimento, dando destaque às questões econômicas e introduzindo, de maneira limitada, a temática do turismo. Nesse momento, as questões de uso e funcionalidade das áreas urbanas preservadas se tornam centrais, a partir do entendimento de que o financiamento público não era suficiente para a sua salvaguarda, sendo necessário pensar em outras estratégias e instrumentos. Neste modelo, o Estado passa a articular projetos de desenvolvimento que visam à preservação, conservação e reabilitação, promovendo parcerias com outros agentes sociais, principalmente com a iniciativa privada.

Esse movimento que, de certo modo, auxilia na compreensão mais ampla das áreas urbanas preservadas, visualizando-as em um contexto urbano mais complexo da qual fazem parte, conforma também outros entendimentos e suscita outros interesses com relação ao patrimônio urbano. Sob esse aspecto, o patrimônio urbano pode ser utilizado para a construção de novas imagens para as cidades contemporâneas, que são definidas como marcas, com a intenção de inseri-las em estratégias de consumo cultural. Assim, o que ocorre é que essa imagem singular, criada para demonstrar a alteridade dos ambientes urbanos, acaba inserida em uma lógica global de financiamentos que cria modelos cada vez mais homogeneizadores, visando a sua espetacularização.

Diversos autores refletem sobre esse fenômeno contemporâneo denominado por Huyssen (2000) como *mercado da memória* e por Otilia Arantes (2000) como *culturalismo de mercado*. Lógica que atinge não só o patrimônio urbano como outros tipos de patrimônio, e também a cidade, aliando a diversidade cultural à criação de imagens, às representações e interpretações, que vão sendo apropriadas e consumidas por grupos distintos e, quanto mais atrativas se mostrarem, mais aliam o lugar a uma determinada identidade, como a cultura negra no Pelourinho, em Salvador

⁵³ Informe final da Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico. Organização dos Estados Americanos (OEA). Quito, novembro/dezembro de 1967 (IPHAN, 2004, p.105-122)

ou de maneira ainda incipiente, as representações do fandango, em Paranaguá.

Essa lógica mercadológica, no âmbito da cidade, tende a desencadear processos de *gentrification* que se configuram em transformações de significado das localidades históricas em segmentos de mercado, sendo apropriada a significação cultural do espaço a partir de fluxos de capitais (LEITE, 2007 [2004], p. 19-20). Segundo a abordagem de autores como Smith (2000) e Zukin (2000), as motivações de desencadeamento desses processos são diversas, podendo abranger desde áreas históricas, centrais e residenciais a paisagens naturais, sendo o patrimônio cultural ou natural apropriado por alguns segmentos da população e por seus visitantes. Esse movimento se dá normalmente no sentido de promover um embelezamento estratégico do lugar que, no caso do patrimônio urbano, passaria por uma '*relocalização*' *estética do passado* (LEITE, 2007 [2004], p. 20. Grifo no original) que tende a ser vinculada preferencialmente com as atividades turísticas, principalmente no que condiz à realidade brasileira, utilizando o patrimônio urbano prioritariamente como *recurso* (ARANTES, 1999) .

Nesse sentido, é interessante destacar a reflexão de Leite, para quem

O problema central dessa perspectiva não é a existência de uma dimensão econômica da cultura, mas a redução do valor cultural ao valor econômico, que poderia subsumir a natureza propriamente cultural do patrimônio, resultando numa espécie de "fetichização" da cultura (LEITE, 2007 [2004], p. 65. Grifo no original).

Ao compreender que o patrimônio possui diversos outros valores que são construídos temporalmente através da relação entre a sociedade e os objetos que participam da sua vivência, é necessário refletir sobre as propostas que estão sendo pensadas e implantadas nas áreas urbanas preservadas, pois existe a tendência de valorização das questões econômicas em detrimento dos valores socialmente construídos. Tais propostas são, por vezes, corroboradas e financiadas pelas instituições preservacionistas, pois no seu entender colaboram para a sustentabilidade da preservação do patrimônio cultural. Considerando o patrimônio cultural tão somente como um cenário, talvez isso corresponda à verdade, mas ao pensá-lo em seu sentido mais amplo, a valorização econômica pode resultar em uma distorção dos valores sociais.

Sob esse aspecto, a reflexão de Argan (2005 [1992]) se torna pertinente no âmbito da cidade, para quem não há dificuldade em *admitir que a cidade (...) possa ser considerada um bem de consumo ou (...) até mesmo um imenso e global sistema de informações destinado a determinar o máximo consumo de informações*. Esse autor compreende que a saída para essa imposição do consumo está em restituir ao usuário da cidade

[...] a capacidade de interpretar e utilizar o ambiente urbano de maneira diferente das prescrições implícitas no projeto de quem o determinou; enfim, de dar-lhe a possibilidade de não se assimilar, mas de reagir ativamente ao ambiente (ARGAN, 2005 [1992], p. 219).

Ao focar o patrimônio urbano, é interessante problematizar essa proposta com o conceito de *contra-usos*, estabelecido por Leite (2007) ao investigar o Bairro do Recife. Nesse contexto, as políticas preservacionistas que abarcaram o Plano de Revitalização do Bairro do Recife desencadearam um processo de *gentrification*, que provocou a reapropriação de algumas áreas degradadas do bairro por atividades culturais sofisticadas como bares, restaurantes, danceterias, que passaram a contrastar com um entorno degradado e miserável, estabelecendo claras barreiras sociais. Apesar das barreiras, a penetração da população marginal no espaço *gentrificado* ocorria por meio dos *contra-usos* que ali se estabeleciam, como, por exemplo, a mendicância, a catação de latinhas e o próprio desenvolvimento do movimento Mangubeat.

É interessante perceber que os *contra-usos* descritos por Leite se configuram em ações que se identificam com a proposta de Argan, que clama por uma capacidade do indivíduo de interpretar e utilizar o espaço de maneira reacionária, evidenciando a impossibilidade de controle de todas as ações dos usuários. Tais ações dão sentido de vitalidade ao espaço urbano, que utilizado ou *contra-utilizado* evidencia seu caráter político (onde se estabelecem discussões). Nesse sentido, os *contra-usos* e a proposta de Argan, também se aproximam da proposta de Choay, descrita anteriormente, que requer a mediação entre o corpo humano e o corpo patrimonial, retomando o destino e uma identidade antropológica, não apenas consumindo-o, mas vivenciando-o.

2.4.1 As ações do IPHAN para a preservação do patrimônio urbano

No contexto brasileiro, ao analisar as propostas de intervenções no patrimônio urbano, é possível perceber que elas participam dos três modelos descritos por Castriota - *preservação, conservação e reabilitação*. Tanto na reflexão teórica proposta pelo autor, quanto na análise das práticas preservacionistas, compreende-se que elas não seguem um movimento linear, no qual um modelo se encerra para o início de outro. As práticas preservacionistas podem, ao mesmo tempo e no mesmo ambiente, estar vinculadas ao momento da *preservação* e abrigar ações que possibilitem o seu desenvolvimento econômico. São esses movimentos entre as diferentes formas de pensar o patrimônio que geram conflitos entre interesses e expectativas diversas relacionadas à sua preservação.

No contexto da instituição federal, as ações de preservação do patrimônio urbano tiveram um primeiro investimento significativo com o Programa Cidades Históricas. Seu desenvolvimento perdurou entre os anos de 1973 e 1983, quando uma profunda crise econômica no país impediu a continuidade do programa. Seu objetivo *buscava integrar a riqueza patrimonial às políticas de desenvolvimento econômico e regional, com ênfase no turismo* (IPHAN, PAC Cidades Históricas, 2009, p.4). Em Paranaguá, é possível verificar essa intenção em um documento de outubro de 1974, produzido pelo arquiteto Cyro Corrêa Lyra, no qual é analisado o *Patrimônio Histórico e Artístico do Litoral do Paraná* (LYRA, 1974), descrevendo possibilidades e restrições existentes para sua inserção na atividade turística, levando em consideração o esforço e a aplicação de recursos das instituições federal e estadual, que eram escassos, e, convocando a municipalidade para participar do processo. Aqui, é interessante perceber que a instituição estava preocupada com a preservação de áreas urbanas, mas ainda eram incipientes as estratégias de articulação entre agentes, mantendo as ações no plano da *conservação*.

Ao longo do tempo, a instituição federal não conseguiu realizar ações de intervenção que abarcassem todo o território nacional, destacando-se algumas ações capitaneadas pelos estados e pelas municipalidades, entre elas o *Corredor Cultural* no Rio de Janeiro e o *Viva o Centro* em São Paulo, que não empreenderam intervenções de grande porte no patrimônio arquitetônico, mas propuseram processos de gestão para acompanhar e orientar as intervenções que aconteciam nas áreas demarcadas pelos programas.

No início da década de 1990, dois programas se destacaram no cenário nacional, pois empreenderam intervenções significativas na substância física dos sítios onde foram implantados: o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador, iniciado em 1991, foi desenvolvido sob a imposição dos investimentos do Governo do Estado da Bahia; e o Plano de Revitalização do Bairro do Recife (referenciado anteriormente), iniciado também em 1991, no qual aos investimentos públicos se uniram significativos investimentos privados. Ademais da diferença de investimentos, com a recuperação da substância física de edificações antigas e de ícones da cidade, os dois projetos se utilizaram dos preceitos do culturalismo de mercado para alavancar um processo de sustentabilidade econômica na preservação do patrimônio arquitetônico e urbano, com evidentes ganhos e perdas.

No contexto dos investimentos de grande porte, a partir de 1999 a instituição federal retoma uma política de intervenção no patrimônio urbano através do Programa Monumenta, empreendimento que contou com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com apoio técnico da UNESCO. Dentre os conjuntos históricos tombados em âmbito federal foram eleitos 26 para a participação no Programa, que deveriam desenvolver um planejamento das ações que seriam realizadas ao longo dos anos. Características importantes do programa foram: o envolvimento do poder público municipal; a criação dos Fundos Municipais de Preservação e o desenvolvimento de atividades que promovessem a sustentabilidade econômica das áreas de intervenção. No que condiz ao envolvimento da municipalidade, esta ficou responsável pela implantação de uma estrutura técnica e administrativa exclusiva para atender as demandas do Programa, denominada Unidade Executora de Projetos (UEP). Com a intenção de um fortalecimento e integração institucional, essas unidades, por vezes, configuraram estruturas paralelas, elevando a dissensão nas decisões e dificultando a articulação técnica e política entre as instituições⁵⁴.

Ao finalizar o Programa Monumenta, o governo federal sinaliza com uma perspectiva promissora, porém arrojada e complexa para a realidade

⁵⁴ Ao vivenciar em parte esse processo no município de São Francisco do Sul – SC, trabalhando no Escritório Técnico do IPHAN, pude perceber que apesar das muitas intervenções significativas em edifícios e em áreas urbanas (praças, orlas, ruas), se configuraram realidades bastante distintas, que mesclavam boas experiências a articulações intrincadas entre as instituições. Foi um momento de grande investimento, com tempo reduzido de execução e com carência de profissionais habilitados para as situações que se apresentaram.

institucional brasileira: o desenvolvimento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) Cidades Históricas, lançado em 2009. Com o intuito de desenvolver uma *política transversal*, envolvendo o Ministério da Cultura e os Ministérios das Cidades, da Educação e do Turismo, além de agências como Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e a Caixa Econômica Federal, buscam-se a realização de Planos de Ação pactuados com os municípios e executados a partir de uma gestão compartilhada. Neste momento, a participação das cidades se deu através de chamada pública, podendo inscrever-se

[...] todas as cidades que possuam patrimônio protegido [em qualquer esfera institucional - nacional, estadual ou municipal] e que formulem planos de ação consistentes para enfrentar os problemas estruturais que afetam suas áreas históricas, para a promoção do desenvolvimento local a partir das potencialidades do seu patrimônio cultural, com a atuação integrada do setor público, privado e da sociedade, de forma a fortalecer a ação integrada de planejamento com os entes governamentais em prol da preservação. (IPHAN, PAC - Cidades Históricas, 2009, p. 4)

Assim, 173 cidades atenderam à primeira chamada pública e estão desenvolvendo seus planos de ação com o auxílio do IPHAN, que busca a integração das ações de preservação com as demais políticas públicas no campo do turismo, da educação e do desenvolvimento socioeconômico. A ausência de dados analisados permite dizer somente que a partir do ano de 2010 tais cidades começaram a receber recursos para investimentos, cuja meta nacional deve girar em torno de R\$ 250 milhões por ano.

2.4.2 As intervenções no patrimônio edificado e urbano de Paranaguá

O ato do tombamento estadual do Setor Histórico de Paranaguá, em 1990, não foi indutor de intervenções positivas no sentido da conservação e preservação de edificações e espaços públicos contidos no perímetro protegido. Ao contrário, o tombamento provocou uma reação de abandono àquela área por parte da municipalidade, que segundo relatos da época não recolhia o lixo, nem trocava lâmpadas queimadas na área, evidenciando seu descontentamento com a nova situação. Conjuntura que se modificou somente em 1993, no início da gestão do prefeito Carlos Antônio Tortato, que criou uma estrutura própria para tratar as questões patrimoniais e

contratou o arquiteto Luiz Marcelo Bertoli de Mattos, que à época trabalhava na Secretaria de Estado da Cultura e, antes de assumir o cargo na prefeitura de Paranaguá, fez o Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no qual desenvolveu o Programa de Recuperação do Setor Histórico de Paranaguá, que embasou diversas iniciativas municipais ao longo da década de 1990.

Mattos (Entrevista, 2010) relata que em 1993 era desolador o estado em que se encontrava o centro histórico, retratando-o como “*a cartilha do errado no patrimônio*”, onde as intervenções realizadas pelos proprietários dos edifícios contrariavam as recomendações desse campo específico, principalmente com relação à publicidade instalada, a pintura e a abertura de vãos na fachada. A Rua da Praia e a área do aterro foram outras áreas relatadas como em péssimo estado de conservação, pois abrigavam quiosques que vendiam pastéis, caldos de cana e frutos do mar, sendo que ao final da tarde os detritos desses usos não eram recolhidos, atraindo bichos e insetos, e degradando o ambiente.

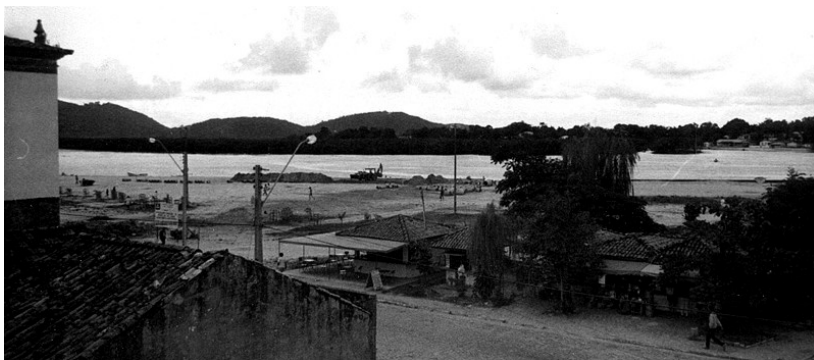


Figura 8 – Aterro (atual Praça 29 de Julho). Acervo: L. M. B. de Mattos

Nos anos de 1993 e 1994, foram realizadas ações educativas, capitaneadas pelo IPHAN, Secretaria da Cultura e Prefeitura Municipal de Paranaguá, que trouxeram estudantes de arquitetura da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Universidade Estadual de Londrina (UEL) para realizarem levantamentos e elaborarem propostas para os edifícios e áreas do centro histórico. Os resultados eram expostos em espaços públicos, como largos e praças onde estavam os edifícios estudados, para que a população percebesse que era possível melhorar seu aspecto caso fossem seguidas as normas de preservação. Os transeuntes esboçavam reações

positivas quanto aos resultados, mas a reação de alguns comerciantes foi contrária, destacando funcionários para segurar placas onde estava escrito: “Nós repudiamos esse projeto” (MATTOS, Entrevista, 2010).

Segundo Mattos, o cenário se modificou somente quando a Prefeitura Municipal decidiu investir na recuperação da área, demonstrando seu comprometimento com a preservação do patrimônio cultural. Em uma primeira fase, que correspondeu à gestão do prefeito Carlos Antônio Tortato (1993-1996) foram feitas intervenções na área do aterro; e nos edifícios da Estação Ferroviária, Mercado do Café, Mercado do Artesanato e Palácio Visconde de Nacar. Na segunda fase, que correspondeu as duas gestões do prefeito Mário Manoel das Dores Roque (1997-2004), os investimentos foram de grande vulto, buscando a revitalização da área. Entre as ações que foram executadas estão: a execução do projeto da Praça de Eventos 29 de Julho; a recuperação da Rua General Carneiro e do Antigo Cais, com a colaboração do governo do Estado; a restauração de edifícios como a Casa Elfrida Lobo, a Casa Cecy, o Sobrado do Largo da Matriz, entre outros. Alguns investimentos foram realizados pelo governo estadual, como no caso da restauração do Instituto de Educação Dr. Caetano Munhoz da Rocha; outros obtiveram investimento privado, como a restauração da Igreja de São Benedito, financiada pelo Grupo Medianeira (IPHAN, Processo de Tombamento, 2009)⁵⁵.

Aos poucos a cidade, os cidadãos e os proprietários dos imóveis foram se ambientando às normas preservacionistas, aceitando-as ou não. Mattos cita que as iniciativas patrimoniais foram *vencendo e convencendo através do belo*, evidenciado as características arquitetônicas e urbanas de uma maneira mais condizente com os preceitos da restauração. Mas relata a dificuldade ainda atual de gestão de interesses em um trabalho que busca a mediação entre o desejo dos proprietários e as determinações do campo do patrimônio (MATTOS, Entrevista, 2010).

No contexto nacional, não houve participação das cidades paranaenses no Programa Monumenta. Em Paranaguá, iniciativas recentes da instância federal focaram projetos e a restauração de edifícios simbólicos para o patrimônio urbano da cidade, como o Antigo Colégio dos Jesuítas, possível através de um convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) entre os anos de 2007 e 2009, que executou um projeto comprometido com os preceitos da restauração e também arrojado

⁵⁵ HUMBERTO FOGASSA ARQUITETURA, *Instrução do Processo de Tombamento do Setor Histórico de Paranaguá*. Curitiba: 10ª SE IPHAN, 2007. p. 131-137).

por introduzir um elemento novo ao conjunto antigo (Ver Figura 9), causando estranheza aos moradores da cidade, sofisticando, porém, o já existente Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR. Também foram restaurados entre 2009 e 2010 o Solar Dacheux, edifício há tempos abandonado, cujo uso previsto será um restaurante-escola; e o Mercado de Artesanato (que originalmente era um mercado de peixes e desde a década de 1970 vem sendo utilizado para a venda de artesanatos) que por decisão da municipalidade passará a abrigar um cybercafé e um local para informações turísticas (PMP, Reportagem, 2010), apesar da insatisfação dos comerciantes do local, deslocados para o novo Mercado Municipal⁵⁶.



Figura 9 - Intervenções recentes em edifícios do centro histórico. Foto esq. – Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR (antigo Colégio dos Jesuítas). Foto: Humberto Fogaça de Medeiros / Foto dir. – Solar Dacheux. Foto: L. Nardi, 2010.

Essa fase mais recente dos investimentos no patrimônio edificado de Paranaguá evidencia uma movimentação de preparação da cidade para sua inserção estratégica como roteiro turístico, transformando cada vez mais o patrimônio cultural (edificado, urbano e imaterial) em bem de consumo. Essa movimentação é corroborada por investimentos da instância municipal, que empreendeu esforços para a construção do Aquário Marinho, localizado no entorno do centro histórico, com o intuito do desenvolvimento de uma indústria turística em toda a região litorânea do Paraná, que visa à melhoria da qualidade de vida dos parnanguaras (PMP, Reportagem, 2010); e para a implantação do Terminal Marítimo de Passageiros que possibilitaria a inserção do porto no roteiro de navios de passageiros.

A fala do prefeito José Baka Filho evidencia essas expectativas com relação ao patrimônio

⁵⁶ Essas relações serão abordadas mais detalhadamente no Item 4.

Agora, nós contamos com um aliado fortíssimo, que é o governo federal. E aí pode ter certeza de que teremos uma sequência de notícias boas. [...] A indústria turística de Paranaguá vai crescer ainda mais com o tombamento, principalmente neste momento em que aguardamos o início da construção do Terminal Marítimo de Passageiros (PMP, Reportagem, 2009a).

Nesse contexto, Paranaguá, assim como outras seis cidades paranaenses⁵⁷, incentivada pela 10ª Superintendência Estadual do IPHAN, passa a participar do PAC Cidades Históricas, descrito anteriormente, enviando um Plano de Ação que prevê o desenvolvimento de projetos e a execução de obras de restauração em edifícios e áreas do centro histórico ou a ele relacionadas. Dois projetos já estão em andamento: a restauração do Sobrado Mathias Bohn, localizado na Rua da Praia, que tem previsão para abrigar uma estação náutica; e a restauração da Estação Ferroviária de Paranaguá, cuja intenção é revitalizar o uso turístico, transformando em porta de entrada da cidade para quem chega através do tradicional passeio de trem pela Serra do Mar. Outros projetos e obras estão previstos no Plano de Ação, assim como a realização de oficinas e ações educativas, que estão em fase de ajustes.

Concomitante ao PAC Cidades Históricas está sendo desenvolvido em Paranaguá o Plano de Mobilidade e Acessibilidade do Sítio Histórico, uma iniciativa piloto do IPHAN para a implantação do Programa Nacional de Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Áreas Tombadas. No caso de Paranaguá, foi contratada a empresa paulista TC Urbes – Mobilidade e Projetos Urbanos para a elaboração do plano, que previa uma fase de diagnóstico, a realização de oficinas e a elaboração das propostas por uma equipe coordenada por arquitetos e urbanistas. Sem adentrar à análise do plano, pois suas propostas estão sofrendo modificações para melhor se adequarem à realidade paranguara e para absorverem as proposições do PAC, é interessante ressaltar a polêmica gerada por uma possível proposta de fechamento das ruas para a passagem de veículos, o que alarmou os comerciantes locais⁵⁸. Ainda indefinida, mas não descartada, tal proposta

⁵⁷ Além de Paranaguá, participam do PAC Cidades Históricas: Antonina, Castro, Curitiba, Guaratuba, Lapa e Morretes.

⁵⁸ Uma reportagem veiculada no jornal Gazeta do Povo em 21 de fevereiro de 2010, denominada 'Centro de Paranaguá sem carros', descreve a intenção de restrição de veículos contida no Plano de Mobilidade. Segundo o Relatório do Plano de Mobilidade (IPHAN, 2010), *esta matéria teve muita*

certamente transformará a dinâmica local, que é intensa, conforme será descrito nos Itens 3 e 4. Portanto, justifica-se a reação dos comerciantes, que compreendem aquela área mais em sua função de centralidade, que em sua função memorial, de contemplação dos aspectos arquitetônicos e urbanos que remetem à antiguidade. Duas visões importantes para a área, gerando interesses diferenciados e por vezes conflitantes. Tal contemplação, nesse caso, poderia atender a uma demanda dos gestores do patrimônio e também dos visitantes da cidade, atraídos pelos apelos turísticos que cada vez mais se fazem presentes nos discursos políticos e nas ações governamentais. Porém é interessante pensar que este espaço urbano desperta outros sentidos nos seus usuários, vivenciados cotidianamente: a contemplação pode ser parte dessa vivência, mas não a única relação estabelecida com o patrimônio e com a cidade.

Apesar de o movimento turístico ser cada vez mais evidente no discurso governamental, sendo corroborado pelos investimentos públicos empreendidos no patrimônio edificado e urbano de Paranaguá, as instituições preservacionistas, presentes no Paraná, federal e estadual, tratam tais investimentos e intervenções como sendo destinados à cidade e aos seus cidadãos. Em seus discursos, o turismo seria ou deveria ser consequência do investimento realizado para a cidade, em que os cidadãos, orgulhosos de seu ambiente urbano, passariam a receber seus visitantes.

Sem adentrar em profundidade as questões que envolvem o turismo e suas consequências, positivas e negativas, cabe ressaltar que essa visão centrada na qualidade de vida dos cidadãos se mostra ingênua em um contexto que envolve interesses econômicos e políticos diversos, que envolvem cada vez mais recursos no âmbito privado, dos quais se espera lucratividade. Assim, é importante refletir que essa lógica e as atividades turísticas fazem ou farão parte do processo de preservação do patrimônio cultural, portanto, ignorá-las ou tratá-las de maneira inocente pode alimentar uma realidade pujante, que tem o poder de cativar as decisões governamentais, facilitando a sobreposição da dimensão econômica do patrimônio em detrimento da dimensão cultural. Assim, o papel das

repercussão em Paranaguá, principalmente entre os comerciantes, que se preocuparam com o teor da matéria, mostrando uma proposta de fechamento do centro da cidade para o acesso de veículos. Ainda segundo os coordenadores do Plano, tal informação se baseou em uma interpretação pessoal do jornalista, já que não havia, naquele momento, nenhuma proposta concreta. Na própria matéria do jornal alguns comerciantes se manifestam contrários, temendo a queda de movimento que poderia ocorrer na região central (GAZETA DO POVO, 2009). Segundo relatos, durante a audiência pública as manifestações foram mais intensas.

instituições comprometidas com a preservação do patrimônio cultural se mostra fundamental, pois como mediadoras poderiam articular os interesses que se configuram nesse processo – comunitários, locais, privados, políticos, econômicos. Para tanto, conhecer a realidade com que se está trabalhando, de uma maneira ampla, é parte fundamental para enfrentar as situações decisivas que se apresentarem.

Para finalizar o Item 2, considera-se que o campo da preservação do patrimônio cultural vivencia um momento de profundas transformações, ampliando seu universo de pensamentos, conceitos e ações. No que tange à categoria do centro histórico, o que se percebe é que as maiores transformações aconteceram no âmbito das intervenções, suscitando a necessidade de um entendimento mais amplo dessas áreas no contexto da cidade. Quanto à legislação e aos processos de preservação e gestão ainda se mesclam iniciativas inovadoras com pensamentos mais restritos, que compreendem o conjunto protegido como uma coleção de objetos. Faz-se necessário ressaltar a introdução da noção de subjetividade e do conceito de paisagem cultural no escopo do patrimônio cultural, pois esses facilitam uma compreensão mais dinâmica das áreas urbanas preservadas.

No Item 3 a discussão é centrada na conformação da dinâmica própria da cidade, da qual o centro histórico é parte indissociável, não só por participar ativamente do cotidiano contemporâneo, mas também por agregar temporalidades diversas em suas edificações, ruas e praças e também nas relações sociais, nos hábitos e tradições.

[3 A VISÃO DINÂMICA DO CENTRO HISTÓRICO]

A cidade de Sofrônia é composta de duas meias cidades. Na primeira, encontra-se a grande montanha-russa de ladeiras vertiginosas, o carrossel de raios formados por correntes, a roda-gigante com cabinas giratórias, o globo da morte com o motociclista de cabeça para baixo, a cúpula do circo com os trapézios amarrados no meio. A segunda meia cidade é de pedra, mármore e cimento, com o banco, as fábricas, os palácios, o matadouro, a escola e todo o resto. Uma das meias cidades é fixa, a outra é provisória e, quando termina sua temporada, é desparafusada, desmontada e levada embora, transferida para os terrenos baldios de outra meia cidade.

Assim, todos os anos chega o dia em que pedreiros destacam os frontões de mármore, desmoronam os muros de pedra, os pilares de cimento, desmontam o ministério, o monumento, as docas, a refinaria de petróleo, o hospital, carregam os guinchos para seguir de praça em praça o itinerário de todos os anos. Permanece a meia Sofrônia dos tiros-ao-alvo e dos carrosséis, com o grito suspenso do trenzinho da montanha-russa de ponta-cabeça, e começa-se a contar quantos meses, quantos dias se deverão esperar até que a caravana retorne e a vida inteira recomece.

[Ítalo Calvino, Cidades Invisíveis, 1972]

Compreender a dinâmica do centro histórico. Na metáfora de Certeau, seria como descer do alto do extinto *World Trade Center*, que proporcionava uma vista panorâmica de Manhattan, para enlaçar-se corporalmente pelas ruas, que fazem o corpo *rodar e girar segundo uma lei anônima* (CERTEAU, 2009 [1980], p. 157-158), cujos protagonistas são os *praticantes ordinários* da cidade. No trabalho ora apresentado, o enfoque panorâmico não se refere à visão totalizadora da cidade tão somente como a forma de conhecimento mais utilizada pelos *administradores do espaço*, mas a proposta de entremear-se no universo das práticas significa também declinar de um pedestal de conhecimentos que configuram uma visão *própria* tanto do campo da arquitetura e urbanismo quanto da preservação do patrimônio cultural.

Apesar do exemplo referencial, a proposta de compreensão da dinâmica urbana do centro histórico não tem o sentido de crítica exposto no texto de Certeau, que cria uma oposição entre a visão totalizadora da cidade e as práticas do espaço. Aqui, busca-se um sentido de complementaridade, que visa à amplitude de entendimento do objeto analisado. Entendimento que prioriza o momento atual, mas não se restringe a ele, considerando a construção processual que une características que evidenciam tempos diversos subsistentes no cotidiano da cidade através da dinâmica de permanências e transformações que será explorada neste item.

O retrato atual dos usos que ocorrem no centro histórico de Paranaguá é o ponto focal da reflexão proposta e foi o mote da pesquisa de campo, realizada entre o final do mês de agosto e meados do mês de novembro de 2010. As observações e interlocuções realizadas nesse período, unidas aos dados coletados (históricos, geográficos, estatísticos, jurídicos), referenciados por um universo conceitual eleito possibilitaram as reflexões e análises que se seguem.

Nesse processo de apreensão da dinâmica, o enfoque escolhido evidencia a atualidade a partir do que acontece no centro histórico, como ponto de partida da análise, sem deixar de considerar Paranaguá sobre um ponto de vista contemporâneo, como cidade dessa época, com fluxos, conexões e fragmentações cada vez mais característicos dessas conformações que serão delimitadas a seguir.

3.1 CIDADES CONTEMPORÂNEAS E SOCIEDADES COMPLEXAS: A DINÂMICA DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

A busca por um modelo perfeito de cidade, preconizada pela utopia urbana modernista, intencionava cada coisa em seu devido lugar, pressupunha uma ordem única, inteligível, na qual tudo e todos se encaixariam democraticamente. Uma estética funcional daria forma ao espaço, sem vestígios temporais ou referências culturais significativas. Essa perspectiva extrema remete a imagem da *Ville Contemporaine* de Le Corbusier, vivenciada por seu homem-tipo, o *Modulor*.

Apesar da busca pela perfeição, o modernismo se configurou de diversas maneiras no contexto internacional e nacional, referenciando diferentes e importantes pensamentos em áreas distintas do conhecimento. Como mencionado no Item 2, a própria preservação do patrimônio cultural brasileiro teve a forte influência de intelectuais modernistas, para quem, entre outros aspectos, a estética colonial remetia a um passado perfeito e genuinamente brasileiro.

Entre as heranças do urbanismo modernista está o desenvolvimento de sistemas de planejamento que buscavam um controle do território, ainda configurado em normas de uso e ocupação do solo, definições de sistemas viários e de zoneamentos, entre outros instrumentos. Controle necessário a uma estruturação urbana que pretende uma convivência social ética e democrática, mas que ao se consolidar no território explicita interesses diversos, que podem distorcer as boas intenções. Tais distorções interessam nesse momento da análise para perceber o quanto o controle desejado pelo planejamento urbano, destacado no modelo da *Ville Contemporaine*, está distante da realidade urbana contemporânea, apesar da referência do termo. A perfeição ideada pelos modernistas, assim como seu controle preciso, distancia-se cada vez mais de um entendimento de cidade que ora se consolida.

A cidade contemporânea rompe a ordem modernista, escancarando-a e tornando-se indefinida e indefinível aos moldes anteriormente delimitados, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos. É caótica, fragmentada, de difícil compreensão em suas complexas articulações. Desperta antagonismos e conflitos, ordenações multiformes, que parecem não querer se moldar a nenhuma denominação, escapando constantemente aos instrumentos tradicionais e habituais de representação (DECÂNDIA, 2003, p. 185).

Essa cidade heterogênea e fragmentada possibilita tanto a mescla dos mais distintos usuários como também é fonte extrema de segregação espacial e social. Vivencia um aporte tecnológico eficiente que lhe permite várias interconexões em termos de transportes e comunicação, ao mesmo tempo em que guarda recordações do passado nessa própria vivência contemporânea, através não só da existência de edifícios e espaços que o relembram, mas no cotidiano de hábitos ou na tradição de eventos.

Evidências de vários tempos, vivenciados concomitantemente, trazem luz não somente às características materiais da cidade, as formas ou critérios concretos que a conformam, mas também à imaterialidade que a transforma em lócus privilegiado das interações humanas, constituído por elas e ao mesmo tempo conformando-as. Nesse sentido, é viável a distinção entre *cidade* e *urbano*, proposta por Henri Lefebvre e ratificada por Manuel Delgado, para quem:

La ciudad es un sitio, una gran parcela que se levanta una cantidad considerable de construcciones, encontramos desplegándose un conjunto complejo de infraestructuras y vive una población más bien numerosa, la mayoría de cuyos componentes no suelen conocerse entre sí. Lo urbano es otra cosa distinta. No es la ciudad, sino las prácticas que no dejan de recorrerla y de llenarla de recorridos; la “obra perpetua de los habitantes, a su vez móviles y movilizados por y para esa obra”⁵⁹ (DELGADO, 2007, p.11).

Para Lefebvre, o urbano surge a partir da industrialização, que revolucionou o modo de produção econômica sob o viés capitalista, interferindo na produção do espaço e na apropriação cultural de seus habitantes⁶⁰ (DUARTE, 2006), modificando não somente a dimensão física da cidade, mas articulando fatores econômicos, culturais, sociais que se manifestam na forma da cidade. Dentro do universo *urbano* contemporâneo, os fatores descritos ganham outros vieses na lógica atual de globalização⁶¹, trazendo novidades para a forma e a vivência da cidade.

⁵⁹ LEFEBVRE, Henri. *El derecho a la ciudad.*, apud DELGADO, M. *Sociedades Movedizas*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2007, p.11

⁶⁰ LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. apud DUARTE, F. *Metrópoles, um paradigma para pensar a cidade contemporânea*. Resenhas Online, São Paulo, 05.057, *Vitruvius*, set. 2006.

⁶¹ A atual configuração do conceito de globalização o define como [...] *processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e*

Considerando a maior interconexão, a virtualidade se evidencia, abrindo possibilidades de fluxos e combinações transnacionais antes inimagináveis, abrangendo aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos, possibilitados por facilidades nos meios de transporte e comunicação. Hall argumenta que os aspectos da globalização podem gerar três possíveis conseqüências para as identidades nacionais que: ou estão se *desintegrando*, em função do crescimento da homogeneização cultural e do “pós-moderno global”; ou estão sendo *reforçadas* pela resistência à globalização; ou ainda estão em declínio, sendo que *novas* identidades, híbridas, tomam o seu lugar (HALL, 2004 [1992], p. 69).

Nesses termos, o processo de globalização e suas conseqüências interessam às discussões desse trabalho em três sentidos. Primeiramente porque influenciam diretamente as identidades nacionais, que são elementos centrais na configuração do patrimônio cultural, e transformações dessa importância certamente modificam as práticas de preservação como referenciado no início do Item 2. O segundo ponto de interesse diz respeito à hibridização das culturas, fenômeno também não recente, porém evidenciado pela aceleração de fluxos e aproximação das nações. Por fim, fica claro que em um contexto globalizado, as formas de relação e percepção do espaço e do tempo se modificam, transformando o ambiente urbano, pois, cada vez mais velozmente, impõem-se a ele referências externas que são absorvidas, interpretadas ou rejeitadas pelo corpo social que o vivencia. Essas novas referências podem transformar ou desestabilizar uma ordem instituída, em seus aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos, que devem, a partir daí, se reorganizarem.

Enfatizando os fluxos e a aproximação das nações, os antigos processos de miscigenação podem ser contemporaneamente entendidos através do conceito de *hibridação* desenvolvido por Canclini, que o entende como *processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas* (CANCLINI, 2008 [1989], p.XIX).

Conforme o autor, o adjetivo discreto se refere às combinações estabelecidas que se originam de *estruturas* ou *práticas* não puras, que sofreram hibridações anteriores e continuam se mesclando, gerando

experiência, mais interconectado (MCGREW, 1992). MCGREW, Anthony. A global society? In: HALL, S.; HELD, D.; MCGREW, T. (Org.) *Modernity and its futures*. Cambridge: Polity Press/Open University Press, 1992. p. 61-116. apud HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004 [1992]. p. 67.

elementos entre os quais passa a ser difícil distinguir o que é de um e o que é do outro. Há exemplos através das línguas, da culinária, dos modos de fazer, das tradições populares, dos hábitos cotidianos, reveladores de riquezas culturais configuradas por processos harmoniosos ou conflituosos, assimilados espontaneamente ou impostos, que estão aí e são vivenciados cotidianamente, em várias partes do mundo.

As interconexões de comunicação certamente intensificam a formação de *culturas híbridas* (CANCLINI, 2008 [1989]) ao mesmo tempo em que impõem signos e significados próprios de uma cultura urbana que aparenta homogeneizadora pela lógica da globalização, mas que em essência pode revelar processos de fragmentação no ambiente urbano (tanto estrutural, quanto social), tornando cada vez mais difícil a compreensão do todo. Novas tecnologias, que modificaram formas de produção, comercialização e, principalmente, comunicação e possibilitaram outros tipos de vínculos, participam efetivamente desse processo.

As relações se alteraram certamente, tal cultura trouxe outros padrões para a vivência urbana. Na mediana Paranaguá, é evidente a coexistência de tradições perpetuadas como o uso da canoa e a dança do fandango (que serão descritas posteriormente) entre placas de publicidade, sinalizações de trânsito, pontos de ônibus. Muitos se renderam à informação e ao entretenimento em domicílio, através da televisão e do computador, mas ainda são comuns os encontros e conversas nas praças, nos botequins, nos mercados e mercearias às margens do Rio Itiberê, e também as discussões cotidianas, as opiniões formadas boca a boca.

A tradução dos traços contemporâneos em Paranaguá se alia às características peculiares por sua posição geográfica e por aspectos históricos que envolvem decisões políticas, econômicas e sociais. O município reúne o maior número de habitantes entre os sete municípios da região litorânea do estado do Paraná⁶², com uma população de 140.450 habitantes (IBGE, 2010) que corresponde a 52,9% da população regional e a 1,35% da estadual. Uma população que é crescente e prioritariamente urbana, seguindo a tendência da região e do estado⁶³ (IBGE, 2010).

⁶² Os demais municípios da Região Litorânea são: Antonina (18.891 habitantes), Guaraqueçaba (7.870 habitantes), Guaratuba (32.088 habitantes), Matinhos (29.426 habitantes), Morretes (15.718 habitantes) e Pontal do Paraná (20.919 habitantes) (IBGE, 2010).

⁶³ O crescimento da população paranguara foi de 10,3% no período entre 2000 e 2010, enquanto que na Região Litorânea o crescimento foi de 12,5% e no estado de 9,16% (IBGE, Censo 2000 e 2010). Conforme dados do ano 2000, a taxa de urbanização do município de Paranaguá é 96,07%, maior que a da região que é 88,71% e maior que a estadual, que é 81,41% (IBGE, 2000)

Habitantes que vivem em um território entremeado pela Baía de Paranaguá e por rios importantes que a alimentam, como o Itiberê, o Emboguaçu e o dos Correias, configurando um território separado por essas porções de água e repleto de formações insulares como a Ilha do Mel, dos Valadares, da Cotinga, da Rasa Cotinga, dos Currais, como é possível ver no mapa.

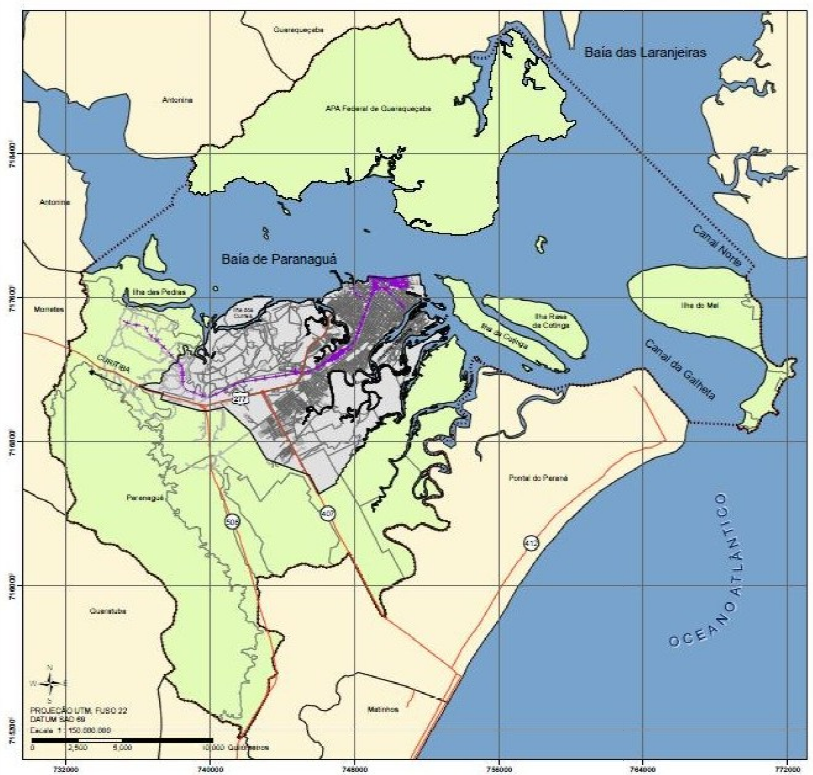


Figura 10 - Mapa de macrozoneamento do município de Paranaguá. Fonte: Plano Diretor de Paranaguá, 2007. Legenda: em cinza – Macrozona Urbana; em verde: Macrozona Rural

A vivência nesse território é amplamente influenciada por essa localização geográfica, que configura comunidades isoladas que utilizam do transporte náutico para as suas conexões tanto entre as comunidades, como com a sede do município e por vezes se estendendo para os outros municípios litorâneos vizinhos. Localização que possibilita desde a singela atividade pesqueira de subsistência e lazer até a grandiosa atividade portuária, cujo Porto Dom Pedro II, que conta com um terminal público

gerenciado pelo governo do estado, figura entre os principais do país em movimentação de cargas e é líder em exportação de soja, incrementando significativamente a economia do estado e do município (Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Litoral Paranaense, Diagnóstico – PDITS-LP, 2010).

No contexto de Paranaguá e sob o viés da globalização, a atividade portuária se mostra paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que proporciona interconexões importantes em nível nacional e internacional⁶⁴, no âmbito municipal, acaba por fragmentar o território urbano quando a infra-estrutura de estrada e ferrovia corta ao meio o perímetro urbano. Assim, a principal ligação rodoviária entre Curitiba e os municípios do litoral paranaense, a BR-277, e a principal ligação ferroviária, o trecho entre Curitiba e Paranaguá, que também possibilitam ligações importantes (não só relacionadas ao escoamento da produção, mas cotidianas e turísticas), unidas aos galpões e silos que se intercalam com alguns bairros residenciais, criam uma paisagem complexa, de difícil convivência entre as atividades, que certamente produz perdas qualitativas para a vivência urbana paranaense.

A contemporaneidade também consolidou a atividade comercial como de extrema importância para a dinâmica e a economia do município. O comércio varejista e os serviços conformam uma centralidade urbana principal, que atrai pessoas de várias partes da cidade e das outras cidades litorâneas, transformando-a em um pólo regional aonde as pessoas chegam de carro, ônibus, barco, bicicleta, à pé, criando uma dinâmica que aliada a outros sentidos atribuídos (como, por exemplo, o memorial e o religioso), revela a importância tanto funcional quanto simbólica desse espaço que agrega o centro histórico e outros bairros adjacentes, como será detalhado no próximo item.

Por ora, para a compreensão da dinâmica se mostra importante retomar a distinção entre *cidade* e *urbano* no sentido proposto por Delgado, que enfatiza a efemeridade das práticas urbanas para delimitar o *urbano*. Sob esse aspecto, verifica-se que são essas práticas que no âmbito cotidiano do processo urbano materializam fluxos internos e externos; redes relacionais; e interconexões geográficas e temporais que configuram o

⁶⁴ A área de influência do Porto Dom Pedro II é de aproximadamente 800.000m², compreendendo o estado do Paraná e parte dos estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, 2006) apud PDITS-LP, 2010. Além disso, a movimentação de cargas considera a importação de produtos oriundos de países diversos.

contexto contemporâneo das cidades, como em Paranaguá. Assim, Delgado denomina *espaço urbano*

[...] *escenario y producto de lo colectivo haciéndose a si mismo, un territorio desterritorializado en que no hay objetos sino relaciones diagramáticas entre objetos, bucles, nexos sometidos a un estado de excitación permanente y hechos de simultaneidad y confluência* (DELGADO, 2007, p. 12).

Sob esse olhar antropológico, tal *coletivo* que se faz a si mesmo é o componente central daquilo que a antropologia urbana denomina *sociedade complexa*. Nos termos de Gilberto Velho, a *sociedade complexa* se caracteriza como aquela na qual *a divisão social do trabalho e a distribuição de riquezas delineiam categorias sociais distinguíveis com continuidades históricas* e também aquela onde está presente a *heterogeneidade cultural, entendida como a coexistência, harmoniosa ou não, de uma pluralidade de tradições cujas bases podem ser ocupacionais, étnicas, religiosas, etc.* (VELHO, 1997, p.16).

Para Delgado, essa sociedade complexa se corporifica sobre bases menos estáveis, nas quais suas configurações sociais se conformam de maneira *escasamente orgânicas, poco o nada solificadas, sometidas a oscilación constante y destinadas a desvanecerse enseguida*. (DELGADO, 2007, p.12). Segundo ele, tal sociedade conforma estruturas não estáveis, não porque esteja desestruturada, mas por estar constantemente estruturando-se.

Essas duas definições um tanto distintas nos fazem perceber que há focos diferenciados para observar esse objeto, que em seu próprio nome se define complexo. Portanto, em tais sociedades, é necessário observar aquilo que se repete, que se torna constante através de uma constituição temporal, que configura as categorias sociais e a heterogeneidade cultural de Gilberto Velho, mas também é imprescindível o olhar minucioso e atento às rápidas transformações, como sugere Manuel Delgado, para compreender em vários níveis quais as interações que se estabelecem dentro dos mais diversos espaços urbanos.

No decorrer do próximo item, a intenção é compreender essa dinâmica, iniciando por delimitar o significado das práticas urbanas e descrevendo como elas foram observadas em Paranaguá.

3.2 AS PRÁTICAS URBANAS: OS USOS DO CENTRO HISTÓRICO DE PARANAGUÁ

Compreender as práticas ordinárias é mais inerente à antropologia, mas ajustar esse foco se mostra uma tarefa desafiadora para arquitetos e urbanistas, que, ao buscar a compreensão da cidade, salientam suas estruturas físicas e seu funcionamento de um modo peculiar, prospectivo, que tende para a visão totalizadora da cidade, descrita anteriormente no pensamento de Certeau (2009 [1980], p.157-177).

Para esse autor, as práticas ordinárias da cidade se configuram no entrelaçamento do corpo com as ruas, gerando assim textos ilegíveis, redes de escrituras que, avançando e entrecruzando-se, *compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços e, com relação às representações, tal história permanece cotidianamente, indefinidamente, outra* (CERTEAU, 2009 [1980], p.159).

A relação entre o olhar *próprio* do arquiteto e a visão dinâmica da cidade é uma das discussões centrais desse trabalho, manifestando-se menos no intuito de enfatizar o universo efêmero em detrimento da visão 'panorâmica', mais no sentido de buscar uma compreensão mais ampla do todo urbano, a ser entendido nas relações, conforme Sennett (2003 [1994]), entre *carne e pedra*. Assim, o foco recai sobre as práticas urbanas para forçar um olhar desacostumado, mas que compreende que a cidade não é só isso ou aquilo, conformando-se nessas relações. Nesse sentido, as pesquisas de Certeau e Mayol, descritas nos dois tomos de *A Invenção do Cotidiano*⁶⁵ se mostram importantes, pois, buscam tornar *tratável* um tema tão *fugidio e fundamental* que são as práticas ou "maneiras de fazer" cotidianas, tornando-se uma referência metodológica para o olhar proposto sobre o centro histórico. A partir da análise do comportamento de consumidores franceses, tais pesquisas embarcam em um universo cotidiano que evidencia as ações dos usuários sobre os objetos consumidos, sendo eles indivíduos que atuam dentro de uma *pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais* (CERTEAU, 2009 [1980], p. 37), em que tal consumo inclui interações com o espaço urbano.

⁶⁵ CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano*: 1. artes de fazer. 16 Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009 [1980]; e CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. *A Invenção do Cotidiano*: 2. morar, cozinhar. 6 Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1996 [1980].

O olhar sobre Paranaguá, materializado na pesquisa de campo, esteve focado no centro histórico, mas considerou uma área central maior, configurada pelo perímetro protegido e por partes de bairros adjacentes, a qual reúne mais intensamente as atividades de comércio e serviços e atrai uma diversidade de fluxos (Ver Figura 28). A pesquisa também considerou conexões importantes com essa área central, destacando-se o intercâmbio com a Ilha dos Valadares; a área da rodoviária e dos mercados; e o bairro do Rocío.

Em Paranaguá, a observação esteve atenta às práticas que acontecem em áreas públicas e semi-públicas como praças, largos, ruas, calçadas, mercados, mas por vezes se mostrou imprescindível adentrar em imóveis comerciais, institucionais e residenciais, aprofundando informações sobre o uso daquela porção da cidade. A apreensão da dinâmica se deu através da observação, do registro e de interlocuções⁶⁶ com transeuntes e personagens do cotidiano que renderam informações sobre a cidade e as práticas urbanas, além de descrições de circunstâncias atuais e históricas, memórias urbanas, sensações e sentimentos. Tais observações e interlocuções foram amplamente mais diurnas que noturnas, devido à própria dinâmica do centro histórico de Paranaguá, mais intensa durante o dia, mais tranqüila e eventual no período da noite. O olhar esteve em um primeiro momento ampliado, permitindo uma visão geral dos acontecimentos do centro histórico que possibilitaram escolhas que sintetizaram a pesquisa em três temas: a *relação com o Rio Itiberê*, as *trocas comerciais* e a *religiosidade*. A partir desse recorte, o foco do trabalho procurou identificar agentes e processos de uso, permanências e transformações, intensificando o envolvimento com os temas escolhidos, que, além da observação e das interlocuções, se baseou em etnografias elaboradas para o INRC (IPHAN, INRC – Relatório Final, 2009); em duas produções audiovisuais elaboradas pelo Sr. Luiz A. Siqueira em 2010 - os documentários *À Beira do Rio Itiberê* e *Baile de Fandango do Mestre Romão no Mercado Municipal de Paranaguá*; e em um registro audiovisual disponível na internet sobre o 6º Congresso de Evangelismo e Missões da Assembleia de Deus de Paranaguá.

⁶⁶ As observações foram realizadas durante 20 dias dispostos ao longo dos meses de agosto a novembro de 2011. As interlocuções ocorridas em áreas públicas ou semi-públicas foram transcritas logo após seu acontecimento no caderno de campo, não tendo sido utilizados aparelhos de gravação de imagem ou voz. Dentro do possível a observação foi registrada em fotografias, as quais algumas serão apresentadas ao longo do texto.

Durante a pesquisa, a tomada de consciência sobre a dinâmica própria da cidade evidenciou um mundo que parecia inexistente. Sua transitoriedade trouxe uma primeira impressão inerte, como se fosse impossível captá-lo, torná-lo legível, era como tudo se passasse e *uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada* (CERTEAU, 2009 [1980], p. 159). É tão mais fácil observar a perenidade dos edifícios tombados, que estar atento a ações que de uma hora (um minuto ou um segundo) para outra se transformam ou não existem mais e, por vezes, não deixam vestígios. Ações que geram relações tanto evidentes quanto sutis com o espaço, entre usuários e entre temporalidades; ações que podem se repetir no cotidiano, ou são eventuais, ou ainda inéditas.

3.2.1 A compreensão conceitual das práticas ordinárias

Na tentativa de apreender essa dinâmica, Certeau se utiliza das noções de *tática* e *estratégia*, identificando nesse ambiente relacional e diário que os usuários se utilizam de *táticas* para enfrentar as *estratégias*⁶⁷ impostas por uma ordem *própria*, conseguindo, assim, evidenciar a heterogeneidade do todo. No caso dos consumidores pesquisados por ele, as *táticas* poderiam ser entendidas como as maneiras de utilizar os produtos consumidos dentro de uma ordem econômica dominante, que representaria a *estratégia*. Evidenciando as *táticas*, esses modos de fazer e de empregar dos usuários, que, para o autor, são astuciosos e dispersos; e ao mesmo tempo se revelam ubíquos, silenciosos e quase invisíveis (CERTEAU, 2009 [1980], p. 37-41) serão analisados aqui a partir dos usos e *contra-usos* (LEITE, 2007[2004]), vivenciados no ambiente urbano.

Às noções de *tática* e *estratégia* se une a definição de *conveniência* delimitada por Mayol (2005, [1980]) para depreender as interações sociais existentes na arte de conviver no bairro, que fica entre a *proximidade imposta pela configuração pública dos lugares*, e a *distância necessária*

⁶⁷ Certeau chama de “*estratégia*” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um ‘próprio’ e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico. E denomina “*tática*” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A *tática* só tem por lugar o outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância. Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias (CERTEAU, 2009 [1980], p. 45-46. Grifos no original).

para salvaguardar a sua vida privada. Para o autor, a conveniência é o *gerenciamento simbólico da face pública de cada um de nós desde que nos achamos na rua*, exemplificando-a como *um sistema de “caixinha” (ou de “vaquinha”)* que representa,

[...] no nível dos comportamentos, um compromisso pelo qual cada pessoa, renunciando à anarquia das pulsões individuais, contribui com a sua cota para a vida coletiva, com o fito de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados. Por esse “preço a pagar” (saber “comportar-se”, ser “conveniente”), o usuário se torna parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana (MAYOL, 2005 [1980], p. 39. Grifo no original).

Pensando nas *estratégias e táticas* de Certeau e na *conveniência* de Mayol, uma cena observada no cotidiano parnanguara vem à mente: hora do almoço no Mercado do Café, o movimento é razoável, aproximadamente metade das mesas do pátio interno estão ocupadas. Um dia de nuvens carregadas e uma forte chuva cai, as três entradas do mercado ficam repletas de pessoas que estão passando na rua e param ali para se abrigar, entre eles vendedores ambulantes que carregam suas mercadorias - chinelos, bijuterias, relógios e óculos, em sacolas ou mostruários, e aproveitam para discretamente oferecerem seus produtos, visto que há placas alertando sobre a proibição dessa forma de venda naquele local. É um momento único, a chuva é o pretexto para estarem ali. Mas apesar do esforço, ninguém compra, a chuva passa e as pessoas voltam a caminhar nas ruas, os vendedores, convenientemente, também.

Táticas sutis empreendidas no dia a dia, talvez despercebidas pela maioria; reguladas pela *conveniência*, compartilhada por todos, conformando o *cotidiano* que, em um primeiro momento pode ser entendido de maneira rotineira como aquilo que se repete dia após dia, mas que não há como desconsiderar a contingência, que lhe é imprescindível (LEITE, 2010, p. 737). Para Certeau, o cotidiano é *aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, pois existe uma opressão do presente.* Porém, mesmo no presente, o cotidiano é parte de uma história interior, íntima, quase velada, que pressupõe um *“mundo memória”* ao qual *amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres* (Certeau, 1996 [1980], p. 31-33). Na pesquisa para a dissertação,

quando observado a partir da *estrutura fervilhante das ruas*, foi possível refletir que o que move as pessoas a cada dia joga entre o presente e a memória, entre o interior e o coletivo, configurando-se em atividades cadenciadas em espaços e relações sociais.

Essas interações entre o espaço e seus elementos e o corpo social que o vivencia configuram relações que reflexivamente influenciam e são influenciadas por esses dois aspectos que, conforme Leite (2007 [2004], p.196), concorrem para uma mesma direção: a *construção social do espaço* (produto e produtor de práticas sociais) e a *construção espacial da sociabilidade pública* (produto e produtor das espacializações da vida social). Reflexibilidade anteriormente anunciada na fala de Manuel Delgado (2007) quando conceitua *espaço urbano*, que aqui será compreendida a partir dos *espaços públicos*⁶⁸, em um universo contemporâneo.

No campo da arquitetura e do urbanismo, a investigação sobre a relação estabelecida entre as cidades e seus usuários se configurou, de forma mais consistente, na apreensão da percepção e da legibilidade dos espaços, presente, por exemplo, nos trabalhos referenciais de Gordon Cullen, *Paisagem Urbana* (1961) e de Kevin Lynch, *A Imagem da Cidade* (1960). Em outro sentido, arquitetos se utilizaram dos princípios da fenomenologia⁶⁹ para construir uma teoria da arquitetura, entre eles Christian Norberg-Schulz, que se baseou, principalmente, na obra *Construir, habitar, pensar*, do filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976). Norberg-Schulz identifica *o potencial fenomenológico da arquitetura como a capacidade de dar significado ao ambiente mediante a criação de lugares específicos* (NESBITT, 2010 [2006], p. 443). Não reconhecendo um acontecimento sem referência a uma localização, o autor define o conceito de *lugar* como um *fenômeno qualitativo “total”*, constituído por categorias

⁶⁸ Leite explicita a diferenciação entre o conceito de *espaço público* como *esfera pública* – ‘arena’ ou ‘cenário’ de debate, visibilidade e negociação; e como *espaço urbano*. Para o autor, em ambos os casos, é preciso reafirmar a *necessidade da constituição desses “espaços” como instâncias nas quais os direitos sociais possam ser reconhecidos, numa perspectiva em que a cidadania pressupõe a existência de uma sociabilidade baseada no reconhecimento dos diferentes valores e interesses da sociedade*. Ao conduzir à ideia de rua como “espaço complexo da cidadania” o autor alerta que tal *espaço urbano* não pode ser apenas uma “arena” – onde diferentes interesses se tornam públicos, mas que ali também seja possível estruturar as próprias demandas que a cidadania reclama, concluindo que para se tornar *público*, o *espaço urbano* necessita considerar as relações entre *espaço* e *sociabilidade pública* (LEITE, 2007 [2004], p. 195-196).

⁶⁹ A fenomenologia foi inicialmente definida por Edmund Husserl (1859-1938) como uma investigação sistemática da consciência e seus objetos. Para Norberg-Schulz, a fenomenologia se constitui em um *método* que exige *um retorno às coisas, em oposição às abstrações e construções mentais* (NESBITT, 2010 [2006], p. 443).

como *espaço* e *caráter*, em que a primeira indica a *organização tridimensional dos elementos que formam um lugar* e a segunda a *“atmosfera” geral que é a propriedade mais abrangente de um lugar*, sendo que essas duas categorias denotam os sentidos de *localização* e *identificação* respectivamente. Para o autor, ao habitar, o homem está simultaneamente localizado no espaço e exposto a um determinado caráter ambiental. E, ressaltando o antigo conceito romano de *genius loci*⁷⁰, argumenta que um sentimento profundo de ser do lugar pressupõe que as duas funções psicológicas - *localização* e *identificação* estejam plenamente desenvolvidas, sendo possível, assim, apreender a *essência do lugar* (NORBERG-SCHULZ, 2010 [1976], p. 444-461).

No caso de Norberg-Schulz e, em geral dos arquitetos e urbanistas, essa busca pela *essência do lugar* pressupõe uma visão prospectiva, que pretende a intervenção no espaço para que sua descoberta se realize ou, ao menos, se evidencie. Essa propositura muitas vezes se perde, como o próprio autor alerta, em um conhecimento científico abstrato do lugar, que se mostra neutro e objetivo, e exalta uma abordagem funcional que desconsidera diferentes tradições culturais e condições ambientais, *deixando de fora o lugar como um “aqui” concreto com sua identidade particular* (NORBERG-SCHULZ, 2010 [1976], p. 445).

Buscando um entendimento menos sintético das relações entre espaço e sociabilidade pública, cabe retomar o conceito de *lugar* como categoria patrimonial de natureza imaterial (Ver Item 2.3.1) que considera que *toda atividade humana produz sentidos de lugar*. Tal categoria se configura por espaços apropriados para a realização de atividades cotidianas ou excepcionais que, para o caso do reconhecimento oficial como patrimônio, deve configurar uma centralidade ou excepcionalidade em função da densidade diferenciada de atividades ou sentidos atribuídos. Não pensando somente no reconhecimento oficial, mas aproximando-se daquele *patrimônio milenar* que atravessa as gerações, compreende-se esse conceito de *lugar* de maneira semelhante ao *lugar antropológico* definido por Augé, que pressupõe

[...] aquela construção concreta e simbólica do que não poderia dar conta, somente por ela, das

⁷⁰ ‘Genius loci’ é um conceito romano. Na Roma antiga acreditava-se que todo ser “independente” possuía um ‘genius’, um espírito guardião que dá vida às pessoas e aos lugares, acompanha-os do nascimento à morte, e determina seu caráter ou essência. (...) Em tempos passados, a sobrevivência dependia de uma ‘boa’ relação com o lugar, tanto num sentido físico, quanto psíquico. (NORBERG-SCHULZ, 2010 [1976], p. 454-455)

vicissitudes e contradições da vida social, mas à qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja (AUGÉ, 2010 [1992], p. 51).

O autor define o *lugar antropológico* como possuidor de pelo menos três características comuns: *identitárias, relacionais e históricas*. E, apesar de ser apenas uma *ideia parcialmente materializada, que têm aqueles que o habitam de sua relação com o território, com seus próximos e com os outros* e, apesar de variar *com o lugar e o ponto de vista que cada um ocupa*, tal lugar *propõe e impõe uma série de marcas que (...) cuja ausência, quando desaparecem, não se preenche com facilidade* (AUGÉ, 2010 [1992], p. 51-54).

Ao enunciar o *lugar antropológico*, Augé busca a contraposição com aquilo que denomina *não lugares*. Os *não lugares* são produtos da *supermodernidade* e se configuram na ausência de identidade, relação e história, são exemplificados pelas auto-estradas, aeroportos, grandes cadeias de hotéis, supermercados. As relações com seus usuários ocorrem através das interações com textos, *sem outros enunciadores que não pessoas “morais” ou instituições (aeroportos, companhias aéreas, Ministério dos Transportes, sociedades comerciais, polícia rodoviária, municípios) (...) cuja presença está explícita ou implicitamente por trás das injunções, dos conselhos, dos comentários, das “mensagens” transmitidas pelos inúmeros “suportes” (painéis, telas, cartazes) que são parte integrante da paisagem contemporânea* (AUGÉ, 2010 [1992], p. 89). Para o autor, eles configuram *um mundo prometido à individualidade solitária, à passagem, ao provisório e ao efêmero* (AUGÉ, 2010 [1992], p. 74).

Contrariando os *não lugares* de Augé, as três acepções de *lugar* delimitadas acima parecem buscar um fenômeno estável e inteligível, cujas fronteiras - físicas e/ou simbólicas - sejam claramente definidas e haja perenidade suficiente para seu reconhecimento. Uma busca que na contemporaneidade torna-se difícil em virtude da efemeridade e fragmentação que esta impõe às relações. O próprio Norberg-Schulz alerta que, *no caso do homem urbano moderno, a relação amistosa com um ambiente limita-se a relações fragmentárias* (NORBERG-SCHULZ, 2010 [1976], p. 457). Augé também destaca o movimento na constituição de *lugares* e *não lugares*. Para ele,

O lugar e o não lugar são antes polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente – palimpsestos

em que se reinscreve, sem cessar, o jogo embaralhado da identidade e da relação (AUGÉ, 2010 [1992], p. 74).

A contemporaneidade evidencia a fragmentação e o hibridismo como parte da construção dos lugares. As fronteiras certamente se mostram menos rígidas e as configurações menos homogêneas, proporcionando confluências, mas também reforçando ou criando barreiras, conforme os interesses sociais que se apresentam.

Ressaltando essa fluência contemporânea dos ambientes urbanos, Delgado evoca os conceitos de *cidade e não-cidade*, não os contrapondo⁷¹, mas configurando uma complementaridade que interpreta a não-cidade não como o lado obscuro da cidade, senão como *un deshacerse perpetuo de lo ya hecho y um rehacerse incesante de lo que acabábamos de ver desintegrarse ante nuestros ojos* (DELGADO, 2007, p. 62-63). Assim, a não cidade é tudo aquilo que, nas estruturas da cidade, não se cristaliza, aquilo que tem um caráter nômade e oscilante e, por isso sobrevive às mudanças morfológicas, sociológicas e culturais. Para Delgado (2007), a não-cidade tem como protagonistas um magma de desconhecidos que vivem toda a sua vida se cruzando uns com os outros ou uns aos outros.

Retomando a noção de *lugar*, Certeau faz uma distinção entre *lugar e espaço*, sendo o primeiro *a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência*, implicando uma *indicação de estabilidade*; o *espaço* por sua vez *é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais*, em suma, *o espaço é um lugar praticado* (CERTEAU, 2010 [1980], p. 184). Certeau foge à dicotomia entre estrutura e dinâmica para focar as práticas urbanas como procedimentos que se configuram nas relações estratégicas, que correspondem à ordem (seja qual for) do lugar; respondidas pelas ações táticas dos usuários, configurando o

⁷¹ O autor entende que o contraponto da cidade é a anti ou contra cidade, caracterizada por aquilo que, no momento atual, desenvolve centralização sem centralidade; renuncia à diversificação funcional e humana com grandes processos de especialização; produz centros históricos dos quais a história foi expulsa. Para ele, dinâmicas como banalização, terceirização e tematização desembocam a dissolução do urbano em mera urbanização, interpretada como a submissão irrestrita aos imperativos de determinadas ideologias urbanísticas. Como exemplo cita as morfologias residenciais segregadas e repetitivas que se estendem nas periferias metropolitanas; os atrativos isolados consagrados à prática, desprovida de conflito, do consumo e do ócio, que funcionam como máquinas colossais de simplificar e sossegar a agitação que é consubstancial a qualquer definição do urbano (DELGADO, 2007, p. 60. Tradução livre da autora)

cotidiano nesse movimento. A visão de Certeau não se representa no infecundo *não lugar* de Augé, mas certamente está presente na fluida não-cidade de Delgado.

Buscando um fechamento para o entendimento dos conceitos apresentados que definem relações entre o espaço e corpo social que o vivencia, é interessante se ater a reflexão de Leite, que em uma abordagem contemporânea conclui que,

Os lugares urbanos têm fronteiras, mas elas não são necessariamente fixas e muito menos dadas: são construídas socialmente e negociadas cotidianamente com outros lugares no complexo processo de interação pública, através do qual afirmam suas singularidades, emergem conflitos, dissensões e, eventualmente, consensos (LEITE, 2007 [2004], p. 286).

Nesse sentido, ao pensar o *lugar* como patrimônio comum de uma determinada coletividade, é possível acreditar que sua existência se torna cada vez mais 'ameaçada' pela fluidez e fragmentação das relações contemporâneas, talvez por isso a corrida exaustiva para o seu reconhecimento e salvaguarda através das ações patrimoniais. Mas cabe ressaltar que essas expressões dinâmicas, de fluidez, fragmentação e conflito, são cada vez mais constituintes e conformadoras das relações urbanas e que elas não exaurem o espaço público e o sentido de lugar, apenas trazem significados diferentes que serão digeridos por essa coletividade, sendo que tal dinâmica deve ser considerada nos processos de patrimonialização.

Observar a dinâmica atual do centro histórico de Paranaguá se mostrou imprescindível para estabelecer um olhar sob a ótica das práticas urbanas em um contexto do qual se conhecia somente edifícios e áreas urbanas valorizadas pela lógica patrimonialista. Foi intensa a experiência de compreender as práticas, que mesmo fragmentadas parecem orquestradas em um todo contínuo entremeado por sobressaltos, que configuram o cotidiano. Certamente não foi possível esgotar a compreensão da dinâmica, nunca seria, portanto, foram estabelecidas três delimitações – as relações com o Rio Itiberê, as trocas comerciais e a religiosidade, que, ao mesmo em que giram em torno de uma temática, criam intersecções que permitem compreender que os processos não se configuram isoladamente, ocupando os mesmos espaços ou envolvendo os mesmos agentes. A seguir serão descritas ações e processos observados durante a pesquisa de campo, que

compõem as práticas urbanas do centro histórico de Paranaguá. Em um primeiro momento a partir de uma visão ampliada das conexões e usos existentes.

3.2.2 Os usos do centro histórico de Paranaguá: a generalidade das práticas urbanas

3.2.2.1 Fluxos: a conectividade do centro histórico

Paranaguá. Centro histórico. Algum dia entre agosto e novembro de 2010. É o amanhecer de um dia comum, cotidiano. Não são os moradores os que primeiro se movimentam nas ruas do centro histórico, ou pelo menos não em maior número, não parecem muitos. Suas casas térreas, que contêm pequenas modificações na entrada, grades nas janelas, aberturas para possibilitar o abrigo do carro ou o segundo pavimento de alguns sobrados ainda têm as janelas fechadas.

Há uma movimentação maior às margens do Rio Itiberê. Onde a Rua General Carneiro se estreita, conforma-se uma prainha que serve de ancoradouro para pequenas embarcações particulares que vêm dos mais diversos pontos das baías próximas, principalmente, de Paranaguá e Laranjeiras – das localidades de Piaçaguera, Amparo, Superagui, Guaraqueçaba, entre tantas outras. O desembarque dos *barcos de linha*, ali bem próximo, também gera movimento durante a manhã. As pessoas desembarcam e se enfileiram no trapiche, quando pisam em terra firme estão em um alargamento de calçada, na mesma Rua General Carneiro, e se deparam com um sobrado eclético bastante ornamentado – o Sobrado Mathias Bohn, que é contíguo a outros sobrados com a mesma volumetria, formando um conjunto que se impõem sobre a rua. Apressadas, as pessoas parecem querer se esquivar deles, a maioria fechado, sem uso. São pessoas de todas as idades, senhores e senhoras com malas e sacolas; mulheres e homens que, por vezes, vestem roupas simples e chinelos de dedo, mas por vezes trajam roupas mais apuradas para irem ao trabalho ou para resolverem alguma coisa na ‘cidade’, visto que *para resolver ou comprar coisas tem que vir aqui*, conforme a fala de um morador de Superagui que desembarcava em Paranaguá naquele momento. Alguns turistas salpicam a mescla de pessoas e em sua maioria são jovens com mochilas enormes, roupas, cabelos e sotaques que o destacam.



Figura 11 - Local de embarque/desembarque dos barcos de linha. Foto: L. Nardi, out/2010. Rua General Carneiro no horário da chegada de uma embarcação. As pessoas desembarcam no trapiche à direita e seguem em diferentes direções.

A partir dali cada um segue seu caminho a pé ou com a bicicleta trazida na viagem, algumas pessoas sobem a ladeira pelas calçadas estreitas da Rua Marechal Alberto de Abreu em direção à Praça Fernando Amaro onde, ao seu redor, se concentram o maior número de agências bancárias da cidade, além de grandes lojas de móveis e eletrodomésticos; ou vão mais adiante até o terminal de ônibus urbano para seguirem para outras áreas da cidade. Em outro sentido, algumas pessoas seguem pela própria Rua General Carneiro e entram no antigo edifício do hoje Mercado do Café para, talvez, a primeira refeição diária - café, como sugere o próprio nome do lugar, acompanhado de pastéis, bolinhos e quitutes tradicionais, depois de uma viagem que pode ter demorado até três horas. Alguns não se detêm, e seguem diretamente para a rodoviária, carregados de bolsas e mochilas, buscando conexões com outras cidades litorâneas, com Curitiba ou Ponta Grossa, no Paraná, com Garuva ou Joinville, em Santa Catarina.

Da rodoviária não só partem, mas, principalmente pela manhã, chegam pessoas desses mesmos locais⁷², que, seguindo a pé, vão aos

⁷² Um estudo de 2008 aponta que o ônibus é o meio de transporte preferencial dos visitantes para acessar o município de Paranaguá, representando 50% dos deslocamentos, enquanto o automóvel representa 44% e outros transportes 6% (Secretaria de Turismo, 2008). Outra análise temporal,

poucos se mesclando aos transeuntes que atravessam a ponte sobre o Rio Itiberê, vindos da Ilha dos Valadares a pé, empurrando suas motos ou sobre bicicletas. De Valadares, as pessoas têm outras opções para atravessar os duzentos metros entre as duas margens do Rio Itiberê - nas *'bateirinhas'*, que são pequenas embarcações à remo, que vão e voltam a todo momento levando coisas e pessoas; e na balsa, o transporte oficial dos carros, que sai e chega, ou vice-versa, em lugares sem muita estrutura.

Outras pessoas chegam de outras partes da cidade, principalmente pelas ruas Coronel Elysio Pereira e Conselheiro Sinumbú, onde ciclistas se mesclam a um maior fluxo de carros, e, astuciosamente, desprovidos de equipamentos de segurança, carregam em suas garupas outras pessoas, crianças, sacolas diversas e até mesmo botijões de gás, em dias de sol ou chuva, se arriscando principalmente quando passam a trafegar pelas trepidantes ruas do centro histórico, pavimentadas com paralelepípedos.

O movimento de carros, bicicletas e transeuntes é, ora mais intenso, ora mais calmo, mas sempre constante e quase sempre fluido. Algumas paradas acontecem quando há que se esperar alguém estacionar, já que as ruas são estreitas. Os maiores fluxos acontecem no horário comercial, das nove às dezenove horas, quando lojas, bancos, escritórios, consultórios, cartórios, instituições públicas, lanchonetes estão em funcionamento. Fora desse horário somente a entrada e saída de colégios existentes no centro histórico e no entorno geram fluxos específicos.

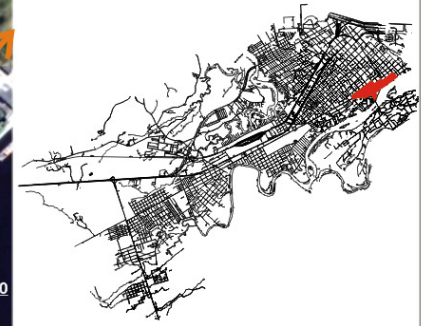
Nas ruas mais movimentadas é necessário um olhar atento, paciência e habilidade para estacionar, visto que ninguém quer parar a mais de dois quarteirões do seu destino. Alguns estacionamentos pagos amenizam a situação, e eles não servem somente aos carros, mas também às bicicletas, que quando não estão ali, estão nos raros paraciclos instalados na porta dos edifícios comerciais, mas na maioria das vezes encostam-se nas fachadas ou estão amarradas em postes e árvores.

entre 2007 e 2009, identifica o número de passageiros que embarcam na rodoviária de Paranaguá, com uma média de 17.670 passageiros por mês, totalizando 212.044 passageiros no ano de 2009. Um número crescente se comparado aos dois anos anteriores – 198.897 e 205.276, respectivamente 2007 e 2008. Outro dado aponta que, dentre os municípios do litoral paranaense, Paranaguá é o que menos sofre variações entre a alta e a baixa temporada no ano de 2009. Comparando com os demais municípios litorâneos, Paranaguá é o que mais gera deslocamentos; considerando os embarques, Morretes vem em segundo lugar com 80.995 passageiros no ano de 2009 e Matinhos com 74.835, reforçando a condição de pólo regional de comércio, serviços e empregos de Paranaguá. (Secretaria de Estado dos Transportes, Departamento de Estradas de Rodagem/DER). Dados contidos no Diagnóstico para o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Litoral Paranaense, Governo do Estado do Paraná, 2010.

Aqui, uma pausa na observação no plano do usuário e da rua para empreender uma visão panorâmica, complementar. O mapa a seguir demonstra, dentro do possível, os fluxos e áreas descritas, com a limitação própria de representar o movimento, além da impossibilidade de apreender todos os deslocamentos, o destino de cada transeunte, pois, o cotidiano é contingente. Nesses movimentos descritos e mapeados se evidenciam as conexões e intersecções impostas ao centro histórico pelo uso da cidade. Assim, centralidade conformada no centro histórico - através das ofertas de comércio e serviços que a área oferece; e por abrigar ou estar próxima de pontos importantes de conexão, como a rodoviária, o terminal de transporte urbano, a ponte para Ilha dos Valadares e o embarque-desembarque náutico - concorre para a consolidação de uma dinâmica que permite uma vivência desse espaço urbano não só como espaço memorial, mas cotidiano e contemporâneo e atrai diariamente um grande número de pessoas que atravessa o perímetro tombado, sem, na maioria das vezes, considerar essa informação.



Figura 12
Mapa Fluxos no Centro Histórico
 Elaboração : Leticia Nardi , 2011



- Fluxos mais intensos observados na área central de Paranaguá:
- — — Pedestres
 - — — Ciclistas
 - — — Motoristas (veículos particulares)
 - — — Ruas fechadas para a passagem de veículos
 - — — Perímetro de tombamento federal
 - — — Perímetro de tombamento estadual

Foto: Prefeitura Municipal de Paranaguá / Google Earth, 2011

Dados:
 Pesquisa de campo - ago-nov/2010

3.2.2.2 Usos: a dinâmica cotidiana do centro histórico

Ao retomar o ponto de vista dos *praticantes ordinários* do centro histórico de Paranaguá em um dia ensolarado, ele não se mostra *fervilhante* somente pela quantidade de pessoas que o usam e transitam por ele, mas a aridez das ruas, desprovidas de árvores, pavimentadas com granito escuro e cercadas de edificações antigas, sem recuos, heranças do urbanismo português, certamente causa desconforto aos usuários⁷³. Condições amenizadas por alguns espaços públicos arborizados, como a orla do Rio Itiberê (sombreada por palmeiras), utilizada como um parque urbano aos finais de semana, atraindo famílias com crianças; o local de embarque/desembarque dos *barcos de linha* com duas ou três árvores que sombreiam aquele espaço; a movimentada Praça Fernando Amaro; a Praça Eufrásio Correia (Praça dos Leões); a pequena praça na Rua Quinze de Novembro (parte de cima do Mercado do Café); e a Praça Manoel Ricardo que servem de refúgio para um breve descanso. Neste momento, ao sentar em um banco de madeira ou nas muretas da Praça Fernando Amaro talvez seja possível contemplar a cidade, o rio e os edifícios históricos, talvez os pensamentos sejam outros.



Figura 13 – Refúgios. Foto eq. - Praça Fernando Amaro. Foto: M. Innocenti, 2008 / Foto dir. - Local de embarque dos *barcos de linha*. Foto: L. Nardi, 2010.

⁷³ Em Paranaguá a sensação de calor é acentuada pela sua localização litorânea, que propicia umidade do ar acima das demais áreas mais continentais e estando ainda a altitude do nível do mar. No Plano de Mobilidade (IPHAN, 2009), a empresa TC Urbes faz uma análise recente da condição climática no centro histórico de Paranaguá e nos resultados é possível verificar que, indicando a pavimentação de granito escuro e considerando como atividade uma *caminhada leve*, os níveis se mantêm entre *Calor Moderado* e *Calor Excessivo*, durante todos os meses do ano, no período entre 9h e 15h, sendo que o nível de *Calor Excessivo* é percebido principalmente entre os meses de novembro e abril. (IPHAN, Plano de Mobilidade, Relatório 1A, 2009, p.80-87)

Mas o ato de contemplar, tão inerente aos turistas e fotógrafos e tão reverenciado pelos gestores patrimonialistas, não é aquele que mais anima o centro histórico de Paranaguá. O movimento proporcionado pelo comércio varejista e pelos serviços oferecidos, assim como àquele em torno do Rio Itiberê, torna-o vivo durante a semana, atraindo pessoas diversas, como será demonstrado no próximo item.

Retratando movimentações, é época de eleições e há uma grande agitação em torno disso, principalmente das propagandas dos candidatos a deputado estadual e federal que poderão representar a região litorânea. A Praça Fernando Amaro, assim como a Praça Eufrásio Correia (em frente à Prefeitura) e o Largo Monsenhor Celso (Largo da Matriz) são locais preferenciais para propagandas: há mulheres agitando bandeiras em suas esquinas; cavaletes com as fotos dos candidatos espalhados pelas calçadas; passam carreatas, grupos de bicicletas apitando e carregando bandeiras e carros de som anunciando os números através de *jingles* que vão penetrando por ouvidos, janelas, portas, tentando convencer o maior número de pessoas. Neste momento, não importa se atrapalham ou não a visualização dos eixos visuais mais significativos e dos principais edifícios inseridos no perímetro de tombamento, o importante é que não sejam esquecidos por seus eleitores nas urnas.

De maneira eventual, o centro histórico é tomado por multidões que participam de festas e eventos públicos, que acontecem principalmente na Praça de Eventos 29 de Julho⁷⁴, mas também nas ruas. Conforme citado no Relatório Final do INRC, *os paralelepípedos que vêm passar a grandiosa Procissão de Nossa Senhora do Rocío e seus devotos são os mesmos que sentem pular os pés dos foliões travestidos do Banho à Fantasia*⁷⁵ (IPHAN, INRC - Relatório Final – Vol. I, 2009). Talvez sejam as mesmas pessoas.

⁷⁴ A Praça de Eventos 29 de Julho é contígua à orla do Rio Itiberê. Elas foram consolidadas na área do aterro quando executado o projeto paisagístico na década de 1990. Na orla, foi instalado o Palco Tutoya, que possuía uma cobertura em lona tensionada que se assemelhava às velas de uma embarcação. No momento da pesquisa, as 'velas' haviam sido retiradas, restando a estrutura metálica que sustentava cobertura e o piso de madeira sobre uma estrutura de concreto, materiais que se degradavam a cada dia. O local passou a ser usado como esconderijo de objetos roubados e drogas. A praça é um local amplo, grande parte da sua área é pavimentada com mosaico português, propício para sua função principal de abrigar eventos, quando são instaladas tendas, banheiros químicos, aparelhagens de som. Cumpre sua função sem mobiliários para atrapalhar, mas assusta pela aridez e silêncio, quando vazia na maior parte dos dias. Estes são parcialmente quebrados aos finais de semana quando em um 'cantineiro' se instalam três ou quatro vendedores ambulantes; ou quando um pai desligado empina pipa para seu filho pequeno enquanto fala ao celular.

⁷⁵ Desfile de blocos carnavalescos fantasiados que termina com um banho no Rio Itiberê (IPHAN, INRC - Relatório Final – Vol. II, 2009).

Quanto aos eventos religiosos, como a Procissão de Nossa Senhora do Rocio, eles serão abordados mais adiante; já os carnavalescos, em função do tempo da pesquisa, infelizmente, não foram observados, mas todos eles, grandiosos ou singelos, certamente detêm significados que contribuem para a construção de uma sociabilidade pública, manifestada, entre outros lugares, nas ruas do centro histórico e por isso muitos deles fazem parte das referências culturais elencadas no INRC, conforme descrito no Item 2.3.1.

Especialmente mais restritos, os Bailes de Fandango acontecem na noite do primeiro sábado de cada mês no Mercado do Café. A antiga tradição do bailado, que acontecia para comemorar as colheitas em mutirão, ainda hoje reúne em Paranaguá, mestres, tocadores, dançarinos, principalmente, na Ilha dos Valadares⁷⁶. Tradição que se reproduz no Mercado do Café para ganhar maior visibilidade, sendo promovida através do incentivo da Fundação Municipal de Cultura⁷⁷. O local que durante todos os dias da semana funciona como uma espécie de ‘praça de alimentação’ do centro histórico, tem as mesas centrais afastadas para instalação do tablado em madeira, que possibilita a ‘batida’ do fandango, e homens calçados com o tamanco fazem o som característico. Casais formados por expectadores também arriscam alguns passos no tablado. Apesar da singeleza e das adaptações, os bailes de fandango evocam sentimentos que mesclam a tradição a uma simples vontade de se divertir gratuitamente durante algumas horas, fazendo essa antiga expressão cultural participar, ainda nos dias atuais, da vida cotidiana da cidade; tradição que nem todo parnanguara aprecia, principalmente, em virtude da sonoridade aguda e repetitiva das canções. Agrada aos donos de alguns boxes do mercado, que servem bebidas e petiscos e tem um faturamento extra, mas desagrada alguns de seus funcionários, para quem é quase um sacrifício trabalhar aos sábados à noite e ter que estar ali no outro dia bem cedo.

O baile dura até aproximadamente às quatro horas da madrugada. No período noturno, com exceção desse dia nas proximidades do Mercado do Café de onde as pessoas entram e saem a toda hora, o centro histórico

⁷⁶ Conforme informações da equipe técnica que realiza o INRC em Paranaguá, está em andamento o processo de registro do fandango como bem do patrimônio imaterial brasileiro. No Paraná, os estudos estão centrados na Ilha dos Valadares e em Guaraqueçaba, locais onde há vigência dessa referência cultural.

⁷⁷ Apresentações dos grupos folclóricos ligados ao fandango, como o do Mestre Romão, que comandava o baile no Mercado do Café nesse dia, acontecem em vários outros lugares, principalmente quando a intenção é exibir as tradições parnanguaras.

parece vazio, com dois ou três bares funcionando, um em cada canto. Outras áreas da cidade são mais movimentadas, com bares e restaurantes funcionando intensamente. Apesar da aparente invisibilidade, reforçada pela pouca iluminação, fica cada vez mais evidente, pela fala dos interlocutores, a utilização da área para o consumo de drogas e a moradia de sem-tetos. O amanhecer traz a luz essa realidade e é possível ver pessoas maltrapilhas dormindo em bancos ou monumentos da Praça 29 de Julho; embaixo da marquise de um prédio modernista na Rua Quinze de Novembro; ou em uma morada improvisada embaixo da ponte para Valadares, onde se improvisa até uma cozinha (SIQUEIRA, Audiovisual, 2010a). Assim, o centro histórico de Paranaguá acorda expondo suas várias facetas, tanto a sua imponência histórica e arquitetônica, quanto essas fragmentações de sua dinâmica contemporânea. É mais um dia no seu cotidiano rotineiro e, ao mesmo tempo, imprevisível.



Figura 14 – Dormitórios improvisados. Fotos: L. Nardi, 2010. Foto esq. – Rua Quinze de Novembro / Foto dir. – Monumento da Praça 29 de Julho.

O anteriormente descrito é um breve retrato do centro histórico de Paranaguá como *praticado* hoje, dentro dos limites de um olhar individual que envolve uma pesquisa de mestrado. Porém, como incessantemente repetido, o que acontece hoje é fruto de um processo de construção temporal, no qual o centro histórico é testemunha dessa passagem do tempo, dentro de uma dinâmica de permanências e transformações que será abordada no próximo item, focando as temáticas desenvolvidas.

[4 CENTRO HISTÓRICO DE PARANAGUÁ: A DINÂMICA DE PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES]

Lo urbano consiste en una labor, un trabajo de lo social sobre sí: la sociedad “manos a la obra”, produciéndose, haciéndose y luego deshaciéndose una y otra vez, empleando para ello materiales siempre perecederos.

[Manoel Delgado, El Animal Público, 1999]

Paranaguá figura entre as primeiras povoações do período pós-descobrimto, tendo sido elevada à categoria de vila em 1648, portanto, sua conformação territorial envolve processos de longa data; muitos fatores políticos, econômicos, sociais, geográficos contribuíram para o desenvolvimento da sua trajetória. Assim, compreende-se que a relação com o Rio Itiberê, as trocas comerciais e a religiosidade têm um peso decisivo para a análise proposta.

4.1 RELAÇÕES COM O RIO ITIBERÊ: O USO DA PAISAGEM HISTÓRICA

Iniciar uma análise mais aprofundada através da relação entre a cidade e o Rio Itiberê denota sua importância primordial, não no sentido de principal, mas primeira, imprescindível para a conformação urbana e para a construção social da cidade sob uma perspectiva temporal, que deixa como herança aos dias de hoje práticas semelhantes ao que acontecia outrora, mas com nuances contemporâneas.

4.1.1 Configurações temporais: o ato de moldar e ser moldado ao território

Habitavam a “baía redonda” - *guá nã para* ou *bara*⁷⁸, os índios Karijós, do grupo lingüístico tupi, quando os colonizadores iniciaram as incursões para a ocupação do território. A região, que apresenta sinais de prolongada ocupação humana anterior a chegada dos portugueses⁷⁹, era, por esses, freqüentada desde o início do século XVI, sendo inserida em mapas cartográficos somente a partir de 1520. Advindos de Cananéia, que na época representava o extremo sul do território brasileiro reconhecido pelos portugueses, circulavam pelas Baías de Paranaguá, Laranjeiras, Pinheiros e Guapirocaba e por canais internos de comunicação, em pequenas embarcações, estabelecendo uma rede de intercâmbios que originou as primeiras miscigenações.

É no momento em que se intensifica a corrida pelo ouro que esses aventureiros deixam a Ilha da Cotinga para se estabelecerem na margem esquerda do Rio Itiberê, outrora Taguaré, nas proximidades de fontes de água potável utilizadas pelos indígenas, simbolizadas hoje pela Fonte Velha, monumento tombado. Sob a liderança de Domingos Peneda, no início do

⁷⁸ Corruptela local do vocábulo (LYRA, PARCHEN, LA PASTINA FILHO, 2006, p. 366).

⁷⁹ Pesquisas arqueológicas comprovam a existência de prolongada ocupação humana de toda a área ao longo dos séculos que antecederam a chegada dos portugueses, sobretudo pela presença de um sem-número de sambaquis, ou concheiros, muitos dos quais, infelizmente, destruídos pela ação predatória do homem branco. (LYRA, PARCHEN, LA PASTINA FILHO, 2006, p. 366)

século XVII ou oficialmente em 1640, com a chegada de Gabriel de Lara, fixam-se no território, sem delimitá-lo, estabelecem-se em uma lógica de ocupação imposta pelos deslocamentos, estabelecendo uma relação com os indígenas ora conflituosa, ora harmônica, na tentativa de se adaptar ao território. A ‘porta de entrada da civilização paranaense’ inicia assim o trajeto promissor de ‘cidade internacional’, vocação ainda hoje aclamada (IPHAN, INRC – Relatório Final – Vol. I, 2009). Porém, na tentativa penetrar o território do estado logo se depara com a Serra do Mar, obstáculo natural entre o litoral e o planalto de Curitiba que postergou o contato entre essas duas regiões, fazendo com que a comunicação facilitada entre Paranaguá e outras partes do litoral estabelecesse vínculos importantes naquele momento, isolando-se primeiramente da região acima da serra. É nesse *sítio* e sob essa *situação* (GEORGE, 1983, p.36-37) que se dá o início da consolidação urbana de Paranaguá.

Essa rede de intercâmbios pela Baía de Paranaguá que até o fim do século XIX configurava conexões entre os universos rural e urbano, em que o rural contava com pequenas propriedades espalhadas pelo território banhado pelas baías, onde se destacava a produção da farinha de mandioca. Tal configuração rural sucumbiu à preponderância da atividade portuária, eminentemente urbana, que se intensificou com o ciclo da erva-mate, o ‘ouro-verde’ do estado (WESTPHALEN, 1998; LEANDRO, 2003).

Como veremos adiante, dessa conexão permanecem os pequenos produtores e pescadores das comunidades ribeirinhas, descendentes dos caboclos e personagens do ir e vir diário que ocorre às margens do Rio Itiberê, no seu hoje centro histórico, se deslocando com embarcações semelhantes, que ganharam motores, e utilizando processos similares de pesca, que unidos aos *barcos pesqueiros*, abastecem o Mercado do Peixe e mantêm o seu próprio abastecimento, com os produtos levados da cidade.

Sem dúvida o porto foi o propulsor da economia parnanguara, proporcionando a consolidação do território. Conforme Leandro, no período da erva-mate, tal economia estava nas mãos de poucos *negociantes de grosso trato* que detinham o conhecimento e capital para fazer circular o produto. A maior parte da população continuou atada a antigas formas de ajuste de trabalho, inclusive escravo, configurando ali uma sociedade elitista e escravocrata, por muito tempo (LEANDRO, 2003, p. 22-23).

No que tange à configuração urbana, a evolução do pequeno atracadouro, inicialmente sem cais nem molhe, foi modificando a fisionomia da Rua da Praia, assim como as relações sociais ali existentes. Estabeleceu-se uma localização por volta de 1760, em frente de onde os jesuítas construíram o Colégio de Paranaguá, que quando abandonado pela ordem religiosa, tornou-se alfândega. Conforme Westphalen (1998, p. 25), *nesse local e suas vizinhanças, é que esteve situado o que se poderia chamar de porto de Paranaguá, em todo o século XVIII e grande parte do século XIX*. Proprietários particulares investiam na melhoria da infraestrutura do atracadouro, criando outros cais. Era ali na Rua da Praia (hoje General Carneiro) que sobrados coloniais substituíam os simplórios casebres, posteriormente atualizados para o estilo eclético. Neles se instalavam estabelecimentos comerciais no térreo e residências abastadas no pavimento superior, como o do casal *tenente coronel José Francisco Correia e D. Guilhermina Guimarães Correia, avaliado em sete contos de reis*, uma fortuna à época, que não resistiu a sua falência (LEANDRO, 2003, p. 109), mas pode ter resistido às transformações urbanas, tornando-se testemunho atual dessa época, tendo sido tombado.

Depois de um período áureo, o próprio porto não subsistiu às condições de assoreamento do Rio Itiberê e as embarcações preferiam se manter na sua foz, descarregando as mercadorias na Ilha da Cotinga ou seguindo para o Porto de Antonina. Em fins do século XIX e início do século XX, tal conflito envolveu disputas políticas e econômicas que duraram anos, até que uma Comissão do Governo Imperial decidiu por Paranaguá, iniciando-se a construção do novo porto na Enseada do Gato, inaugurado em 17 de março de 1935. Segundo Westphalen (1998, p. 31), *nessa época, o velho porto da cidade estava completamente abandonado, freqüentado apenas pelas lanchas e canoas que abasteciam o Mercado*. Uso ao qual se remetem os dias atuais, revelando suas origens. Um local que passou por

Pelourinho original, mas base e coluna estão separados: enquanto a base original encontra-se no IHGP com outra coluna; a coluna original está na praça em cima do Mercado do Café, com outro embasamento (LA PASTINA FILHO, Entrevista, 2010).

tempos de abandono, usos menos nobres, tentativas de revitalização⁸¹ e, hoje, segue um ritmo próprio, como será descrito adiante.

As águas do Rio Itiberê não serviram somente à navegação e ao transporte de mercadorias. Elas abasteciam essa configuração urbana, que aos poucos foi tomando forma de cidade. No início do século XX, sob a batuta do prefeito Caetano Munhoz da Rocha, a cidade passa a se preocupar com o seu apuro estético, denotando a busca pela higiene e organização que se imprimiu nas cidades brasileiras à época. No ano de 1910 foram inauguradas as redes de água e esgoto da cidade, criando uma dívida somente saldada na década de 1940 (NASCIMENTO JR, 1980). A Figura 17, um mapa de 1916, mostra o caminho das redes de água, assim como as duas fontes e as duas lavanderias.

É um momento de transição no funcionamento das cidades, que até o final do século XIX baseava-se no trabalho escravo. Entes que faziam com o próprio corpo o serviço de abastecimento de água e descarte dos dejetos, entre tantos outros, a fim de servir a uma classe dominante, configurando, conforme análise de Leandro (2003), uma realidade constante em Paranaguá. A foto a seguir mostra escravas em uma das lavanderias apontadas no mapa; ao fundo observa-se um trem que revela ser tal lavanderia localizada nas proximidades da estação ferroviária.

⁸¹ No final da década de 1990, a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado executaram a Recuperação da Rua General Carneiro e do Antigo Cais, em uma obra que modificou fluxos de carros, para possibilitar uma área destinada somente aos pedestres; refez a iluminação, executando o embutimento da fiação; e instalou mobiliários urbanos. Os atracadouros hoje existentes foram construídos no início dos anos 2000.



Figura 16 - Escravas lavando roupas na lavanderia próxima a Estação Ferroviária.
Foto: Acervo IHGP, Álbum Juca Lobo.

No mapa não é possível identificar com clareza a rede de esgotos, mas diz-se estar entre as primeiras instaladas nas cidades brasileiras. Em frente ao Mercado do Café ainda está o pequeno edifício destinado ao tratamento dos efluentes, não funcionando mais como tal. A construção atual da EE-II - Elevatória de Esgoto, bem menos graciosa, está localizada às margens do rio, nas proximidades do trapiche dos barcos de linha, onde as pessoas se escoram para esperar o horário da viagem. E, apesar dos esforços do poder público, a realidade é cruel com o rio, pois é atual o despejo de dejetos sem tratamento adequado (SIQUEIRA, Audiovisual, 2010a).

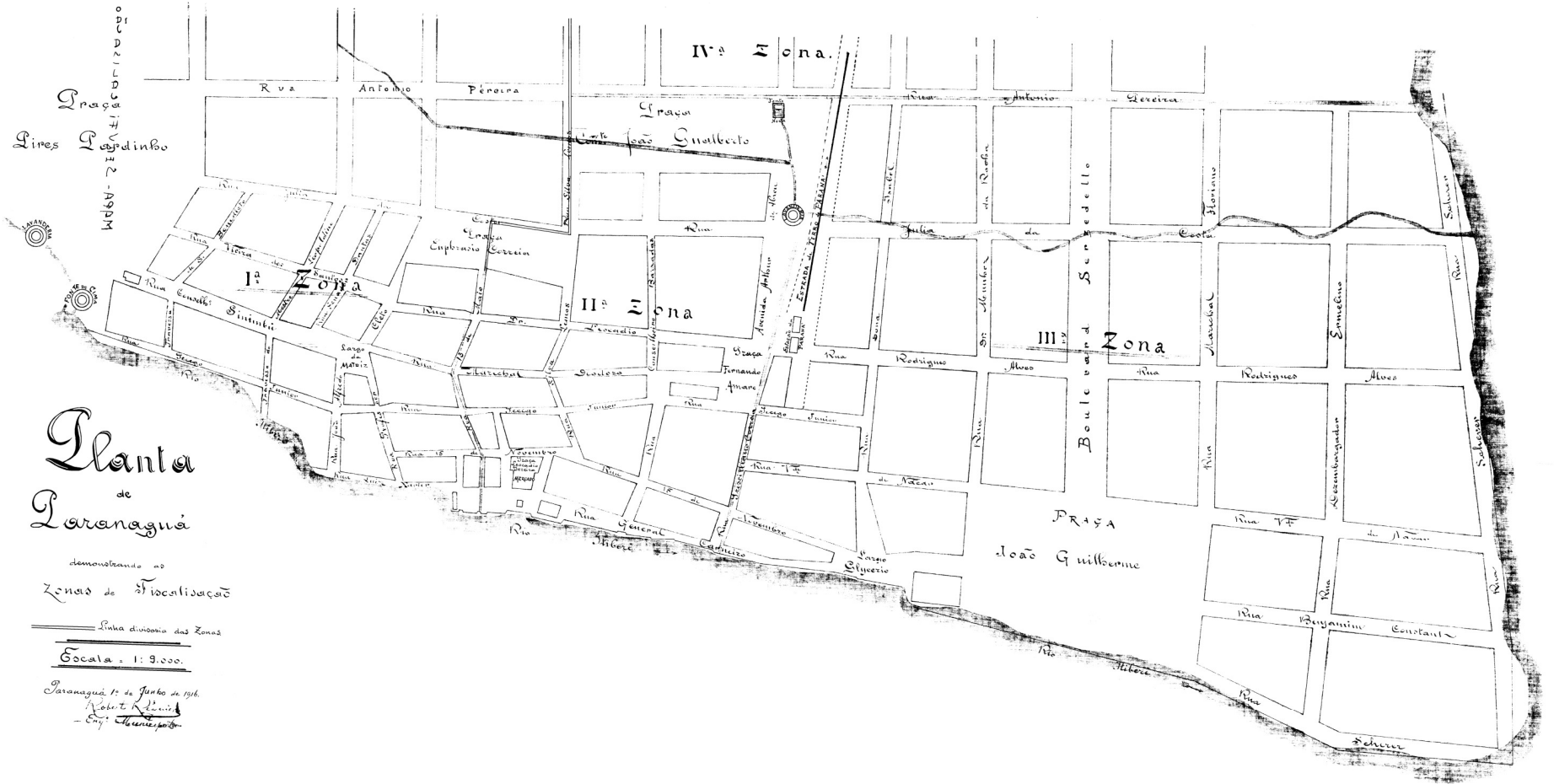


Figura 17 - Mapa de Paranaguá em 1916
 Acervo: IPHAN - 10ª Superintendência Estadual do Paraná
 Documento digitalizado / Tratamento de imagem: Eduardo K. Brandalise

Na gestão do prefeito Caetano Munhoz da Rocha (1908-1915), a construção do Mercado do Peixe (posteriormente do Artesanato) inaugurou uma era de aterramentos na área central da cidade, que teve seu ápice na década de 1970 e 1980, quando executada a obra que consolidou uma grande área que pode ser vista na Figura 38, modificando a relação da cidade com o rio, anteriormente ao tombamento do centro histórico. Nesse período foram construídos o atual Mercado do Peixe e a rodoviária; na década de 1990, a ponte para Ilha dos Valadares, o projeto paisagístico da Praça de Eventos 29 de Julho e da orla, o Centro Gastronômico e Mercado de Mariscos; e nos anos 2000, o novo Mercado Municipal, o Estádio de Futebol Gigante do Itiberê, do Ginásio de Esportes Albertina Salmon (“Ginásio do Aterro”) e o Palácio dos Carijós (Sede da Câmara Municipal). Atualmente, é a construção do Aquário Marinho que imprime um processo de transformação nesta área, modificando relações com os edifícios e buscando atrair turistas em uma área contígua ao perímetro protegido.



Figura 18 - Rio Itiberê em frente ao Colégio dos Jesuítas. Foto: Acervo IHGP.

É evidente que dentre as transformações ocorridas, a configuração do aterro e a construção desses edifícios grandiosos foi o que causou maior impacto nessa relação do Rio Itiberê com a cidade, dissimulado em um processo gradativo que dura pelo menos quatro décadas. Pode-se afirmar que as mudanças proporcionaram perdas na interação dos praticantes com o espaço público: nadar no Rio Itiberê, *bem ali em frente ao Colégio* ficou

na memória da geração de um senhor de aproximadamente setenta anos, que se diz *não tão velho assim*; a apreensão do espaço se torna mais difícil ao caminhar e pedalar por entre os edifícios grandiosos como do estádio e do ginásio e por espaços áridos como a Praça 29 de Julho, que não são utilizados no dia a dia, principalmente, se considerado o contraste existente entre essa escala extraordinária e a escala diminuta dos edifícios e ruas do centro histórico. Um benefício dessa nova conformação territorial do aterro talvez seja configuração da orla às margens do Rio Itiberê, utilizada como um ‘parque urbano’, em uma cidade que quase não possui esse tipo de espaço de convivência. Porém, é uma área gramada sob a areia que a cada dia se esvai para dentro do rio (SIQUEIRA, Audiovisual, 2010a).

4.1.2 O uso contemporâneo do rio e a relação com a paisagem histórica

Apesar das transformações, ainda hoje o rio pode ser compreendido como um elemento estruturador, mas não único e isolado, sua relação direta com a área do centro histórico é o ponto de partida e de chegada para muitas conexões instigadas por motivações, necessidades e desejos diversos que fazem parte do cotidiano de cada pessoa que embarca, desembarca e atravessa as margens do rio, suscitando sentimentos diversos: de alegria, por ter iniciado um novo curso ou ter, enfim, comprado um eletrodoméstico há muito desejado; de decepção por não ter conseguido uma boa pescaria; de saudades por estar partindo para outra cidade temporária ou permanentemente; de encantamento pela bela paisagem que veio visitar; entre tantos outros sentimentos que movem cada pessoa para este ou deste lugar. Sentimentos evocados não somente por uma relação diária com o rio, que se estabelece quando navegam, remam, entram e saem dos barcos, mas também se configura na memória daqueles que ali aprenderam a nadar, praticaram esportes náuticos ou apreciaram a paisagem em uma época que quase não haviam áreas de aterro, assoreamento ou a poluição das canalizações de esgoto. Tais sentimentos se despertam naqueles que moram ou trabalham, aqueles que gostariam de morar, que se sentem privilegiados pela vista e pelo vento que no verão dispensa o uso de ventilador e ar-condicionado, como cita um senhor, mas que no inverno se mostra perturbador, como alerta outra moradora de um casarão na beira do rio.

4.1.2.1 Margens do Rio Itiberê: interseção entre o rural e o urbano

Entre as comunidades insulares e ribeirinhas existentes no município, a rede relacional que gera circuitos náuticos importantes é mais óbvia.

Nesses lugares, descendentes de caboclos estão mais próximos das antigas configurações sócio-espaciais em que habitavam: os sítios. Pode-se dizer que ainda vivem *entre o mar e o mato* (MARTINS, 2006, p. 36) e se relacionam nesse espaço. O que acontece lá não é o foco da análise aqui proposta, o que interessa são as conexões que esse ambiente peculiar estabelece com a cidade ainda hoje. Nesse sentido, o centro histórico é o lugar onde essa intersecção acontece não se restringindo aos usuários dos transportes marítimos, mas estando presente na relação estabelecida com a Ilha dos Valadares; na existência de um comércio que se dedica exclusivamente a abastecer as localidades 'das ilhas'⁸²; ou simplesmente na atividade de pescaria realizada por lazer, onde pescadores sentados nos trapiches ou no muro de arrimo, às margens do rio e à sombra dos casarões antigos da Rua General Carneiro, propiciam para si momentos diversão ou de reflexão solitária.

Quanto à Ilha dos Valadares, ela é um produto do intercâmbio entre a cultura rural e a configuração urbana de Paranaguá. Localizada numa região insular próxima ao centro da cidade e parte do perímetro urbano, pode ser acessada através de barcos e da balsa, que fazem a travessia pelo Rio Itiberê, ou através da ponte⁸³. Apesar da situação ainda irregular⁸⁴ e da forma de ocupação desordenada, conformando ruas tortuosas típicas de um ambiente urbano não planejado, existe ali uma aura de ruralidade, que permite a manifestação de tradições culturais, principalmente relacionadas ao fandango. Atravessar as margens do rio, portanto, pode significar atravessar uma fronteira simbólica entre dois mundos distintos, rural e urbano, que cada vez mais se mesclam. Nesse sentido, a construção da ponte para Valadares introduziu um elemento paradoxal que ao mesmo tempo em que facilitou o intercâmbio proporcionou o adensamento desse

⁸² Na fala dos interlocutores foi comum a referência 'ilha' para designar tanto comunidades insulares, quanto àquelas instaladas na área continental localizada do outro lado da Baía de Paranaguá, na porção norte do município.

⁸³ A ponte foi construída para a passagem de pedestres e ciclistas, não sendo permitida a passagem constante de carros, somente daqueles que transportam pessoas doentes ou portadoras de necessidades especiais e os carros públicos – polícia, bombeiros, ambulâncias, todos previamente cadastrados, que deveriam ser fiscalizados através de uma guarita e uma cancela. Também não é permitida a travessia de motos em funcionamento, por isso é comum ver os usuários empurrando-as durante todo o trajeto. Quanto a isso, todos parecem seguir rigorosamente às normas, mas com relação à passagem de carros, *alguns têm mordomia*, como diz um interlocutor no novo Mercado Público, de onde é possível ter uma visão privilegiada da cabeceira da ponte.

⁸⁴ O processo de regularização fundiária foi iniciado em fevereiro de 2010 e prevê o título de propriedade para aproximadamente 4 mil famílias residentes do local.

território insular de uma maneira bastante desorganizada⁸⁵. Além do mais, ela também é paradoxal, pois tanto quanto fere a estética bucólica da paisagem do Rio Itiberê, a partir dela é possível ter uma visão privilegiada e contemplativa do centro histórico para turistas e fotógrafos que se dispõem a adentrar nesse ambiente bastante local. Para quem a atravessa todos os dias, essa já se tornou uma paisagem corriqueira.

Apesar da construção da ponte, a facilidade do embarque e desembarque mais próximo de casa ajuda a manter uma travessia com pequenas embarcações à remo, chamadas *bateirinhas*. É só chegar, se acomodar e pagar setenta e cinco centavos por viagem; quando a embarcação lota os condutores começam o pesado trabalho de remar os pouco mais de duzentos metros entre as duas margens. Passam o dia nesse vai e vem, com sol ou chuva. Ao chegar ao centro histórico, os passageiros parecem não se importar em desembarcar na areia, rapidamente atravessam a orla do rio, próximo ao palco, e seguem pela calçada. Trajando uniformes escolares ou empurrando carrinhos de bebê misturam-se aos demais transeuntes e seguem para o seu destino.



Figura 19 - Ida e vinda da Ilha dos Valadares. Fotos: L. Nardi, 2010. Foto esq. – Ponte da Ilha dos Valadares para o centro de Paranaguá, é possível ver no lado esquerdo a fachada do Mercado Novo e ao fundo a fachada da Igreja Matriz / Foto dir. - Embarque nas “bateirinhas” em direção à Ilha dos Valadares, ao fundo é possível ver a ponte.

⁸⁵ Na fala de uma moradora da Ilha dos Valadares é possível perceber que esse intercâmbio não traz somente boas relações culturais. Ela cita o aumento do número de acidentes de carros e motos ocorridos na ilha, além da proliferação do tráfico de drogas como ameaças a tranquilidade.

4.1.2.2 A circulação de mercadorias para as ‘ilhas’

Nas *bateirinhas*, além dos passageiros, são carregadas mercadorias que abastecem o comércio dessa área de Valadares. Principalmente fardos de bebidas são trazidos em carrinhos de mão saídos de uma mercearia localizada na Rua General Carneiro, atravessando silenciosamente a Praça 29 de Julho em um movimento esporádico, que chama a atenção não pela quantidade, mas pela simplicidade da logística utilizada, que quase passa despercebida.

Uma logística que é mais intensa, porém não mais sofisticada, na área de embarque dos *barcos de linha* e no ancoradouro das *embarcações particulares*, que desde cedo e durante quase todo o período da manhã está movimentada em prol do embarque de mercadorias, também carregadas em carrinhos de mão, dos mais diversos tipos – bebidas, alimentos não perecíveis, frutas, verduras e legumes, produtos de higiene e limpeza, carnes, farinha, banana, gás de cozinha, que são vendidas no atacado ou no varejo por quatro ou cinco estabelecimentos localizados defronte para o rio, na parte térrea dos casarões antigos da Rua General Carneiro, na ‘fachada’ principal do centro histórico tombado, como será descrito no Item 4.2.2.4.

Nem as *embarcações particulares*, muito menos os *barcos de linha* apenas levam mercadorias, eles trazem diariamente a produção pesqueira de peixes, ostras, siris e caranguejos, que unidas a produção mais robusta dos *barcos pesqueiros* geram um volume de aproximadamente 180 toneladas de pescados por ano, que tem por destino primeiro o Mercado do Peixe e depois os lares parnanguaras, além de outras cidades da região litorânea e Curitiba. Na Figura 21 é possível ver a espacialização da movimentação de chegada dos pescados às margens do rio, na área do centro histórico, que vem tanto em canoas pequenas quanto nos *barcos pesqueiros*. Canoas e *embarcações particulares* atracam em qualquer ponto da margem do rio e, dependendo do tamanho do peixe, estes são carregados em carrinhos ou levados na própria mão até o mercado. Quando o volume é maior, carros tipo furgão estacionam na orla do rio, são carregados e seguem para o mercado. Os *barcos pesqueiros* precisam de uma logística um pouco mais apurada para descarregar, por exemplo, os 600 quilos de pescadinha trazidos, e levar para o Mercado do Peixe⁸⁶. Siris, caranguejos e ostras são levados para o Mercado de Mariscos ali próximo.

⁸⁶ Os *barcos pesqueiros* utilizam um trapiche específico, mais próximo ao Mercado do Peixe; três ou quatro homens com luvas para manusear o gelo que mantém resfriados os peixes no porão da embarcação; e um carrinho em madeira com quatro rodas no qual são empilhadas as caixas

As conexões que acontecem em função desta circulação de mercadorias fazem pensar sobre o sentido do espaço urbano do centro histórico e do Rio Itiberê que se estende até as diversas localidades insulares e ribeirinhas, não somente sob o viés da funcionalidade ou da sobrevivência, mas no sentido referencial de centralidade. Reflete-se, portanto, que a movimentação observada às margens do Rio Itiberê, no centro histórico, materializa esse intercâmbio simbólico. Apesar disso, na fala dos gestores do patrimônio, esse movimento fica entre considerar o transporte náutico da cidade atualmente abandonado, pressupondo seu desaparecimento, até estar consciente de sua existência como aquilo que restou de uma dinâmica náutica maior, que ainda gera um lugar significativo de trocas importantes, mas cuja permanência não se relaciona com a preservação deste patrimônio urbano.



Figura 20 - Prainha - atracadouro das embarcações particulares. Foto: L. Nardi, 2010. Ao fundo é possível ver a Rua General Carneiro e o Sobrado Mathias Bohn.

Em primeiro plano, há dois rapazes carregando mercadorias em uma das embarcações, trazidas em um carrinho de mão.

4.1.2.3 A naturalidade de ir e vir através do Rio Itiberê

Como citado anteriormente, essas movimentações náuticas não transportam somente mercadorias e pescados, mas também tipos de usuários que se distinguem em função da localidade de onde vem ou para onde vão; do tipo de embarcação utilizada dentro das possibilidades ou necessidades apresentadas. O mapa a seguir localiza as relações que se estabelecem entre essa atividade náutica e as margens do Rio Itiberê - locais de atracação e espera e suas relações com edifícios e espaços públicos. Foi possível classificar os tipos de embarcação e suas funções, como: os *barcos de linha* (1), que perfazem diariamente o trajeto entre Paranaguá e a Ilha do Mel, Guaraqueçaba, Superagui ou a Ilha das Peças, com barcos e horários diferenciados para cada uma dessas localidades, utilizados por moradores e por turistas, os quais seguem principalmente para os três primeiros destinos, mais estruturados para essa atividade⁸⁷; as *embarcações particulares* (2), que realizam esses mesmos e outros trajetos, como para as localidades que fazem parte do município de Paranaguá - Piaçaguera, Amparo, Ilha do Teixeira, São Miguel, Ponta do Ubá, Eufrasina, Ilha da Cotinha, entre outras, trazendo e levando moradores que são proprietários dos barcos ou pagam para serem transportados, ou ainda pegam carona com vizinhos e familiares; os *barcos de passeio* (3), no qual embarcam turistas para passeios de uma hora pela Baía de Paranaguá até as proximidades do porto, para passeios mais longos até a Ilha do Mel, Superagui e Guaraqueçaba ou para passeios que se destinam a pesca esportiva, nos quais os barcos são alugados e permanecem à disposição dos clientes por um ou mais dias; os *barcos dos pescadores* (4), que, mesmo menores, também se arriscam atravessando o canal dos navios para garantir uma boa pescaria; os já mencionados *barcos pesqueiros* (5), que se arriscam em alto-mar para realizarem a pesca quantitativa; além do trajeto das *bateirinhas* (6), anteriormente mencionadas, assim como da *balsa* ou *ferry boat* (7).

Todos esses deslocamentos produzem a movimentação de pessoas nessa área do centro histórico, às margens do Rio Itiberê, que, na

⁸⁷ O deslocamento para a Ilha do Mel pode ser feito também a partir de Pontal do Paraná, sendo essa travessia preferida por turistas e moradores da ilha, já que demora em média trinta minutos contra uma hora de travessia para quem sai de Paranaguá. Em 2008, 14.687 passageiros saíram de Paranaguá para Ilha do Mel, enquanto 115.365 passageiros saíram de Pontal do Paraná (Instituto Ambiental do Paraná - IAP, 2008). Para os demais destinos, a saída pelo trapiche da Rua da Praia, em Paranaguá, é a única opção de transporte coletivo. (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Litoral Paranaense – Diagnóstico, 2010)

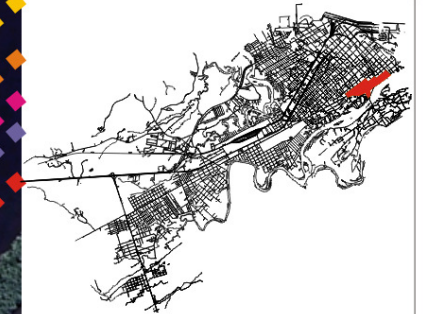
temporada de verão, pode atrair mais turistas, porém nos meses de julho e agosto se agita em função da atividade pesqueira mais intensa e, durante todo o ano, mantém-se movimentada pelas necessidades e desejos das pessoas que vem ou vão cotidianamente. Todos os dias, várias pessoas, famílias com crianças esperam o horário do embarque com bolsas e sacolas de todos os tamanhos. Sentam-se em bancos de madeira dispostos próximos a saída do trapiche, ou sentam-se nas soleiras dos casarões antigos sem uso, ou encostam-se às muretas de proteção e à construção do elevatório para tratamento de esgoto, ou ainda sentam-se na grama. Ali esperam calados, absorvidos pela paisagem do rio, conversam baixo, riem alto, namoram, trocam brincadeiras e apelidos, brigam aos socos e pontapés por um ter 'mexido' com a esposa do outro, quebrando as regras de conveniência. Conformam um lugar peculiar para chegar e partir de uma viagem que para a grande maioria está naturalizada e internalizada, sendo corriqueiro e mais tranquilo passar uma, duas ou três horas sobre o rio e o mar que entrar em carros e ônibus e seguir a estrada.

Não tão corriqueiro é o momento no qual os trapiches se enchem de fiéis, todos os tipos de barcos se enfeitam e se reúnem naquele local de embarque e seguem em procissão marítima para saudar e homenagear Nossa Senhora do Rocio (evento descrito no Item 4.3.2.4) ou, em outra ocasião não observada, Nossa Senhora dos Navegantes, suscitando outros sentidos nessa relação com o Rio Itiberê, conectando-o ao universo religioso parnanguara que será retratado no Item 4.3.

Nesta relação entre rio e cidade, a dinâmica de permanências e transformações denota sentidos diversos nos seus diferentes tempos, estabelecendo fortes relações entre a materialidade e a subjetividade, vivenciadas hoje nos fluxos cotidianos, através da circulação de mercadorias e também nas práticas religiosas. Mas hoje, essa paisagem vivenciada também é tombada, portanto compreendida de maneira diferenciada a partir desse marco patrimonial. Enquanto vivenciada, ela adere e se plasma aos fluxos cotidianos. Enquanto tombada, a paisagem é compreendida na relação entre elementos naturais e construídos, a qual coloca em primeiro plano os antigos casarões e a rua na sua relação com a margem do rio e com a moldura da Ilha da Cotinga e da Serra do Mar, tornando, por vezes, invisível a sua dinâmica cotidiana. Sob essa visão o poder público controla mudanças e interferências nesse cenário, não permitindo certas modificações, mas não hesita em transformar quando entram em jogo interesses políticos e econômicos, como no caso da construção do Aquário Marinho, como descrito no Item 2.

Figura 21

Mapa Relação com o Rio Itiberê
 Elaboração : Letícia Nardi , 2011



Tipos de embarcações e áreas que concentram embarque/desembarque/espera as margens do Rio Itiberê:

- Barcos de linha
- Embarcações particulares
- Barcos de Passeio
- Barcos dos pescadores
- Barcos pesqueiros
- Bateirinhas
- Balsa ou Ferry Boat

- Área de estacionamento/limpeza/manutenção de embarcações
- Orla - uso recreativo

Edifícios cujo uso se relaciona com o Rio Itiberê:

- Comércio atacadista - distribuidoras
- Comércio varejista - mercearias/açougues
- Serviços
- Mercados

Fluxos gerados a partir do Rio Itiberê:

- Produtos
- Pessoas
- Perímetro de tombamento federal
- Perímetro de tombamento estadual

Dados:
 Pesquisa de campo - ago-nov/2010

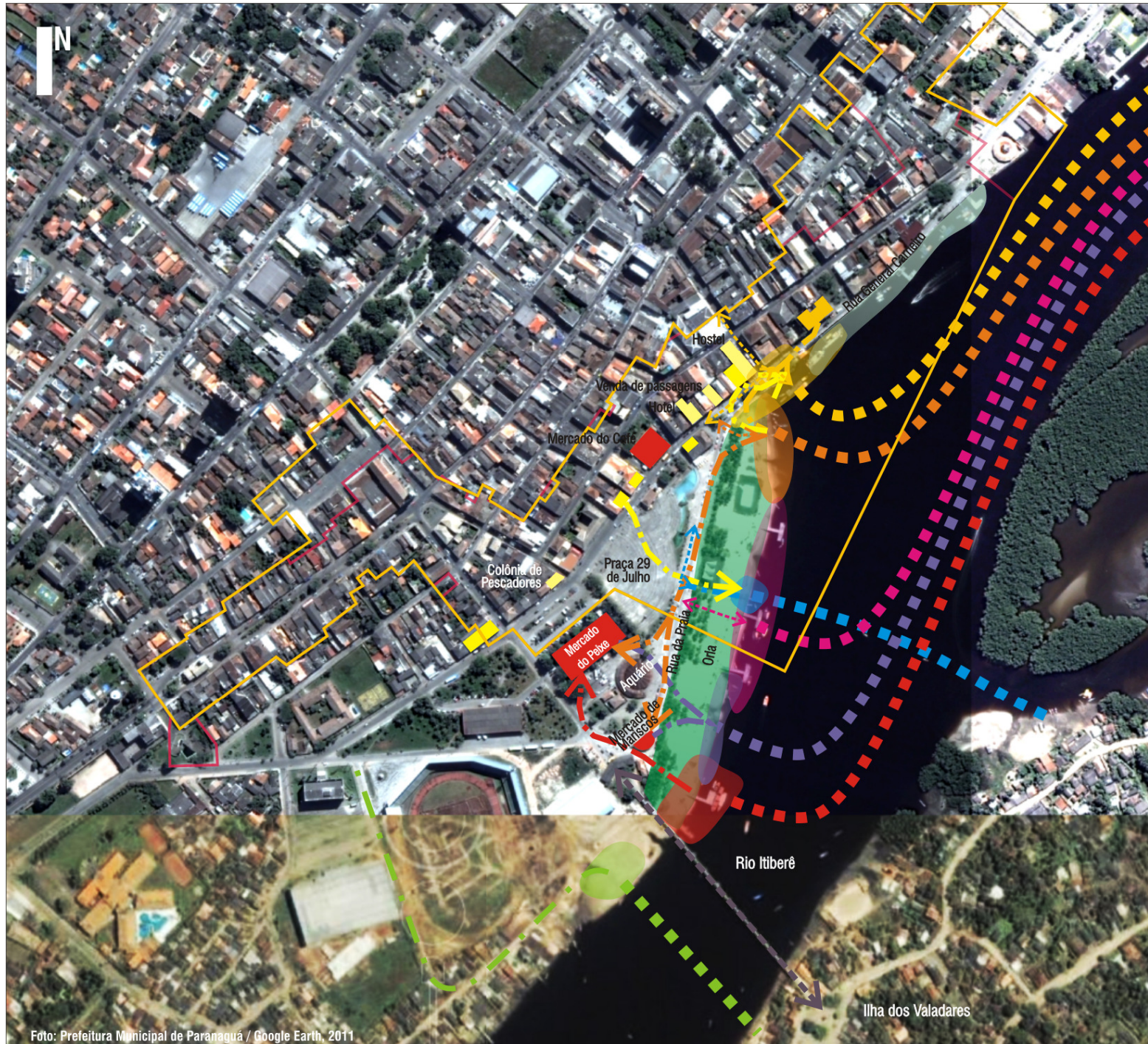


Foto: Prefeitura Municipal de Paranaguá / Google Earth, 2011

4.2 TROCAS COMERCIAIS: CONFIGURAÇÕES DA CENTRALIDADE URBANA

As trocas comerciais são, desde os primórdios, parte importante da vivência e da conformação das cidades. Em Paranaguá, elas estão presentes nas primeiras etapas de consolidação urbana, através da extração e comercialização do ouro e ao longo do tempo foram tomando configurações diferentes a partir de oportunidades, necessidades, decisões políticas, econômicas, sociais, que envolvem não somente o âmbito municipal, mas regional, estadual, nacional e, por vezes, internacional, como no caso do porto. A análise aqui proposta não pretende compreender, nem discutir os processos comerciais e suas instâncias econômicas, mas refletir como a atividade comercial influenciou as permanências e transformações urbanas ao longo do tempo; e como hoje os comerciantes e consumidores utilizam os espaços públicos e dele se apropriam, influenciando a vinda de pessoas para o centro histórico.

4.2.1 O porto e o comércio varejista: os propulsores da economia parnanguara

O ouro foi o produto que proporcionou a fixação do território na Baía de Paranaguá, atraindo um expressivo contingente de aventureiros para as minas da região. Entre esses, Gabriel de Lara, em 1646, que liderou o movimento para a elevação do incipiente núcleo urbano à condição de Vila, assumindo o título de Capitão-Mor (LA PASTINA FILHO, 2007 [1987]). Por sua vez, a erva-mate consolidou a atividade portuária as margens do Rio Itiberê durante o século XIX, em uma rede que ligava o planalto curitibano ao mercado platino⁸⁸. Com o declínio da produção ervateira paranaense nas primeiras três décadas do século XX, o café proveniente do norte do Paraná foi sendo introduzido aos poucos como produto de exportação, escoado pelo porto de Paranaguá. No ano de 1939 o café era o segundo valor oficial de exportações paranaenses; ranking liderado pela madeira, e seguido pela erva-mate em terceiro (WESTPHALEN, 1998, p. 281). É nesse momento de transição que em 1935 o porto abandona as margens do Rio Itiberê para se consolidar definitivamente na Enseada do Gato.

⁸⁸ Conforme Westphalen, a abertura dos portos brasileiros ao comércio das nações amigas, ocorrido a partir da chegada da Corte em 1808, além do contexto platino favorável aos brasileiros, permitiu a abertura do Porto de Paranaguá e o estabelecimento de fluxo comercial contínuo e regular com o Rio da Prata (WESTPHALEN, 1998, p. 234).

As construções da Estrada da Graciosa, em 1855⁸⁹ e da Estrada de Ferro, em 1885, também contribuíram para mudanças no processo de produção e exportação da erva-mate, desestabilizando-o, ao mesmo tempo em que facilitaram radicalmente a comunicação com o planalto. Uma comunicação ainda mais fluida com a construção da rodovia em 1967, a hoje duplicada e ‘pedagiada’ BR-277. Transformações que encerraram o ciclo de estreitas relações entre os núcleos urbanos litorâneos, que perfaziam uma rede comercial, reforçando o isolamento e a estagnação econômica e social de alguns municípios, já que a ligação agora era mais direta com Paranaguá. Tais mudanças também afastaram definitivamente o fluxo comercial portuário da área central de Paranaguá.

Retirada a carga portuária, o que permaneceu nas ruas centrais da cidade foi um comércio varejista que desde os primórdios configurava-se em âmbito regional. Em sua primorosa descrição Vieira dos Santos (1850) cita a Rua do Fogo, cujo nome atual homenageia esse personagem local, como *a primeira, a mais antiga que se fez e a mais freqüentada do comércio* (VIEIRA DOS SANTOS, 2001 [1850], Vol II). Nascimento Júnior revela que este nome lhe foi atribuído *não por memória de algum pavoroso incêndio, mas por ter sido, nos tempos coloniais, a rua, como diríamos hoje, da "fusarca", do mulherio de vida airada* (NASCIMENTO JR, 1980). Hipótese ou verdade, o que se sabe é que já em 1850, Vieira dos Santos descrevia seu abandono, suas casas medíocres e um edifício público que abrigava o açougue, *onde os marchantes vendem ao povo a carne verde* (VIEIRA DOS SANTOS, 2001 [1850], Vol II). Hoje sua agitação, entre ruínas e residências, fica por conta da delegacia ali existente.

A Rua da Matriz, atual João Régis, se iniciava à *beira-mar* e finalizava em frente à Igreja Matriz, justificando seu nome. Descrita por Vieira dos Santos como uma das primeiras da cidade, bastante larga, *onde haveria muito comércio em razão das embarcações fundearem, fronteiras a ela* (VIEIRA DOS SANTOS, 2001 [1850], Vol II). A rua, portanto concentrava um intenso comércio por essa proximidade com o atracadouro dos barcos. Hoje esse comércio tem um caráter bastante local, mas seu movimento continua com a passagem de veículos que saem do centro histórico; e de bicicletas e pedestres, pois, é o acesso direto para quem atravessa a ponte da Ilha dos

⁸⁹ Três caminhos importantes foram delineados para superar o obstáculo da Serra do Mar – o do Arraial, o do Itupava e o da Graciosa, sendo este o menos íngreme, tornando-se carroçável em 1873 e constituindo-se *na única estrada rodoviária ligando a "Marinha e a Serra-acima" até 1967, quando uma nova rodovia foi inaugurada* (LYRA; PARCHEN; LA PASTINA FILHO, 2006, p. 30).

Valadares e quer ir para a parte mais alta do centro. Atualmente, porém, a *beira-mar* não está ao término da rua, é necessário perpassar o Mercado do Peixe e a rodoviária; a obra do Aquário Marinho; a nova Rua da Praia; o Mercado de Mariscos; e a área da orla para daí encontrar o Rio Itiberê.

Parte da Rua General Carneiro, ainda chamada Rua da Praia, também perdeu essa relação tão direta com o Rio Itiberê após a consolidação do aterro na década de 1980. Relação imprescindível para sua conformação inicial, vivenciando intensamente a atividade portuária que ali acontecia. Era naquele conjunto de casas contíguas que se instalaram, conforme Vieira dos Santos, *armazéns de diferentes gêneros e os estaleiros onde se fabricam as embarcações e onde tem as competentes pranchas para crenar*⁹⁰. Ali também está o antigo Colégio dos Jesuítas, que após o abandono dessa ordem religiosa, passou a abrigar a casa da alfândega, o quartel militar e o depósito de artigos bélicos (VIEIRA DOS SANTOS, 2001 [1850], Vol II). Na foto a seguir, é possível visualizar o movimento descrito por Nascimento Jr. (1980 [1955]), *de marujos e carregadores de cargas dos navios ancorados no Itiberê*.



Figura 22 - Antigo Porto de Paranaguá na Rua da Praia. Foto: Acervo IHGP.

Um movimento complementado pelo comércio e serviço ali existentes, que atraía outras pessoas, pois, havia nesta rua *duas boas ferrarias, carpintarias, lojas de fazenda, de armazéns de bebidas e*

⁹⁰ Segundo nota contida na publicação de 2001: 'crenar', do verbo querenar, de querena, ato de encalhar o barco para conserto (VIEIRA DOS SANTOS, 2001 [1850], Vol II).

*massames*⁹¹. Nesse contexto ainda se incluíam os privilegiados moradores de uma rua onde *as casas todas [ainda] têm boa vista por estarem com a frente para o mar* (VIEIRA DOS SANTOS, 2001 [1850], Vol II), estando, na época, entre os imóveis mais valorizados da cidade.

A condição de cidade portuária, que gerava um intercâmbio maior com outros países e com o Rio de Janeiro, onde estava instalada a Corte Imperial, proporcionou a Paranaguá receber novidades que influenciavam as vivências sociais, a maneira de vestir e a própria arquitetura. Nesse campo, segundo La Pastina Filho, essa condição fez com que ali fosse sentido com maior impacto, se comparado a Curitiba, a influência do Neoclassicismo, em voga após a vinda da Missão Francesa ao Brasil em 1816, como se evidencia no estilo arquitetônico do Palacete Visconde de Nácar, construído em 1856 (LA PASTINA FILHO, 2007 [1987]), que, tombado, hoje abriga órgãos do poder público municipal.

Essa circunstância também influenciou o *assaz importante* comércio local do final do século XIX. Difundidas pela área central, *as casas de negócio rivalizavam nas exposições de produtos finos, de manufatura estrangeiras*, ostentando novidades. Na Rua do Imperador⁹², assim denominada por um tempo em função da visita imperial, *João B. Bório, cabelereiro e barbeiro, com instalações modelares, alardeava o recebimento “diretamente da Europa”, do mais completo e variado sofrimento [sic] de perfumarias finas e esquisitas, para toucador; pós para dente, pós de arroz e tranças para cabelos, estas de quatro palmos de comprimento, vendidas de 4 a 10 cruzeiros; ou Joaquim Soares Gomes, empório local, anunciando cerveja preta, marca “Guinness”, em botijas de cerâmica, “artigo inglês de importação direta”; ou Manoel Rodrigues Viana, outro atraente bazar, lançando a “última moda” em chapéus à Suzana, à Niniche e a Rossi; chapéus de seda, acadêmicos e de palha da Itália, para senhoras; à Sinimbu e à Camargo, com 75 gramas; Mineiros e à República, de fabricação francesa, para homens”; ou ainda Artur L. Balster, na esquina Imperador Silva Lemos, com seção de fazendas finas, frutas cristalizadas, presuntos, conservas em geral, vinhos finos, licores, louças etc., tudo de*

⁹¹ Cordame de navio.

⁹² Também chamada de Rua da Ordem, por abrigar a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas; da Cadeia, por ser a rua onde se localizava a Casa de Câmara e Cadeia (demolido); ou do Colégio por causa do antigo Colégio dos Jesuítas (hoje Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR). Atualmente Rua Quinze de Novembro.

recente importação européia (ABREU; Coisas Nossas – LX Programa, 1945)⁹³, entre outros, como mostra a foto a seguir

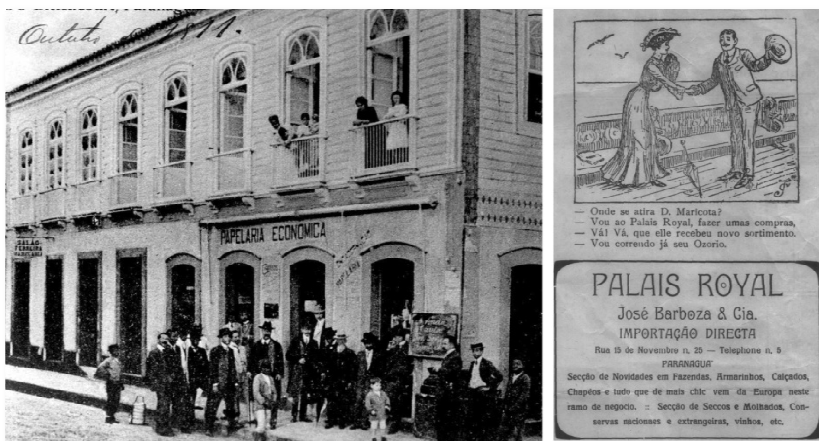


Figura 23 - Comércio parnanguara no início do século XX. Imagens: Acervo IHGP. Foto esq. – Papelaria Econômica em outubro de 1911 / Imagem dir. – Propaganda do 'Palais Royal' no jornal O Mez, em 1917.

E assim se configurava o comércio, conforme Abreu, com

Toda essa gente, operosa e honrada, procurando dar a Paranaguá o esplendor, o luxo, a sedução e o conforto, tornando acessível à sua população produtos de classe, “rafinés”, que por ventura estivessem deleitando e encantando a sociedade da Côte e de outros grandes centros do país. (ABREU; Coisas Nossas – LX Programa, 1945)

Um refinamento que agradava a ‘fina flor’ da sociedade parnanguara freqüentadora do Clube Literário, do Clube Republicano, do Teatro Paranguense, do Teatro Santa Celina, do Cine-teatro Santa Helena, entre outras agremiações culturais existentes na agitada Paranaguá de 1880, que

⁹³ 'Coisas Nossas' era um programa radiofônico semanal, transmitido pela rádio Difusora ZYC-5, no início da noite, com duração média de 30 minutos, sendo composto de duas partes: a primeira musical, com irradiação de peças da lava de compositores e intérpretes conterrâneos; e a segunda literária, focalizando temas exclusivos parnanguaras. O programa foi ao ar de 26 de novembro de 1943 a 11 de junho de 1949, contando com 272 programas. O material pesquisado é a transcrição da parte literária desses programas. Não é possível, portanto, precisar o comprometimento desses textos com a veracidade das informações, mas certamente eles dão indícios de hábitos, costumes e da vivência urbana em Paranaguá (PMP, Audiovisual, Transcrição)

incorporava as novidades trazidas de terras estrangeiras, mas também da capital da Província, ‘mais próxima’ com a construção da estrada de ferro.

Esse luxo se misturava e contrastava com despojamento do Mercado Público (hoje ‘do Café’), quando pelas manhãs desciam sua ladeira os varões - alguns até de relevante posição social – sobraçando cestas de compras a fim de suprirem-se de peixes, camarões, especiarias e frutas. No início do século XX, era raríssima a presença das mulheres nesse ambiente; só por milagre ou promessa, alguma dona de casa se arriscava a descer essa zona interdita (SANTOS, Coisas Nossas – XL Programa, 1944). Um mercado que havia sido inaugurado em 1859 e remodelado no início do século XX, ganhando, nessa época, como vizinho o Mercado do Peixe (posteriormente ‘do Artesanato’).



Figura 24 - Feira em frente ao Mercado Público (hoje Mercado do Café - dir.). Ao fundo (esq.) é possível ver o antigo Mercado do Peixe. Foto: Acervo IHGP.

A foto anterior mostra o Mercado Público em outra época, provavelmente entre as décadas de 1960 e 1970, quando as mulheres já não estavam mais reclusas ao ambiente doméstico, tinham assumido uma diversidade de papéis sociais, ganhando visibilidade nos espaços públicos. Nessa época, a venda de frutas e verduras extrapolou o limite do edifício, tomando parte da Rua General Carneiro, em um movimento de crescimento que obrigou sua transferência para a área do aterro.

O escambo de mercadorias locais sempre fez parte da paisagem da Rua da Praia, ora de maneira mais organizada, ora menos; ora mais intenso,

ora esvaziado, em um movimento que até hoje imprime marcas nesse ambiente urbano. Na foto a seguir é possível ver um momento de intenso movimento, que agrega compradores e espectadores na chegada dos barcos de peixe.



Figura 25 - Circulação de mercadorias às margens do Rio Itiberê. Foto eq. – Comércio de peixes em frente ao Mercado do Peixe (depois Mercado do Artesanato). Foto: Acervo HF Arquitetura / Carregamento de embarcações na Rua da Praia. Foto: FINGER, 2004.

O comércio varejista se intensificara em Paranaguá. Em um registro do ano de 1960 - o Guia Turístico e Informativo de Paranaguá (MANSUR, 1960), que lista tipos de comércio e serviço, fornecendo endereços e alguns telefones existentes, é possível verificar que as ruas Quinze de Novembro e Faria Sobrinho eram as que concentravam a maior variedade de estabelecimentos comerciais e de serviços no centro. Nelas era possível encontrar açougue, loja de automóveis, de artigos de couro, armarinho e loja de roupas feitas, atelier fotográfico, bar, restaurante, bombonieres, bilhares, loja de calçados, loja de disco musical, papelaria, livraria, padaria, sapataria e engraxataria, loja e conserto de móveis, oficinas de alfaiataria, loja de fazendas, de jóias e relógios, de fogões, louças, ferragens; além de hotéis, consultórios de médicos e dentistas, e serviços como agência marítima, despachantes, escritórios de contabilidade. A Rua Quinze de Novembro abrigava a maior quantidade de agências bancárias da cidade, totalizando dez, um número que é maior do que todas as existentes na cidade nos dias atuais. Uma realidade amplamente relacionada com a exportação do café, sobre a qual observava-se grande quantidade de escritórios de corretores e exportadores do produto, assim como a presença de consulados de vários países localizados nessa área central.

Nesse momento se estabelece o caráter de centralidade desse ambiente urbano, quando, concomitantemente, a cidade se expande para outras áreas. Na Figura 38, é possível ver a representação das diferentes localizações do comércio ao longo tempo, sempre no interior dessa área central, dentro de um processo que não provocou grandes deslocamentos, mas modificou o enfoque no uso de algumas ruas. Mudanças que não alteram, mas são absorvidas por uma estrutura urbana e edilícia que se mantém praticamente a mesma desde o início do século XX, principalmente depois de tombada.

O comércio praticamente não mudou de lugar, mas mudaram padrões de consumo e formas de relacionamento com clientes. Para tanto, alguns edifícios sofreram modificações, foram demolidos, construídos. As placas publicitárias nas fachadas passaram a ser elementos constantes na paisagem urbana, era necessário chamar a atenção do consumidor, através de cores chamativas e grandes tamanhos. Antes discretas e elegantes, tornaram-se um transtorno para os gestores municipais e instituições preservacionistas, que temiam pela manutenção dos antigos edifícios, além de esconderem elementos arquitetônicos significativos, configurando uma disputa ainda vigente, considerando suas regulamentações.

O comércio varejista de Paranaguá é o atrativo principal dessa área central, tendo sofrido modificações que se identificam com outras cidades medianas brasileiras. Hoje não rivalizam mais os elegantes magazines com acessórios importados, mas as lojas de R\$1,99 ou as lojas de redes nacionais de móveis e eletrodomésticos, configurando certamente um comércio mais popular.

4.2.2 A vivacidade cotidiana do atual centro histórico

Em sua configuração atual, o centro de Paranaguá não é um bairro circunscrito em limites precisos, inexistindo essa denominação oficial. A centralidade como *o lugar mais dinâmico da vida urbana, animados pelo fluxo de pessoas, veículos e mercadorias decorrentes da marcante presença das atividades terciárias* (VARGAS; CASTILHO, 2009 [2006], p. 1) está em boa parte concentrada no bairro denominado 'Centro Histórico'⁹⁴, mas também engloba áreas nos bairros adjacentes Tuiuti e João Gualberto, como é possível ver na Figura 28.

⁹⁴ Os limites do bairro denominado Centro Histórico não coincidem com as áreas dos perímetros de tombamento estadual e federal, que são menores. Ver Figura 28.

Esse *lugar mais dinâmico* configura-se em um espaço de intercâmbio e fluxo, coordenando atividades tanto no âmbito do município, como em sua amplitude regional. A força econômica e simbólica desta centralidade é uma conformação histórica, constituindo-se em uma área que até o início da década de 1960 representava, quase exclusivamente, a totalidade da cidade. Essa constituição temporal também foi fundamental para consolidar a força política e econômica dos comerciantes locais que organizados, ainda hoje, adotam uma postura protecionista com relação à existência de outras centralidades ou da instalação de shoppings centers e grandes redes de supermercados. Somente no ano passado foi instalado no município um hipermercado, que além da grande gama de produtos que oferece, conta com salas de cinema, talvez as únicas no segmento de cinema comercial na região litorânea. Configurações *estratégicas* que vão moldando a dinâmica urbana na sua relação com o território e com a própria ordem patrimonial, estabelecendo vínculos, pois é interessante o uso para a preservação do bem patrimonial, mas também conflitos pelo excesso de movimento, carros e placas, que fragiliza a compreensão desse ambiente preservado e sacralizado como espaço memorial.

4.2.2.1 A propulsão do comércio de rua

O comércio de rua, portanto, é o mote do centro urbano. É possível ver na Figura 28 que localiza-se principalmente nas ruas Quinze de Novembro, Faria Sobrinho, Marechal Deodoro, Marechal Alberto de Abreu, Desembargador Hugo Simas, Ladeira 29 de Julho e no entorno da Praça Fernando Amaro. Reúne desde butiques com roupas de marcas famosas no circuito nacional a lojas mais populares de roupas e calçados; lojas de departamentos, móveis e eletrodomésticos de redes nacionais, que possuem suas principais (ou únicas) lojas da região ali; farmácias diversas; papelarias, lojas de cosméticos, de bijuterias, de ferramentas, de artigos infantis, de tecidos e cortinas; abriga ainda as populares lojas de R\$1,99 com suas mercadorias expostas nas fachadas dos edifícios que ajudam a dar um tom fervilhante àquela área, reforçado pelas já citadas placas publicitárias; pela disposição de postes, com um emaranhado de fios elétricos, e de telefones públicos chamativos; pela existência de um mobiliário urbano sem padronização, que muitas vezes está danificado; pela utilização de aparelhos de som, que em cada esquina tocam uma música diferenciada ou anunciam promoções. Outro aspecto que contribui para esse clima agitado no centro são os momentos de descarga de mercadorias, quando caminhões estacionam em alguns pontos específicos,

porém não demarcados ou normatizados, e descarregam as mercadorias, deixando-as na calçada. Acostumados ou surpreendidos, os pedestres são obrigados a desviar de, por exemplo, uma enorme pilha de colchões que surge e permanece na calçada por um tempo. Configurações e práticas que além de perturbarem a percepção do bem patrimonial, da forma requerida pelas instituições preservacionistas, atrapalham a fluidez da vivência urbana, que requer certo nível de organização e respeitabilidade.

O comércio varejista é complementado por uma gama de serviços: desde simplórias alfaiatarias e oficinas de costura; a escritórios de advocacia e contabilidade, consultórios médicos e odontológicos, lotéricas, cartórios e bancos, cuja localização prioritária fica em torno da Praça Fernando Amaro, que dispõe de cinco agências de bandeiras diferentes, causando diferenças de movimentação nesta área entre os dias de semana e os sábados, quando as lojas estão abertas e os bancos fechados.

4.2.2.2 O jogo das formalidades e informalidades do espaço público do centro histórico

A essa perambulação por ruas e calçadas se unem ambulantes que vendem produtos originais ou falsificados, principalmente CDs de música e DVDs de filmes que acabaram de ser lançados, mas também óculos, relógios e bijuterias. É comum vê-los reunidos no interior da Praça Fernando Amaro e sentados na lateral do edifício de uma das lojas mais movimentadas do centro histórico, na Rua Marechal Alberto de Abreu. Talvez ali combinem *táticas*, contabilizem os ganhos, ou se avisem de possíveis perigos e fiscalizações, mas, principalmente, circulam, oferecem os produtos nas portas das lojas e lanchonetes, e aos transeuntes, tantas vezes quantas passarem por eles. Em uma situação mais confortável está o carrinho de cachorro-quente que se instala na confluência entre as ruas Quinze de Novembro e Desembargador Hugo Simas, onde se forma uma área mais espaçosa de calçada, sobre a pintura de um retângulo amarelo que contém o dizer: 'Autorizado PMP', único encontrado no centro histórico. Ali espalha ao seu redor bancos plásticos para proporcionar mais conforto aos clientes que esperam e comem ali mesmo. Para acompanhá-lo um carrinho de churros se instala ao lado e, do outro lado da rua, um vendedor de alho se apropria da esquina para fazer sua clientela, atrapalhando o fluxo de pedestre que desce a Ladeira 29 de Julho. Na Igreja Matriz, o pipoqueiro sempre está de prontidão nos eventos religiosos, instalando-se na Rua Professor Cleto; nas quartas-feiras à tarde, quando é o dia da novena do Perpétuo Socorro, juntam-se a ele uma barraquinha de pães e bolachas

instalada no jardim lateral da igreja, e o senhor da ‘Raspadinha Pernambucana’ que fica na esquina do edifício sacro. São muitos outros, que aproveitam oportunidades, dias específicos ou dias de calor; têm pontos fixos ou circulam.

Nessa propulsão de atividades, os primeiros a chegar são os trabalhadores dos estabelecimentos comerciais – proprietários, gerentes, funcionários, vendedores. Eles vêm de todas as direções, nos diversos meios de transporte. Muitas famílias descendentes de libaneses possuem negócios no centro de Paranaguá, que abriga uma comunidade expressiva de árabes-muçulmanos (IPHAN, INRC – Relatório Final – Vol. II, 2009) sendo habitual ver mulheres usando véu nas suas lojas e, principalmente, nas ruas. Chineses, gregos, entre outros imigrantes também participam das atividades comerciais do município. Alguns comerciantes moram no segundo pavimento dos edifícios, outros vêm todos os dias para trabalhar. Para alguns é só o local de trabalho, para outros denota um sentido mais amplo, como para um jovem comerciante, que conclui: *minha vida é aqui. Sou casado, moro em um bairro, mas passo o dia aqui, só vou para casa dormir*. Neste caso, sentir-se do lugar não é privilégio de quem mora, mas de quem o vivencia.

4.2.2.3 A negociação do espaço público pelos consumidores

O número de consumidores cresce ao longo da manhã. Sempre há afluência de pessoas pelas calçadas, no entra e sai de lojas, no observar das vitrines. Em alguns pontos das ruas Quinze de Novembro, Faria Sobrinho e Desembargador Hugo Simas, o conjunto de calçadas e ruas estreitas e as fachadas altas, de dois ou três pavimentos, sem recuos ou afastamentos parecem pressionar os transeuntes a impor um ritmo acelerado no caminhar e no olhar, que se restringe ao plano do térreo, muitas vezes focado nas vitrines. Nesse meio ambiente, são imprescindíveis concessões entre pedestres para passar um de cada vez pelas calçadas, já que elas são estreitas e estão repletas de postes e de placas publicitárias removíveis⁹⁵. Nos dias de chuva torna-se quase impossível caminhar com

⁹⁵ Nas Normas de Uso e Ocupação do Setor Histórico de Paranaguá, instituídas pela CEPHA-SEEC há regulamentações sobre a ‘Publicidade ao Ar Livre’ instalada nos edifícios do Setor Histórico (CEPHA-SEEC, Processo de Tombamento). Para compensar as limitações, alguns comerciantes dispõem sobre as calçadas placas que ali permanecem durante o horário de funcionamento das lojas, sendo recolhidas posteriormente. Elas não interferem no edifício preservado, mas atrapalham o tráfego de pedestres. Ver Normativa do Centro Histórico de Paranaguá [on-line] Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=248>> Acesso em mar. 2011.

sombrinhas abertas. Os motoristas também têm que estar atentos, pois, a pequena largura de algumas ruas facilita a travessia em qualquer ponto e a qualquer momento; também promove a proximidade das bicicletas, que se mesclam a carros e pedestres.

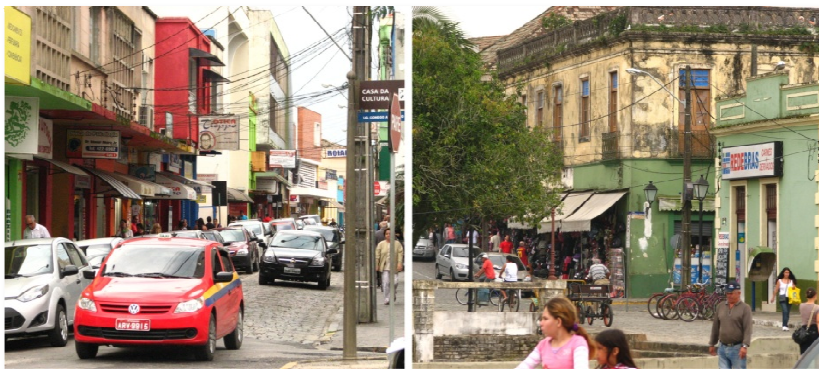


Figura 26 - Centro comercial. Fotos: L. Nardi, 2010. Foto esq. – Rua Faria Sobrinho / Foto dir. – Ladeira 29 de Julho.

Sem constatação numérica, o movimento parece mais intenso no sábado pela manhã, quando é comum ver famílias indo às compras. Nesse dia também ocorre uma feira de frutas, legumes e verduras, gerando certo movimento no Largo Iria Corrêa, atrás da Igreja Matriz. Mais impetuoso que no sábado, o movimento em vésperas de feriados como o Dia das Crianças torna mais difícil o andar pelas calçadas, quando além do movimento de pessoas, as lojas se apropriam dos passeios com atrações para chamar a atenção dos clientes. Nesses dias grupos de pessoas vindas da Ilha dos Valadares voltam carregadas de sacolas no final da manhã, atravessando incessantemente a ponte ou embarcando nas *bateirinhas*.

Algumas ruas ou parte delas, porém, contrastam com essa agitação, parecendo esquecidas, quase abandonadas. Não é bem o caso da Rua Conselheiro Sinimbu, que além de ser um dos principais acessos ao centro histórico para quem segue de carro, absorvendo parte do fluxo que circula pela Rua Coronel Elycio Pereira, possui um comércio local, onde padaria, loja de materiais elétricos, revistaria, aviário, sorveteria, brechó, molduraria, funerária se mesclam a imóveis residenciais, criando um ambiente

aparentemente bucólico⁹⁶, parecendo refletir com mais fidelidade a imagem que define os pressupostos da preservação do centro histórico.

4.2.2.4 A Rua da Praia: a vivência da paisagem tombada entre a atividade turística e o comércio ilhéu

A Rua da Praia, oficialmente General Carneiro, também bem reproduz, na sua relação com o rio e com o casario, o caráter de paisagem histórica perpetuado pelo tombamento. Nesse ambiente que segue um ritmo menos intenso que as ruas comerciais, as trocas se estabelecem entre o desenvolvimento de uma atividade turística pouco consolidada e a circulação de mercadorias para as 'ilhas', descrita no Item 4.1.2.2.

Para hospedagem dos turistas há poucos e singelos hotéis instalados em alguns casarões, entre eles o *hostel*⁹⁷, localizado em frente ao local de embarque dos *barcos de linha* que, com essa localização e com uma 'nomenclatura' internacional atrai turistas estrangeiros; adeptos da pesca esportiva – médicos, engenheiros, advogados; e também pescadores, que reunidos em quatro ou cinco, dividem as despesas de um único quarto. Na parte térrea do edifício de três andares há um bar/restaurante que se apropria de parte da calçada em frente para instalar mesas e cadeiras amarelas, criando um ambiente que reúne durante todo o dia homens em sua maioria, para degustar a tradicional 'cervejinha' enquanto esperam as embarcações. O objetivo maior dos turistas são os passeios de barco, cuja oferta aumenta quando vai chegando à temporada de verão. Faixas e cartazes são amarrados às palmeiras da orla, atendentes ficam ali para oferecer passeios e dar informações, evidenciando uma sazonalidade que afeta o centro histórico e os destinos mais turísticos.

E deve afetar também a logística dos estabelecimentos que abastecem esses destinos mais procurados. Descrito no item anterior, a circulação de mercadorias que segue para as 'ilhas' é uma atividade que movimenta diariamente a área da Rua General Carneiro, independente do

⁹⁶ Esta rua possui dois referências arquitetônicas importantes, portanto tombados, inicia-se em frente à Igreja Matriz e termina em frente à Igreja de São Bendito. Ali algumas residências unifamiliares bastante asseadas, contrastam com duas ou três edificações contíguas que oferecem quartos para alugar, além de um hotel, cuja falta de cuidado com o edifício reflete o descaso com seus hóspedes, que talvez o utilizem para fins que contrariam a moral ou serve de refúgio para pessoas de baixa renda que parecem se amontoar em um cenário que se aproxima do miserável.

⁹⁷ Segundo o proprietário, essa 'nomenclatura' internacional - *hostel*, que designa o albergue, possibilita que pessoas cadastradas garantam descontos de hospedagem em estabelecimentos semelhantes no mundo todo.

período do ano, mas que certamente se intensifica no verão, devido ao aumento populacional em alguns lugares.

Os comerciantes que se dedicam exclusivamente a esse comércio estão ali há pelo menos uns 20 anos. Um desses comerciantes possui dois imóveis nessa rua. O primeiro abriga a mercearia e sua residência, no pavimento superior; o outro está alugado para um vendedor de frutas e verduras, apenas o térreo, o pavimento superior está sem uso e, pelo jeito, bastante deteriorado. Na mercearia, vende diversos tipos de produtos no varejo, mas não vende fiado, diz que se tivesse um ‘caderninho’, teria que ser *um caderno universitário*. Para ele, os clientes *pagam direitinho*. Na frutaria, os produtos estão dispostos de uma maneira bem mais improvisada em caixas plásticas ou de madeira, aliás, o ambiente todo é bastante confuso com várias caixas empilhadas e quinquilharias sobre uma bancada, mas os clientes, sem outra opção, parecem não se importar.

Os dois outros imóveis vizinhos à frutaria também abrigam estabelecimentos que vendem exclusivamente para as ‘ilhas’, um dos proprietários afirma que vende somente no atacado, em uma espécie de distribuidora que fornece produtos para os estabelecimentos comerciais das localidades insulares. Conta que os clientes pagam as compras em dinheiro e à vista; nos seus quase quarenta anos nesse ramo nunca teve problemas com relação a isso. Enquanto a conversa acontece, há uma movimentação de descarga de dois caminhões, que trazem engradados de bebidas, principalmente cervejas e refrigerantes. Estacionados na esquina próxima, despreocupados por atrapalhar ou não o fluxo de pedestres e carros, os caminhões são descarregados e os produtos empilhados nas calçadas para depois serem colocados em carrinhos e levados para os destinatários. Também em carrinhos de mão seguem as mercadorias que saem desses estabelecimentos para as embarcações e dali para as ‘ilhas’.

Observando a dinâmica da Rua General Carneiro, percebe-se que a mercearia e o *hostel*, que se avizinham, estão em uma quadra mais vigorizada, onde os imóveis estão conservados e são utilizados. Já a frutaria e as duas distribuidoras parecem sobreviventes de um tipo de comércio que ao longo dos anos se tornou desprestigiado, ocupando o térreo de três imóveis em uma quadra onde a maioria está fechada e arruinando-se. Assim, ao mesmo tempo em que é possível sentir a viveza desse tipo de troca comercial, que vai resistindo à passagem do tempo, adaptando seus produtos às necessidades locais e também contemporâneas, torna-se evidente sua fragilidade, nas formas da sua improvisação, passando a impressão de que poderá desaparecer a qualquer instante.



Figura 27 - Comércio com as "ilhas". Fotos: L. Nardi, 2010. Foto esq. – Interior da mercearia / Foto dir. – Horário de entrega de mercadorias nas distribuidoras.

Na última quadra da Rua General Carneiro, o único imóvel com uso permanente é o que abriga o restaurante Danúbio Azul. Na parte térrea, voltada para o rio, as portas de ferro permanecem sempre fechadas, assim como atualmente se encontram as portas e janelas dos demais imóveis da quadra. O Danúbio Azul é um restaurante tradicional em Paranaguá, talvez o mais refinado do centro histórico. A localização proporciona uma vista privilegiada do Rio Itiberê, através de grandes janelas das quais os clientes tiram fotos, mas que permanecem a maior parte do tempo fechadas devido ao uso do ar-condicionado. Com entrada pela Rua Quinze de Novembro, atraindo pessoas mais abastadas, que durante a semana usam o horário do almoço para reunirem grupos de trabalho ou promoverem reuniões de negócio. Aos domingos a clientela é outra, é comum ver carros com placas de Curitiba e Região Metropolitana estacionados em frente ao restaurante. Famílias vêm ao litoral para saborear peixes e frutos do mar 'frescos', reproduzindo um velho hábito, quase extinto pela praticidade em adquirir tais produtos em qualquer supermercado da capital, a qualquer hora, mesmo que não tão 'frescos'. Além do mais, através da fala de alguns interlocutores, seu julgamento não passa de um 'bom' restaurante, cuja qualidade da comida e do atendimento não justifica o alto preço. Aliás, apesar da variada gama de opções na área central, é a ausência de 'bons' serviços de alimentação que justifica o investimento do poder público federal na restauração do Solar Dacheaux para que ali se instale um restaurante-escola, como acontece em outros centros históricos brasileiros. (LA PASTINA FILHO, Entrevista, 2010).

4.2.2.5 As transformações dos atuais mercados públicos

Nesse ramo alimentar, um lugar que se destaca é o já citado Mercado do Café, que funciona em um antigo edifício que abrigava o Mercado Público de outrora. Localizado em uma quadra isolada, tem sua fachada principal voltada para a Rua General Carneiro, mas possui aberturas para as ruas laterais que dão para um pátio interno, onde a maioria das mesas estão dispostas, bem como colocadas em duas varandas externas laterais e no interior dos boxes do mercado. Funcionando das sete às dezoito horas, todos os dias da semana, atrai vários tipos de público, desde os pescadores que chegam com sua produção logo cedo; aos ‘ilhéus’ que ao chegarem ou antes de partirem fazem um lanche; pessoas e famílias que vão às compras no centro e, cheias de sacolas, param ali para descansar; trabalhadores, que estando por perto, param para o almoço; ou qualquer cidadão que esteja passando ou marque um encontro para conversar, namorar ou discutir o relacionamento ou, em época de eleição, discutir política e pedir votos. O lugar também atrai alguns turistas, seduzidos não tanto pela qualidade da comida, mas por uma aura de tradição, que se torna ‘palpável’ tanto na antiguidade do edifício, quanto nos quitutes e pratos servidos. Apesar de algumas especificidades regionais, como a *banana encapada*, o *mata-fome*⁹⁸ e os bolinhos de camarão e aipim, observa-se que a preferência dos clientes são os pastéis fritos na hora acompanhados do tradicional cafezinho. Na hora do almoço, os ‘pratos típicos do litoral’ são o camariz, consistindo em refeições à base de peixe, frito ou ensopado, camarão e pirão, acompanhados de arroz, feijão, batata frita, farofa e salada. Tradicional ou não, esse lugar promove uma interação variada, que une referências culturais e históricas a um cotidiano fragmentado e despreocupado com a continuidade.

Como Mercado Público, o Mercado do Café era o local onde frutas, legumes e verduras eram comercializados até meados da década de 1970 e, junto com o outro pequeno mercado, localizado em frente, que comercializava peixes até o início da década de 1980, era um ponto específico para a compra desses produtos no município. Posteriormente, o pequeno mercado de peixes se transformou no Mercado de Artesanato⁹⁹,

⁹⁸ A *banana encapada* consiste em um prato em que a banana é envolta em uma massa à base de farinha de trigo e frita em óleo bem quente. Já o *mata-fome* é um *bolo de fubá com muita erva-doce, coco e uma boa passada de manteiga* (DEFENDER, Reportagem, 2009).

⁹⁹ A venda de peixes, verduras e legumes, após certa errância, foi para o Mercado do Peixe, inaugurado em 1982, que ocupa uma área de 2.150m², no aterro contíguo aos limites do centro histórico. Ali todos os dias são comercializados muitos quilos de pescados, no atacado e no varejo.

reunindo diversos artesãos que se dedicavam principalmente à venda de cestaria, cerâmica, barcos em miniatura. Ali permaneceram até 2009, quando o edifício, antigo e eclético, foi desocupado para passar por um processo de restauração financiado pelo IPHAN, cuja obra foi finalizada em outubro de 2010. Até o final da pesquisa o edifício permanecia fechado, gerando expectativas positivas e negativas, entre comerciantes e usuários do centro histórico.

As trocas comerciais empreendidas nos mercados públicos que há muito fazem parte do contexto parnanguara sofrem atualmente um momento de transformação. Com a construção do novo Mercado Público, localizado também no aterro, próximo à cabeceira da ponte para Valadares, os comerciantes de hortifrutigranjeiros, assim como os de artesanato foram ‘obrigados’ a se mudarem para lá¹⁰⁰. Movimento que, apesar da grandiosidade da construção com uma vista privilegiada do rio e a pretensão de atrair turistas para as lanchonetes instaladas no pavimento superior, gera descontentamento pela localização e logística. Fica clara, na fala de alguns proprietários de boxes, a revolta dos vendedores de artesanato que, obrigados a deixar um local considerado *ponto* (o Mercado de Artesanato na Rua General Carneiro), mudam-se para outro lugar que, passado um ano da inauguração, permanece vazio em grande parte do dia. Tais transformações envolvem também a obra do Aquário Marinho (localizado atrás da edificação do Mercado do Peixe), pois os comerciantes recebem a notícia de que ora serão demolidos o Mercado do Peixe e os quiosques ali próximos, ora eles serão reformados.

Os mercados públicos, cujo tipo de comércio está arraigado no cotidiano do município traduzem a dinâmica de permanências e transformações, restando os edifícios dos mercados públicos de outrora, porém modificados seus usos. Assim como construídos novos edifícios, trazendo novas referências e logísticas sobre as quais comerciantes terão que buscar um melhor rearranjo, reivindicando para que as decisões do poder público considerem seus interesses. E, para além dos interesses dos comerciantes, que tais decisões atentem para as questões de funcionalidade, sanitárias e ambientais; e também para os impactos na paisagem do centro histórico e do Rio Itiberê.

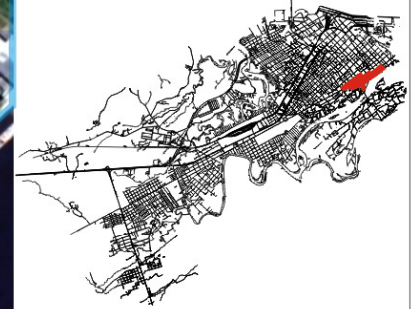
¹⁰⁰ A construção do novo Mercado Público demorou aproximadamente quatro anos para estar pronta para o uso. Um dos proprietários dos boxes, diz que os comerciantes de hortifrutigranjeiros relutaram por quatro meses para poderem continuar no Mercado do Peixe, e só cederam à pressão do poder público municipal quando ameaçados de perder o local.

4.2.2.6 Festa de Nossa Senhora do Rocio: entre as manifestações religiosas e os interesses comerciais

O acontecimento da Festa de Nossa Senhora do Rocio tem sua parte sacra e as comemorações profanas, como a maioria dos eventos religiosos. Assim, se instalam na área do Santuário do Rocio aproximadamente duzentas barracões que vendem além de comida, utensílios domésticos, aparelhos eletrônicos, roupas, calçados, bijuterias e acessórios, toalhas, bolsas, artesanatos, conformando um centro comercial provisório nesse período que atrai um público grandioso para a festa religiosa, realizada em 2010 entre os dias 05 e 16 de novembro. Uma festa que não acontece na área central, mas influencia o comércio do centro, pois, para os consumidores, é uma oportunidade em função dos melhores preços e/ou das novidades. Interlocutores confirmam que há uns quinze anos, quando não havia lojas de R\$1,99 na cidade ou produtos importados eram menos populares, as pessoas esperavam ansiosamente pela Festa do Rocio para comprarem determinadas mercadorias, encontradas somente lá. Hoje há variedade desses produtos em Paranaguá, mas a festa ainda mantém a fama de ser um local de boa oportunidade de compras. Porém, o que é vantajoso para o consumidor é considerado prejuízo para o comércio local e, que reivindicou a intervenção do poder público municipal para que a festa, que durava aproximadamente trinta dias, ficasse menos extensa. Assim, as trocas comerciais envolvem o sagrado e o profano, envolvendo-os nessa rede de relacionamentos e conexões que faz parte do todo urbano e que suscita interesses diversos.

Os vários vieses apresentados denotam que a vivência urbana atual nessa área se estabelece em um movimento próprio da cidade e da região, que atrai pessoas diversas para uma variedade considerável de tipos de trocas comerciais. Este comércio evidencia a dinâmica de permanências e transformações que proporciona novidades constantes ao mesmo tempo em que convive com a sua antiga estrutura urbana e com práticas arraigadas. Uma convivência nem sempre harmoniosa no que condiz com a preservação do centro histórico, que pretende manter essa antiga estrutura e a estética de outrora, evidenciando sua função memorial. Por sua vez, os comerciantes possuem uma visão interna, além interesses econômicos e sociais diversos surgidos no cotidiano. Enquanto isso, consumidores astuciosamente praticam sua cidade a partir de suas possibilidades cotidianas materiais e subjetivas.

Figura 28
 Mapa Trocas Comerciais
 Elaboração : Letícia Nardi , 2011



- Área central de Paranaguá
- Limite do bairro Centro Histórico
 - Área de concentração do uso comercial e de serviços
 - Área da feira de frutas e verduras Sábado de manhã
 - Mercados públicos
 - Edifícios comerciais - relação com o Rio Itiberê
 - Produtos que chegam - pescados
 - Produtos que saem - mercadorias
 - Área comumente utilizada para carga/descarga de mercadorias
 - Ambulantes com pontos fixos
 - Ambulantes - "Autorizado PMP"
 - Perímetro de tombamento federal
 - Perímetro de tombamento estadual

Dados:
 Pesquisa de campo - ago-nov/2010

Foto: Prefeitura Municipal de Paranaguá / Google Earth, 2011

4.3 RELIGIOSIDADE: A MANIFESTAÇÃO DA FÉ NO AMBIENTE URBANO

Tanto quanto a relação com o Rio Itiberê ou as trocas comerciais, a religiosidade é um fator que participou ativamente do processo inicial de consolidação do território e da construção social no contexto parnanguara. Inicialmente circunscrito aos cânones católicos, devido à herança portuguesa, ao longo do tempo, incorpora outros tipos de manifestações religiosas, mais expressivamente ligadas ao pentecostalismo e ao protestantismo, participando de um movimento que também é observado em âmbito nacional. Reunindo aspectos como crença e fé, que tanto são de foro íntimo, mas também compartilhados em contextos familiares e comunitários, a utilização de diversos simbolismos possibilita evidenciar o processo de interação entre a materialidade e a subjetividade, considerando os preceitos de cada religião.

4.3.1 Do Estado católico ao ambiente urbano laico

Um documento incerto aponta o ano de 1578 como da construção da primeira capela, data assegurada apenas na inscrição existente na lateral da atual Igreja Matriz. Sabe-se que nessa época havia uma quantidade considerável de aventureiros na região, em busca de ouro; além da comprovada atividade catequista jesuítica em carta de 1554 (LYRA; PARCHEN; LA PASTINA FILHO, 2006, p. 318). Essa influência religiosa, aliada à população ibérica ali fixada, portanto católica, torna palpável a ideia de que a construção desse marco religioso inicial ocorreu no último quartel do século XVI. Quanto à localização, há dúvidas sobre sua construção primordial naquele local, pressupondo mudanças ao longo do tempo, mas também há indícios de uma construção anterior no mesmo local¹⁰¹.

Apesar das incertezas, a igreja erigida para Nossa Senhora do Rosário se consolidou no imaginário parnanguara como o marco inicial da ocupação lusa. Assim, sua localização, no alto de uma esplanada e defronte para o Rio Itiberê, seguia um referencial português, que segundo Marx, reproduzia na colônia o ambiente encontrado na metrópole, seguindo *não apenas a tradição, mas a norma eclesíastica explícita* (MARX, 2003 [1989], p.112), em um ambiente onde elas predominavam.

¹⁰¹ Quando da reforma que substituiu o centenário piso em tabuado pelo atual em ladrilhos hidráulicos, verificou-se a existência dos embasamentos de outra construção. Se a data de 1578 fosse confirmada como a da construção original, transformaria esse templo na edificação religiosa mais antiga de todo o Sul do país (LYRA; PARCHEN; LA PASTINA FILHO, 2006, p. 346).

Em Paranaguá, somente em 1640 com a nomeação de Gabriel de Lara como Capitão-Mor a vila começa a delinear mais precisamente ruas, praças e largos, sempre considerando a posição referencial dos templos católicos. Assim, a Igreja Matriz ganhou o ainda hoje Largo da Matriz. Outras construções religiosas foram erigidas ao longo do século XVIII, como a *Igreja das Mercês*, construída em 1701, no mesmo local onde hoje está a Igreja de São Benedito, com materiais provenientes de uma capela existente na Ilha da Cotinga; a *capela do Senhor Bom Jesus dos Perdões*, contígua a Santa Casa de Misericórdia, localizada na Rua da Misericórdia (atual Dr. Leocádio), construída em 1711 e demolida em 1935; a *Igreja do Colégio dos Jesuítas*, construída junto com esse em 1740, defronte para a atual Rua Quinze de Novembro, abandonada quando da expulsão desses religiosos do Brasil em 1759 e demolida no final do século XIX, restando algumas marcas no edifício do Colégio; a *Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas*, construída em 1770, na atual Rua Quinze de Novembro, antiga Rua da Ordem; e a *Igreja de São Benedito*, construída em 1784, na Rua da Gamboa, atual Conselheiro Sinimbú, como citado, no mesmo local onde estava construída a Igreja das Mercês.

Nos mapas a seguir é possível localizar as edificações religiosas citadas e perceber as modificações urbanas ocorridas ao longo do século XIX. O primeiro mapa é do final século XVIII, quando já estavam construídas a Igreja de São Francisco das Chagas e a Igreja de São Benedito; o segundo é de 1895 e demonstra a consolidação urbana e a projeção da sua expansão. No primeiro, é possível ver a exata construção da igreja do Colégio dos Jesuítas, hoje demolida; assim como a Rua Direita (atual Marechal Deodoro), que ligava diretamente os dois templos mais antigos, a Igreja Matriz e a Capela de Senhor Bom Jesus dos Perdões, também demolida. O que não mudou foi a larguíssima Rua da Gamboa (atual Conselheiro Sinimbú) que realçava ao seu final a Igreja de São Benedito; um destaque perdido quando da instalação do canteiro central com árvores frondosas que atualmente escondem a edificação. Mudou o entorno da Igreja de São Francisco das Chagas, que no final do século XVIII quase não era ocupado, tendo a igreja diversas áreas de sua propriedade. Mesmo com o cuidado em estar livre de vizinhança, em 1895 a igreja já havia perdido propriedades e, como hoje, se encontrava *apertada entre as outras casas* (ANDRADE, Entrevista, 2010). É um movimento que explicita a dinâmica, tão bem retratada no texto de Marx (2003 [1989]), na qual a preponderância da referência sacra vai perdendo espaço para um mundo mais secular.

Essa dinâmica não atinge tão somente as edificações e a conformação da cidade, mas também as normas que a regulamentam, nos primeiros tempos, totalmente vinculadas aos cânones religiosos; assim como os símbolos expostos nos espaços públicos coloniais, católicos em essência; e o uso de tais espaços, cujo cotidiano pobre era revigorado a cada evento religioso. Um uso que, conforme Marx, com a *laicização, constante e demorada, significou o recuo da festa diante do negócio, a diminuição dos feriados diante do crescimento dos dias agora chamados úteis* (MARX, 2003 [1989], p. 59).

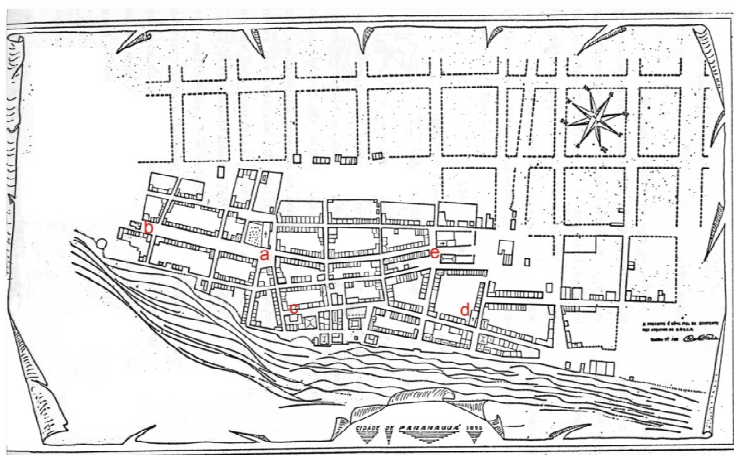


Figura 29 - Mapas de Paranaguá. Em cima: Mapa do final do século XVIII. Fonte: REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. da USP, 2000. / Em baixo: Mapa de 1895. Fonte: Acervo IHGP.

Nos primórdios de Paranaguá, o uso religioso dos espaços públicos foi intenso, com diversas procissões tomando as ruas em um calendário que perdurava o ano todo. Sob organização das irmandades e com verbas públicas ou donativos, os santos eram amplamente homenageados. Na Igreja Matriz, conforme Vieira dos Santos, anualmente faziam-se diversas festividades como a da Páscoa, na qual eram realizados três eventos processionais – o domingo de ramos, a procissão do enterro e a procissão da ressurreição; o Santíssimo Sacramento, um domingo após o Corpus Christi em que havia procissão solene; a Festa do Divino Espírito Santo, com o imperador, a imperatriz, seus mordomos e os mais oficiais correspondentes. Além destas se faziam ali as festas de São Sebastião, São Miguel Arcanjo, Nossa Senhora do Carmo, Santa Rita, Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora da Conceição, e variadas procissões que seguiam *umas em derredor da igreja e outras em círculo da cidade*. Sem contar que em 1850, alguns eventos religiosos já haviam sido abolidos, inclusive a procissão em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, a padroeira da cidade, permanecendo somente as novenas e missas cantadas.



Figura 30 - Procissão passando pela Rua Quinze de Novembro em 1897. Foto: Nicolau Dacheaux Nascimento, Acervo IHGP, Álbum Juca Lobo

Vieira dos Santos descreve outras datas religiosas, como 31 de julho, na qual os jesuítas comemoravam o seu patrono Santo Inácio de Loyola. A Irmandade de São Benedito, inicialmente sob o título de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, também festejava o seu santo, e aparentemente de maneira pouco convencional, pois, em 1706, o visitador

Gaspar Gonçalves de Araújo solicita *que se fizesse a procissão no dia do Santo pelo vigário, (...) com a declaração que na igreja, nem no adro se não fizessem alaridos, músicas e danças* (VIEIRA DOS SANTOS, 2001 [1850], Vol II). Comemorações diferentes das habituais, usando uma maneira peculiar de se relacionar com a santidade, em um culto que ainda causa desconforto.

A Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, fundada em 1700, mas que somente setenta anos após construiu seu templo¹⁰², era responsável pela procissão dos passos e a partir de 1790 também pela procissão da penitência, realizada na quarta-feira de cinzas. Nessas procissões do início do século XVIII, conta Vieira dos Santos, as mulheres dos irmãos, *se é que fossem terceiras, iriam adiante da procissão, debaixo da cruz alçada com as suas baetas pretas, e seus cordões*, mostrando ser exótico este ato, *pois que não era possível se não fosse para elas terem esta regalia de obterem licença do Bispo, quando as escravas e outras mulheres de igual classe poderiam acompanhar livremente atrás das procissões*. E conclui, *mas isto seria estilo daqueles tempos*, já tendo sido superado em 1850. Sobre a festa do seu santo, há uma pequena menção que abrangia uma comemoração mais circunscrita no âmbito da irmandade (VIEIRA DOS SANTOS, 2001 [1850], Vol II).

No universo religioso parnanguara, a Festa do Rocio sempre teve destaque, mesmo quando era uma mera peregrinação à cabana de Pai Berê. A construção da igreja naquela localidade foi concluída em 1813 em um local aprazível, rural, defronte para a baía, ao qual as pessoas se sentiam atraídas a se deslocarem. No início do século XIX, eram sorteados os 'juizes' da festa e, dependendo da sua condição financeira, eram feitas apenas novenas ou eventos mais abastados, como o de 1814, quando o 'juiz' era o Capitão-Mor Manuel Antônio Pereira que *fê-la com muita grandeza e nesse mesmo ano houve teatro, onde se apresentaram peças dramáticas* (VIEIRA DOS SANTOS, 2001 [1850], Vol II).

¹⁰² Inicialmente a Irmandade da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas se reunia em um altar na Igreja das Mercês, posteriormente se transferindo para um pequeno altar na Capela de Senhor Bom Jesus dos Perdões e somente em 1770 começa a construção do seu templo, na atual Rua Quinze de Novembro (VIEIRA DOS SANTOS, 2001 [1850], v. II)



Figura 31 - Procissão em homenagem à Nossa Senhora do Rocio. *Vista tirada à entrada do Caminho do Rocio no antigo alto (...)* Essa procissão devia ter sido realizada [sic] em 1901 ou 1902. Foto: Acervo IHGP, Álbum Juca Lobo (descrição manuscrita no álbum)

Na foto acima é possível ver o caminho da procissão em uma área bastante rural, nas proximidades da cidade. Nessa época já se seguia o ritual das duas procissões 'de ida' e 'de volta', e assim como hoje, todos os dias da festa atraíam pessoas para a localidade. Atualmente, somente por aquilo que lá acontece – missas, novenas, feira e shows, mas antigamente também pelo caminho; se deslocar para o Rocio era um acontecimento que fazia parte da festa religiosa, como descreve Nascimento Jr em parte de um texto, provavelmente, da década de 1960:

No longo período de 72 anos decorridos até 1885, quando a Estrada de Ferro ligou à cidade o antigo Porto do Gato (hoje Pedro II), a viação para o Rocio era toda feita de maxambombas e carrinhos "toco-duros", ou pelo mar, em faluas, primitivamente, e mais tarde, pelos vaporzinhos "Marumbi" e "Iguaçu", da Companhia Progressista.

No ano de 1893, inaugurados os bondes-à-vapor, abriram nova facilidade ao público, sem embargo de preferência que os amantes da tradição

davam ao trânsito à pé ou à cavalo, pela velha e pitoresca estrada, lembrando os bons tempos em que a festa do Rocio, essencialmente campezina era toda alegria e simplicidade, sem o luxo e a elegância que a transformaram em feira de raundanismo [sic], tal como a vemos presentemente.

Então os romeiros se dirigiam ao Rocio, nas tardes de novena e no dia da festa, em bandos álares, as senhoras em carrocinhas, as mais abastadas em tróleis; os homens, à cavalo; a gente mais modesta, a pé e todos trajando com singeleza e levando cestos com a merenda, porque o trajeto que hoje se faz em três minutos de automóvel e em meia hora à pé, pela Avenida Gabriel de Lara, numa reta de dois quilômetros, exigia hora e meia pela estrada arenosa e torcicolada de quase uma légua. (NASCIMENTO JR, 1980)

Hoje, o deslocamento para o Rocio depende dos ônibus circulares do transporte coletivo ou dos carros próprios que lotam as ruas em torno da festa. Um deslocamento tão banalizado, que não tem o mesmo sentido de outrora; seguindo para uma localidade cujo caminho não remete mais à aprazível ruralidade, configurando-se em um ambiente urbano complexo que perpassa realidades contrastantes como os ambientes residenciais junto aos galpões e silos que servem à atividade portuária.

Analisando essa dinâmica de permanências e transformações relacionadas à religiosidade, é possível depreender que o que acontece hoje representa a tradição católica colonial, que permanece vigente. É evidente o processo de laicização descrito por Marx (2003 [1989]), que promoveu a diminuição da quantidade festejos de cunho religioso nas ruas de Paranaguá, mas essa quantia menor não tornou tais eventos exíguos: a Festa de São Francisco das Chagas foi retomada; a Festa de Nossa Senhora do Rocio tornou-se grandiosa e exuberante. E ainda há aqueles de caráter atual, como o Congresso de Evangelismo e Missões realizado pela Assembleia de Deus de Paranaguá, a ser descrito posteriormente.

Certamente hoje, as interações com a religiosidade se reorganizam a partir de outros vieses e interesses, como por exemplo, aqueles vinculados ao turismo religioso ou à intenção das religiões em atrair fiéis para afirmar ou reafirmar uma posição decisiva no cotidiano das pessoas, para os quais a manifestação pública da fé tem papel importante.

4.3.2 A religiosidade como bem patrimonial na cidade contemporânea

Consciente de um processo de diversificação religiosa atual, no qual cada uma das religiões possui um universo de crenças que participa de um processo histórico de construção, surgido em diversos países e seguidos ou transformados a partir de uma realidade brasileira e local, a pesquisa desta dissertação pretende compreender como as manifestações religiosas, no âmbito comunitário, utilizam o espaço público para se expressar, principalmente no que condiz ao ambiente do centro histórico, não aprofundando aspectos religiosos, mas considerando-os para a compreensão de hábitos cotidianos e de tradições eventuais.

4.3.2.1 Os templos católicos e as práticas religiosas: referências culturais e bens patrimoniais

As três igrejas católicas existentes no centro histórico são construções bastante antigas e, como citado no Item 2, tombadas individualmente e parte importante do processo de patrimonialização ocorrido em Paranaguá. As igrejas de São Benedito e de São Francisco das Chagas são tombadas em âmbito federal e estadual; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, é tombada somente em nível estadual, devido às diversas modificações ocorridas na sua estrutura física ao longo dos anos. Como citado no Item 4.3.1, além dessas três, havia mais duas igrejas católicas na área central de Paranaguá, outrora demolidas – a igreja anexa ao Colégio dos e a Capela do Senhor Bom Jesus dos Perdões, parte do complexo que abrigava a Santa Casa de Misericórdia, onde hoje há um posto de combustíveis.

Pensando nos edifícios que resistiram às transformações urbanas e considerando os aspectos de uso, é interessante constatar que o edifício da Igreja Matriz foi o único no qual seu uso se manteve fiel aos cânones mais tradicionais da religião católica. Portanto, o edifício da Igreja Matriz, não tão valorizado sob os aspectos patrimoniais, foi o que perpetuou a tradição católica ao longo da sua existência. Dentre as atividades que ali acontecem, que são diárias, as missas que ocorrem aos domingos pela manhã e as novenas do Perpétuo Socorro, às quartas-feiras à tarde, são os eventos que atraem um público mais numeroso, dentre os usos rotineiros. Aos domingos pela manhã, quando o silêncio toma conta do centro histórico, é a chegada e a saída da missa que gera um movimento, em que pessoas a pé, de bicicleta ou carro circulam por ali, estacionam em 'fila dupla' em frente à porta principal da igreja, caminham ou pedalam em meio aos carros,

gerando um breve tumulto no trânsito que vai desaparecendo aos poucos, até que restem duas ou três pessoas conversando na esquina. Volta a imperar o silêncio. Às quartas-feiras, o silêncio não é sentido, além do movimento característico de um dia de semana, ainda é possível sair da igreja e se refrescar com a ‘Raspadinha Pernambucana’, comer pipoca ou comprar pães e bolos para levar para casa, como relatado anteriormente.



Figura 32 - Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. Fotos: L. Nardi, 2010. Foto esq. – Saída da missa de domingo / Foto dir. – Senhor com o carrinho da raspadinha. No lado esquerdo, mulher segura uma bandeira de propaganda eleitoral.

A Igreja de São Benedito, na outra extremidade da Rua Conselheiro Sinimbú, está todos os dias aberta à visitação, assim como as outras igrejas católicas. Ela é mantida pela Irmandade do Glorioso São Benedito. As atividades eclesíásticas da igreja hoje estão sob um Interdito Canônico, estabelecido pela Diocese de Paranaguá, desde 1986. Segundo informações contidas nos relatórios do INRC, essa condição, que pressupõe a ausência de clérigos comandando missas, novenas e procissões, desconsidera os rituais religiosos ali realizados, dirigidos, ainda hoje, por leigos, como por exemplo, o terço cantado¹⁰³ e os velórios de associados da irmandade¹⁰⁴. É

¹⁰³ Em uma definição básica, o Terço Cantado é um culto católico popular que se faz através de cantos de ladainhas em latim, puxados pelo mestre capelão e respondido pelos fieis. Atualmente o Terço Cantado é realizado somente quando há falecimento de um antigo rezador ou a pedido de parentes, vizinhos ou por aqueles que mantêm relações de compadrio. (IPHAN, INRC – Relatório Final – Vol. I, 2009)

¹⁰⁴ A irmandade possui em torno de 800 irmãos que auxiliam a manutenção da igreja através de doações e dos arremates de prendas no leilão da Festa. Eles também pagam uma anuidade de R\$10,00, o que lhes confere o direito a uma urna mortuária e ao velório na Igreja de São Benedito. Trata-se de uma assistência social que historicamente as irmandades costumam prestar. (IPHAN, INRC, Ficha de Identificação – Procissão de São Benedito, 2009)

possível afirmar que tal irmandade instituiu ao longo dos anos uma *religiosidade própria, leiga e sob menor influência dos clérigos*, sendo conhecida por ser *uma associação relacionada aos negros da cidade e sempre recebeu pessoas de todas as religiões, não necessariamente católicas*, como especifica a fala do Sr. Benedito, citada nos registros do INRC (IPHAN, INRC – Relatório Final – Vol. I, 2009). No ano de 2009, uma portaria da Mitra Diocesana de Paranaguá suspendeu temporariamente o Interdito Canônico, para que a realização da missa e da procissão em devoção a São Benedito tivessem a presença de um padre. Essa reaproximação não resolveu totalmente a questão, que é antiga.

Sobre esse contexto, reflete-se como o universo um tanto quanto conflituoso de manifestações culturais e religiosas, que ocorre na Igreja de São Benedito e que certamente está presente na vivência, na memória ou na simples opinião dos praticantes desse contexto urbano é de difícil reconhecimento externo, passando quase despercebido, mesmo para quem se propõe a observar o cotidiano parnanguara. E parece indiferente quando se olha tão somente para o bem patrimonial, cuja edificação é *considerada das melhores e mais autênticas edificações populares do colonial brasileiro* (LYRA; PARCHEN; LA PASTINA, 2006, p. 344). Por outro lado, é interessante pensar o quão importante é a edificação para a manifestação da religiosidade, pois, assim como é o refúgio para a materialização de uma devoção leiga, que lastima a falta de reconhecimento; também é o seu uso que gera desconforto às autoridades eclesiais, que compreendem que a evocação ao santo católico e a *aparência de igreja* do edifício pressupõem um uso mais vinculado aos preceitos dessa religião.

Já a Igreja de São Francisco das Chagas, localizada no outro extremo do limite do centro histórico, passou quarenta e nove anos sem exercer atividades litúrgicas, retomadas no ano de 2009. Nesse caso, não foram realizados usos religiosos de nenhum tipo. Após um período de completo abandono, cuja estrutura física foi cuidadosamente mantida através dos esforços promovidos pelo IPHAN, a edificação foi deixada sob a responsabilidade do poder público municipal, o qual, a partir de 1984, utilizou a edificação para atividades culturais, sendo posteriormente transformada no Teatro da Ordem, o único da cidade naquele momento. A partir do ano 2000, o Padre André Buchmann de Andrade começa a empreender esforços para que a Diocese de Paranaguá retomasse o edifício, empreendimento tornado realidade somente em 2009 em um momento em que a prefeitura já empreendia obras para a construção de um novo teatro, em um casarão antigo também na Rua Quinze de Novembro.

Assim, no dia 11 de março de 2009 foi realizado um evento cívico-religioso de entrega da chave da mão do prefeito para a mão do bispo, que contou com a presença de *uma multidão que fechou a Rua Quinze* (ANDRADE, Entrevista, 2010). Foi fundamental o apoio do IPHAN e da Secretaria de Estado da Cultura, que pretendiam o retorno do uso litúrgico, pois o teatro ameaçava de maneira mais evidente a integridade física do edifício tombado. Ademais, o uso religioso é histórico e original.

Segundo o Padre André, houve poucas manifestações contrárias ao fechamento do teatro, visto que a prefeitura já sinalizava com uma solução que deveria ser em curto prazo¹⁰⁵. Outro fator importante para a ausência de conflitos foi o apoio da imprensa local e do estado, que exaltou a retomada das atividades litúrgicas. Para o padre, *o teatro é uma coisa nobre, uma cultura, arte que merece um espaço melhor e ali não havia condições*. E conclui, *esse prédio tem formato de igreja* (ANDRADE, Entrevista, 2010).

Retomando as atividades litúrgicas, a Igreja de São Francisco das Chagas começou a realizar campanhas junto à comunidade para compra de bancos em madeira e, em três meses foi possível confeccioná-los. A segunda campanha tinha sido para reconstruir o coro em madeira, que à época da pesquisa estava sendo instalado e pintado e ficaria conforme o *original*, segundo o funcionário da secretaria. Havia também a intenção de fazer a réplica do altar original, queimado em um incêndio, mas não havia previsão. Evidencia-se, assim, que a reconstrução desses elementos internos do edifício reforça o sentido de re-apropriação da igreja como templo litúrgico em um movimento que ganhou rápida adesão da população católica local. Conforme o Padre André, [...] *para ver o anseio do povo, que tinha essa vontade. Bastava fazer alguma coisa para que o povo pudesse canalizar todos os seus esforços para reformar* (ANDRADE, Entrevista, 2010).

A partir daí a igreja retoma as suas atividades: batizados e casamentos acontecem, a cada dia, com maior frequência. As missas, por sua vez, acontecem todos os dias ao meio-dia e aos domingos às onze horas da manhã. Nesse dia, a igreja fica repleta de fieis, trajados com apuro para a ocasião, que geram um movimento nas ruas próximas, semelhante ao da Igreja Matriz; mas os novos hábitos da missa diária ao meio-dia ainda não foram incorporados, tendo sido observado, em média, um grupo de dez pessoas a cada dia. O que também não se sobressai é a retomada do toque

¹⁰⁵ Até o final da pesquisa, o teatro não estava em funcionamento, devido à falta de recursos para finalizar a obra. Algumas atividades estavam acontecendo no edifício como aulas de música.

do sino, anunciando o horário desta missa, pois quando o comércio está aberto, se mistura ao som das músicas e promoções anunciadas pelas lojas o qual atinge um volume que torna quase inaudível seu repicar, uma referência que outrora era ouvida de longe, havendo aqueles que nela se baseassem para saber os horários e os eventos da cidade.

4.3.2.2 A diversidade religiosa no centro histórico

As descrições acima se referem a uma tradição católica que já foi mais homogênea, menos contestada por outras religiões e crenças que a cada dia reivindicam espaços maiores, inclusive no âmbito do centro histórico de Paranaguá. Nesse sentido é interessante observar a vizinhança da Igreja de São Francisco das Chagas, que se localiza em uma esquina, onde na lateral da fachada principal, na Rua Quinze de Novembro, está a Igreja Internacional da Graça de Deus e, ao lado da fachada para a Rua Presciliano Correia, está a Igreja Universal do Reino de Deus. Ao ser questionado sobre o relacionamento com as duas igrejas evangélicas, Padre André acha que entre eles existe *aquele relacionamento da boa vizinhança*, e conta um episódio para ilustrar:

Uma dessas igrejas até nos doou uma vez um caminhão com areia que sobrava para eles. Viram que nós estávamos em reforma e vieram oferecer. Eu perguntei se queriam vender. “Não, é dado.” E ainda os integrantes dessa igreja vieram trazer em carrinhos de mão. Nos deram e não nos deram nem o trabalho de ir buscar. (ANDRADE, Entrevista, 2010)

E conclui, *parece que no Brasil nós temos essa vocação de vivermos bem com todos*. É possível que sim, nos limites da *conveniência*. Um respeito que é recíproco, pois, questionada sobre essa mesma relação, a secretária da Igreja Internacional da Graça Divina, instalada ali há três anos, diz que á uma convivência *tranqüila*, que *o importante é que todos estão buscando o Reino de Deus, cada um do seu jeito*.

Ademais dessas três vertentes religiosas, outras crenças e religiões que estão presentes área central observada são: a Igreja Batista, presente em Paranaguá desde 1900; o Centro Espírita Paz e Luz, fundado em 1909; e a Igreja Messiânica, através do Johrei Center (Ver Figura 37). Apesar da diversidade e da respeitabilidade, é interessante refletir sobre o argumento do Padre André, que fala sobre as duas igrejas vizinhas:

Embora muita gente diga que o protestantismo e o pentecostalismo estão crescendo muito no Brasil, aqui no centro da cidade nós podemos dizer que é inexpressiva a frequência deles (...) aqui no centro da cidade talvez eles mantenham as igrejas por facilidade de expansão do nome da instituição deles. (ANDRADE, Entrevista, 2010).

Sem aprofundar os meandros religiosos de cada crença ou sua disputa por fiéis, constata-se que, quando considerado o olhar proposto, que busca a compreensão da interação entre as manifestações religiosas e os espaços públicos, ainda existe uma preponderância da tradição católica, não levando em conta o número de fiéis, mas a influência dos seus simbolismos e do seu calendário festivo, que eventualmente altera a dinâmica urbana nessa área central em função dos feriados que origina, das ruas que interrompe temporariamente para a passagem das procissões ou para a instalação das barraquinhas dos festejos de devoção aos santos.

4.3.2.3 Os eventos religiosos: a manifestação pública da fé

Como visto, a manifestação da fé nos espaços públicos é tradicional na religião católica e tem se tornado mais freqüente para outras religiões. Durante a pesquisa ocorreu o 6º Congresso de Evangelismo e Missões realizado pela Assembleia de Deus de Paranaguá, entre os dias 10 e 17 de outubro de 2010, para o qual foi montada uma estrutura na Praça de Eventos 29 de Julho: uma grande tenda onde ocorriam os cultos, coberturas menores que abrigavam bancas de comidas e bebidas, além de um pequeno palco para shows instalado no estacionamento do Mercado do Peixe, como acontece em outros eventos não religiosos. No momento dessa montagem, ao tentar saber o que aconteceria na praça, apenas uma pessoa soube informar que seria um *evento evangélico*, os demais não sabiam do que se tratava. Não foi possível observá-lo *in loco* durante a pesquisa, mas sua programação, que durou uma semana, ocorria à noite, com exceção do domingo. Registros audiovisuais disponíveis na internet¹⁰⁶ demonstram um público grande que lotou a tenda de cultos. Não foi possível saber quem eram os participantes e de onde vieram, mas uma faixa instalada em uma das estruturas, com os dizeres “*Igreja Evang. Ass. de Deus (Vila do Povo) parabeniza a todos pelo 6º Cong. de Missões e Evang. Fazendo missões*”

¹⁰⁶ 6º Congresso de Evangelismo e Missões – Assembleia de Deus. [on-line] Disponível em <http://www.justin.tv/aviva_paranagua/b/271876684> Acesso em fev. 2011.

nas ilhas”, dá uma pequena pista da amplitude geográfica que abrange esta vertente religiosa.

Por outro lado, o calendário de festividades católicas é extenso em Paranaguá, e homenageia vários santos ao longo de todo o ano, em diversas comunidades e bairros. Nesse momento o foco da pesquisa se ateve à observação dos eventos que ocorreram no centro histórico e, mais precisamente, durante o período da pesquisa. Assim, foram acompanhadas as festas em homenagem a São Francisco das Chagas, a Nossa Senhora do Rosário, padroeira da cidade, e a Nossa Senhora do Rocio, padroeira do estado do Paraná, não tendo sido observada a homenagem a São Benedito, ocorrida entre 23 de dezembro de 2010 e 1º de janeiro de 2011 nem a encenação da Paixão de Cristo.

Com exceção da Festa de São Francisco das Chagas, as demais citadas fazem parte de uma tradição que perpassa todos os anos, há pelo menos três séculos, as ruas centrais de Paranaguá. Essa vigência histórica é valorizada quando dos estudos para a patrimonialização das referências culturais, como ocorrido no INRC, que considerou, dentre os eventos observados na pesquisa, as festas de Nossa Senhora do Rosário, Nossa de Senhora do Rocio e a Procissão de São Benedito, assim como suas respectivas igrejas, enquanto *lugares*, como passíveis de documentação, como citado no Item 2.

Nesse sentido o centro histórico é percebido como um lugar simbólico para as práticas religiosas católicas, onde as edificações das igrejas referenciam a manifestação pública da fé que perpassa as ruas, pois são os pontos de partida e de chegada das procissões; são o local da realização das missas solenes e novenas; e é no seu entorno que acontecem as festas. Tal manifestação pública acontece na rua e tem seu ápice na procissão, quando o caminhar individual se une em comunidade para rezar, agradecer, pedir ou pagar promessa. As festas, por sua vez, com seus comes e bebes, produtos e brincadeiras, são o sinônimo da sociabilidade, e criam a mediação entre aquilo que é eventual e sagrado e a profanidade do cotidiano.

Conforme citado anteriormente, a Igreja de São Francisco das Chagas foi reaberta como espaço litúrgico no ano de 2009 e o evento acompanhado na pesquisa era a II Festa em honra a São Francisco das Chagas, ocorrida entre os dias 10 a 19 de setembro de 2010, quando nos nove primeiros dias foi realizada a novena e no dia 19 de setembro a celebração maior. As comemorações em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, ocorreram entre os dias 28 de setembro e 07 de outubro, e

também fora realizada primeiramente a novena. Já as homenagens a Nossa Senhora do Rocio, realizadas oficialmente entre os dias 05 e 16 de novembro pressupõe o acontecimento de vários eventos que reúnem um grande público; no dia 15 de novembro, quando é realizada uma grandiosa celebração, os festejos atraem uma multidão de devotos vindos de várias partes do estado e de estados vizinhos para uma comemoração que exige uma logística com patrocinadores diversos e uma maior infraestrutura.

Em todos esses eventos, novenas e missas antecedem as comemorações do dia santo e têm o importante papel de uma preparação que gera uma expectativa crescente para a celebração solene, envolvendo diversos agentes que se empenham em elaborar uma digna homenagem ao santo, fazendo votos de fé, agradecendo ou pedindo sua intercessão em seus martírios individuais e cotidianos.

Porém, tais questões individuais não são o único componente desse envolvimento religioso, que certamente se conecta com um universo social e 'profano' que envolve questões históricas, políticas e econômicas. Isso fica mais evidente nas procissões, quando há um ato público, que atinge uma maior participação. É no momento das homenagens institucionais, ou quando o prefeito carrega o andor de Nossa Senhora do Rocio, durante a procissão que leva a imagem até a Igreja Matriz; ou quando faixas se dispõem por esse caminho reivindicando a finalização da obra de um viaduto; que isso se torna mais explícito, evidenciando que as questões religiosas se conectam a interesses outros.

Apesar desses outros interesses, a expressão da fé é o mote principal da realização das procissões, e em Paranaguá elas ocorrem de variadas formas, desde a singeleza daquelas observadas nas festas de São Francisco das Chagas e de Nossa Senhora do Rosário, até a grandiosidade do evento em homenagem a Nossa Senhora do Rocio, no qual são realizadas ao menos quatro procissões durante o período da festa – a Procissão Motorizada, a Procissão Marítima, a Procissão Festiva da Mãe do Rocio ('de ida') e a Procissão Festiva de Retorno da Mãe do Rocio ('de Volta'), sendo as duas últimas brevemente descritas no Item 2.

É interessante salientar que as festividades católicas resultam de *uma dinâmica de continuidades e transformações*, na qual se repetem ritos tradicionais ao mesmo tempo em que se atualizam *de acordo com os propósitos e interesses de cada época* (IPHAN, INRC - Ficha de Identificação, 2010).

4.3.2.4 Procissões e festas: a religiosidade nas ruas do centro histórico

A novíssima procissão em honra a São Francisco das Chagas segue um rito semelhante às demais procissões observadas, mas também tem suas particularidades, como a presença da Filarmônica Antoninense participando tanto da missa, quanto estando à frente da procissão; dos jovens marinheiros carregando o andor com a grande imagem do santo; e das crianças trajadas com a toga marrom semelhante às vestes do santo. Aproximadamente uma centena de devotos seguia atrás da imagem e sob o comando do Bispo João e do Padre André, cantavam e rezavam enquanto realizavam o trajeto de sete quadras (Ver Figura 37) por algumas ruas estreitas, caminhando sobre os paralelepípedos. Era um domingo pela manhã e poucos carros circulavam pelas ruas, mesmo assim havia a escolta de policiais. Ao chegar à Rua Princesa Izabel, uma das janelas do prédio da esquina estava enfeitada com balões e os moradores na janela saudavam São Francisco; na Rua Quinze de Novembro, dois ou três moradores dos casarões antigos fotografavam o evento de seus balcões. Ao adentrar novamente à igreja, as bênçãos finais sinalizam o início da festa que se traduz em sete barraquinhas instaladas em parte da Rua Presciliano Correia e organizadas por voluntários que vendem refrigerante, cachorro-quente, espetinho, sanduiche natural, bolos, tortas salgadas e doces miúdos e também promovem brincadeiras como a pescaria e uma cama-elástica. A maioria das pessoas compra os quitutes para levar para casa, não permanece, assim, a festa logo esvazia, as barraquinhas ficam ali até a missa das dezessete horas, que marca o encerramento do evento.



Figura 33 - Festa de São Francisco das Chagas. Fotos: L. Nardi, 2010. Foto eq. – Procissão com a imagem de São Francisco das Chagas, chegando à igreja / Foto dir. – Barraquinhas da festa instaladas na Rua Presciliano Correia.

A homenagem à padroeira do município, Nossa Senhora do Rosário, é tradicional, sua novena foi, em 2010, a de número quatrocentos e trinta e cinco. Porém, como dito anteriormente, a sua procissão é uma tradição que havia sido extinta, sendo nessa nova configuração realizada desde 1999. Mais recente é o feriado municipal instituído em 2005¹⁰⁷, requerido pela Mitra Diocesana. Além disso, a programação do ano de 2010 inicia-se com outra novidade, a II Caminhada pela Paz, um evento cívico comandado pelo Bispo João. É uma manhã bastante chuvosa em Paranaguá, mesmo assim quase uma centena de pessoas sai da Praça da Paz para chegar à Igreja Matriz (Ver Figura 37) onde acontece uma missa. Apesar do laicismo cada vez mais preponderar nas decisões políticas e sociais, ressalta-se aqui a influência vigente da Igreja Católica para instituir um feriado recente e promover um evento de caráter cívico.

Quanto à santa, a homenagem solene ocorre à noite, quando acontece a procissão luminosa seguida de uma missa em ação de graças. Às dezenove horas, mulheres acendem as velas dos devotos, que seguirão a procissão luminosa. Em um andor a imagem da santa, devidamente enfeitada, sai pela porta principal da igreja carregada por homens da comunidade, que se revezam durante o trajeto de doze quadras (Ver Figura 37). As autoridades eclesiais não participam do cortejo, que é comandado pelas senhoras da Confraria Mariana, que 'puxam' o terço. Seguindo por uma das vias da Rua Conselheiro Sinimbú, o cortejo é observado por pessoas nas janelas e por carros que passam. Na Rua Julia da Costa, vários moradores dos altos edifícios ali existentes vêm às sacadas para ver o que acontece na rua. Os frequentadores da Igreja Batista também observam; assim como a moça do carrinho de pipoca, que faz o sinal da cruz. Ao adentrar a porta principal da igreja, a santa encontra a nave lotada. A missa é repleta de cânticos, entoados por um coral de mulheres que fica no altar. Várias homenagens são feitas à santa, que segundo Padre José, protege a população parnanguara desde a fundação da vila. Ao terminar a missa, não há festa. As pessoas saem, se cumprimentam e conversam brevemente; de repente a igreja se esvazia, a rua também.

¹⁰⁷ Lei Municipal 2.589 de 04 de julho 2005 Lei Municipal 2.589 de 04 de julho 2005. Anteriormente comemorava-se somente o aniversário da cidade em 29 de julho, também feriado.



Figura 34 - Homenagens à Nossa Senhora do Rosário. Fotos: L. Nardi, 2010. Foto esq. – Chegada da Il Caminhada pela Paz no Largo da Matriz / Procissão em homenagem à Nossa Senhora do Rosário.

A Festa de Nossa Senhora do Rocio não é a mais antiga, mas certamente tradicional, sendo o evento religioso mais aguardado na cidade, desde outrora. Das quatro procissões que ocorreram em homenagem a esta santa três foram observadas durante a pesquisa, pois aconteceram ou tinham conexões com o espaço do centro histórico.

A Procissão Marítima, que ocorreu no dia 07 de novembro, está na sua sétima edição. Nas margens do Rio Itiberê, o trapiche de embarque dos *barcos de linha* é o ponto de partida do cortejo naval, remetendo talvez, ao trajeto de outrora para a Festa do Rocio. Em 2010, é uma manhã chuvosa de domingo, muitas pessoas tentam se proteger da chuva sob as marquises ou as vergas das portas dos antigos casarões. Uma pequena aglomeração diante do trapiche se torna uma fila enorme de pessoas trajando camisetas verde-limão, o ‘passaporte’ para seguir o cortejo. São pessoas de todas as idades, desde crianças curiosas para entrar nos barcos até idosos com dificuldade de locomoção. Nesse dia o rio e os *barcos de linha* servem a outro propósito e a eles se juntam todo tipo de barcos, desde as pequenas *embarcações particulares* até a imponente “Letícia”, que enfeitados com balões ficam repletos de fiéis destemidos, que enfrentam o dia chuvoso para homenagear a santa, navegando sobre o Rio Itiberê. As embarcações seguem em direção a Baía de Paranaguá e logo ao saírem se encontraram com a embarcação da Marinha que leva a imagem da santa para o seu santuário no bairro do Rocio. Tão logo a procissão se afasta, o centro histórico volta ao seu ritmo dominical, algumas pessoas permanecem nas

proximidades do trapiche ou na orla. O sol aparece e faz o rio brilhar, há quem acredite que pode ser a santa agradecendo a homenagem. Assim, evidencia-se mais uma vez o papel mediador do rio nas práticas cotidianas parnanguaras, tornando-o uma referência.



Figura 35 - Procissão Marítima em homenagem à Nossa Senhora do Rocio. Fotos: L. Nardi, 2010. Foto esq. Embarque dos devotos nos barcos / Foto dir. – Embarcações que seguem a procissão pelo Rio Itiberê.

O dia 15 de novembro é quando anualmente acontece a grande procissão em homenagem a Nossa Senhora do Rocio. Coincide, portanto, com o feriado nacional da Proclamação da República, e isso certamente facilita a vinda de milhares de romeiros que vêm em caravanas de muitas cidades paranaenses e também dos estados vizinhos. A cidade como um todo fica mais agitada, mas, no bairro do Rocio, é possível ver um grande estacionamento repleto de ônibus, além de filas imensas nas ruas. Em torno da Igreja do Rocio, as ruas abrigam aproximadamente duzentas barraquinhas, tornando-se um centro comercial, conforme referido anteriormente. A grande praça em frente da igreja passa a abrigar um parque de diversões e local para shows, que acontecem durante todos os dias da festa. É desse contexto que parte a maior procissão religiosa do estado do Paraná, que reúne aproximadamente cem mil fieis, para homenagear a sua padroeira em um trajeto de quase três quilômetros, chegando ao centro histórico e à Igreja Matriz pela Rua Professor Cleto¹⁰⁸

¹⁰⁸ Até o ano de 2008 a procissão seguia somente pela Rua Professor Cleto, em um trajeto direto, desde o Rocio, mas a obra paralisada de um viaduto nessa rua impede a passagem de pessoas e veículos, deixando-a completamente interditada, obrigando a procissão a desviar desse caminho. O término dessa obra é o motivo da reivindicação anteriormente citada, que espalhou faixas no caminho da procissão.

(Ver Figura 37). São todos os tipos de pessoas, de roupas, de penteados, maquiados, tatuados. Para pagar promessas, há aqueles que seguem descalços ou que levam os filhos, crianças e bebês de colo, vestidos de anjo. No caminho, a multidão perpassa as várias paisagens parnanguaras, desde um ambiente portuário, com ruas descuidadas e quase sem calçadas, nas escadas dos silos, de onde exala o cheiro da soja, trabalhadores param para assistir ao momento solene; o cortejo transpassa a via férrea e das máquinas estacionadas homens acionam o apito do trem em homenagem a santa; e atravessa a BR-277, cujo intenso trânsito diário temporariamente é interrompido naquele momento. Nas áreas residenciais é possível ver homenagens que enfeitam muitas casas, escolas, comércios com balões, faixas e altares floridos. Homenagens são feitas no trajeto, algumas tradicionais como a do Consulado Paraguaio, que promove o encontro de Nossa Senhora do Rocio com Nossa Senhora do Cacupê em meio à multidão. A partir de um ponto é possível ver a torre da Igreja Matriz, as ruas vão se estreitando e a multidão tem que se adaptar a essa nova condição, comprimindo-se. Depois de passar pela Praça Eufrásio Correia, as duas quadras finais, com construções sem recuos e calçadas estreitas, parece um teste de persistência imposto pela fé, depois de quase três horas de caminhada sob forte calor. Muitos resistem e se unem a outras pessoas que esperam ansiosamente, na lateral e na frente da igreja. Entrar na igreja é outro desafio, mas aos poucos todos vão se acomodando e acompanham como podem a entrada da santa, que é triunfal.



Figura 36 - Procissão Festiva da Mãe do Rocio. Fotos: L. Nardi, 2010. Foto esq. – Trabalhadores acompanham a passagem da procissão. No canto direito é possível ver parte da faixa reivindicando o término da obra do viaduto / Foto dir. – Chegada da procissão à Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, no centro histórico.

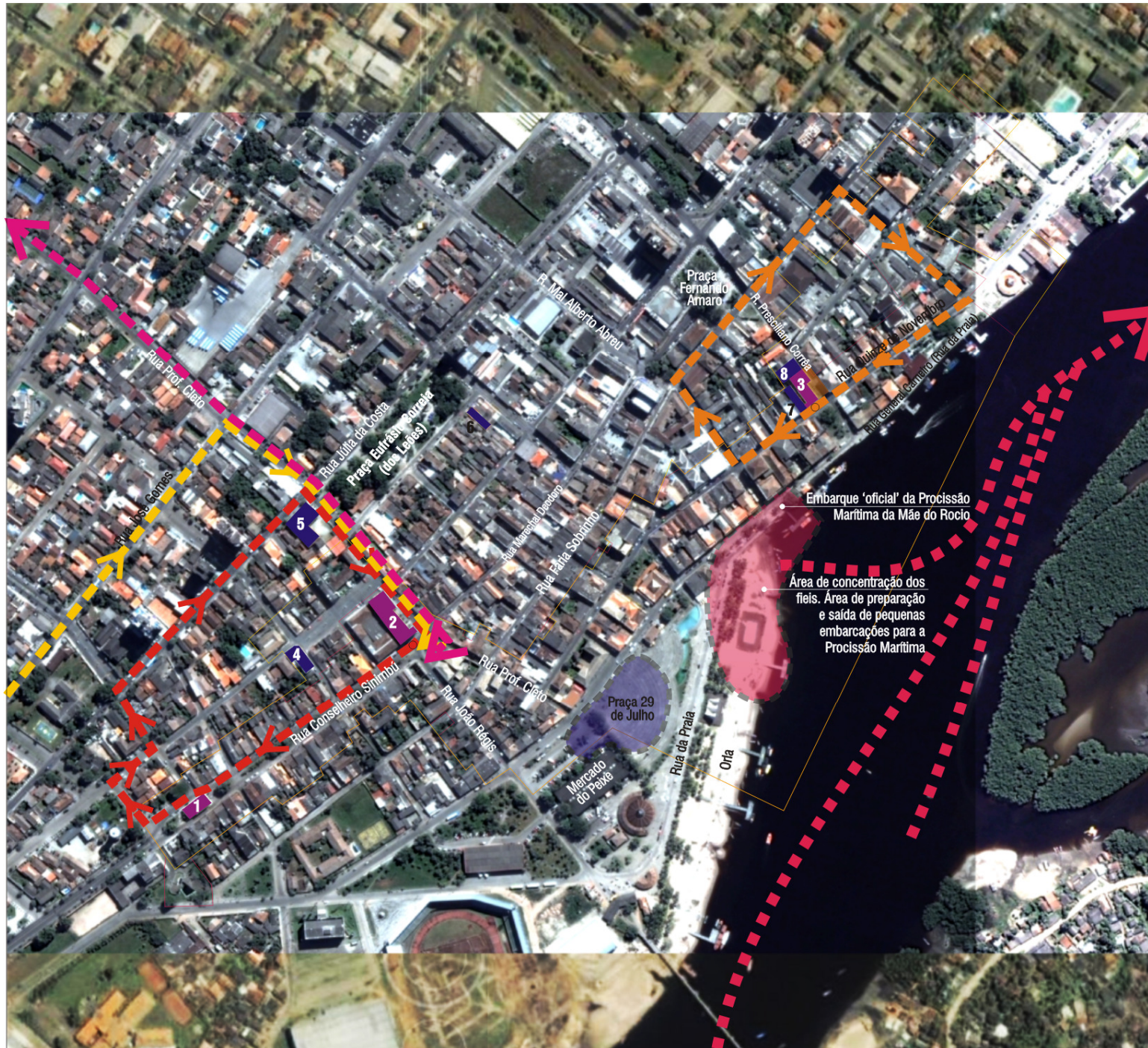
No dia 16, às dezesseis horas está marcada a saída da Procissão de Retorno da Mãe do Rocio para o seu santuário, a 'Volta'. A Igreja Matriz está cheia, pessoas e grupos esperam do lado de fora. Não é feriado, mas é costume o comércio fechar e os colégios dispensarem os alunos após o meio-dia. Está chovendo, a imagem sai e uma multidão se aglomera em torno dela, é difícil a adaptação daquela massa disforme de pessoas à estreita Rua Professor Cleto. É um 'mar' de sombrinhas que segue o cortejo, de longe é possível ver o caminhão do trio elétrico que conduz as orações. Não há desanimo, pessoas descalças e pais com as crianças vestidas de anjo caminham na chuva para cumprirem o prometido. A multidão vai se afastando do centro histórico, ainda há um longo caminho a seguir e muito que festejar no Rocio, mas a área central vai ficando silenciosa, retomando o seu ritmo cotidiano, para alguns mais abençoada, para outros indiferente. Ano que vem tudo será igual ou, quem sabe, com algo diferente.

Nesse contexto, é evidente a preponderância da tradição católica no uso do centro histórico ainda nos dias atuais. Esse fato é corroborado pela valorização de seus edifícios e celebrações nas ações patrimoniais materiais e imateriais. Mas, apesar da hegemonia, cada vez mais se somam outras manifestações religiosas, como a da Assembleia de Deus, inserindo novos elementos que podem dar a impressão da fragmentação da tradição, mas que na realidade consolidam o centro histórico como espaço aglutinador das práticas religiosas parnanguaras.

Figura 37

Mapa Religiosidade

Elaboração : Letícia Nardi , 2011



Edifícios religiosos na área central de Paraná:

- Religião católica
- Outras religiões

- 1 - Igreja de São Benedito
- 2 - Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário
- 3 - Igreja de São Francisco das Chagas
- 4 - Centro Espírita Paz e Luz
- 5 - Primeira Igreja Batista de Paraná
- 6 - Igreja Messiânica - Jöhrei Center
- 7 - Igreja Internacional da Graça de Deus
- 8 - Igreja Universal do Reino de Deus

Eventos religiosos acompanhados durante a pesquisa de campo, ocorridos na área central de Paraná:

- II Festa e Procissão em honra a São Francisco das Chagas - 19/09/2010
- II Caminhada pela Paz - 07/10/2010
- Procissão noturna em homenagem a Nossa Senhora do Rosário - 07/10/2010
- 6º Congresso de Evangelismo e Missões da Assembleia de Deus - 10 a 17/10/2010
- 7ª Procissão Marítima da Mãe do Rocio 07/11/2010
- 197ª Procissão Festiva da Mãe do Rocio 15/11/2010 (Ida)
- 197ª Procissão Festiva de Retorno Mãe do Rocio - 16/11/2010 (Volta)
- Perímetro de tombamento federal
- Perímetro de tombamento estadual

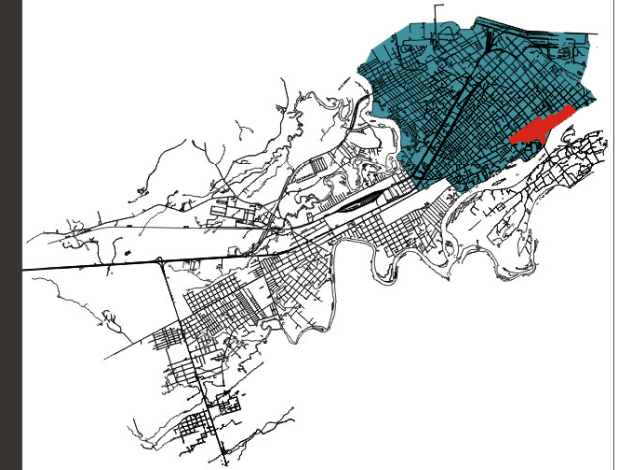
Dados: Pesquisa de campo - ago-nov/2010

Para finalizar o Item 4, a Figura 38 demonstra uma síntese espacial da dinâmica de permanências e transformações ocorridas em Paranaguá, segundo quatro períodos distintos: o século XVIII, o final do século XIX, a década de 1960 e 2010. Com a referência dos perímetros de tombamento, demonstrada nos mapas, percebe-se a intenção de preservar a conformação urbana e arquitetônica constituída no final do século XIX. A estrutura urbana delimitada até o início do século XX não sofreu alterações significativas até meados da década de 1960, quando começou a ser pressionada pelo mercado imobiliário, iniciando-se, assim, os trabalhos voltados para a preservação da área central de Paranaguá.

As ações preservacionistas de certo modo frearam as transformações na estrutura física da área, destacando-a como categoria patrimonial. No caso de Paranaguá, por sua vez, a dinâmica urbana central também não se deslocou para outras áreas. Sob esse viés, nada parece ter se modificado, apesar da sensação latente de um passado perdido e abandonado ou de um 'progresso' almejado que ainda não se consolidou. Percepções contraditórias de um ambiente urbano contemporâneo, que vivencia sua dinâmica de permanências e transformações.

Assim, ao finalizar o Item 4, conclui-se que a observação das práticas forneceu dados importantes sobre a dinâmica urbana, permitindo uma compreensão mais ampla das permanências e transformações ocorridas. E também de um entendimento maior sobre os sentidos que tal espaço suscita naqueles que o utilizam. Tais sentidos se fazem presentes na memória de alguns que vivenciaram este espaço outrora, mas também são construídos no cotidiano, através da rotina diária ou de suas eventualidades. Dessa forma, um lugar por onde se passa todos os dias, onde se trabalha, onde se diverte torna-se referência atual ou posteriormente se acomoda na memória. Esses referenciais vivenciados fortalecem os vínculos com o lugar, estabelecem redes de relacionamento, entre outros fatores que assentam um sentido de pertencimento, o qual as ações de preservação tanto exaltam, mas parecem ainda não saber muito bem como considerá-las nas suas ações de preservação.

Figura 38 - Dinâmica de Permanências e Transformações
 Elaboração : Leticia Nardi , 2011



Zona urbana principal em 1967

- Relação com o Rio Itiberê
- Trocas comerciais
- Religiosidade

- Perímetro de tombamento federal
- Perímetro de tombamento estadual



Dados: Mapa - Final do Século XVIII (REIS FILHO, 2000)
 VIEIRA DOS SANTOS, 2001[1850]
01
 SÉCULO XVIII



Dados: Mapa 1895 (Azevo IJGP)
 VIEIRA DOS SANTOS, 2001[1850]
02
 Final Séclo XIX



Dados: Guia Turístico e Informativo de Paranaguá (MANSUR, 1960)
 Dados iconográficos e bibliográficos citados na seção Referências
03
 Década 1960



Dados: Pesquisa de campo - agosto a novembro/2010
04
 2010

Observação:
 As áreas demarcadas nas figuras não são precisas devido à inexistência de informações totais; à imprecisão dos dados iconográficos; e à própria natureza das informações.

Foto: Prefeitura Municipal de Paranaguá /Google Earth, 2010 [2002]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito de compreender de maneira mais ampla o centro histórico no contexto das cidades contemporâneas se configurou nas discussões dos três itens anteriores. Tendo Paranaguá como referência de análise, foi possível apreender do arcabouço de dados sistematizados como é construída e como se materializa a visão *própria* do campo do patrimônio, assim como, foi possível apreender na pesquisa a dinâmica de usos do centro histórico e explicitar valores construídos socialmente no interior do espaço urbano *praticado* por seus usuários. A partir daí, ao analisar a relação dual entre a visão preservacionista e dinâmica, ela parece desajustada, desconectada, um diálogo truncado. A sensação, por vezes, é que os textos se referem a lugares diferentes e não ao mesmo centro histórico de Paranaguá. A diferença está na posição do olhar. Tal posição não abrange apenas concepções sobre patrimônio e cidade, mas materializa ações e práticas que interferem na dinâmica urbana.

Na tentativa de aproximar esses dois aspectos é proposta a compreensão do centro histórico como ponto de encontro de duas trajetórias temporais e dinâmicas - aquela que constroi os conceitos e aciona a preservação deste espaço urbano como patrimônio cultural e aquela que vivencia o processo dinâmico intrínseco às cidades, que deflagra expansões e estagnações do território, modificações econômicas, sociais e culturais. A proposta evidencia a percepção de que o reconhecimento desta área urbana como patrimônio cultural se baseia em decisões sociais, econômicas, políticas e culturais que empreenderam uma dinâmica de permanências e transformações, permitindo a consolidação do território e a conformação da sociedade que o vivencia. Portanto, o que permaneceu é fruto dessas decisões que pressupõem uma vivência social geração após geração no contexto dinâmico de Paranaguá.

Por outro lado, a visão preservacionista introduz conceitos e normas externas que se sobrepõem a essa dinâmica interna, situando-a, segundo critérios específicos, no contexto estadual e nacional, no caso do patrimônio cultural de Paranaguá. À cidade como um todo se impõem diferentes normativas ao longo da sua existência, entre elas as de ordem preservacionistas. No caso das práticas urbanísticas, por exemplo, o Estatuto da Cidade traz diversos referenciais para o desenvolvimento do plano diretor e da conformação urbana, por sua posição geográfica, pelo número de habitantes que possui, entre outras características.

Com relação às normativas preservacionistas, participantes dessa gama de referenciais externos que atingem a cidade, seu diferencial envolve questões de identidade cultural sob um viés estadual e nacional, mas estão muito arraigadas em uma conformação territorial que agrega suas culturas geradoras, as miscigenações ocorridas e a adaptação desse corpo social ao ambiente no qual se insere, tornando-se demasiadamente específica. Não é a toa que um paranguara não gosta de ser confundido com um antoninense ou morretense, apesar das proximidades territoriais. Ser ou se sentir de algum lugar é algo profundo que cada um carrega em si nas suas vivências cotidianas, leva para onde vai e cria-se um inconsciente coletivo, mesmo em um universo fragmentado da cidade contemporânea.

Assim, compreende-se que essa visão externa é natural, mas pela análise empreendida, evidencia-se que, no caso do patrimônio cultural, não adianta impor ações e concepções que procuram ensinar aos reais detentores de tal patrimônio como utilizá-lo e apreciá-lo a partir da visão própria do campo da preservação. A dinâmica urbana agrega muitos outros fatores que podem contribuir ou desfigurar a relação do corpo social com o seu patrimônio, que precisam ser considerados na gestão. Obviamente, em muitos casos, além das questões identitárias e culturais, também estão envolvidas questões como o direito de propriedade e interesses econômicos e familiares, que por vezes fogem do alcance do gestor preservacionista.

Considerando aquilo que está nas possibilidades de ação dos gestores, essa postura didática traz a mente uma experiência pessoal, vivenciada em São Francisco do Sul - SC, durante um curso de capacitação para professores da rede pública municipal, realizado no Museu Nacional do Mar. As arquitetas que trabalhavam no Escritório Técnico do IPHAN foram convidadas para dar uma aula sobre o centro histórico e a preservação do patrimônio cultural e decidiu-se por fazer um roteiro a pé pelo centro histórico para mostrar edifícios historicamente importantes e arquitetonicamente interessantes a um grupo de pessoas que em essência eram moradores da cidade e usuários do centro histórico. A caminhada e as explanações sobre os edifícios e a história local trouxeram à tona uma série de lembranças despretensiosas - 'aquí funcionava tal coisa', ou 'isso aqui não era assim', ou 'aquí morava fulano', além de histórias familiares com narrativas mais prolongadas - gerando uma sensação de que eles tinham muito mais a dizer que aprender.

Nessa perspectiva de troca se estabelece a complementaridade da visão preservacionista proposta neste trabalho, que enfocou a observação da dinâmica urbana e cotidiana atual e a análise de permanências e

transformações em Paranaguá, mas que poderia ser enriquecida com elementos da história oral ou de uma pesquisa mais aprofundada de dados históricos e geográficos, entre outras análises ou instrumentos de educação patrimonial, que podem ser incorporados nos momentos de elaboração de projetos de intervenção e, principalmente, no cotidiano da gestão. O interessante, nesse caso, é a busca pela compreensão mais ampla, que pressupõe uma capacidade maior de diálogo e a percepção do centro histórico em um contexto maior de vivências e significados que abrangem outras áreas da cidade e outras temporalidades, conforme apresentado nesta pesquisa.

Ouvindo o posicionamento dos gestores e também conversando com agentes locais ou simplesmente observando a dinâmica do centro histórico de Paranaguá, compreende-se o descompasso entre as visões e a tendência de gerar posicionamentos paradoxais no âmbito da gestão da preservação do patrimônio urbano. Para os gestores, se por um lado causa desconforto o abandono total ou a subutilização dos casarões antigos em Paranaguá, por outro incomoda o excesso de trânsito, de placas e o andar apressado, que não compreende a bela arquitetura.

As regulamentações fazem parte da convivência no ambiente urbano, possibilitando seu uso coletivo, não somente com relação à preservação do patrimônio cultural, porém, a gestão das normas preservacionistas deve concorrer para mediações entre a preservação e o uso efetivo, evitando distorções. Por exemplo, é interessante diminuir o excesso de publicidade nas fachadas, mas é necessário atentar às respostas utilizadas pelos comerciantes que, para continuarem chamando atenção, instalam placas e produtos nas calçadas, não agredindo os edifícios em si, mas igualmente excedendo de informações o ambiente e atrapalhando o caminhar nos estreitos passeios. Também é interessante estar atento às intervenções realizadas nos edifícios antigos, mas não ao ponto de causar receio aos proprietários que desistem do projeto e preferem não usar o edifício, como foi o caso de um interlocutor, que gostaria de morar em um casarão defronte para o Rio Itiberê, mas não chegou a um acordo com os gestores, pois, não foi possível conciliar a construção da sua garagem com a manutenção das características arquitetônicas. Uma necessidade contemporânea e, sem dúvida, uma conciliação difícil, que atinge vários moradores e usuários dos edifícios do perímetro tombado, para a qual talvez fosse mais interessante buscar uma solução coletiva que incessantemente negar as propostas individuais, muitas vezes inviáveis.

Talvez o conhecimento sobre a dinâmica local auxilie na mediação de interesses desse tipo ou talvez evidencie conflitos a serem mediados, pois o espaço público e o ambiente urbano são políticos e abrigam interesses diversos que ali se expõem. Nesse ambiente, a preservação do patrimônio urbano não pode ser imposta por uma visão própria ou simplesmente pela interpretação da legislação, mesmo considerando que a lei explicita a função social do patrimônio cultural e que interesses individuais por vezes insistem em se sobrepor aos interesses coletivos. A aplicação de sanções, portanto, deve refletir a decisão social inerente à dinâmica urbana e não impor o ato de preservar como um fim em si mesmo.

Tais decisões sociais se estabelecem na vivência cotidiana do espaço urbano e estão vinculadas aos usos que dele fazem os seus *praticantes ordinários*. Considerando-os em um sentido amplo, que abrange todos os usuários do centro histórico, são necessárias algumas distinções sobre esses agentes urbanos a partir do que foi observado em Paranaguá. Ao pensar nas noções de *estratégia* e *tática*, propostas por Certeau, e considerando os objetivos desta pesquisa, pode parecer óbvio enfocar o campo patrimonial, com seus conceitos e conformações institucionais, através de uma ordem *estratégica*; enquanto aos personagens da vivência urbana cotidiana restaria a astúcia das *táticas*. Porém, os usos observados no centro histórico de Paranaguá, além da análise de permanências e transformações, possibilitaram verificar que essa relação não se estabelece nessa simples dicotomia, envolvendo meandros que articulam agentes urbanos em diversos níveis de interação.

O campo patrimonial se fixa no enfoque estratégico, pois entende-se que ele estabelece uma ordem, *postula um lugar capaz de ser circunscrito como um 'próprio' e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta* (CERTEAU, 2009 [1980], p. 45-46. Grifos no original). Porém, não é possível atribuir a todos os usos e agentes que participam da dinâmica cotidiana do centro histórico a efemeridade da tática. A instituição católica tem uma postura mais estratégica, desde os primórdios daquela conformação urbana e ainda nos dias atuais, quando consegue retomar o edifício da Igreja de São Francisco das Chagas para usos próprios de sua crença; ou quando consegue instituir em plena contemporaneidade um novo feriado católico para homenagear a padroeira da cidade, Nossa Senhora do Rosário. Estratégicos também são os proprietários dos comércios varejistas, que estabelecem um *próprio* que os possibilita protegerem a cidade de referências comerciais externas como os shoppings; ou reivindicarem sobre a proposta do Plano de Mobilidade

que prevê fechamento das ruas do centro histórico para a passagem de automóveis; ou ainda acordarem a diminuição da imponente Festa do Rocio. Outro movimento estratégico importante cabe ao poder público municipal, que interfere diretamente nas práticas preservacionistas, valorizando-as ou não, gerindo ou intervindo sobre o patrimônio arquitetônico e urbano para aliar tais ações a ganhos políticos, direcionando os investimentos para aquilo que acredita trazer benefícios para o município. Atitude que em Paranaguá aponta para a consolidação das atividades turísticas como estratégias para o desenvolvimento econômico e social do município, tendo como ícone a construção do Aquário Marinho e do Terminal de Passageiros para o desembarque de navios, que certamente trarão impactos para a dinâmica de usos apresentadas na pesquisa.

Sob esse aspecto, é interessante perceber como a circulação de mercadorias pelo Rio Itiberê e o abastecimento de pescados nos mercado do Peixe e de Mariscos envolvem agentes e formas de uso do espaço que estão entre o efêmero das táticas e a ordem estratégica. Ao mesmo tempo em que envolvem comerciantes e negociantes de mercadorias e pescados em uma rede comercial consolidada, há agentes envolvidos que lançam mão de práticas que passam despercebidas dependendo do momento do dia, do dia da semana, da época do ano ou do direcionamento do olhar.

A tática, assim, é mais evidente aos ambulantes desprovidos de um lugar delimitado e, principalmente, àqueles que vendem produtos falsificados, que se esquivam da ordem. É também necessária àqueles que necessitam encontrar um lugar diferente para dormir - ruas, calçadas, monumentos - todos os dias. Mas ela é inerente aos que circulam, àqueles que passam e não deixam vestígios, escrevem um 'texto urbano' que não lêem. Eles vêm e voltam para trabalhar, comprar, estudar, passear, rezar. Eles se movimentam, perfazem um único caminho ou escolhem diferentes trajetos a cada dia; já passaram várias vezes ou estão ali pela primeira vez. Tem um ritmo cadenciado e um destino certo, ou olham vitrines, apreciam o rio e os edifícios, ou, por acaso, encontram alguém e param para conversar, atravessam a ponte, sentam e esperam o barco ou o ônibus. Nessa condição, tais agentes parecem invisíveis à visão patrimonial, não no sentido da sua inexistência, mas da desconsideração de suas ações para a compreensão do lugar.

Sem aprofundar as questões que envolvem a ilegalidade ou a legitimidade das ações de cada um desses agentes, é necessário compreender como o campo patrimonial se relaciona com essa dinâmica de táticas e estratégias estabelecida no centro histórico. Esse relacionamento

não compreende ações previamente definidas, pois depende de interações entre pessoas, institucionais ou não. Em Paranaguá, envolve, de um lado, agentes externos que atuam na preservação do patrimônio arquitetônico e urbano há muitos anos e aqueles contratados para o desenvolvimento de apenas um projeto ou plano, e, por outro lado, personagens locais que possuem interesses diversos, explícitos ou não, formando uma gama de agentes inserida em uma rede de relacionamentos que necessita ser amplamente considerada na gestão da preservação do patrimônio urbano por fornecer dados importantes para a compreensão da dinâmica urbana.

Com relação às estratégias e táticas, o que se pode depreender da dinâmica parnanguara é que a gestão desse patrimônio urbano empreendida pelas instituições preservacionistas tende a se relacionar de maneira mais consistente com aquilo que é estratégico, tanto para configuração de parcerias quanto no embate entre interesses díspares. Isso se evidencia na relação com o poder público municipal, para viabilizar a construção do Aquário Marinho; com a igreja, para apoiar a retomada do uso litúrgico da Igreja de São Francisco das Chagas; e com os comerciantes, com relação ao fechamento das ruas para a passagem de carros, e, nesse enfoque, se estabelecem mais precisamente as decisões e as argumentações.

Assim, percebe-se que quanto mais táticas forem as ações dos praticantes ordinários deste espaço urbano, menos palpáveis e consideráveis elas se mostram para a gestão patrimonial. É uma relação que abrange desde o completo desconhecimento sobre os usos desprovidos de uma ordem *própria* até o reconhecimento de sua existência, apesar da não compreensão de sua participação na dinâmica patrimonial, como é o caso do movimento através do Rio Itiberê.

As práticas urbanas, configuradas pela ausência de ordem, parecem não participar da visão *própria* que sacraliza o centro histórico no ato do tombamento e, na gestão patrimonial, o destaca do restante da cidade. A participação sugerida não diz respeito à criação ou delimitação de instrumentos para a salvaguarda desta dinâmica urbana, mas à sua consideração como dado imprescindível para a compreensão do universo urbano com o qual se está trabalhando.

Certamente algumas correspondências entre as ações preservacionistas e à dinâmica urbana são menos evidentes. Se for considerada a visão dinâmica, para alguns dos praticantes do urbano a informação patrimonial pode ser indiferente, ser tombado ou não, estar ou não no centro histórico não afeta a sua vivência cotidiana. Nessa gama de agentes que vivencia a cidade é possível compreender que eles se

relacionam de maneira diferente com essa informação - alguns se apropriam e a reforçam em nome da identidade cultural; outros a rejeitam, reivindicando seu direito de propriedade, deformando ou abandonando os imóveis tombados; e como dito anteriormente, para outros é indiferente.

Por sua vez, para a gestão patrimonial, os praticantes fornecem informações que situam o centro histórico na dinâmica mais geral da cidade, tanto em termos temporais quanto espaciais, fazendo interagir o material e o subjetivo que há nessa relação. Nessa perspectiva, é possível afirmar que essa dinâmica de usos evidencia a *ressonância* dos objetos urbanos, no sentido de que eles denotem o poder de *atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais*. Tal poder de evoca no expectador *forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante*, conforme anteriormente descrito (GREENBLATT, 1991 *apud* GONÇALVES, 2005, p. 19).

Portanto, observar os usos desse ambiente urbano pode possibilitar a sua compreensão mais ampla, gerando com o tempo a possibilidade de estabelecer parâmetros de análise que consideram a interação entre o corpo social e o corpo patrimonial. Essa postura se torna particularmente interessante à medida que as instituições preservacionistas compreendem seus objetos patrimoniais a partir de uma visão mais interativa, que tem se configurado no próprio campo patrimonial, mas que no caso do patrimônio urbano precisa abranger além de outras disciplinas, a própria totalidade da cidade. Isso possibilitaria a essas instituições assumir o papel mediador entre os diversos interesses que se configuram no ambiente urbano preservado, evidenciando a própria função mediadora do patrimônio urbano que estabelece pontes entre o presente, o passado e o futuro das cidades.

Observar e investigar esse lugar, compreender as interações que acontecem no centro histórico pode ser uma tarefa complexa que demanda um tempo de dedicação paciente, mas que se mostra interessante para qualificar a gestão desse espaço e da cidade. Apesar da evolução conceitual e metodológica, que tem desenvolvido instrumentos de gestão inovadores nos últimos anos, ainda se observam limitações nas conexões entre o tangível e o intangível, nas relações entre as instituições preservacionistas e os usuários dos bens culturais, entre a preservação e as relações de consumo cultural. Talvez o olhar proposto não se concretize em um instrumento, talvez se configure por múltiplas ações transdisciplinares, talvez se reflita apenas a necessidade de uma mudança de atitude.

Assim como iniciou, o texto se encerra, não se comprometendo em ser conclusivo, mas portando um agenciamento de pensamentos. Sua

pretensão é unir-se a tantas outras reflexões sobre a preservação do patrimônio cultural no intento de contribuir para a discussão de ideias que tragam luz às suas funções contemporâneas.

Sob o ponto de vista proposto, as interações entre o campo patrimonial, a arquitetura e urbanismo e a antropologia urbana se mostraram particularmente enriquecedoras para a análise do centro histórico como categoria patrimonial e como parte da dinâmica urbana, contribuindo ao menos para a compreensão mais ampla de Paranaguá através de um olhar que outrora era apenas arquitetônico e patrimonial.

Como visto no Item 2, o próprio campo patrimonial tem sofrido transformações que introduzem novas visões, concepções e até mesmo objetos em suas análises, considerando-os de maneira mais democrática. Além disso, as introduções das noções de subjetividade às práticas preservacionistas, principalmente vinculadas aos conceitos de patrimônio imaterial e paisagem cultural, permitem a compreensão do caráter dinâmico dos objetos patrimoniais. Em se tratando dos centros históricos, esses conceitos podem trazer novas perspectivas para sua preservação e gestão, considerando os usos que nele acontecem, conforme a proposta desta pesquisa.

Porém, cabe ressaltar que compreender a dinâmica, os usos e os sentidos atribuídos ao centro histórico não implica em anuí-los indiscriminadamente, mas atentar para a realidade que os permeia com o intuito de subsidiar as decisões patrimoniais. Tais decisões poderiam passar de uma postura determinante das instituições para assumir um papel mediador dos interesses daquela coletividade.

As questões abordadas nesta pesquisa podem desencadear diversos pensamentos e reflexões sobre a preservação do patrimônio urbano. Nesse sentido, se mostra interessante a análise de como se estabelecem as relações entre as cidades e seus centros históricos, pois cada cidade se desenvolve a partir de uma dinâmica de permanências e transformações própria e estabelece interações distintas com seu patrimônio urbano, através dos usos que ali acontecem. Portanto, uma gama maior de análises permitira aprofundar o conhecimento sobre os centros históricos, visando melhor compreender o seu papel atual na dinâmica urbana e patrimonial.

REFERÊNCIAS CITADAS NO TEXTO

Livros, artigos e textos acadêmicos

ARANTES, Antônio Augusto. *Patrimônio cultural: desafios e perspectivas atuais*. Curso: Patrimônio Imaterial: Política e Instrumentos de Identificação, Documentação e Salvaguarda. Belo Horizonte: DUO Informação e Cultura, 2008.

_____. Repensando os aspectos sociais da sustentabilidade: a conservação integrada do patrimônio ambiental urbano. *Projeto História*, 18. São Paulo: Educ/Fapesp, 1999. p. 121-134.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. 5ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1992].

AUGÉ, Marc. *Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 8. ed. Campinas-SP: Papirus, 2010 [1992].

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 [1972].

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. 4. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 [1989].

CARRIÓN, Fernando. 20 temas sobre os centros históricos na América Latina. In: ZANCHETI, S. M. (Org.). *Gestão do patrimônio cultural integrado*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2002. p. 45-57.

CASTELLS, Alicia N. G. A cor do lugar: o Sertão do Valongo como patrimônio cultural. In: CASTELLS, Alicia N. G. et al. *Ecos e imagens do patrimônio imaterial: Inventário Nacional de Referências Culturais do Sertão do Valongo*. Florianópolis-SC: IPHAN/11ª SR, 2008.

_____. La inmateralidad del mundo de los sectores subalternos. In: HERNÁNDEZ, J. J.; ROTMAN, M. B.; CASTELLS, A. N. G. (Orgs.). *Patrimonio y cultura en América Latina: nuevas vinculaciones con el estado, el mercado y el turismo y sus perspectivas actuales*. Guadalajara, México: Universidade de Guadalajara, 2010.

CASTRIOTA, Leonardo. Intervenções sobre o Patrimônio Urbano: Modelos e Perspectivas. *Fórum Patrimônio: amb. constr. e patr. sust.*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-31, set. / dez. 2007

_____. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas e instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.

CERTEAU, Michel de. *Invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009 [1980].

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *Invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996 [1980].

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001 [1992].

CORRÊA, Alexandre Fernandes. Mudanças no paradigma preservacionista clássico. *Revista da APG (PUCSP)*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 35-44, 2001.

CULLEN, Gordon. *Paisagem urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1983 [1961].

DECANDIA, Lidia. O tempo e o invisível: da cidade moderna à cidade contemporânea. Tradução: Maria Margarida Cavalcanti Limena. *Margem*. São Paulo, n. 17, p. 181-195, jun. 2003.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995 [1980].

DELGADO, Manuel. *Sociedades movedizas: pasos hacia una antropología de las calles*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2007.

_____. *El animal público: hacia una antropología de los espacios urbanos*. 5. ed. Barcelona: Editorial Anagrama, 2008 [1999].

DUARTE, Fábio. Metrôpoles, um paradigma para pensar a cidade contemporânea. Resenhas Online, São Paulo, 05.057, *Vitruvius*, set. 2006.

Disponível em

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/05.057/3129>>.
Acesso em jan. 2011.

FINGER, Anna Elisa. *Reabilitação do entorno do antigo colégio dos Jesuítas – Centro histórico de Paranaguá-PR*. Monografia (Especialização). Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos – CECRE. Universidade Federal da Bahia – UFBA; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2004. (Arquivos digitais)

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

_____. *Construção das políticas internacionais de referência para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Curso: Patrimônio Imaterial: Política e Instrumentos de Identificação, Documentação e Salvaguarda. Belo Horizonte: DUO Informação e Cultura, 2008.

GEORGE, Pierre. *Geografia Urbana*. São Paulo: Difel, 1983 [1961].

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A. A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papius, 2000. p. 31-49.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora, 2006 [1950].

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9 Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004 [1992].

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JEUDY, Henri Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JOKILEHTO, J. Conceitos e idéias sobre conservação. In ZANCHETI, S. M. (Org.). *Gestão do patrimônio cultural integrado*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002. p.11-29.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais do tombamento e a escrita da História: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

_____. *A Lapa e o tropeirismo*. Curitiba: 10ª Superintendência Regional do IPHAN, 2006.

LA PASTINA FILHO, José. *Aspectos da evolução urbana de Paranaguá*. Curitiba: IPHAN – 10ª Superintendência Regional, 2007 [1987].

LEANDRO, José Augusto. *Gentes do grande mar redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá – 1850-1888*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

LEITE, Rogerio Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. 2. ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP; Aracajú-SE: Editora UFS, 2007 [2004]

_____. *A Inversão do Cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea*. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, n. 3, 2010, p.737-756.

LÉVI-STRAUSS, Laurent. Patrimônio Imaterial e Diversidade Cultural: o Novo Decreto para a Proteção dos Bens Imateriais. In: IPHAN. *Patrimônio Imaterial: o Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. 2. ed. Brasília: MinC/IPHAN, 2003.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Da matéria ao sujeito: inquietação patrimonial brasileira. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 605-632, jul./dez. 2009.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1960].

LYRA, Cyro. I. C. de O; PARCHEN, Rosina C. A; LA PASTINA FILHO, José. *Espírais do tempo – bens tombados do Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

MARTINS, Patrícia. *Um Divertimento Trabalhado: Prestígios e Rivalidades no Fazer Fandango da Ilha dos Valadares*. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, 2006.

MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003 [1989].

NARDI, Letícia; CASTELLS, Alicia N. G. Contexto urbano como paisagem cultural: reflexões a partir do centro histórico de Paranaguá-PR. In: Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto: Desafios e Perspectivas, 1. 2010, Belo Horizonte. *Anais*. Belo Horizonte: IEDES, 2010.

NASCIMENTO JR, Vicente. *Histórias, crônicas e lendas*. Paranaguá: Prefeitura Municipal de Paranaguá, 1980.

NESBITT, Kate (Org.) *Uma Nova Agenda para a Arquitetura*: antologia teórica 1965-1995. 2. ed. rev. São Paulo: Cosac Naify, 2008 [1995].

NORBERG-SCHULZ, Christian. O Fenômeno do Lugar. In: NESBITT, Kate (Org.) *Uma Nova Agenda para a Arquitetura*: antologia teórica 1965-1995. 2. ed. rev. São Paulo: Cosac Naify, 2008 [1995]. p. 444-461.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995 [1966].

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, nº 24, p. 77-95, 1996. Disponível em

<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=\\Acervo01\drive_n\Trbs\RevIPHAN\RevIPHAN_Thumbs.docpro&pasta=&pesq=academia%20SPHAN> Acesso em dez. 2010

SCHWERZ, João Paulo. *Valores e conflitos na preservação do patrimônio cultural: o olhar técnico e o olhar comum na identificação do patrimônio arquitetônico de Agudo (RS)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003 [1994].

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à regeneração urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Coord.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-87

WESTPHALEN, Cecília Maria. *Porto de Paranaguá, um sedutor*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa H. de. *Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. 2. ed. rev. e atual. Barueri, SP: Manole, 2009 [2006].

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

VIEIRA DOS SANTOS, Antônio. *Memória histórica da cidade de Paranaguá e seu município*. 2 Vol. Curitiba: Vicentina, 2001 [1850].

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, A. A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papius, 2000. p. 81-103.

Documentos, legislações e dados

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Decreto-Lei n.º 25*, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=F3FCC9E0D7812D9BD04BFE6FEF227F17?id=284>> Acesso em dez. 2010

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Decreto n.º 3.551*, de 04 de agosto de 2000. Institui o registro dos bens culturais de natureza imaterial. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=F3FCC9E0D7812D9BD04BFE6FEF227F17?id=295>> Acesso em dez. 2010

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Portaria n.º 11*, de 11 de setembro de 1986. Resoluções sobre a Instauração do Processo de Tombamento. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=F3FCC9E0D7812D9BD04BFE6FEF227F17?id=325>> Acesso em dez. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Portaria n.º 127*, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela de Paisagem Cultural Brasileira. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1236>> Acesso em dez. 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. *Lei Estadual n.º 1.211*, de 16 de setembro de 1953. Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5>> Acesso em set. 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Litoral Paranaense*. Diagnóstico, Volume I. Curitiba, 2010.

ICOMOS. *Declaração de Xi'an* - 21 out. 2005. Sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural. Xi'an – China, 2005

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). IBGE-Cidades@. Disponível em: <
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> > Acesso em nov. 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1938-2009*. 5. ed. rev. Atual. IPHAN, 2009. Disponível em
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1356>> Acesso em dez. 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cartas Patrimoniais*. 3. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de Aplicação*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Inventário Nacional de Referências Culturais do município de Paranaguá. 2ª Etapa – Identificação e Documentação*. Vol. I a V. Curitiba, PR: IPHAN, 10ª Superintendência Estadual, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Inventário Nacional de Referências Culturais do município de Paranaguá. 2ª Etapa – Identificação e Documentação*. Fichas de Identificação. Curitiba, PR: IPHAN, 10ª Superintendência Estadual, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Plano de Mobilidade e Acessibilidade do Sítio Histórico de Paranaguá*. Relatórios 1A, 1B e 2. Curitiba, PR: IPHAN, 10ª Superintendência Estadual, 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Processo de Tombamento nº 1.097-T-83 – 1983 a 03 dez. 2009*. Processo

de Tombamento do Conjunto Histórico da Cidade de Paranaguá. Brasília, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas*. Brasília: IPHAN, 2009. Disponível em <
<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1332>> Acesso em dez. 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Sistema Nacional de Patrimônio Cultural*. Disponível em <
<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=14330&retorno=paginalphan>> Acesso em dez. 2010.

LYRA, Cyro Corrêa de Oliveira. *Patrimônio Histórico e Artístico do Litoral do Paraná*. Curitiba, 1974. (Mimeo)

MANSUR, Aziz. *Guia turístico e informativo de Paranaguá*. Curitiba: Editora Cartaz S.A., 1960.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ. *Coisas Nossas*. Programa radiofônico 1943-1949. Transcrição (Arquivo Digital – Acervo IHGP).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ (Paraná). *E agora? Projeto Onze*. Paranaguá: Prefeitura Municipal de Paranaguá, 1993-1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ (Paraná). *Lei Complementar n° 60*, de 23 de agosto de 2007. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. Disponível em: <
http://www.paranagua.pr.gov.br/plano_diretor/LEI_COMPLEMENTAR_N060-PLANO_DIRETOR-NOVO.pdf> Acesso em nov. 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ (Paraná). *Lei Complementar n° 62*, de 27 de agosto de 2007. Institui o Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo do Município de Paranaguá. Disponível em: <
http://www.paranagua.pr.gov.br/plano_diretor/LEI_COMPLEMENTAR_N062-LEI_DE_ZONEAMENTO_DE_USO_E_OCUPACAO.pdf> Acesso em nov. 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ (Paraná). *Bens tombados por município*. Disponível em
 <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/municipio.php>
 > Acesso em dez. 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ (Paraná). *Processo de Tombamento 17/90-CPHA* – 30 out. 1990 a 22 dez. 1990. 107p. Processo de Tombamento do Centro Histórico de Paranaguá. Curitiba, 1990.

UNESCO. *Declaration on the Conservation of Historic Urban Landscapes* – 23 set. 2005. Paris, 2005. Disponível em <<http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-47-3.pdf>> Acesso em dez. 2010.

Reportagens

ANIVERSÁRIO de Iguape-SP é comemorado com tombamento como patrimônio nacional. *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil)*, 03 dez. 2009b. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=14879&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>> Acesso em dez. 2010

BAKA anuncia tombamento do conjunto histórico e urbanístico de Paranaguá. *Prefeitura Municipal de Paranaguá*, 12 mai. 2009a. Disponível em <http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias.php?noticia_id=494> Acesso em dez. 2009.

CASAS antigas contam a história de Paranaguá numa viagem pelo turismo arquitetônico. *DEFENDER*, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.defender.org.br/casas-antigas-contam-a-historia-de-paranagua-numa-viagem-pelo-turismo-arquitetonico>> Acesso em: jan. 2011.

CENTRO Histórico de Paranaguá tombado como patrimônio nacional. *Lambrequim* - 10ª Superintendência Regional – IPHAN, Curitiba, dez. 2009. (Arquivo digital)

CENTRO de Paranaguá sem carros. *Gazeta do Povo*, 21 fev. 2010 Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/contendo.phtml?tl=1&id=975725&tit=Centro-de-Paranagua-sem-carros>> Acesso em jan. 2011.

CENTRO histórico de Paranaguá é tombado pelo Iphan. *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil)*, 03 dez. 2009a. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=14875&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>> Acesso em dez. 2010

CONSELHO Estadual do Patrimônio Histórico define local para construção do Aquário Marinho. *Prefeitura Municipal de Paranaguá*, 15 set. 2009b.

Disponível em <

http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias.php?noticia_id=886> Acesso em mar. 2010

IPHAN amplia lista de Patrimônio Cultural do Brasil. *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil)*, 10 dez. 2010. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15773&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>> Acesso em dez. 2010

IPHAN realiza em Paranaguá inventário de referências culturais. *Prefeitura Municipal de Paranaguá*, 21 set. 2009c. Disponível em <http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias.php?noticia_id=905> Acesso em dez. 2010.

OBRA de revitalização do Mercado do Artesanato é concluída. *Prefeitura Municipal de Paranaguá*, 30 set. 2010. Disponível em <http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias.php?noticia_id=1877> Acesso em out. 2010.

Entrevistas

ANDRADE, André Luis Buchmann. Reitoria de São Francisco das Chagas, Paranaguá, 2010. Entrevista concedida à Letícia Nardi em 06 outubro 2010. (Gravada e transcrita).

LA PASTINA FILHO, José. 10ª Superintendência Estadual do IPHAN, Curitiba, 2010. Entrevista concedida à Letícia Nardi em 23 setembro 2010 (Gravada e transcrita).

MATTOS, Luiz Marcelo Bertoli de. Prefeitura Municipal de Paranaguá, Paranaguá, 2010. Entrevista concedida à Letícia Nardi em 12 novembro 2010 (Anotações de campo).

PARCHEN, Rosina Coeli Alice. Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, Curitiba, 2010. Entrevista concedida à Letícia Nardi em 14 outubro 2010 (Gravada e transcrita).

Audiovisuais

À BEIRA do Rio Itiberê. Direção: Luiz A. Siqueira. Museu Virtual do Siqueira, Paranaguá, 2010a. DVD (47min), son., color.

BAILE de Fandango do Mestre Romão no Mercado Municipal de Paranaguá (09/10/2010). Direção: Luiz A. Siqueira. Museu Virtual do Siqueira, Paranaguá, 2010b. DVD (60min), son., color.

6º CONGRESSO de Evangelismo e Missões da Assembleia de Deus de Paranaguá. Justin TV, Paranaguá, 2010 (14min). Disponível em <http://www.justin.tv/aviva_paranagua/b/271876684> Acesso em fev. 2010.

OBRAS CONSULTADAS

ALTHOFF, Fátima Regina. *Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense: a gestão do patrimônio urbano de Joinville*. 2008. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008

ARANTES, Antônio Augusto (Org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1984.

ARANTES, Antônio Augusto. O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. *Habitus: Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás*, v.4, n.1, p. 425-435, 2006.

BIELSCHOWSKY, Bernardo Brasil. *Patrimônio Industrial e Memória Urbana em Blumenau – SC*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CASTELLS, Alicia N. G. de. Vida cotidiana sob a lente do pesquisador: o valor heurístico da imagem. *Antropologia em Primeira Mão: Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina*, 1999.

_____. O estudo do espaço na perspectiva interdisciplinar. *Antropologia em Primeira Mão: Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina*, 2001

MOREIRA, Clarissa da Costa. *A cidade contemporânea entre a tabula rasa e a preservação: cenários para o porto do Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

PEREIRA, Vanessa Maria. *São Francisco do Sul: o patrimônio que se estabelece e a paisagem que se constrói*. 2007. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 11ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ANEXO I**[Documentos relativos aos processos de preservação do
centro histórico]**

Normativa e áreas de preservação definidas no Plano Diretor de Desenvolvimento de Paranaguá, instituído pela Lei Municipal nº 773, de 12 de setembro de 1969.

Proposta de alteração da área protegida pela Lei Municipal nº 773/1969.

Parecer referente ao Processo de Tombamento N. 1.097-T-83 - “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Paranaguá – Paraná”

- Normativa e áreas de preservação definidas no Plano Diretor de Desenvolvimento de Paranaguá, instituído pela Lei Municipal nº 773, de 12 de setembro de 1969.

1. Preservação da Paisagem Urbana

1.1 Delimitação do Centro Histórico

É de grande importância, ao se tratar de preservação da paisagem urbana colonial, que se considere a "cidade antiga". O chamado centro histórico, como um todo. Os planos, projetos, convênios com o DPHAN, a legislação e a propaganda turística devem ter como ponto de partida esse enfoque global. Nestas condições, tornou-se indispensável uma definição destes limites, o que foi feito levando em conta estudo elaborado pelo arquiteto Frederic de Limbourg Stirum, em seu trabalho "Notes pour l'elaboration d' un Plan d' Urbanisme de Paranaguá".

Nestas condições, o Centro Histórico fica limitado a SO pela rua dos Expedicionários; a NO pela rua Vieira dos Santos, Praça Eufrásio Corrêa, rua Dr. Leocalcio e rua Faria Sobrinho; e NE pela rua Manoel Bonifácio e a SE pelo Rio Itiberê.

O critério de altura máxima das edificações novas foi estabelecido em função da altura dos principais monumentos existentes no Centro Histórico. Dois objetivos principais norteiam esta medida:

- 1 - manter a escala urbana da cidade, impedindo que edifícios altos sejam construídos e amesquinhem as edificações do Centro Histórico;
- 2 - preservar a visão dos monumentos e sítios históricos, impedindo que eles sejam aniquilados por edifícios vizinhos, como ocorre com a Igreja de São Benedito, oprimida pela presença do reservatório de água.

Há duas alturas máximas permitidas no Centro Histórico:

- 1 - Na rua Conselheiro Sinimbu e na rua XV de Novembro, entre a rua dos Expedicionários e a Igreja Matriz, as fachadas não poderão ter altura superior a 6,00 metros. No caso de ser construção coberta com telhado, tendo este cumieira paralela à rua, seu ponto terá altura máxima de 10,00.
- 2 - Nas demais ruas, as fachadas poderão ter altura até 9,00 metros, e o ponto de telhado, no caso de cumieiras paralelas, à rua, não deverá exceder a 12,00 metros.

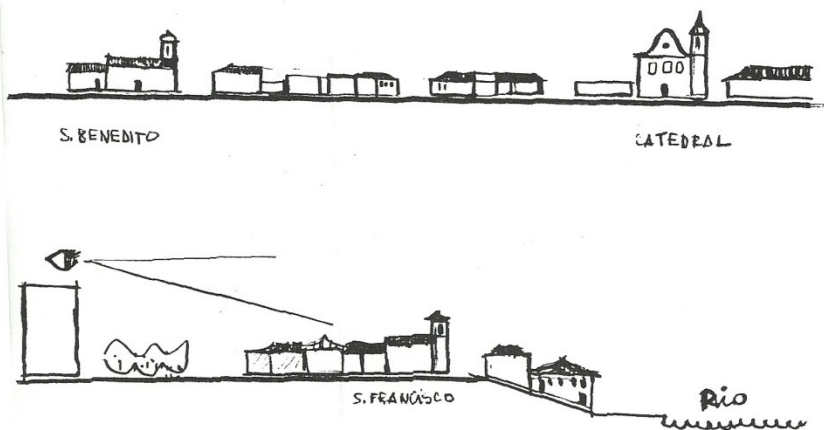
Em ambos os casos, quando se tratar de construção com cumieira perpendicular à via pública, esta não deve ter altura superior à máxima permitida para as fachadas.

ruas - do alvará

de direção

ruas - de ruas

de ruas, facadas



MANTENÇÃO da ENCALA
URBANA → preservação
do centro histórico

1.2 Esquema de Trânsito no Centro Histórico

O Centro Histórico se estende ao longo do Itiberê e paralelamente às vias de penetração da cidade, fato que determinou uma hierarquização natural: as principais (longitudinais) mais largas, paralelas ao rio; as secundárias (transversais) mais estreitas, indo de encontro ao rio.

O esquema viário estabelecido para o Centro Histórico tira proveito deste fato, utilizando as ruas longitudinais como vias de penetração e saída, como mão única, e destinando as transversais preferencialmente para pedestres (fechadas ao tráfego de veículos) ou para retorno (interrompidas) fazendo apenas a ligação entre

duas longitudinais adjacentes. São previstas para uso exclusivo de pedestres: rua que liga a Ponte Velha à Conselheiro Sinimbu; rua Pessego Jr., entre a fonte e a Cel. Bittencourt; rua Fernando Simas, entre a Rua XV e a Gal. Carneiro; a travessa 9 de julho. Tendo em vista a posição da Igreja de São Benedito, implantada em ple na rua, e a importância do monumento como atração turística, propõe-se ainda o fe chamento ao tráfego de veículos das vias laterais à Igreja. Esta medida, contudo, somente seria implantada após a execução da Via Turística, quando a Conselheiro Si nimbu deixará de ter função de via de penetração do Centro Histórico.

Por outro lado, para cumprir o papel de zona turística, o Centro Históric o deverá ser dotado de áreas para estacionamento. Foram previstas uma grande á rea de estacionamento, logo à entrada do Centro, no Parque do Itiberê; uma rua de estacionamento, a Conselheiro Sinimbu; e o estacionamento nas vias longitudinais, sem pre à esquerda.

No que se refere a pavimentação das ruas, propõe-se a manutenção do atual tipo de calçamento à base de paralelepípedos em todo o Centro Histórico, tanto nas ruas já existentes como nas que surgirão com o atêrro. Tal medida se recomenda por dois motivos: 1. manteria um tipo de calçamento mais semelhante aos calçamentos antigos; 2. sendo um tipo de calçamento irregular, obriga à *diminuição* da veloci dade dos veículos, o que é recomendável nesta parte da cidade, onde as ruas e pas seios são estreitos e o número de pedestres é elevado. Cabe destacar ainda a exis tência de uma rua com calçamento bastante antigo: trata-se da ladeira que liga a Fonte Velha à rua Conselheiro Sinimbu, que é pavimentada com lages de pedra, a ma neira colonial. Este calçamento, contudo, deverá ser recuperado em alguns trechos em que a base cedeu. A ladeira em questão terá seu uso reservado exclusivamente pa ra pedestres, fazendo a ligação entre os passeios da Conselheiro Sinimbu, a Fonte e o Parque do Itiberê.

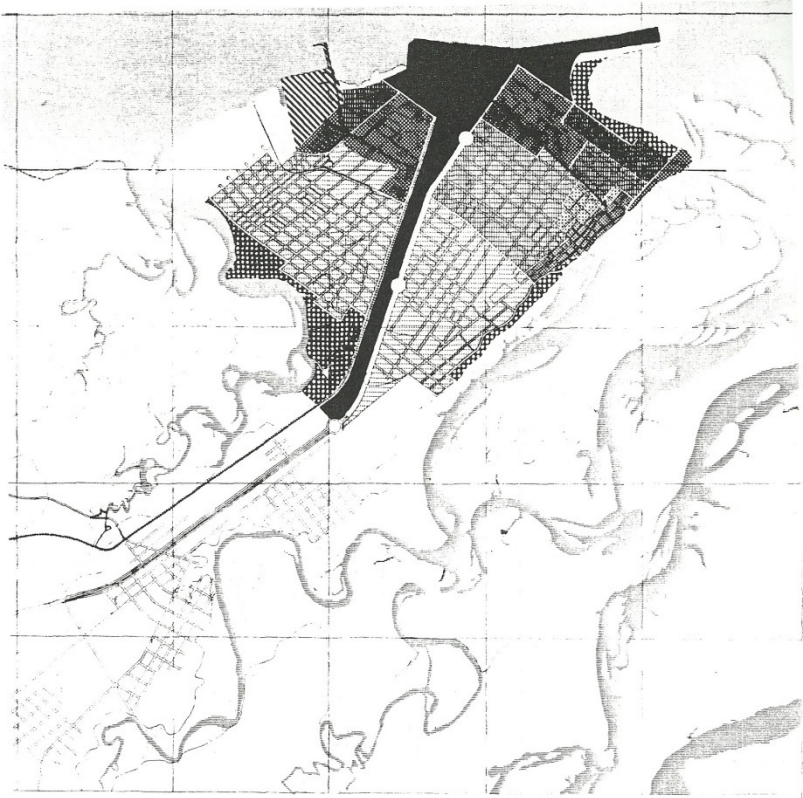
1.3 Preservação e Revitalização dos Sítios Históricos

O centro possui alguns sítios históricos cuja preservação se faz necessá ria. Através de convênios entre a Prefeitura de Paranaçuá e os Departamentos de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Estadual, estes monumentos seriam tomba dos, procedendo-se a sua restauração e revitalização.

Dentre os sítios a preservar no Centro Histórico podem ser citados:

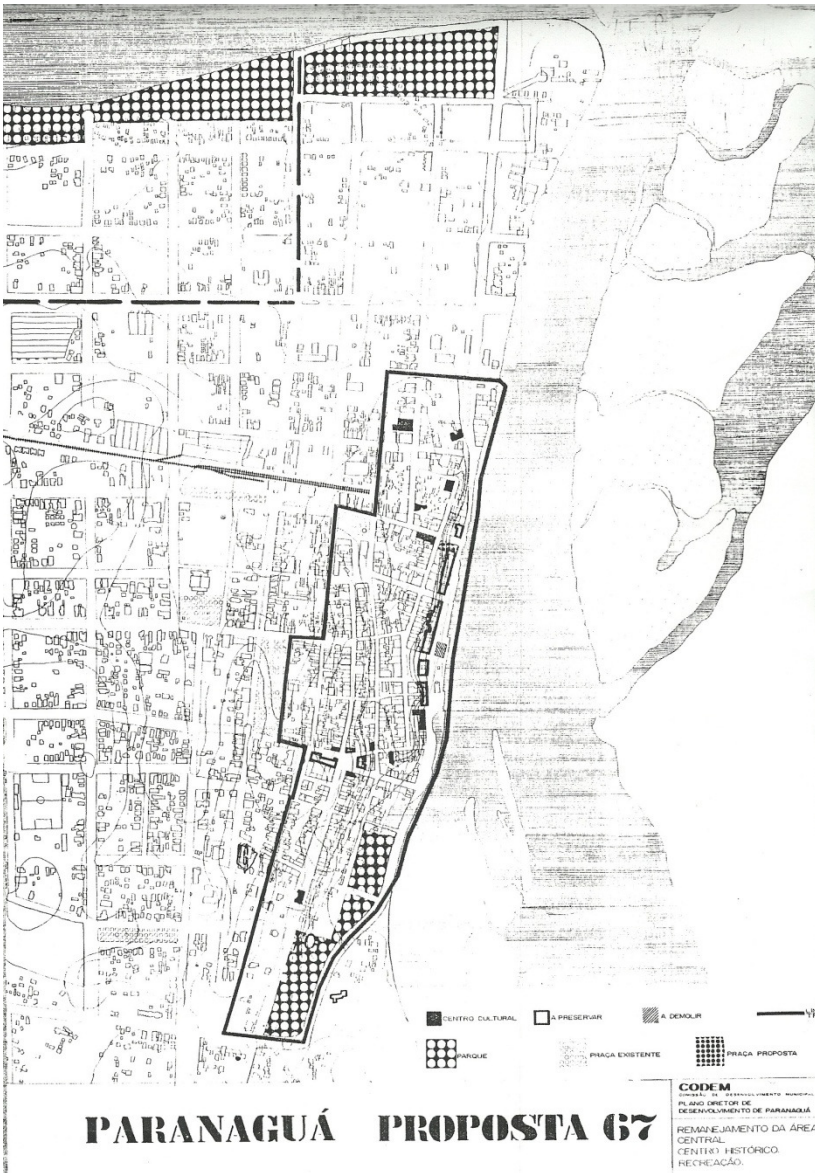
Casa na Ponta do Cajú, conhecida como Chácara do Cajú; Fonte Velha; con junto formado pela Igreja Matriz, largo fronteiro e casas em redor da Praça; conjun to de sobrados fronteiros ao rio; casa na esquina das ruas Presciliano Corrêa e Gen Carneiro; casa na esquina das ruas Faria Sobrinho e Professor Vleto; Palácio Visconde de Nacar.

Quanto aos sítios já tombados, recomenda-se uma série de medidas de pre servação do espaço em tórno, e a valorização e revitalização dos monumentos.



PARANAGUÁ PROPOSTA 67

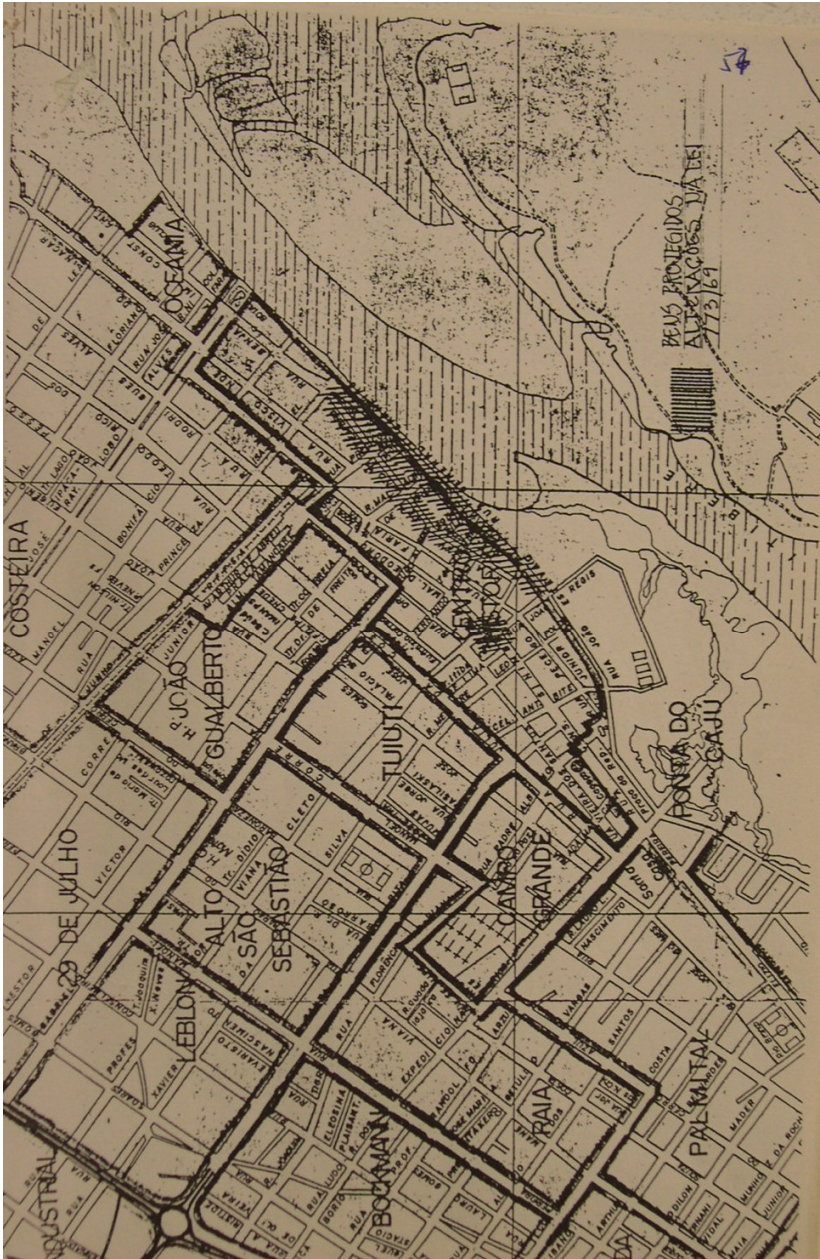
CODEM
 COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E
 PÚBLICO DIRETOR DE
 DESENVOLVIMENTO DE PARANAGUÁ
 ZONEAMENTO



PARANAGUÁ PROPOSTA 67

CODEM
 COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DE PARANAGUÁ
 REMANEJIMENTO DA ÁREA CENTRAL HISTÓRICA RECHACADO.

Proposta de alteração da área protegida pela Lei Municipal nº 773/1969.



CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO
NACIONAL

PARECER REFERENTE AO PROCESSO DE TOMBAMENTO N.
1.097-T-83

**“Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Paranaguá –
Paraná”**

O Processo

O presente processo é composto de quatro volumes, sendo o primeiro deles com capa do Serviço Público Federal, contendo os documentos iniciais e de tramitação, iniciado em 1983. Os outros três volumes são encadernados com espiral e capas plásticas e contêm a instrução do processo propriamente dita, com histórico, legislações, descrição arquitetônica e urbanística, fotos, mapas e plantas e a proposta de proteção da área e da área envoltória, elaborados em 2007.

A instrução do processo

Em outubro de 1983 foi feita a primeira solicitação de tombamento ao IPHAN, pela Sociedade Brasileira de Heráldica e Medalhística. Na ocasião, a 9ª DR SPHAN, a arquiteta Dora Alcântara e o arquiteto Luiz Antonio Dias de Andrade pronunciaram-se quanto ao conjunto arquitetônico de Paranaguá, detentor de significativos valores culturais.

Entre 1984 e 1988 o processo tramitou internamente. Em 1988, houve um novo pedido da Prefeitura Municipal, ao IPHAN, para o tombamento do centro histórico de Paranaguá.

Em 1998, em caráter de urgência, o DEPROT solicitou à 10ª CR- PR instrução de processo de tombamento.

Em 2006, a gerência de Proteção do DEPAM, solicitou à 10ª SR, estudos minuciosos sobre o Centro Histórico de Paranaguá, para a instrução do processo de Tombamento, visando a sua conclusão.

Em 2007, a 10ª SR encaminhou ao diretor do DEPAM, os documentos compostos de três volumes e um CD ROM, com a instrução do processo de Tombamento, 1.097-T- 83.

O processo passou à Gerência de Proteção e foi encaminhado à SR novamente, solicitando dados complementares que foram viabilizados imediatamente.

Com o parecer do arquiteto Luiz Fernando P. N. Franco, da Gerência de Proteção, fez-se a recomendação para o Tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Paranaguá, em 28 de outubro de 2008. Esta indicação foi, posteriormente, endossada pela análise final efetuada pela arquiteta Jurema Kopke Arnaut.

O processo passou, então, para a avaliação da AGU-PGF que, após análise da documentação, concluiu que o processo 1097-T-83, estava em condições de ser submetido à apreciação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Procedeu-se à Notificação do Tombamento, contendo a descrição da poligonal do tombamento e de seu entorno, publicado em DOU, em 05 de maio de 2009. Constam do final do processo, as correspondências enviadas pela presidência do IPHAN ao Governador do Estado do Paraná, ao Prefeito Municipal de Paranaguá e ao Gerente do SPU no Paraná, em 08 de maio de 2009, a cópia da notificação e o jornal onde foi publicada.

O presente processo teve seu início com o nome de “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Paranaguá” e em suas páginas finais é identificado como “Conjunto Histórico e Urbanístico da Cidade de Paranaguá”

AÇÕES DE PROTEÇÃO À ÁREA DO CENTRO HISTÓRICO

Iniciativas da União Federal

As ações de proteção, em Paranaguá, tiveram início em 1938, com os primeiros tombamentos nacionais, o do Antigo Colégio dos Jesuítas e o da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, na Ilha do Mel.

Em 1967, receberam o reconhecimento do governo federal, as Igrejas da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas e da Irmandade São Benedito.

O IPHAN, por meio da 10ª SE-Pr, está investindo em projetos e obras de restauração de inúmeros bens que integram a área tombada pelo Estado, tais como a Casa Dacheux, o Mercado do Artesanato, a antiga Agência de Rendas e a Estação Ferroviária. Também está realizando o Inventário Nacional de Referências Culturais de Paranaguá.

Iniciativas do Estado do Paraná

A instituição estadual de Patrimônio Cultural do Paraná é a segunda mais antiga do país. O Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico foi instituído por Lei, em 1948 e a Lei Estadual de Proteção ao Patrimônio Histórico Artístico e Natural do Paraná foi sancionada em 1953.

O Estado do Paraná estabeleceu suas primeiras ações, a partir de 1962, com a primeira inscrição de tombamento- Igreja de São Francisco, seguida da Igreja de São Benedito, com seu acervo de bens móveis.

Em 1965, o estado promoveu a restauração da Igreja de São Benedito, sob a coordenação do arquiteto Cyro Correa Lyra, então Diretor do Patrimônio Cultural do Paraná.

Neste mesmo ano iniciou-se a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Paranaguá, sob a coordenação do arquiteto Cyro Correa Lyra, que foi concluído em 1969, quando suas principais propostas foram votadas pela Câmara Municipal e resultaram na Lei de Zoneamento, com a delimitação do Centro Histórico dotado de parâmetros urbanísticos para a sua proteção. A implantação do Plano Diretor foi fundamental para a manutenção da escala e do traçado urbanos desse centro histórico.

A importância de Paranaguá no contexto do Patrimônio Cultural do Paraná é evidente, pois lá encontra-se o segundo maior número de bens protegidos, no estado, sendo suplantado apenas por Curitiba.

São tombados pelo Estado do Paraná, em Paranaguá: Casa Elfrida Lobo, Casa onde moraram Brasília Itiberê e Monsenhor Celso, Estação Ferroviária, Fonte Velha, Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, Igreja Matriz de Nossa Senhora do Santíssimo Rosário, Ilha do Mel, Instituto de Educação Caetano Munhoz da Rocha, Jazigo da Família

Correa, Original da Obra Memória Histórica da Cidade de Vieira dos Santos, Palacete Visconde de Nácar, o Prédio da Antiga Alfândega.

A maior iniciativa estadual de proteção ao patrimônio cultural paranguara se deu em 1990 com o tombamento do Centro Histórico da cidade.

A partir desse tombamento, em uma ação conjunta do estado, do município e do governo federal, foi estabelecido o Plano de Ação para a recuperação da área, que teve início em 1993 e continua até hoje.

ASPECTOS DA DINÂMICA DO CENTRO HISTÓRICO DE PARANAGUÁ

O conjunto urbanístico e arquitetônico predominante é aquele construído em meados do século XIX e início do XX, que se mescla aos construídos no século XVIII. Está razoavelmente conservado. Está ocupado por residências, pequenos hotéis, restaurantes, cafés, mercados, instituições bancárias e públicas, igrejas e comércio em geral.

Paranaguá participou das transformações econômicas do Estado do Paraná, como o seu maior porto exportador. Nos anos 60, a cidade passou por um surto de riqueza advinda da economia da produção cafeeira coincidente com a pujança econômica do Estado, época em que se iniciava o desenvolvimento das cidades e a verticalização pressupunha a substituição do antigo pelo novo.

Naquele momento o desenvolvimento do Plano Diretor foi fundamental para a preservação do conjunto arquitetônico e do traçado urbanístico do centro histórico.

Paranaguá, hoje, não mantém a população tradicional em seu centro histórico que é ocupado, em sua maioria, por pessoas oriundas de outras regiões do país e do exterior, que lá se estabeleceram em função do porto e do comércio e se utilizam das estruturas remanescentes.

É importante salientar que na área ainda persiste o comércio que atende aos moradores não apenas da cidade, mas de toda a baía de Paranaguá.

PARECER

Os referenciais históricos, urbanísticos, arquitetônicos, sociais e culturais de Paranaguá que chegaram aos nossos dias, aliados às qualidades paisagísticas, fazem deste sítio, integrado à singular paisagem natural do complexo estuário-lagunar Iguape, Cananéia, Paranaguá, um local ímpar na costa brasileira.

Fortaleza, Colégio dos Jesuítas e Igrejas do século XVIII, convivem harmonicamente com as estruturas urbanas do século XIX, com os edifícios do século XX e com as transformações sócio-culturais atuais, configurando um conjunto que é merecedor do reconhecimento como Patrimônio Cultural da nação brasileira.

Assim sendo, sou de parecer favorável à inscrição do bem, sob o título de “Conjunto Histórico e Paisagístico de Paranaguá- Paraná” no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

São João Del Rei, 03 de dezembro de 2009

Rosina Coeli Alice Parchen
Conselheira Relatora